

# RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA QUANTITATIVA, O CENSO QUILOMBOLA

Brasil Local - Etnodesenvolvimento  
e Economia Solidária

*RJ - Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba e Rio Claro; SP - Ubatuba e Eldorado; MG - Varzelândia, São João da Ponte e São Francisco; ES - São Mateus e Conceição da Barra; GO - Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás; PA - Santarém; BA - Cairu, Taperoá, Wenceslau Guimarães, Presidente Tancredo Neves, Camamu, Igrapiúna, Valença, Itabirá, Nilo Peçanha e Marau; MA - Alcântara; PE - Salgueiro, Mirandiba, Bom Conselho, Garanhuns, São Bento da Una e Custódia; RS - Cangaçu, Restinga Seca, Santa Maria, São Sepé, Cachoeira do Sul, Formigueiro, Nova Palma e Tavares; PR - Adrianópolis, Bocaiuva do Sul e Guarapuava.*



SOLTEC/UFRJ - CONAO



# RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA QUANTITATIVA, O CENSO QUILOMBOLA



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



**Presidência da República**

Dilma Vana Rousseff Linhares

**Ministério do Trabalho e Emprego**

Manoel Dias

**Secretário Nacional de Economia Solidária - SENAES**

Paul Israel Singer

**Secretário Adjunto**

Roberto Marinho Alves da Silva

**Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação - DEAD**

Valmor Schiochet

**Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária DEFES**

Manoel Vital de Carvalho Filho

**Coordenador-Geral de Promoção e Divulgação - CGDIV**

Regilane Fernandes da Silva

**Coordenador-Geral de Estudos - CGEST**

**Coordenador-Geral de Fomento à Economia Solidária CGFES**

Ary Moraes Pereira

**Coordenador-Geral de Comércio Justo e Crédito - CGCOJ**

Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## **A EQUIPE DO PROJETO ETNODESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PROGRAMA BRASIL LOCAL DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

### **Executiva Nacional:**

Prof. Sidney Lianza – coordenação geral

Sandra Mayrink Veiga – coordenação executiva, da pesquisa-ação e material de formação

Ronaldo Santos – coordenação executiva

Quener Chaves dos Santos – coordenação executiva

Diogo Alvim – coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação

Sandro Rogério do Nascimento – coordenação da gestão

Claudia Aguiar – coordenação de sistematização

### **ASSESSORIAS**

Professor Michel Thiollent – assessor metodológico à pesquisa-ação

### **CONSULTORES**

Marina Sidrim Teixeira – sistematização e redação do censo

Luiz Marcelo Carvano – processamento dos dados

### **ARTICULADORES/COORDENADORES(AS) TERRITORIAIS**

**Bahia:** Diego de Jesus Silva

**Espírito Santo:** Kátia Santos Penha

**Goiás:** Eriene Santos Rosa

**Maranhão:** Francinete (Fran) Pereira da Cruz

**Minas Gerais:** Sandra Maria da Silva Andrade

**Pará:** Aldo Corrêa Lima

**Pernambuco:** Rozeane Mendes

**Rio de Janeiro:** Sinei Barreiros Martins

**Rio Grande do Sul:** José Alex Borges Mendes

**São Paulo e Paraná:** Oriel Rodrigues



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## **AGENTES**

Adilson Oliveira Silva; Angélica Souza Pinheiro; Antônio Carlos Andrade Pereira; Cícero Andrade Silva; Claudemir Silveira dos Santos; Clausete Souza do Rosário; Cristiano de Jesus Braga; Danúbia Neres Moraes; Dayane Cordeiro Barbosa; Domingas Natalia dos Santos Rosa; Edson Silva Campos; Franciney Oliveira de Jesus; Francisco Edeltrudes Moreira; Geanis Cosme dos Santos; Giuliana do Nascimento Modesto; Iricleide Costa Coelho; Ivonete Alves da Silva Pupo; Jaime Mota Santos; Joana Angélica da Silva; Karina Cordeiro Barbosa; Lisiane Borges Goulart; Luan Carlos dos Santos Pinto; Luiz Santos Paixão; Maica Tainara Prestes Soares; Nigiane Araújo Alves; Sonia Aparecida Batista de Abreu; Suzivânia Soares da Costa; Tererzinha Aparecida Lopes Paim; Terezinha de Jesus Coelho.

## **Voluntários no Pará**

Juliane Maria Rocha da Silva, Fátima Corrêa da Silva, Risoelcy Mota Pinto, Raicleudson dos Santos Lima, Elen Guimarães dos Santos, Tamara Tereza Coelho dos Santos, Antônio Lages, Marluce Costa Coelho

## **BOLSISTAS**

Camila Correa Felix

Rejane Babo da Silva



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



**INTRODUÇÃO À PESQUISA-AÇÃO**  
**PESQUISA QUALITATIVA, PESQUISA QUANTITATIVA**  
**QUESTIONARIO DO CENSO QUILOMBOLA**  
**OS INSTRUMENTOS DA PESQUISA QUALITATIVA**  
**QUILOMBO**  
**ECONOMIA SOLIDÁRIA, AUTOGESTÃO**  
**100 EMPREENDIMENTOS QUILOMBOLAS**



Projeto Brasil Local - Etnodesenvolvimento  
e Economia Solidária



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





*Este caderno é o resultado de uma experiência coletiva construída pela equipe de campo formada por agentes locais quilombolas do Projeto Brasil Local – Etnodesenvolvimento e Economia Solidária da SENAES/MTE, através da Fundação COPPETEC da Universidade Federal do Rio de Janeiro e executado pelo Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC/UFRJ e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ que participaram desta iniciativa ao longo de dois anos e meio.*

*A todos e todas o nosso agradecimento e apreço.*

*Esta pesquisa tem como um de seus objetivos publicizar para o poder público o que ele ignora e para a sociedade o que o poder público e a grande mídia omitem.*

*A Coordenação Executiva*



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## Ficha Técnica

Organização, sistematização e redação da pesquisa-ação e dos cinco censos estaduais

**Sandra Mayrink Veiga**

Processamento dos dados do censo

**Luiz Marcelo Carvano**

Sistematização e redação do censo

**Marina Sidrim Teixeira**

Arte final e editoração

**Sandro Rogério do Nascimento**

Coordenação de gestão

**Sandro Rogério do Nascimento**

Coordenadores(as) territoriais/pesquisadores(as)

**Sandra Maria da Silva Andrade – Minas Gerais**

**Aldo Corrêa Lima - Pará**

**Katia Santos Rosa – Espírito Santo**

**Eriene Santos Rosa - Goiás**

**Francinete (Fran) Pereira da Crua - Maranhão**

Fotografias

**Sandra Mayrink Veiga**

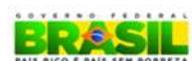
**Sandro Rogério do Nascimento**

**José Carlos Soares**

**Ale Maciel**



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



# SUMÁRIO

## Apresentação

### Parte - I

#### Introdução

#### O Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária

#### Introdução à Pesquisa-ação

- Preâmbulo
- Definições de Pesquisa-ação
- Principais aspectos da Pesquisa-ação
- Quais são os objetivos desta pesquisa?
- Formulação do tema e do problema da pesquisa
- Fases da Pesquisa-ação
- Hipótese de Pesquisa
- Os seminários
- O Plano de ação
- Conhecimento enquanto forma de poder social e político
- Comparação entre pesquisa convencional e a Pesquisa-ação
- Atenção!!

#### Quilombo

#### Economia Solidária

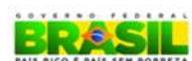
- O que é Economia Solidária?
- O que é Economia Feminista?
- A autogestão
- Economia Solidária e Pesquisa-ação nos territórios quilombolas
- O “estado da arte” da Economia Solidária
- O que são Empreendimentos de Economia Solidária?
- O que são Empreendimentos de Economia Solidária Quilombola?

#### 100 Empreendimentos Quilombolas

### PARTE II

#### Pesquisa Quantitativa - O CENSO

- O que é?
- Informações Gerais sobre Pesquisa Domiciliar
- Instruções Gerais para a Pesquisa Domiciliar – CENSO
- O Questionário



Por que e para que estamos fazendo um censo? O que estamos perguntando no censo?

Estrutura do Questionário

Instruções Específicas

## **Pesquisa Qualitativa**

O que é?

A Roda de Conversa

Instruções para Realizar a Roda de Conversa

## **A Descrição Histórica**

Introdução

Tecendo

Passo a passo

Era uma vez um campo de futebol

Uma sugestão de roteiro para realizar a Descrição Histórica

## **O Diário de Campo**

O que é?

Elementos para um Diário de Campo

Meu Diário de Campo

## **O Relatório Mensal**

O que é?

Relatório mensal do(a) agente

Relatório mensal do(a) coordenador(a)

## **Anexo I**

Subsídios para o Censo Quilombola do Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária

## **Anexo II**

Instrução para a digitação

## **PARTE III**

### **O Censo Nacional**

Introdução

Objetivos da Pesquisa

O censo

O Levantamento dos Dados

Processamento e Análise dos Dados

Conteúdo deste relatório



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## **1. Perfil dos Moradores e dos Domicílios**

## **2. Aspectos Relativos à Moradia**

## **3. Aspectos Relativos às Comunidades**

Situação do processo de titulação

Atividades econômicas desenvolvidas na comunidade

Condições de vida na comunidade

Avaliação das condições de vida em itens selecionados

Aspectos avaliados como problemáticos

Participação em atividades selecionadas existentes na comunidade

Satisfação com a vida na comunidade

Associações quilombolas: local e nacional

## **4. Aspectos Relativos a Emprego, Trabalho e Renda**

Habilidades ou profissões identificadas entre os entrevistados e seus familiares

Negócio próprio

## **5. Aspectos Relativos a Alguns Hábitos dos Entrevistados**

Religião professada pelo entrevistado

Recursos acionados pelo entrevistado quando adoecer

Produtos consumidos pelos entrevistados

## **6. Aspectos Relativos a Identidade, a Discriminação e aos Conflitos**

Sentimento de pertencimento

Tolerância com a diferença

Relações de vizinhança e conflitos

## **7. Conclusão**

## **8. Bibliografia**

**Anexo I - Plano Territorial de Brejo dos Crioulos - Minas Gerais**

**Anexo II - Plano Territorial do Baixo Amazonas - Pará**



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## **Anexo III - Projeto de Redes Solidárias em Minas Gerais**

### **PARTE IV**

#### **Censo de Minas Gerais - Território Brejo dos Crioulos**

### **PARTE V**

#### **Censo do Pará – Território do Baixo Amazonas**

### **PARTE VI**

#### **Censo do Espírito Santo – Território do Sapê do Norte**

### **PARTE VII**

#### **Censo do Maranhão – Território de Alcântara**

### **PARTE VIII**

#### **Censo de Goiás – Território Kalunga**



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## APRESENTAÇÃO

Sandra Mayrink Veiga

Este relatório faz parte de uma das principais metas do Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária do Programa Brasil Local da SENAES/MTE: a da pesquisa-ação, composta por diferentes instrumentos qualitativos e o censo enquanto instrumento quantitativo.

“A pesquisa-ação não impõe uma ação transformadora aos grupos de modo predefinido. A ação ocorre somente se for do interesse dos grupos e concretamente elaborada e praticada por eles”. (THIOLLENT, 2011)

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa organizada de modo participativo (com diferentes graus de participação), com a cooperação/colaboração de pesquisadores e de membros ou grupos implicados em determinada situação ou prática social. Envolve as pessoas da comunidade afetada como copesquisadores em todas as suas fases: identificação dos problemas e das possíveis soluções, coleta e análise dos dados e monitoramento da sistematização dos resultados da pesquisa. Posteriormente há a devolutiva da pesquisa e abertura de debate nas comunidades para a definição do que se vai fazer para solucionar os problemas: é o seminário de elaboração dos Planos Territoriais de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas onde se faz um Plano de Ação para a organização das ações, divulgação dos resultados e implantação das ações decididas no seminário de forma participativa e democrática.

Esta publicação está dividida em 6 cadernos: o primeiro apresenta a metodologia utilizada e traz o censo realizado em 5 estados, a saber: Pará, Minas Gerais, Maranhão, Goiás e Espírito Santo; e os seguintes o relatório do censo de cada um destes estados desmembrado e com um pouco da história de cada território junto com relatos dos(as) quilombolas implicados(as) na pesquisa. Estes relatos só vêm a corroborar o que o censo aponta e demonstrar a persistência dos quilombolas e de suas lideranças na luta pelos seus direitos e, por outro lado, a morosidade dos órgãos encarregados de fazer o processo de titulação conforme reza a nossa Constituição Federal bem como a postura persistente e sempre favorável aos fazendeiros grileiros da Justiça.

É com grande satisfação e sentimento coletivo de contentamento por ter realizado uma tarefa das mais desafiadoras e inovadoras que apresentamos à sociedade brasileira este relatório.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



Inovadora porque deu início a uma parceria de **gestão compartilhada** entre a academia e o movimento quilombola através da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. Nas palavras de Ronaldo Santos, representante da CONAQ na direção executiva do projeto: “É a primeira vez que a CONAQ está na gestão direta de um projeto nacional”. Esta parceria implica no exercício prático de aprendizagem mútua, de troca de saberes, de tempos e culturas diversas e de adequação aos diferentes regionalismos de nosso país continental. Não é uma tarefa simples, como todo projeto complexo ocorreram vários conflitos, mas também muitos ensinamentos para todos e todas que dele participaram.

Desafiadora porque como mostra a pesquisa, a possibilidade de comunicação através dos novos meios tecnológicos é impossível uma vez que somente **3% dos domicílios pesquisados têm computador e 2% têm acesso a Internet**. Desafiadora ainda porque a executiva não tinha como fazer a formação para a pesquisa-ação e as demais ações e atividades do projeto nos territórios. Isso implicou em um aumento na dificuldade de aplicação da pesquisa como um todo uma vez que os coordenadores tiveram que replicar para os agentes a formação que tiveram aqui no Rio de Janeiro em dois seminários.

A pesquisa quantitativa, que faz parte deste relatório, cobriu **1650 domicílios, 6258 pessoas em 40 comunidades quilombolas espalhadas em 5 Estados**.

**O censo apresentado aqui só foi possível de ser realizado porque no campo havia um grupo de cinco articuladores quilombolas (quatro mulheres e um homem)** com papel de coordenadores da pesquisa que, com suas equipes de agentes de desenvolvimento e pesquisa, enfrentaram todo tipo de adversidade desde a distância entre as comunidades, as chuvas, até jagunços armados rondando a cavalo o território e ameaçando os quilombolas em Minas Gerais.

Como todos poderão ver, os territórios quilombolas pesquisados apresentam uma baixíssima **integração às redes de serviços públicos**: somente **15%** dos domicílios têm a rede pública de água, sendo que há territórios onde o acesso à água está a 20 quilômetros de distância; somente **5%** dos domicílios declararam que o lixo é regularmente coletado sendo que a maioria absoluta, **89%, queima o lixo** doméstico produzido cotidianamente; e somente **0,2%** estão conectados à rede de esgoto e de águas pluviais. Apenas a ligação à rede elétrica é exceção graças ao programa “luz para todos” do governo federal. A existência de banheiro dentro de casa, outro relevante indicador de qualidade da habitação, é uma condição que só é satisfeita por 1/4 das moradias. Um pouco mais da metade delas possui o equipamento, porém situado fora da construção da casa (**54%**) e é significativa a parcela de domicílios que **não dispõem de banheiro: 21%**.



Os programas que atingem maior número de moradores são o Bolsa Família (63%) e a Cesta Básica (58%), representando a **única fonte de renda para 30%** do universo pesquisado.

A idade média é de 25 anos e a mediana<sup>1</sup> ainda menor: 21 anos.

Um dado alvissareiro é que 93% dos adolescentes estão na escola. A proporção daqueles que nunca frequentaram escola em suas vidas é de 8%, sendo significativamente mais elevada entre os idosos (30%). Porém o nível educacional alcançado pela população até o momento da pesquisa é fortemente concentrado no **Fundamental Incompleto (70%)**. Poucas pessoas têm o superior incompleto e completo (1% de cada) e, dentre estas, a predominância é das mulheres. Durante a pesquisa ouvimos constantemente a demanda por um ensino que incorporasse a história e a cultura africanas; as lutas por liberdade dos escravos no Brasil e pelos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Os setores de atividade que mais congregam os trabalhadores residentes nas comunidades pesquisadas são **a agricultura (70%) e a pesca (12%)**.

A renda mensal dos moradores é muito baixa: **61% não atingem 1 Salário Mínimo mensal<sup>2</sup>**. O valor médio foi de R\$323,96 e o mediano de R\$250,00. **Categorizados por classes de renda domiciliar per capita, 89% dos domicílios estão abaixo de um salário mínimo.**

**O item mais bem avaliado**, dentre uma extensa lista, obteve **45%** de avaliações positivas, **foi a alimentação**. Inversamente, **o item mais mal avaliado e que recebeu 95% de avaliação negativa, refere-se às oportunidades de trabalho e renda.**

Outro item muito mal avaliado foi a saúde. De fato não existe um atendimento na grande maioria dos quilombos e os postos de saúde ficam a uma distancia enorme e cujo acesso se dá por estradas de chão esburacadas e que no tempo das chuvas ficam intransitáveis. Na nossa visita à Bahia vimos que havia uma epidemia de hanseníase (lepra) em comunidades quilombolas e no Pará, sobretudo na parte da várzea, há um problema serio de falta de fixação do cálcio nas crianças que por causa disso não conseguem ficar de pé.

Este pequeno resumo de alguns resultados da pesquisa demonstra que os quilombos precisam ser urgentemente titulados e afirmados enquanto **territórios** face às políticas públicas para que se tenha um desenho integrado das diferentes políticas necessárias para a superação dos entraves ao etnodesenvolvimento.

---

<sup>1</sup> O valor que divide a distribuição ao meio.

<sup>2</sup> Salário mínimo usado para cálculo foi no valor de R\$510,00 por ter se constituído na moda da distribuição.



Este relatório demonstra também a urgência de se superar a falta de oportunidades de trabalho e geração de renda. Para tanto, e no contexto da visão de políticas integradas, a Economia Solidária - com destaque para a organização dos empreendimentos quilombolas solidários em cadeias de produção e por rede - deve apresentar-se como uma das principais soluções para vencer este desafio, pois já faz parte da prática corrente nos quilombos a terra ser coletiva e a presença de um grau elevado de solidariedade e colaboração.

Ainda como políticas emergenciais, gostaríamos de enfatizar a necessidade dos quilombos se conectarem ao resto da sociedade brasileira e ao mundo através da comunicação via internet e celular. Não é possível mais se ter tal grau de exclusão de acesso à comunicação e à informação.

Outra proposta é a de que as comunidades quilombolas pesquisadas entrem imediatamente no Programa de Erradicação da Miséria. A partir destas medidas estaremos contribuindo para o fortalecimento de um Brasil mais justo e que garanta os direitos fundamentais de seus cidadãos e cidadãs.

É importante anotar ainda que todos os dados da pesquisa estão registrados e na posse tanto das comunidades e da SENAES quanto do SOLTEC/UFRJ e da CONAQ e que todos estarão disponibilizados no sítio: [www.quilombosrurais.org.br](http://www.quilombosrurais.org.br)

A etapa final do projeto, ainda dentro das ações relativas à pesquisa-ação, é composta pelos seminários para a construção dos 10 Planos Territoriais de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas que serão a base para a elaboração posterior de uma proposta de Programa de Políticas Públicas Integradas a partir do ponto de vista dos quilombolas e, portanto, respeitando a sua cultura e procurando avançar para a construção de novas institucionalidades que permitam o alargamento da democracia participativa e o fortalecimento de uma nova economia.

Alguns seminários já foram realizados. Podemos afirmar que tem sido emocionante ver como os quilombolas estão se apropriando e analisando os dados coletados e sistematizados e vendo a necessidade de alterar algumas de suas táticas e estratégias de atuação nas associações locais. Mas se ficamos contentes com isso, também nos entristecemos ao ouvir por todos os lados que esta foi a primeira vez que tiveram acesso às informações pesquisadas em seus territórios e puderam debatê-las em conjunto para formular as propostas e ações necessárias, agora com base em dados cientificamente coletados, para que as políticas públicas possam vir a contribuir para o etnodesenvolvimento.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura deste relatório de apresentação da metodologia da pesquisa e dos dados deste censo



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



quilombola e queremos **ressaltar que nas outras comunidades dentro do âmbito do projeto a situação dos quilombolas, resguardadas as especificidades regionais, sobretudo de consumo e plantio, são muito semelhantes** e que os dados e planos territoriais possivelmente mostrariam exatamente a violação dos direitos humanos e a necessidade da titulação das terras e de políticas públicas integradas em todos territórios.

Queremos registrar aqui de público nossos parabéns a toda a equipe envolvida e, ainda, dizer que nos colocamos à disposição de todos e todas que quiserem mais informações sobre este trabalho ou que quiserem colaborar para a superação dos problemas detectados.

Afirmamos a necessidade da continuidade do trabalho nesta temática e encaminhamos as nossas observações e recomendações relativas à implantação das políticas públicas e em especial ao fomento da economia solidária na parte final da conclusão deste documento,

E, por fim, chamar a atenção das para o fato de que está havendo nos quilombos um grau elevadíssimo de violação de direitos Constitucionais como dos **ARTIGOS 5º; do ARTIGO 6º dos DIREITOS SOCIAIS; do ARTIGO 68 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS - ADCT; da CONVENÇÃO Nº 169 DA OIT e do DECRETO Nº 4887, de 20 de NOVEMBRO de 2003, da Presidência da República.** Aqui recomendamos fortemente a leitura dos cadernos relativos aos censos de Minas, do Espírito Santo e do Pará como exemplos de violação de vários direitos em territórios quilombolas e também como exemplo da persistência e perseverança dos atores locais na luta por seus direitos.

Por entendermos a violação de qualquer direito como crime muito sério e grave, vamos estar citando e transcrevendo vários trechos de Relatórios das Missões dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, da Plataforma Brasileira de Dhesca ao longo dos cadernos relativos aos censos estaduais e para que os(as) leitores(as) possam entender a origem desses relatórios e sua metodologia de trabalho solicitamos que leiam o texto de Maria Helena Rodriguez: *Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais: uma experiência de exigibilidade dos DhESCA* que se encontra logo abaixo. Infelizmente tivemos que cortar partes do texto para propiciar uma leitura mais rápida, no entanto sugerimos que o leiam na íntegra em [www.dhesca.org.br](http://www.dhesca.org.br)

Ao colocarmos este texto aqui também temos a intenção de estimular a criação de iniciativas que contribuam para a exigibilidade dos Dhesca envolvendo diversos atores sociais que participam da construção de estratégias de ação e da busca por soluções para a superação das violações de direitos humanos. Este também é um dos objetivos de estarmos divulgando a Plataforma e seu *modus operandi*.



“A Conferência Mundial de Viena de 1993 reafirmou o compromisso internacional pelos direitos humanos e os declarou indivisíveis e interdependentes. As características que definem tais direitos exigem uma integralidade de visão: são universais (valem para todos), interdependentes (um depende do outro para se realizar plenamente), indivisíveis (os direitos humanos têm que ser considerados como um todo, sem serem divididos, isto é, os direitos econômicos, sociais e culturais são condição para a observância dos direitos civis e políticos, e vice-versa) e inalienáveis (um direito não pode ser trocado ou compensado por outro). Assim, saiu fortalecido da conferência o postulado de que o conjunto dos direitos humanos perfaz uma unidade indivisível e interrelacionada: sempre que um direito é violado, rompe-se a unidade e todos os demais direitos são comprometidos” (VANUCCHI, 2009).

Justamente está aqui a maior inovação trazida pelos Dhesca: a de que as violações aos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais são tão graves quanto as violações de direitos civis e políticos.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## **PROJETO RELATORES NACIONAIS EM DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS: uma experiência de exigibilidade dos DhESCA**

**Maria Helena Rodriguez\***

\*Maria Helena é advogada e trabalha atualmente no IBASE

### **(...) HISTÓRICO E FORMA DE FAZER**

O Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos Sociais, Culturais e Ambientais é uma iniciativa da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA). Este projeto nasce a partir da constatação da inexistência de mecanismos ágeis de monitoramento para a realização destes direitos no país, da necessidade de participação efetiva da sociedade para sua implementação, como também da avaliação de que a cultura dos direitos é ainda frágil na sociedade brasileira, e especialmente dos DhESCA.

Por meio do Projeto Relatores, a Plataforma busca dar atenção especial à concretização dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, vindo a contribuir para a ampliação do significado prático desses direitos na nossa sociedade.

Seu objetivo é funcionar como instrumento de ampliação da exigibilidade dos DhESCA no Brasil, tendo em vista sua realização integral (promoção, proteção e reparação) para todos e todas.

O Projeto foi inspirado na experiência dos Relatores Especiais das Nações Unidas.

Mas, ao contrário das Nações Unidas, onde as relatorias temáticas de direitos humanos são vinculadas ao Alto Comissariado de Direitos Humanos, na experiência brasileira, as Relatorias Nacionais são uma iniciativa da sociedade civil. Isto é, não são institucionalizadas e não foram constituídas formalmente por uma lei ou um decreto nacional, como são, por exemplo, constituídos os Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos ou a Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Mas, como no caso das Nações Unidas em sua relação com os diferentes países, os Relatores Nacionais surgem para contribuir para que o país – sociedade e Estado – possa avaliar a capacidade de implementação dos



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



DhESCA e ainda apresentar propostas de superação de eventuais obstáculos e problemas. Assim, seu objetivo é *“contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, com base nos compromissos assumidos nacionalmente, através da Constituição brasileira e do Programa Nacional de Direitos Humanos, e, internacionalmente, através dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ratificados pelo país”*.

As Relatorias Nacionais, constituídas em 2002, são seis: Direito Humano à Alimentação Adequada, à Água e à Terra Rural; Direito Humano à Educação; Direito Humano ao Meio Ambiente; Direito Humano à Moradia Adequada e à Terra Urbana; Direito Humano à Saúde; Direito Humano ao Trabalho.

### **(...) O PAPEL DAS RELATORIAS**

Sua missão é subsidiar o fortalecimento da capacidade organizativa de controle social e de monitoramento independente da sociedade civil organizada, para incidir na qualificação das políticas públicas, no controle dos espaços privados do mercado e na justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. As Relatorias Nacionais cumprem o papel de diagnosticar, relatar e recomendar temas, casos, contradições, conflitos, demandas, saberes e poderes, trazendo estes conteúdos e metodologias (do localizado) para o debate amplo na sociedade, através das redes temáticas, da Plataforma, do conjunto da sociedade civil, dos órgãos públicos de controle social.

Os Relatores Nacionais atuam de forma estreitamente articulada às redes temáticas, às organizações da Plataforma e aos diversos atores da sociedade civil no campo dos direitos humanos. Em geral, e conjuntamente com diversos atores, as Relatorias cumprem um papel fundamental de colaborar para a criação de uma consciência cidadã sobre os DhESCA, atuando, especialmente no sentido de indicar a necessidade de gerar instrumentos concretos e permanentes para sua exigibilidade e justiciabilidade (indicadores, mecanismos jurídicos e administrativos, ações públicas).

As Relatorias têm como fonte as demandas sociais (organizadas e difusas, contanto que sejam assumidas por organização constituída), devendo posteriormente sempre se reportar à sociedade, de modo particular aos agentes organizados da sociedade civil, como os movimentos e redes temáticas, e ainda à própria Plataforma, aos órgãos públicos, a outras organizações da sociedade e de controle dos agentes privados (mercado).

Uma importante contribuição do Projeto Relatores é a articulação do local com o nacional, contextualizando o específico no geral e o geral no específico, gerando consequências para todos os níveis, especialmente, nas recomendações.

### **AS FORMAS DE ATUAÇÃO DAS RELATORIAS**

As Relatorias são norteadas pelos seguintes objetivos:



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



- a. diagnosticar, relatar casos, contradições, conflitos, denúncias, verificadas no campo dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, trazendo estes conteúdos para o debate amplo na sociedade;
- b. criar a interface, incidência e mediação com órgãos públicos;
- c. subsidiar o fortalecimento da capacidade organizativa da sociedade civil nas suas práticas de controle social e de monitoramento, com intuito de incidir na qualificação das políticas públicas e na justiciabilidade dos direitos humanos;
- d. consolidar o processo de afirmação e fortalecimento dos DhESCA como direitos humanos;
- e. incidir para que o Estado brasileiro promova e garanta o cumprimento dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- f. traçar diagnósticos sobre a vigência e a efetividade dos direitos humanos, além de fomentar a construção de indicadores e bancos de dados;
- g. elaborar documentos ou relatórios, apresentando recomendações para que a sociedade civil possa ter avanços concretos;
- h. potencializar os grupos e a sua capacidade para protagonizar a solução dos conflitos;
- i. estimular as redes para atuar no campo da defesa dos direitos coletivos;
- j. contribuir para evidenciar a interdependência entre direitos humanos, democracia e desenvolvimento;

Na metodologia de atuação das Relatorias Nacionais convergem as perspectivas da justiça, das políticas públicas e do instrumental técnico-jurídico para a promoção, defesa e garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais no Brasil.

### **ACOLHIMENTO DE CASOS**

O acolhimento pode ocorrer em razão das informações e denúncias subministradas pelas redes, fóruns, organizações, movimentos sociais ou pelas próprias vítimas, em situações que deverão então ser investigadas ou ser objeto de uma missão de verificação.

Outra forma é aquela onde a própria Relatoria, ao tomar conhecimento de uma situação de violação, tem a iniciativa de promover uma investigação ou uma missão *in loco*, levando em conta alguns critérios que são construídos coletivamente pelo Projeto Relatores, tais como:

- a. casos que envolvam conflitos coletivos oriundos da violação dos DhESCA;
- b. casos onde esteja em jogo a vida e/ou a sobrevivência de pessoas e de grupos sociais ameaçados ou vítimas de violação dos DhESCA;
- c. casos onde existam no local (se não no local exato, mas pelo menos na região) organizações (ONGs, associações, movimentos populares e



sindicais, entidades de direitos humanos) para ajudar a preparar a missão, dar apoio, respaldo, acompanhar e dar seguimento à missão;

d. casos onde exista a possibilidade de influenciar a situação, seja em termos preventivos, seja em termos de reparação (muitas vezes, uma ação preventiva, a partir de uma situação de ameaça, pode ser mais relevante, se contribuir, de fato, para impedir que a violação seja consumada);

## **OS RELATORES NACIONAIS**

### **QUEM SÃO OS RELATORES NACIONAIS**

Os critérios básicos para a escolha dos Relatores(as) Nacionais são: conhecimento e experiência profissional nos campos dos direitos humanos das Relatorias; reconhecimento público do compromisso com a promoção dos direitos relacionados à cada Relatoria; legitimidade perante redes, fóruns e organizações da sociedade civil que atuam nas áreas temáticas de cada Relatoria; autonomia e independência dos órgãos governamentais.

Para se garantir a autonomia e independência dos Relatores(as) Nacionais, estes não podem ter vínculos com órgãos governamentais, no sentido de estarem desempenhando funções em cargos de direção ou de trabalharem em órgãos e instituições públicas que acarretem impedimentos para o exercício de suas funções como Relator(a) Nacional. Da mesma forma, não podem ser pessoas vinculadas a instituições ligadas ao Poder Judiciário, como promotores, procuradores ou juízes, não podendo ainda ser membros do Poder Legislativo (deputados, senadores, vereadores).

Os Relatores(as) Nacionais exercem esta função de forma voluntária, não tendo nenhuma remuneração profissional. Nesse sentido, é importante que exista uma parceria do Projeto Relatores Nacionais com as organizações e instituições de origem dos Relatores(as) Nacionais, para que seja assegurada uma dedicação parcial para as atividades das Relatorias.

Vale notar que a representatividade e a legitimidade dos Relatores Nacionais perante a sociedade civil também têm sua importância. Mesmo que o mandato dos Relatores Nacionais seja pessoal, ele não é impositivo. A conexão de cada Relator Nacional com as redes, entidades e movimentos populares é fruto de uma história compartilhada e constitui um elemento relevante para o sucesso da atuação dos mesmos.

### **(...) PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO, ESCOLHA E NOMEAÇÃO**

Um edital elaborado pela Plataforma DhESCA Brasil e divulgado amplamente entre as redes, fóruns, meios acadêmicos, entre outros, serve de marco de referência para iniciar o processo de seleção. A seleção pública dos relatores é feita pelo “Conselho de Escolha dos Relatores Nacionais em DhESCA”, o



qual é composto por seis organizações da sociedade civil organizada, quatro organismos do Estado brasileiro (Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, Departamento de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e Secretaria Especial de Direitos Humanos), bem como por organismos internacionais parceiros do projeto, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV).

## O MANDATO

O mandato dos Relatores Nacionais tem duração de dois anos, porém os Relatores Nacionais poderão concorrer a um novo mandato precedido de novo processo de seleção, concorrendo com novos candidatos indicados.

Durante o período de seu mandato, os relatores são irremovíveis e desenvolvem um trabalho de caráter independente, embora tenham o trabalho balizado por um termo de mandato, com elementos comuns a todos e específicos a cada uma das seis Relatorias Nacionais, construído com a participação da sociedade civil organizada durante o Seminário para a Construção da Metodologia de Trabalho dos Relatores Nacionais em DhESCA, em 2002.

Os Relatores Nacionais desempenham uma função pública de agentes promotores dos DhESCA, com base no mandato público que contém os compromissos, os objetivos, as formas de atuação e as parcerias para desenvolver o trabalho de monitoramento destes direitos. Através dos termos do mandato, as organizações da sociedade civil, bem como as autoridades públicas, têm condições de colaborar com a atuação das Relatorias e fiscalizar se os termos do mandato estão sendo respeitados.

### (...) AS PRINCIPAIS TAREFAS DOS RELADORES NACIONAIS SÃO:

- a. receber e recolher denúncias de violações dos direitos humanos e encaminhá-las aos órgãos competentes;
- b. realizar, no mínimo, duas missões por ano para verificar “*in loco*” situações concretas de violações dos direitos em questão e buscar facilitar a identificação de mecanismos administrativos, políticos e legais capazes de remediar as mesmas;
- c. elaborar relatórios após cada missão, sistematizando as denúncias, os depoimentos, os direitos violados e apresentando as recomendações às autoridades públicas competentes, no sentido de garantir a proteção efetiva ao direito violado;
- d. produzir relatórios anuais de prestação de contas que incluam: as violações de direitos humanos investigadas durante o ano; os diagnósticos e a avaliação sobre o grau de aplicabilidade dos direitos



econômicos, sociais, culturais e ambientais; as situações e casos de impedimento à garantia integral destes direitos e as recomendações para a implementação destes direitos.

## **OS ASSESSORES**

Cada Relatoria tem um assessor que colabora com o Relator Nacional no desenvolvimento das tarefas.

Os assessores são contratados pelo Programa de Voluntários de Nações Unidas (UNV), a partir da parceria estabelecida desde o começo do Projeto. A seleção é realizada de maneira conjunta entre UNV, Relatores Nacionais e a Plataforma DhESCA.

O papel do assessor é fundamental para o desenvolvimento das atividades do projeto, que incluem contatos com os diversos atores sociais envolvidos, pesquisas sobre o tema da violação e sobre a legislação pertinente, levantamento dos dados locais, organização das missões, produção de informes, co-elaboração, divulgação e disseminação dos relatórios e, por fim, acompanhamento dos casos.

## **AS MISSÕES**

### **Objetivos**

As missões têm o papel de dar visibilidade e voz aos diversos segmentos da sociedade, para que as autoridades do Estado brasileiro tomem conhecimento das situações envolvendo impedimentos, ameaças e violações dos DhESCA, afetando grupos sociais (como moradores de favelas, populações indígenas e tradicionais, comunidades quilombolas e rurais, movimentos urbanos etc.), bem como para que assuma o devido papel de mediação e interlocução para a solução dos conflitos encontrados.

Na fase de implantação do Projeto, a definição das missões era uma decisão individual do relator. Atualmente, a definição das missões se faz de maneira coletiva, durante o “Seminário Nacional de Definição de Estratégias e Missões”, que acontece no início de cada ano e do qual participam os relatores, redes, movimentos, fóruns e entidades de referência, em cada um dos direitos do projeto. Esta mudança estratégica proporcionou a possibilidade de uma leitura conjunta dos conflitos, das violações, das políticas do país, mas também ajudou a consolidar o Projeto como estratégia coletiva da sociedade na defesa de direitos, além do contar com o comprometimento de todos os atores, nas diferentes etapas do processo. As missões constituem um mecanismo de luta e organização, em uma estratégia política de reivindicação para a realização de um direito.

Uma missão tem como componentes fundamentais as organizações populares, as redes e os fóruns, as coalizões de movimentos sociais locais que possam ajudar na articulação. As visitas *in loco* devem ser precedidas



de planejamento realizado entre as redes locais e as Relatorias. As organizações locais são fundamentais para a identificação dos casos, dos grupos diretamente afetados, das situações de ameaça, para mapear os poderes locais e para entender a correlação de forças. Documentos e registros diversos são importantes para a elaboração de um dossiê. De acordo com a temática, podem ser notícias da imprensa, contratos, certidões, mapas, fotografias, relatórios, protocolos, vídeos, entrevistas, depoimentos gravados e escritos, diagnósticos e resultados de estudos e pesquisas. Devem ser consideradas as ações já empreendidas pelas redes, os desafios e superações, os resultados e os impactos causados.

(...) Cabe às Relatorias, conjuntamente com a sociedade civil organizada, impulsionar o processo, “dando forma” à denúncia, diagnosticando a situação, conhecendo os atores envolvidos, priorizando os passos a serem dados para a efetividade e o sucesso da missão.

O fato de que se realize uma missão em uma comunidade determinada, indica às vítimas que sua situação e seu sofrimento serão conhecidos pela sociedade, o que, na maioria dos casos, é uma oportunidade única de dar a conhecer suas reclamações.

Nas missões ocorrem visitas aos locais onde vivem as comunidades, com o intuito de realizar investigações que possam conduzir ao esclarecimento de atos, fatos ou omissões. Nessas visitas, são realizadas reuniões com as comunidades para recolher informações específicas, são tomados depoimentos das vítimas, é documentada a situação encontrada (documentação fotográfica, de áudio e vídeo), são realizadas visitas às autoridades e órgãos públicos, debates e seminários com a sociedade local visando à disseminação dos DhESCA, e são promovidas audiências públicas e coletivas de imprensa, prestando orientações sobre as formas de exigibilidade dos direitos.

O sucesso das missões não se deve apenas ao relator nem ao seu assessor. A Plataforma DhESCA conta com numerosos parceiros que assimilaram o espírito e o objetivo do processo e que são decisivos tanto para a mobilização como para a identificação das violações. Todas as missões contam com uma ou várias organizações locais de referência, mas a missão deve envolver um leque maior de pessoas e entidades, para alcançar um impacto significativo. De fato, temos conseguido constituir grupos de apoio que acompanham a missão e/ou participam das audiências públicas, como o Ministério Público federal e estadual, as Defensorias Públicas estaduais, organizações representativas das vítimas, os representantes de setores governamentais relacionados com a temática, representantes dos legislativos federal e estadual, as organizações locais de direitos humanos, meios de comunicação, pesquisadores. A maioria desses contatos é feita pelas organizações parceiras da região que, além de assegurar a logística, precisam explicar e convocar os que se sentem ameaçados a fazerem as denúncias e se organizarem para enfrentar os agentes violadores de direitos humanos.



A transparência, a responsabilidade e a capacidade de diálogo são características essenciais das missões, promovendo o diálogo construtivo com as autoridades, sempre na perspectiva de encontrar saídas e a adoção de medidas adequadas.

A missão não é um momento de confrontação, mas sim de articulação entre a denúncia propriamente dita com os instrumentos de preservação ou reparação dos direitos violados. Por isso, a necessidade de envolver os diversos órgãos governamentais e instituições públicas, como a Defensoria Pública e o Ministério Público, durante a missão. A missão igualmente configura um momento de divulgação das práticas positivas como exemplo de realização dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais que podem ser multiplicadas.

### **(...) AS MISSÕES E AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

As audiências públicas configuram um dos momentos mais importantes da missão.

É o espaço para a população ocupar um lugar na tribuna. O objetivo principal da Audiência Pública é dar voz aos grupos sociais que estão sofrendo obstáculos ou ameaças, ou que se configuram vítimas de violação de direitos humanos. Em suma, dar visibilidade aos conflitos, protagonismo às vítimas.

Dela participam representantes de governos, autoridades públicas, o Ministério Público, Defensoria Pública, parlamentares, organizações da sociedade civil, redes, gestores responsáveis pelas políticas públicas, pesquisadores, vítimas de violações.

Vale notar que o termo “audiência pública” é emprestado, mas reflete bem o espírito da reunião que se promove. No entanto, não é obrigatório escutar todas as partes.

A prioridade é realmente dar voz às vítimas e suas organizações e tentar fazer a ponte com quem dos vários poderes públicos competentes presentes pode e se dispõe a dizer o que se pretende fazer para mudar a situação. A intervenção de pesquisadores que estudam a situação em apreço é importante para que não se tente desqualificar os depoimentos das vítimas. Nas audiências públicas também são recebidas denúncias sobre outros e situações em locais não visitados pelo Relator Nacional.

As audiências são cercadas de publicidade para que sejam as mais concorridas possíveis, possam encorajar as vítimas e impressionar a opinião pública e os responsáveis envolvidos. Através das audiências públicas, as Relatorias têm aberto canais de diálogo e de mediação entre os diversos segmentos da sociedade envolvidos no caso investigado.

Ao final da audiência pública, o Relator Nacional deve apresentar as primeiras recomendações às autoridades públicas e comunidades envolvidas presentes na audiência.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO – RELATÓRIOS

As Relatorias produzem, sempre em diálogo com as organizações locais, e no máximo dentro de um mês depois de cada missão, um relatório específico, contendo uma fundamentação jurídico-legal, a contextualização do caso, a descrição da denúncia, os depoimentos colhidos, a apresentação de exemplos que procuram responder de modo positivo ao problema e ainda os comentários do Relator Nacional e as suas recomendações.

Estes relatórios são dirigidos aos órgãos governamentais federais, estaduais e locais competentes e circulam amplamente entre as organizações e instituições locais que participaram da missão.

A publicação do informe da missão tem um impacto considerável, não somente para a proteção senão também muitas vezes para a prevenção.

Os *relatórios anuais* têm o objetivo de prestar contas das missões, ações e encaminhamentos tomados pelas Relatorias para as vítimas e organizações denunciantes e para a sociedade. Estes relatórios, além de informar sobre as missões realizadas, têm um caráter analítico-conceitual, procurando fazer uma leitura geral de cada um dos direitos, a partir dos casos concretos analisados nas missões. Isto é, eles procuram trazer à discussão o conteúdo de cada um dos direitos e as implicações legais e jurídicas de sua realização, com base no corpo jurídico e normativo brasileiro. Também procuram identificar as principais tipologias de violação dos direitos no país, apresentando os principais obstáculos à realização dos referidos direitos. Igualmente, relatam as situações e casos de impedimentos, ameaças, violações e falta de implementação destes direitos, avaliando o grau de aplicabilidade dos DhESCA e das formas de proteção e exigibilidade.

Também procuram destacar as ações implantadas pelo Estado e pelas comunidades, assim como apresentar recomendações gerais para cada direito.

(...) Os relatórios são apresentados na Conferência Nacional de Direitos Humanos, que é promovida anualmente pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e são enviados ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e outros espaços relacionados aos temas cobertos pelas Relatorias (Conferência da Cidade, de Segurança Alimentar, Fórum Social Mundial) e, no plano internacional, são enviados para os Relatores Especiais das Nações Unidas, assim como apresentados perante o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU e, no âmbito regional, perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

(...) O Projeto Relatores Nacionais em DhESCA terá cumprido o seu objetivo se conseguir demonstrar claramente que as violações aos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais no Brasil são tão graves quanto as execuções sumárias, a tortura e as prisões arbitrárias, na medida em que tais violações também causam a morte de



milhões de pessoas cotidianamente e que, em ambos os casos de violações de direitos, há soluções viáveis, se assumidas como compromissos prioritários pelos agentes públicos responsáveis.

## FORMAS DE MONITORAMENTO

Depois de finalizadas as missões, os relatórios de missão são enviados para diversos Ministérios e Conselhos Nacionais de Políticas Públicas, para as autoridades públicas regionais e locais, e gestores de políticas governamentais, para que estes possam ser informados sobre a situação concreta daquela comunidade, como também para que estas autoridades tenham a oportunidade de se pronunciar oficialmente sobre as medidas necessárias que estão ou que deverão ser tomadas, tanto no sentido de cessar as violações cometidas, como para garantir o direito.

Para as comunidades, o Relatório se converte num instrumento político e, a partir do momento em que uma situação de violação local passe a estar sistematizada e documentada, passa a haver uma base de referência para o seguimento e o monitoramento do caso. Algumas vezes, o Relator volta ao local para “entregar o relatório” às comunidades, situação na qual poderá ser discutida e construída uma pauta de ação, geralmente, a partir da constituição de um grupo local para este acompanhamento.

A possibilidade das medidas sugeridas serem de fato implementadas depende, principalmente, da apropriação das recomendações e do processo de monitoramento por parte das organizações e redes, fóruns e movimentos sociais locais, regionais e nacionais, de modo a exigir das autoridades responsáveis as ações necessárias para proteger e promover os direitos.

Por isso, é fundamental que as redes temáticas envolvidas nas ações das Relatorias sejam protagonistas centrais, apoiadas e articuladas pela Plataforma DhESCA, revestidas do papel de impulsionar o processo, uma vez que o saldo político-organizativo do processo é das redes, das organizações locais e da Plataforma. Cabe destacar a importância de que os desdobramentos sejam locais, microrregionais, nacionais, em diversos níveis. O compromisso dos diversos atores é de estarem antes, durante e depois no processo, construindo-o conjuntamente, em níveis de responsabilidades específicos e diferenciados.

## SUJEITOS SOCIAIS E ATORES DO PROCESSO

A Plataforma DhESCA Brasil, através do Projeto Relatores Nacionais, tem estabelecido parcerias com um amplo elenco de atores sociais. Nem



todos são “originariamente” do campo dos direitos humanos, ao contrário, são organizações, redes, movimentos e entidades da sociedade civil que tradicionalmente militam em lutas específicas da área social (luta pela reforma agrária, segurança alimentar e nutricional, água, justiça ambiental etc.). O trabalho se desenvolve com a lógica de rede de direitos humanos. A noção de cidadania associada ao exercício, gozo e exigibilidade de direitos tem permitido criar canais de colaboração entre os mais diversos tipos de organizações sociais.

(...) A partir dessa articulação é afirmada a legitimidade do Projeto junto às organizações locais e essa legitimidade se traduz em uma efetiva estratégia de defesa de direitos.

O mecanismo das Relatorias não só desvenda novos conflitos e organiza novos processos de exigibilidade, senão que “agrega valor às lutas” já constituídas e em andamento nas regiões. Constituir objeto de missões e de visitas *in loco* assegura visibilidade, amplia o diálogo com autoridades públicas, proporciona mediações políticas e abre um novo caminho na busca de soluções para as situações enfrentadas.

Cabe ressaltar que para o desempenho das funções de Relatoria, tem sido fundamental o apoio de várias organizações ligadas a redes e fóruns da sociedade civil organizada, relacionadas com as temáticas das Relatorias, e que têm dado desde suporte institucional para as atividades desempenhadas pelos Relatores Nacionais e os assessores, da mesma maneira que participam da elaboração do plano de trabalho, definição das linhas de ação e das missões. Vale a pena destacar os seguintes apoios e parcerias estabelecidas pelas relatorias:

- Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente: Fórum Brasileiro de ONGs, Rede de Justiça Ambiental.
- Relatoria Nacional para o Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana: Fórum Nacional de Reforma Urbana, Fórum Nordeste de Reforma Urbana e Participação Popular, Confederação Nacional da Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Centro pelo Direito à Moradia e Contra os Despejos-COHRE, Central de Movimentos Populares.
- Relatoria Nacional para o Direito Humano à Alimentação Adequada, Água e Terra Rural: FIAN Brasil, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Comissão Pastoral da Terra-CPT, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG, Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar.
- Relatoria Nacional para o Direito Humano à Saúde: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, SOS Corpo, Sindicatos de Químicos, Conselhos Regionais de Medicina, Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



- Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Fórum Interinstitucional de Educação, Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho: Organização Internacional do Trabalho-OIT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, Comissão Pastoral da Terra-CPT, Central Única dos Trabalhadores, Pastoral do Migrante.

Nos primeiros quatro anos de existência do Projeto, as Relatorias Nacionais em DhESCA, realizaram 46 missões e visitaram 82 cidades. Mais de 300 organizações, movimentos, redes, vítimas, atingidos participaram das diferentes atividades. O projeto *existe*, toma corpo, a partir das centenas de pessoas que se articulam e mobilizam tanto para a definição, organização e desenvolvimento das missões, como para o seguimento das recomendações e definição de estratégias locais de exigibilidade. São esses os atores protagonistas do processo coletivo de defesa e construção de direitos. (...)

### **FORTALECIMENTO DA CIDADANIA**

A concepção de monitoramento pela sociedade civil está vinculada à noção de cidadania e exercício de direitos, à força da sociedade civil, à sua visibilidade e aos recursos de mobilização. Como afirma Marshall, *“o fortalecimento da cidadania é um processo que articula formas de mobilização da sociedade civil com a construção de instituições que definem novos direitos. É dizer, que a expansão da cidadania articula, através da política, as mobilizações e reivindicações da sociedade civil com conquistas jurídicas”*.<sup>3</sup>

As experiências de exigibilidade que vêm acontecendo desde o Projeto Relatores têm em comum uma vinculação direta com os processos de construção de cidadania, isto é, estas experiências reforçam a condição de cidadãos e cidadãs daqueles e daquelas que as animam, articulam e desenvolvem.

O Projeto radicaliza os conceitos de democracia e cidadania, incorporando a população no espaço público e definindo uma relação com o Estado diferente da recepção passiva de serviços. (...) Apela aos sujeitos sociais enquanto cidadãos, ocupados da promoção e defesa de interesses públicos, ou seja, da geração e propagação de convicções práticas, de temas relevantes para toda a sociedade. Podemos usar aqui o conceito normativo do público, desenvolvido por Habermas<sup>4</sup>, que chama a atenção para o papel de “agentes morais independentes”, entendendo-se que através do enriquecimento do debate público no seio da sociedade, esta poderá exercer uma função de crítica e controle sobre o Estado.

<sup>3</sup> MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, p.76.1967.

<sup>4</sup> HABERMAS, Jürgen. “Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público”. in: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo No. 26, 1990.



## A FUNÇÃO PÚBLICA DAS RELATORIAS NACIONAIS EM DHESCA

Um dos sucessos principais do Projeto é o posicionamento dos DhESCA na esfera pública, qual seja a de torná-los mais visíveis num âmbito mais amplo da sociedade, no sentido da criação de uma nova ordem democrática valorizadora da universalização dos direitos. Utilizamos aqui o termo esfera pública no sentido que assinala Ferrajoli: localiza-se no lugar da política, isto é, dos interesses de todos. Mas os interesses de todos são, antes de tudo, os que são reconhecidos como direitos de todos, ou seja, como interesses universais e, portanto, fundamentais.<sup>5</sup>

As ações do Projeto vão se consolidando no sentido da construção de uma “esfera pública não estatal”, no sentido de organizações ou formas de controle “públicas” que estão voltadas ao interesse geral. São “não estatais” porque não fazem parte do aparelho do Estado, seja porque não utilizam servidores públicos ou porque não fazem parte de uma ação do Estado<sup>6</sup>. Mas também do fortalecimento da capacidade propositiva dos atores sociais visando a potencializar ações coletivas de defesa dos direitos, “...os caminhos de formação dessa esfera comum são construídos pelo discurso e pela ação dos sujeitos sociais que, estabelecendo uma interlocução pública, possam deliberar em conjunto as questões que dizem respeito a um destino coletivo.”<sup>7</sup> Tais decisões resultam da interlocução e do intercâmbio entre segmentos da *população local, preocupados com as problemáticas sociais e a falta de garantia de direitos que dizem respeito às necessidades públicas. E essa interlocução deve se consolidar num movimento de continuidade e de expansão.*

Este projeto implica em uma ação transformadora, de empoderamento dos sujeitos, de desenvolvimento de capacidades, que se situa em um contexto de relações de poder Estado-sociedade civil. A participação dos cidadãos implica possibilidade de controle e monitoramento, que os fortalece e ajuda a reformular, a todo o momento, as suas relações com o Estado. A essência do projeto está nos “espaços públicos”, nas “participações” e nas “mediações”.

## CONSTRUINDO UMA NOVA CULTURA DOS DIREITOS E O FORTALECIMENTO DOS SUJEITOS COLETIVOS

---

<sup>5</sup> FERRAJOLI, Luigi, “De la carta de derechos a la formación de una esfera pública in:<http://www.bibliojuridica.org/libros/3/31471/5.pdf> acesso 13/08/06

<sup>6</sup> BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. “Cidadania e Res Publica: A Emergência dos Direitos Republicanos”. Revista de Filosofia Política – Nova Série, vol.1, Porto Alegre:Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Filosofia, 1997.

<sup>7</sup> RAICHELIS, R. Assistência social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 56, p. 77-96, 1998.



O projeto permite o fortalecimento de sujeitos coletivos de direitos. É uma tentativa de gerar e fortalecer espaços de diálogo social permanente e frutífero sobre os direitos humanos com vítimas das violações, com as ONGs e com os representantes do Estado, no sentido de buscarem soluções para os problemas enfrentados. Os relatores nacionais estabelecem uma relação com os mais diversos setores sociais a fim de que soluções sejam construídas.

Fomentar a sensibilidade cidadã das pessoas e organizações, gerando uma verdadeira cultura de direitos e vontade de reclamá-los nos espaços institucionais existentes e nos novos ou em construção. Tão importante como promover a exigibilidade dos direitos econômicos sociais, culturais e ambientais é a construção da consciência cidadã. Os direitos tornam-se efetivos quando se luta para conquistá-los e, para isso, é preciso que as pessoas se percebam como sujeitos de direitos, conscientes da capacidade de reclamar o cumprimento dos mesmos. Nesse sentido, o que se quer não são políticas assistencialistas, mas a exigência de direitos e de implantação de políticas públicas que os protejam e promovam, deixando claro que a demanda não é por favores concedidos pelo Estado, mas pelo cumprimento da responsabilidade estatal de garanti-los. Para tanto, o Projeto verifica a importância de realizar atividades diversas de informação, difusão, denúncia e *lobby*.

O Projeto Relatores não se limita à esfera judicial, e muito menos é um assunto destinado a especialistas em direitos. Pelo contrário, trata-se de um esforço de dotar a sociedade e, em particular, as vítimas de violações de ferramentas para que possam fazer valer seus direitos e exigir do Estado o cumprimento de suas obrigações, transformando suas práticas institucionais nas esferas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. É o fortalecimento da sociedade civil como sujeito político capaz de propor soluções e saídas aos conflitos e influir nas políticas públicas para melhorar o acesso da população aos serviços coletivos. Só quem se forma como sujeito de direitos pode opor um princípio de resistência à dominação, ao autoritarismo e à injustiça.

(...) A cultura de direitos não se constrói por decreto ou por programa. É produto de um processo social aberto e coletivo, de uma contínua ressignificação da identidade e do fazer, é o exercício contínuo e cotidiano da cidadania, se concretiza nas significações e representações que pessoas concretas outorgam aos direitos humanos nas suas vidas cotidianas.

## **EXIGIBILIDADE E JUSTICIABILIDADE DOS DHESCA**

O Projeto Relatores se define como instrumento de ampliação da capacidade de exequibilidade dos DhESCA. Seu papel é de subsidiar o fortalecimento da capacidade organizativa da sociedade civil no exercício do seguimento e monitoramento, para incidir na qualificação de políticas públicas, garantindo a justiciabilidade dos direitos humanos.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



(...) O Projeto propõe não só um discurso de denúncia, senão também de possibilidades e soluções, para as quais são promovidas dinâmicas coletivas destinadas a criar novos processos. No caso das “missões preventivas” estimula-se a explicitação dos projetos do Estado e das comunidades, gerando-se processos comunicativos destinados a evidenciar e desvendar as ações previstas.

De uma forma geral, as Relatorias Nacionais, bem como as entidades que as apoiam, têm recorrido a parcerias com o Ministério Público tanto Estadual como Federal, proporcionando a impetração de ações como a ação civil pública para alcançar resultados efetivos.

Os Ministérios Públicos desempenham importante papel institucional de defensor dos interesses sociais exigindo do Estado a efetivação de direitos. Infelizmente, o Poder Judiciário, a quem cabe obrigar o cumprimento da lei evitando arbítrios de qualquer natureza, se reveste, no Brasil, de uma postura conservadora. Questiona, sobretudo, a ambiguidade do conteúdo das obrigações que emanam dos DhESCA e coloca em dúvida o princípio de que estes direitos possam ser exigíveis juridicamente no mesmo grau que os direitos civis e políticos.

#### **PROCEDIMENTOS LEGAIS OU ADMINISTRATIVOS UTILIZADOS PELAS RELATORIAS:**

a. um dos instrumentos mais utilizados pelas Relatorias, tem sido o procedimento administrativo chamado “termo de ajustamento de conduta” (TAC), onde, através do Ministério Público, as partes envolvidas na violação assinam um compromisso para ajustar a conduta seguindo os termos da lei. (...)

b. um canal amplamente utilizado pelo Projeto Relatores Nacionais são as parcerias estabelecidas com o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão colegiado com representantes de setores ligados aos direitos humanos.

(...) Não podemos deixar de ressaltar a importância do Projeto Relatores Nacionais em DhESCA em construir estratégias de exigibilidade, mas precisamos aprofundar o debate sobre os mecanismos de justiciabilidade, que além de buscar a reparação do direito, nos permite fazer uma leitura concreta sobre o processo jurídico.

Muitos são os desafios para a garantia dos direitos humanos e para a consolidação dos seus instrumentos de exigibilidade e justiciabilidade em nosso país. A desinformação sobre os direitos de grande parte da população impede que os órgãos jurisdicionais sejam procurados pelos reais destinatários do serviço jurisdicional gratuito. Esta população, devido aos altos custos dos serviços jurídicos, acaba ficando à margem da sociedade, e recorrendo a uma forma extra estatal de realizar a justiça. A falta de uma Defensoria Pública em todos os Estados também contribui



muito para a manutenção desse quadro, além da sobrecarga de trabalho acumulada pelos defensores públicos.

## **DIÁLOGO COM O SISTEMA INTERNACIONAL (ONU E SISTEMA INTERAMERICANO) PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

Em 2003, durante a sessão ordinária da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, a Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais organizou o seminário “Monitoramento dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais: um diálogo entre o Sistema da ONU e os Relatores Nacionais em DhESCA”.

Ali foram apresentados os primeiros resultados do trabalho desenvolvido pelos Relatores Nacionais em DhESCA, como também se estabeleceu uma cooperação com os Relatores Especiais da ONU relacionados aos DESC, tendo em vista o monitoramento conjunto de tais direitos. Este diálogo resultou num compromisso para o desenvolvimento de missões conjuntas no Brasil.

No Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU também foram apresentados os diferentes Relatórios, mas talvez o fato mais relevante, foi que, a convite do Comitê, pôde ser apresentada para todos os membros a metodologia e a experiência do Projeto, sendo reconhecido como uma prática consolidada e emblemática em matéria de monitoramento dos DhESC e servindo como referência para a sua implementação em outros países.

No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Projeto dos Relatores tem como estratégia provocar e estimular a discussão sobre DhESCA e o aprimoramento dos mecanismos de justiciabilidade dentro do sistema interamericano. É assim que desde o primeiro ano das Relatorias apresentamos, em audiência perante a Comissão Interamericana, os relatórios produzidos.

## **IMPACTOS E DESAFIOS PARA O FORTALECIMENTO DAS RELATORIAS NACIONAIS EM DHESCA**

As potencialidades das Relatorias Nacionais são enormes, especialmente no contexto da proposta de construção de um processo coletivo de defesa e garantia dos Direitos Humanos. É necessário que o reconhecimento do trabalho seja consolidado e legitimado no âmbito nacional e internacional, no sentido da promoção dos DhESCA e do fortalecimento e incorporação da dimensão de Direitos Humanos à elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das Políticas Públicas em todas as esferas de governo.



A experiência das Relatorias demonstra que a função pública de monitoramento da proteção dos DhESCA tem sido apropriada, reconhecida e legitimada por diversas redes e organizações que atuam com a perspectiva dos direitos e das políticas públicas nas áreas de educação, saúde, trabalho, moradia, meio ambiente e alimentação e dos direitos humanos.

No campo governamental, ainda é preciso estabelecer uma relação mais institucional. É importante criar vínculos formais do Projeto com os Conselhos Nacionais de Políticas Públicas para que estes passem a ter um papel fundamental na incorporação e monitoramento da realização dos DhESCA no campo das políticas públicas.

Outro passo significativo para o reconhecimento e institucionalização das Relatorias é o estabelecimento de parcerias com os organismos internacionais de proteção dos direitos humanos, em especial, com o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, com os relatores especiais de Direitos Humanos das Nações Unidas e com a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos.

As Relatorias precisam manter a maior independência possível em relação ao governo e aos movimentos sociais e entidades da sociedade civil para que possa cumprir efetivamente seu mandato, que implica, inclusive, em questionar padrões de comportamento em relação a direitos humanos nos âmbitos do Estado, do governo e da sociedade como um todo. Isto implica que a Plataforma DhESCA precisa fortalecer os mecanismos que garantam a maior autonomia possível do ponto de vista financeiro, da infraestrutura de trabalho e dos instrumentos mínimos de apoio para a realização do mandato.

Outro elemento que ainda devemos confrontar é o grau de expectativa que gera a ação dos Relatores. A vulnerabilidade a que estão expostos os diversos grupos e comunidades leva muitas vezes a um entendimento de que as missões em geral, e especificamente a figura do Relator, vai resolver a questão. Faz parte de o método relativizar esta expectativa, uma vez que, são diversos os atores envolvidos, tanto em relação ao número das vítimas, quanto em relação ao número das organizações articuladas em redes, ao número de responsáveis pelas violações dos Direitos Humanos e responsáveis pelas políticas públicas.

É muito clara a expectativa com que estas visitas são recebidas por estes grupos, mas é fundamental o reconhecimento dos limites, que são de várias ordens.

(...) As missões têm provocado um impacto profundo no que se refere à intervenção nas violações dos direitos humanos no Brasil. Em outras palavras, as missões se constituem hoje no instrumento mais eficaz de monitoramento das violações perpetradas. O maior avanço alcançado pelas missões é proporcionar o diálogo entre os



órgãos públicos, as vítimas de violações, grupos sociais e entidades da sociedade civil organizada.

## FAZER CUMPRIR

O movimento constituinte do final da década de 80 que originou a Constituição Brasileira de 1988 foi a maior mobilização popular da história brasileira e se tornou um marco no processo de redemocratização depois de vinte e dois anos de ditadura militar.

A Constituição de 88 reconhece a necessidade de garantia e efetividade dos direitos humanos, portanto quando e onde os direitos não estiverem sendo respeitados plenamente estaremos sempre diante de uma violação da nossa Constituição. A ratificação do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC em 1991, e a adesão aos princípios da Conferência de Viena foram dois outros importantes passos dados pelo Brasil para o reconhecimento e garantia desses direitos no país.

No entanto o Brasil está longe de cumprir o que foi assinado e pactuado. Há uma enorme distância entre a intenção demonstrada e a ação de implantação de políticas públicas que efetivem os direitos humanos. Há violações de Dhesca em todas as partes do país que atingem em especial as populações mais vulneráveis como os negros, indígenas, povos e comunidades tradicionais, mulheres, moradores de favelas, sem-terra, população sem-teto, crianças e adolescentes, entre outros. Este relatório é mais um dos instrumentos que comprovam estas violações.

Um dos fatores fundamentais disso acontecer é a desinformação sobre os direitos por parte de grande parte da população, basta ouvirmos em vários depoimentos os(as) quilombolas dizendo que só por volta de 2000 é que começaram a ter conhecimento dos seus direitos

“A Fundação Palmares organizou o I Encontro Estadual de Comunidades Quilombolas, foi neste encontro que tomei conhecimento de que existiam mais comunidades quilombolas nesta situação. Criamos uma Comissão Estadual cujo objetivo central é a luta pelo direito ao território. Daí foi fundada a Federação Quilombola de Minas Gerais e de lá para cá tem havido muitas conquistas”. (Entrevista com Sandra atual



presidente da Federação e coordenadora territorial do projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária).

Esta é uma fala recorrente entre as lideranças quilombolas.

Outro fator é a grande dificuldade de falta de recursos e de acesso aos quilombos que estão espalhados pelo país que o movimento tem que enfrentar para se organizar e poder mobilizar os quilombolas para pressionarem os órgãos e poderes estatais a cumprirem as políticas a que têm direito.

“Diversos desafios institucionais devem ser enfrentados nesse sentido. A atuação do Ministério Público, com a inovadora competência de zelar pela fiscalização e pelo respeito aos direitos fundamentais dada pela CF/88, veio representar um poderoso aliado na exigibilidade de direitos coletivos e difusos, mas ainda é pouco divulgada e utilizada pela população mais vulnerável. A falta de uma rede ampla de Defensoria Pública em todos os Estados também contribui para a dificuldade de proporcionar a tutela jurisdicional na garantia de Dhesca.

Nos municípios, por exemplo, é rara a presença dos Conselhos de Direitos Humanos. Nesse sentido, quando o Estado brasileiro assume compromissos internacionais na área de direitos humanos, sua efetivação encontra obstáculos dentro do próprio governo e nos governos estaduais e municipais, que podem não adotar programas e políticas federais”.  
([www.dhesca.org.br](http://www.dhesca.org.br))

Os direitos só se efetivam quando a população luta para conquistá-los, quando se transformam em rotina de comportamento da população, dos governos e das políticas públicas. Portanto para que se efetivem, necessitam também que haja uma mudança cultural, caso contrário permanecem como letra morta nos diferentes instrumentos e acordos e é aqui, como instrumento de apoio às lutas pela conquista de direitos, que as Relatorias de Direitos Humanos encontram sua justificativa.

## APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA

“(…) a sociedade capitalista **não** se desenvolve apenas no terreno econômico e técnico. A partir das diferenças sociais, ela precisa gestar modelos culturais de linguagem e de comportamento. Para tanto, cria instituições especializadas em produzir formas de interação e sociabilidade fora da esfera econômica imediata, bem como



por dentro da esfera econômica quando até mesmo as fábricas servirão de instrumentos de formação de mentalidades e comportamentos.

Toda a organização exige instituições especializadas na formação das mentalidades para garantir a adesão social voluntária ou semivoluntária dos indivíduos à ordem social existente. (...) Para que as pessoas aceitem, por exemplo, a lógica da compra e venda da sua capacidade ou força de trabalho – que é a ideia do trabalhador livre indispensável ao funcionamento da economia capitalista – é preciso que a necessidade de encontrar um emprego apareça como um processo natural que se materializa na instituição do salário como forma de pagamento pelo uso da força de trabalho. Para tanto, a sociedade capitalista expandirá, por força do seu desenvolvimento, dentro e fora da produção, estruturas e discursos que visam garantir a adesão e a universalização do modo de vida capitalista e do regime assalariado como sendo justo e natural.

Quanto mais complexa for a sociedade, maior será a malha das instituições. Não houve na história do mundo sociedade que não tenha exigido, para além dos instrumentos de coerção (Forças Armadas, polícia), instrumentos de persuasão e de formação ético-moral (de criação de opinião, costumes e hábitos) adequados à realização de determinado projeto estratégico vitorioso.

(...) Os aparelhos privados de hegemonia podem estar conectados ao Estado de maneira mais ou menos direta e intensa. Para alguns pensadores, os aparelhos privados de hegemonia não passam de espaços de produção e reprodução de ideias e padrões morais das classes dominantes. Sendo assim, nada mais são do que instituições ou aparelhos ideológicos. Nesta visão, a escola, as igrejas, a universidade e os meios de comunicação de massas são apenas instituições que complementam e sofisticam o Estado de classes. Em outras palavras, são parte de uma estrutura ampliada de dominação.

Por sua vez, outros pensadores que fazem uso da categoria de aparelhos privados de hegemonia reconhecem que nem só a burguesia é capaz de produzir ideologia, utopia e cultura. Portanto, muitas das instituições que fazem parte da dimensão cultural de representação e produção de papéis sociais pertencem a seguimentos e grupos sociais que não são os da classe dominante. Consideram ainda que existem contradições e disputa de visões distintas mesmo nos aparelhos mais ligados diretamente ao Estado e à coerção como, por exemplo, as



Forças Armadas. Nesta concepção, nos aparelhos privados de hegemonia existem posições diferenciadas e eles tratam de questões que transcendem às particularidades de uma classe, ou seja, mantêm uma esfera de relativa autonomia.

Nos aparelhos privados de hegemonia são construídos discursos e proposições amplas ou universalizadoras de valores e comportamentos que espelham o conflito e a diferença social. Por exemplo, podemos ter formações de sindicatos de trabalhadores que seguem diferentes interesses de classe e agrupam diferentes posições políticas e ideológicas. O mesmo pode acontecer em uma Igreja que pode estar dividida por muitas correntes políticas expressando interesses que propõem projetos diversos conforme as estratégias políticas das diferentes forças sociais que atuam no seu interior.

Os aparelhos privados de hegemonia sofrem pressões dos projetos de convencimento social mais desenvolvidos na sociedade. A constituição de aparelhos privados de hegemonia e a disputa no seu interior permitem o desenvolvimento de um projeto cultural que afete diretamente a consciência dos homens e mulheres em sociedade.

A construção de qualquer projeto político deverá sempre levar em conta a função social dos aparelhos privados de hegemonia de garantir a adesão e a estabilidade de qualquer regime político”. (BOCAYUVA, Cunca; VEIGA, Sandra Mayrink)

No Brasil é muito grande a concentração nas mãos de poucos dos chamados aparelhos privados de hegemonia relativos, sobretudo à informação e à comunicação - que são instrumentos poderosos pelos quais a classe dominante persuade a sociedade de sua visão e de seus interesses: jornais, canais de televisão, redes de comunicação de todos os tipos. Basta vermos que não há no país nenhum jornal de circulação nacional que traga opiniões diferenciadas e divulgue outras visões de mundo. Há um bloqueio muito grande sobre a informação. É claro que como vimos não é um bloco homogêneo, há dissidências internas, mas nesta área as dissidências que vêm a público são muito pequenas e sutis.

Falamos disso tudo para enfatizar a importância das mídias no século XXI e reafirmar que o nosso canal de divulgação principal é a internet através das redes sociais. Queremos dizer aqui que contamos com a colaboração dos que tiverem acesso a este relatório e que acharem importante divulgá-lo que o façam circular nas suas redes sociais para termos a mais ampla circulação possível destas informações e podermos tentar influenciar o maior número possível de pessoas a tomar posição contra as violações de



direitos que os quilombolas vêm sofrendo há décadas, mas que de maneira firme e com enorme perseverança continuam lutando cotidianamente pelo reconhecimento de seus direitos.

A luta dos quilombolas fere vários interesses dos que detêm a hegemonia por isso dizemos que é uma luta contra hegemônica e que, portanto, necessita se unir com as outras forças da sociedade que lutam por mudanças radicais no modelo de desenvolvimento do Brasil para formar um novo bloco histórico que leve a frente essas transformações.

Recomendamos que seja encaminhada mais uma vez à Corte Interamericana dos Direitos Humanos e à Corte Internacional de Direitos Humanos (<http://www.corteidh.or.cr/>) denúncia de violação dos Direitos Humanos nos territórios quilombolas pesquisados e que desta vez se use os dados colhidos pelo censo quilombola para traduzir também em números os resultados destas violações.

**“Contra hegemonia** - É um conceito de estratégia político-cultural que procura deslocar o equilíbrio dos aparelhos privados de hegemonia e dos seus intelectuais na direção de um novo projeto político-social.

Os elos no interior da luta cultural e ideológica que se realiza na sociedade civil (nessa rede de instituições chamadas aparelhos privados de hegemonia) são tão importantes quanto as formas de aliança de classes no terreno econômico da produção. *Qualquer ordem social de classe tem a sua força de reserva estratégica não apenas em mecanismos de violência policial ou militar, mas, principalmente, na capacidade de manter concepções de mundo unificadas que façam com que os grupos sociais não vejam outro horizonte diferente daquele que lhes é apresentado pela ordem social vigente.*

Os principais aliados dos conservadores são os reacionários que lutam contra as mudanças sociais. E os principais aliados destes são os que se encontram em estado de passividade, aceitação e adesão conformada à ordem existente. *Romper com as forças de hegemonia na sociedade civil – que servem à manipulação e ao controle social – exige a quebra da adesão direta ou indireta, consciente ou inconsciente, ao complexo ideológico cultural dominante.* Sem este processo de construção de uma contra hegemonia, qualquer mudança de regime político trará,



pela porta dos fundos, as formações e projetos políticos que pretendia ultrapassar.

A estratégia de uma contra hegemonia se realiza na gestão de uma nova hegemonia que, portanto, contará necessariamente com múltiplos sujeitos políticos que agirão nas relações do *cotidiano* em todas as esferas do tecido social. Isto permite compreender a relevância política dos novos movimentos sociais como a luta dos negros, mulheres, homossexuais, jovens etc. que não aparecem como aspectos derivados diretamente do econômico.

A ideia de se reverter o papel dos aparelhos privados de hegemonia por dentro e por fora é parcela essencial de qualquer projeto de transformação social. Ela se realiza através da criação ou da ampliação de instituições produtoras de independência organizativa e cultural dos trabalhadores, gerando um conjunto articulado de visões de contra hegemonia.

Podemos citar como exemplos de aparelhos privados de hegemonia, que podem vir a servir de contra instituições: universidades dos trabalhadores, escolas de formação de quadros sindicais, dos quilombolas e dos movimentos sociais, um teatro nacional-popular, estações de rádio com novas programações, novos canais de TV, entre outros, que ao produzirem uma nova visão do mundo, representem o avanço universal da sociedade, criando embriões de superestruturas do futuro poder hegemônico”. (BOCAYUVA, Cunha; VEIGA, Sandra Mayrink)



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



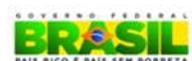
## PARTE I

*As redes sociais são redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, os limites culturais e as relações de poder. São também consideradas como uma medida de política social que reconhece e incentiva a atuação das redes de solidariedade local no combate à pobreza e à exclusão social e na promoção do desenvolvimento local. E ainda como redes econômicas quando os empreendimentos se conectam para alavancar suas potencialidades, partilhando custos, equipamentos etc.*

*As redes sociais são capazes de expressar ideias políticas e econômicas inovadoras com o surgimento de novos valores, pensamentos e atitudes. Esse segmento que proporciona a ampla informação a ser compartilhada por todos, sem canais reservados e fornecendo a formação de uma cultura de participação, é possível graças ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e da informação, à globalização, à evolução da cidadania, à evolução do conhecimento científico sobre a vida etc. As redes unem os indivíduos organizando-os de forma igualitária e democrática e em relação aos objetivos que eles possuem em comum.*



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## INTRODUÇÃO

O projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária, que compõe o Programa Brasil Local da SENAES/MTE, possui dois eixos principais. O primeiro eixo é o da pesquisa-ação como ferramenta para o etnodesenvolvimento com economia solidária. A pesquisa-ação usará instrumentos qualitativos: a Roda de Conversa e a Descrição Histórica, além do diário de Campo e os relatórios mensais e um instrumento quantitativo: o censo domiciliar.

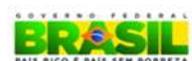
Um objetivo é conhecer a realidade dos quilombolas e dos seus territórios, bem como o seu perfil de consumo e saber se o que consomem é produzido dentro das comunidades ou comprado no mercado fora para poder se fazer um estudo de viabilidade de possíveis arranjos produtivos e de serviços autogestionários na perspectiva da composição de uma rede quilombola de produtos e serviços.

O outro objetivo da pesquisa é indagar sobre as prioridades a serem enfrentadas nos territórios, promover o debate (serão realizados 10 seminários, um em cada território para a elaboração de Planos Territoriais de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas) sobre essas prioridades para se montar uma plataforma de lutas e ações a partir da base do movimento, visando o fortalecimento de suas organizações e a construção de indicativos para políticas públicas para o etnodesenvolvimento.

A pesquisa será toda realizada pelos próprios quilombolas com 10 coordenadores territoriais, 30 agentes de desenvolvimento e apoio dos pesquisadores do SOLTEC/UFRJ e dos integrantes da CONAQ.

O segundo eixo central é o mapeamento, que também será realizado pelos quilombolas em cada comunidade, de 100 empreendimentos quilombolas de economia solidária que serão pesquisados, cadastrados no Sistema de Informações de Economia Solidária – SIES e no CIRANDAS que é produzido pelo Fórum Nacional de Economia Solidária – FBES. Estes empreendimentos serão pesquisados e acompanhados, no sentido de auxiliar na ultrapassagem dos entraves ao seu desenvolvimento sustentável e será editado um catálogo com os produtos quilombolas em auxílio à comercialização.

Todas as ações realizadas estarão no *Portal dos Quilombos Rurais* ([www.quilombosrurais.org.br](http://www.quilombosrurais.org.br)) desenvolvido pelo projeto e que tem o



intuito de ser uma das ferramentas de fortalecimento da luta quilombola e da formação da rede quilombola de economia solidária dando maior visibilidade para os quilombos e para os seus produtos bem como facilitar tanto a intercomunicação quanto a comunicação para fora.

São inúmeros os desafios para a realização de todas as metas. Um dos maiores é a dificuldade de comunicação entre a coordenação executiva e a ponta, e entre os agentes e os coordenadores estaduais. Outro desafio enorme é a falta de recursos no projeto para a formação *in loco* dos agentes de desenvolvimento que também serão os pesquisadores e o acompanhamento, pela executiva, da pesquisa no campo. Como em todos os projetos complexos, os diferentes tempos de cada segmento envolvido (governo, academia, instituição proponente, movimento social) também se constituem em um problema a ser bem acompanhado e administrado. O entendimento do que é o projeto e os diferentes interesses embutidos nas parcerias até se reconhecerem e conseguirem chegar a um acordo também demanda outro tempo, que é o do próprio processo. E, por último, a criação de vínculos e de laços de confiança entre os parceiros também só ocorre com o passar do tempo em uma prática (práxis) comum.

Em função deste cenário fez-se necessário um esforço para tentar organizar diferentes instrumentos que contivessem, da maneira a mais clara possível, orientações específicas para cada passo da pesquisa. Aqui trataremos das orientações para a realização da pesquisa-ação. Sua finalidade é contribuir para o desenvolvimento da área de pesquisa-ação do projeto através das ações no campo.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## O Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária

### O objetivo geral do projeto é:

“Contribuir para o etnodesenvolvimento através do fomento à Economia Solidária e o fortalecimento da organização nacional e das organizações locais dos quilombolas, junto com os agentes de desenvolvimento local, por meio de processos de formação dialógicos, da pesquisa-ação, formação de redes e de cadeias produtivas”.

### Os objetivos específicos do projeto são:

- 1. Realizar pesquisa-ação para a identificação de iniciativas de economia solidária e de organização cultural, social e política para a superação dos entraves ao etnodesenvolvimento e para saber o ponto de vista dos quilombolas, para identificar os problemas e as propostas de soluções.
- 2. Qualificar e fortalecer as organizações sociais, culturais e políticas das comunidades tradicionais para a participação cidadã e acesso às políticas públicas usando como subsídios os resultados da pesquisa.
- 3. Articular a organização de redes de economia solidária e cadeias produtivas.
- 4. Criar um portal e organizar as informações em banco de dados por quilombo e formar a Rede Quilombola Virtual nas regiões atingidas pelo projeto.
- 5. Acompanhar e apoiar 100 empreendimentos econômicos solidários existentes nas comunidades beneficiárias.
- 6. Realizar formação segundo as demandas dos territórios em: economia solidária; etnodesenvolvimento; pesquisa-ação; formação de redes; montagem de feiras; identidade do produto e elaboração de projetos.
- 7. Realizar levantamento por comunidade: a) dos saberes tradicionais; b) das potencialidades e vocações produtivas; c) do patrimônio histórico, artístico e cultural; d) da produção de bens e dos serviços já instalados nos quilombos; e) dos atrativos naturais e turísticos; f) segurança alimentar, (cultivos e roças); g) construções existentes; h) infraestrutura; i) mapear as organizações existentes em cada comunidade.



- 8. Realizar 10 seminários territoriais com os resultados da pesquisa para planejamento participativo em cada território com objetivo de gerar os Planos Locais de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas para organizar as demandas e servir também como subsidio e orientação para as associações quilombolas e o movimento nacional.
- 9. Cadastrar os empreendimentos solidários quilombolas acompanhados pelo projeto nos Sistemas SIES-SENAES /MTE e Cirandas (FEBES).
- 10. Produzir um catálogo virtual com os produtos dos empreendimentos solidários.
- 11. Produção de um relatório com a identificação dos territórios com potencial (ambiência necessária) para implantação de Bancos Comunitários.
- 12. Produção, sistematização e divulgação de conhecimento.

## HISTÓRICO DO PROJETO

Em Maio de 2003, o Governo Federal instituiu um grupo de trabalho que tinha por objetivo elaborar uma política de regularização fundiária e de garantias socioculturais para as comunidades quilombolas. O resultado deste trabalho foi o Decreto nº. 4.887/03. O dispositivo legal determinava também a constituição de uma política de etnodesenvolvimento para os quilombos. O Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, montou, em parceria com diversos outros Ministérios, o Projeto de Etnodesenvolvimento Econômico Solidário das Comunidades Quilombolas. Foram capacitados 46 agentes quilombolas que durante o primeiro semestre de 2005 realizaram um diagnóstico da realidade socioeconômica e das potencialidades de fomento à organização produtiva de 16 comunidades quilombolas, em 23 estados brasileiros, atingindo um total aproximado de 70 mil pessoas.

Este diagnóstico deu origem a uma das principais estratégias de fomento e promoção da Economia Solidária da SENAES que é *a ação de desenvolvimento local por meio da atuação de agentes*, atualmente conhecido como Projeto Brasil Local.

Outros fatos importantes decorrentes deste processo foram a realização da Iª Pré-conferência temática de Etnodesenvolvimento que ocorreu em maio de 2010, preparatória para a IIª Conferência Nacional de Economia Solidária



- CONAES e a constituição do primeiro Banco Comunitário Quilombola em Alcântara/MA. Também é importante enfatizar que o trabalho dos agentes deu visibilidade a uma perspectiva de integração das políticas públicas a partir de um recorte territorial étnico.

Foi a partir das relações de trocas com experiências, métodos e processos desenvolvidos por outras ações e práticas como, por exemplo, “A Rede Solidária da Pesca e a Pesquisa Ação” da qual o Núcleo de Solidariedade Técnica - SOLTEC da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ faz parte, que a pesquisa-ação - enquanto uma metodologia para a ação e a construção de conhecimento crítico - está sendo incorporada hoje na atual perspectiva do etnodesenvolvimento e da educação pelo trabalho para a organização do processo econômico de desenvolvimento sustentado nas comunidades quilombolas.

A parceria entre o SOLTEC/UFRJ e as organizações quilombolas, mais precisamente com a Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul – FACQ teve início através da articulação do então coordenador de fomento da SENAES, Jorge Nascimento que já conhecia o trabalho do SOLTEC na construção da Rede Solidária da Pesca através da metodologia de pesquisa-ação.

A SENAES solicitou que o SOLTEC realizasse um seminário de apresentação da pesquisa-ação para os quilombolas do Rio Grande do Sul. Ocorreram dois Seminários de Etnodesenvolvimento e Economia Solidária em 2008, em Porto Alegre — RS organizados pela SENAES-MTE e a FACQ com a participação do SOLTEC/UFRJ através das pesquisadoras Sandra Mayrink Veiga e Vera Maciel e do pesquisador Felipe Addor. Este processo deu origem ao 1º Seminário Nacional de Etnodesenvolvimento e Economia Solidária, realizado em Junho de 2009, no Rio de Janeiro, na UFRJ. O objetivo foi debater com representantes quilombolas de vários estados e convidados, as linhas para a elaboração e planejamento das ações para a construção de uma política pública para o Etnodesenvolvimento e a Economia Solidária.

Em junho de 2010, a SENAES lançou o edital para um projeto nacional de etnodesenvolvimento nas cinco regiões do Brasil dentro do Programa Brasil Local. O SOLTEC em parceria com a CONAQ e através da Fundação Coppetec – UFRJ concorreram e foram selecionados abrindo um processo inédito de parceria entre um Núcleo da Escola Politécnica, do Centro de Tecnologia - SOLTEC e da Pró Reitoria de Extensão da UFRJ e o Movimento Nacional dos Quilombolas através da CONAQ.



## **Abrangência Territorial**

As cinco regiões do Brasil, 11 Estados/10 Territórios Étnicos, 48 municípios, 105 comunidades quilombolas.

### **Os Estados**

Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Goiás.

### **Os Municípios**

RJ – Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba e Rio Claro; SP – Ubatuba e Eldorado; MG – Varzelândia, Verdelândia, São João da Ponte e São Francisco; ES – São Mateus e Conceição da Barra; GO – Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás; PA – Santarém; BA – Cairu, Taperoá, Wenceslau Guimarães, Presidente Tancredo Neves, Camamu, Igrapiuna, Valença, Ituberá, Nilo Peçanha e Maraú; MA – Alcântara; PE – Salgueiro, Mirandiba, Bom Conselho, Garanhuns, São Bento da Uma e Custódia; RS – Canguçu, Restinga Seca, Santa Maria, São Sapé, Cachoeira do Sul, Formigueiro, Nova Palma e Tavares; PR – Adrianópolis, Bocaiúva do Sul e Guarapuava.

### **Público a ser atingido pelo projeto**

- 7.589 famílias quilombolas
- Aproximadamente 37.000 pessoas.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



# PESQUISA-AÇÃO

Sandra Mayrink Veiga

## Preâmbulo

Foi na segunda metade do século XX, na Índia, na luta de Gandhi e do povo indiano pela independência do país frente aos ingleses, que surgiu o conceito de Tecnologia Apropriada, isto é, uma tecnologia que gere um processo de inclusão social através da formação de cidadãos deliberativos que prezam as relações de solidariedade em contraponto àquelas competitivas, típicas do capitalismo.

No Brasil, essa estratégia ganhou corpo sob o nome de Tecnologia Social com uma articulação de pessoas e instituições que veio a criar a Rede de Tecnologia Social.

A pergunta que perpassa esse movimento é: como a tecnologia pode contribuir para o desenvolvimento social e solidário?

A Tecnologia Social tem como valores o reforço da diversidade, a valorização da cultura técnica local e a participação dos agentes locais no levantamento dos problemas e na deliberação sobre as suas possíveis soluções sempre levando em consideração os aspectos globais da conjuntura e das políticas.

“Os cidadãos deliberativos agem em seu território, construindo uma nova forma de planejamento nacional, não mais impositivo e homogeneizador, mas fortalecendo o papel do desenvolvimento local. (...) A tecnologia e a sociedade apresentam-se de maneira indissociáveis, ou seja, para que se possa almejar autonomia econômica e cultural é incontornável que os cidadãos possam definir o uso e a criação dos artefatos que lhe são necessários”.

(CATTANI, 2005)

Dentro do campo da Tecnologia Social tem grande relevância a construção de metodologias participativas que fortaleçam a troca de saberes e a participação dos agentes sociais para a realização de projetos visando à resolução de problemas políticos, sociais, culturais e ambientais. No nosso entender a pesquisa-ação é em si também uma Tecnologia Social que se mostrou excelente quando interligada à Economia Popular e Solidária, o desenvolvimento local e o planejamento estratégico participativo, pois no Projeto Brasil Local – Etnodesenvolvimento e Economia Solidária propiciou o



conhecimento aprofundado dos territórios, gerou dados consistentes sobre a realidade local, abriu espaço para o debate sobre essa realidade e a elaboração de um planejamento participativo sobre as ações a serem implantadas para a superação dos problemas.

Antes de entrarmos no texto sobre a pesquisa-ação, vamos conceituar, mesmo que de maneira superficial, QUILOMBO e ETNODESENVOLVIMENTO.

## QUILOMBO

“A observação dos processos de construção dos limites étnicos e sua persistência no caso das comunidades negras rurais — também chamadas *terras de preto*, com a vantagem de ser uma expressão nativa, e não uma denominação importada historicamente e reutilizada — permite considerar que a afiliação étnica é tanto uma questão de origem comum quanto de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados. Pode-se concluir, como no caso precedente dos direitos indígenas, que os laudos antropológicos ou relatórios de identificação sobre as comunidades negras rurais (para efeito do art.68 do ADCT) não podem prescindir do conceito de grupo étnico, com todas as suas implicações”. (O’DWYER’Elaine Cantarino).

Este é um termo cujo significado ainda se encontra em debate na sociedade brasileira entre diferentes historiadores, antropólogos, grupos e organizações. Carrega um significado e um conteúdo histórico, mas vem sendo *ressemantizado* para designar a atual situação de segmentos populacionais em diferentes partes do território nacional. A palavra Quilombo vem das línguas faladas por diversos povos de origem Bantu que habitam a região subsaariana.

Etimologicamente, quilombo é então um termo banto que quer dizer ‘acampamento guerreiro na floresta’. Foi no Brasil que o termo "*quilombo*" ganhou o sentido de comunidade autônoma, isto é, formada por *um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, que servem de meios comuns para lograr fins comuns*.

Mas, a primeira definição oficial histórica para as comunidades remete a um relato descritivo em resposta ao rei de Portugal em virtude de uma consulta que ele fez ao Conselho Ultramarino de 1740, no qual as comunidades são tratadas como “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles”.



Alfredo Wagner de Almeida apresenta em seu artigo *Os quilombos e as novas etnias*<sup>8</sup> e nós reproduzimos agora, o alvará de 3 de março de 1741 que se seguiu à informação recebida:

“Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que sendo-me presentes os insultos, que no Brasil cometem os escravos fugidos, a que vulgarmente chamam **calhambolas**<sup>9</sup>, passando a fazer o excesso de se juntarem em quilombos, e sendo preciso acudir com remédios que evitem esta desordem: hei por bem que a todos os negros que forem achados em quilombos, estando neles voluntariamente, se lhes ponha com fogo uma marca em uma espádua com a letra F, que para este efeito haverá nas câmaras: e se quando for executar esta pena, for achado já com a mesma marca, se lhe cortará uma orelha; tudo por simples mandado do juiz de fora, ou ordinário da terra ou do ouvidor da comarca, sem processo algum e só pela notoriedade do fato, logo que do quilombo for trazido, antes de entrar para a cadeia”.

O conceito derivado da consulta do rei ao Conselho Ultramarino ficou povoando o imaginário e formou a opinião de quase todos os autores que escreveram sobre este assunto por um longo período.

Segundo Alfredo Wagner,

“essa definição contém basicamente cinco elementos, que podem ser assim sintetizados:<sup>8</sup> o primeiro<sup>10</sup> é a fuga, isto é, a situação de quilombo sempre estaria vinculada a escravos fugidos. O segundo é que quilombo sempre comportaria uma quantidade mínima de “fugidos”, a qual tem que ser exatamente definida — e nós vamos verificar como é que ocorrem variações dessa quantidade no tempo. Em 1740, o limite fixado correspondia a “que passem de cinco”. O terceiro consiste numa localização sempre marcada pelo isolamento geográfico, em lugares de difícil acesso e mais perto de um mundo natural e selvagem do que da chamada “civilização”. Isso vai influenciar toda uma vertente empirista de interpretação, com grandes pretensões sociológicas, que conferiu ênfase aos denominados “isolados negros rurais”, marcando profundamente as representações do senso comum, que tratam os quilombos fora do mundo da produção e do

<sup>8</sup> in *Quilombos identidade étnica e territorialidade* organizado por Eliane Cantarino O’Dwyer. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002 e Co-edição : Associação Brasileira de Antropologia.

<sup>9</sup> Grifo nosso

<sup>10</sup> Grifo nosso



trabalho, fora do mercado. Esse impressionismo gerou outro tipo de divisão, que descreve os quilombos marginalmente, fora do domínio físico das *plantations*. O quarto elemento refere-se ao chamado “rancho”, ou seja, se há moradia habitual, consolidada ou não, enfatizando as benfeitorias porventura existentes. E o quinto seria essa premissa: “nem se achem pilões nele”. Que significa “pilão” nesse contexto? O pilão, enquanto instrumento que transforma o arroz colhido em alimento, representa o símbolo do autoconsumo e da capacidade de reprodução. Sob esse aspecto, gostaria de sublinhar que foi a partir de uma pesquisa sobre conflitos envolvendo famílias camponesas, que representam simultaneamente unidades familiares de trabalho/produção e de consumo, que cheguei às denominadas *terras de preto*. São considerados como “terras de preto”: aqueles domínios doados, entregues, ocupados ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, às famílias de ex-escravos a partir da desagregação de grandes propriedades monocultoras. Os descendentes de tais famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha e sem delas se apoderarem individualmente” (ALMEIDA, 1989).

Em outubro de 1988, foi aprovado o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Brasil, um dispositivo mais voltado para o passado e para o que idealmente teria “sobrevivido” sob a designação formal de “remanescentes das comunidades de quilombos”.

Os cinco elementos contidos na resposta à consulta do rei ao Conselho Ultramarino funcionaram como definitivos e como definidores de *quilombo* e ficaram na cabeça e no imaginário dos operadores do direito e dos comentadores com pretensão científica.

Com a aprovação da Constituição de 88, logo começaram os dissensos. Não havia “nada de auto-evidente” as discussões se multiplicavam: qual o conceito de quilombo que estava em jogo? Como identificar os quilombolas e os territórios a serem titulados? As forças sociais começaram a se organizar e recusavam

“o caráter restritivo e limitador do único instrumento legal produzido após a abolição de 1888, o qual se refere a direitos sobre a terra por parte de ex-escravos e seus descendentes. Ganharam visibilidade nesse debate as primeiras associações voluntárias e as identidades coletivas que revelavam a condição de pertencimento a grupos sociais específicos e que viriam a compor a partir de 1994 um movimento social quilombola de abrangência nacional”. (idem)



“Sabemos, no entanto, que “terras de preto” não se restringem apenas aos domínios acima citados. Algumas formas de acesso a terra, deram-se bem antes da “Abolição da Escravatura”, de 1888, tal como definidos pela legislação colonial. Nestes casos, têm-se aquelas chamadas “terras de preto” oriundas de: a) quilombos; b) serviços prestados por escravos em períodos de guerra (notadamente na guerra da Balaiada e também na Guerra do Paraguai)<sup>11</sup>; c) desagregação de fazendas de ordens religiosas; d) ocupação após desagregação de fazendas sem pagamento de foro. Esta última situação refere-se a ocorrência de antes e depois da abolição. Após a Lei Áurea (1888) surgem novos povoados de pretos decorrentes de: e) compra; f) doação; g) concessão das chamadas “terras de índios”, que também abrangem povoados em terras de preto; h) ocupação após a desagregação de fazendas, sem pagamento de foro e i) desapropriação realizadas por órgão oficiais. (ibdem).

Daí a importância de se realizar uma leitura crítica da representação jurídica que sempre se mostrou “inclinada a interpretar o quilombo como algo que estava fora, isolado, para além da civilização e da cultura, confinado numa suposta auto-suficiência e negando a disciplina do trabalho”. (ALMEIDA, 1989).

Hoje em dia os territórios quilombolas são reconhecidos pela antropologia como centros de resistência de grupos com trajetória própria, de ancestralidade negra e onde se verificam relações territoriais extraoficiais. São estes pontos que entram na declaração de auto reconhecimento, primeiro passo no processo de titulação das terras quilombolas.

*“A afirmação étnica desses povos” – comenta Nascimento – “é indissociável de seu modo de viver porque sua história é uma história de oposição à dominação branca. Assim chegamos à definição do que seja um ‘território étnico’, pois foi a resistência cultural que garantiu a sobrevivência dos quilombos”.*

Segundo o antropólogo Alfredo Wagner, os quilombolas se mantiveram por séculos através de uma unidade social com base em estratégias de solidariedade, de formas de produção, de valores e cultura, através da “combinação de formas de resistência que se consolidaram historicamente e o advento de uma existência coletiva<sup>12</sup> capaz de se impor às estruturas de poder que regem a vida social”.

---

<sup>11</sup> Parênteses nosso.

<sup>12</sup> Grifo nosso.



E onde essa ideia de isolamento não se sustenta, pois foi também a partir da sua produção e comercialização dos seus produtos para fora do quilombo que muito da sua resistência se tornou possível: “foram essas transações comerciais da produção agrícola e extrativa dos quilombos que ajudaram a consolidar suas fronteiras físicas, tornando-as mais viáveis porquanto acatadas pelos segmentos sociais com que passavam a interagir”. (ALMEIDA, 1989).

Como disse Ronaldo dos Santos, Coordenador Executivo do Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária e então Coordenador Executivo Nacional da CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas ao abrir um dos seminários que realizamos durante o projeto no Centro Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Fundão (Ilha do Governador):

*“Os territórios quilombolas estão espalhados por todo o Brasil. Hoje, os números oficiais reconhecem a existência de mais de 3.500 comunidades quilombolas. Nós temos certeza que são muito mais. São comunidades formadas por negros que saíram do regime escravista e formavam territórios livres. Ou por negros que receberam terras da Igreja ou de donos de fazenda. Estas comunidades atravessaram séculos de resistência e através da sua luta vieram a constituir direitos pelos quais hoje um grande movimento luta pela garantia dos territórios e de políticas públicas para esses territórios.*

*Os conflitos nesses territórios sempre existiram e hoje continuam. Esses grupos são vítimas da perseguição e violência de grupos que têm interesses nas terras onde estas comunidades estão inseridas. Vale destacar a expansão agrícola, pois muitas destas comunidades estão em áreas que o agronegócio disputa. A perseguição de grandes empresas como a Aracruz no Espírito Santo. Existem também outros interesses como, por exemplo, áreas que foram decretadas de conservação quando estas comunidades historicamente preservaram seus territórios que constituíam o ambiente onde viveram. E, hoje, esses mesmos territórios foram decretados como áreas de conservação e frequentemente essa unidade de conservação entra em conflito com a comunidade. Há também conflito com a Aeronáutica em Alcântara, no Maranhão que remanejou várias famílias quilombolas de suas terras para implantar o Centro de Lançamento de Misseis e com a Marinha*



*em Mangaratiba. Tem também a especulação imobiliária disputando terras quilombolas como, por exemplo, em todo litoral do Rio e norte de São Paulo, também no Baixo Sul da Bahia e, ainda, os grandes projetos governamentais, alardeados como fundamentais para o crescimento do país, dos quais muitos produzem impactos negativos nesses territórios inviabilizando a sobrevivência sustentável dos quilombolas.*

*Enfim, as nossas comunidades quilombolas estão hoje nesse processo de se mobilizar contra essa grande força, essa grande pressão, cujo principal argumento contra o nosso povo é que nós somos um povo que não produz e que, portanto, para o desenvolvimento do país as reivindicações dessas comunidades significam que muita terra será estocada e congelada para pouca gente que nem sequer produz. O que, claro, não é verdade. Historicamente nós sempre tivemos uma relação de produzir e comercializar produtos entre nós mesmos e com outros grupos sociais”.*

Portanto, o que caracteriza o quilombo não é o isolamento e a fuga e sim a resistência e a autonomia. Deste modo, a classificação de uma comunidade como comunidade quilombola não pode ocorrer com base

“em provas de um passado de rebelião e isolamento, mas depende antes de tudo de como aquele grupo se compreende, se define.

Atualmente, a legislação brasileira já adota este conceito de comunidade quilombola e reconhece que a determinação da condição quilombola advém da auto identificação.

Este reconhecimento foi fruto de uma luta árdua dos quilombolas e seus aliados que se opuseram às várias tentativas do Estado de se atribuir a competência para definir quais comunidades seriam quilombolas ou não. O auto reconhecimento garantido no Estado do Pará desde 1999 (Decreto nº 3.572, de 22 de julho de 1999) só foi estabelecido na legislação federal em novembro de 2003, através do Decreto nº 4.887.

Fonte: [http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i\\_oque.html](http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_oque.html)



Na nossa Constituição encontramos o termo “remanescente de quilombo”, que remete à noção de resíduo, de algo que já se foi e do qual sobraram apenas algumas lembranças. Como vimos esse termo não corresponde à maneira que os próprios grupos utilizavam para se autodenominar nem tampouco ao conceito empregado pela Antropologia e pela História.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na tentativa de orientar e auxiliar a aplicação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT divulgou, em 1994, um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais em que se define o termo “remanescente de quilombo”:

“Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.”

## QUADRO ATUAL DA POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO INCRA

### Processos Abertos

Trata-se da abertura do processo administrativo no âmbito do INCRA, devidamente autuado, protocolado e numerado. O processo poderá ser iniciado de ofício pelo INCRA ou a requerimento de qualquer interessado, das entidades ou Associações representativas de quilombolas. Pode ser feito pela simples manifestação da vontade da parte, apresentada por escrito ou verbalmente, caso em que será reduzida a termo por representante do INCRA.

Na atualidade existem 1.264 processos abertos em todas as Superintendências Regionais, à exceção de Roraima, Marabá-PA e Acre.



## **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID**

É um relatório técnico produzido por uma equipe multidisciplinar do INCRA, criada por Ordem de Serviço. Sua finalidade é identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O RTID aborda informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, sendo composto pelas seguintes peças: relatório antropológico; levantamento fundiário; planta e memorial descritivo do perímetro da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombo, bem como mapeamento e indicação dos imóveis e ocupações lindeiros de todo o seu entorno; cadastramento das famílias remanescentes de comunidades de quilombos; levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, terras indígenas ou situadas em terrenos de marinha, em outras terras públicas arrecadadas pelo INCRA ou Secretaria do Patrimônio da União e em terras dos estados e municípios; parecer conclusivo. Após a sua conclusão, o mesmo deve ser aprovado pelo Comitê de Decisão Regional – CDR e ser publicado na forma de Edital, por duas vezes consecutivas nos Diários Oficiais da União e do Estado, assim como afixado em mural da Prefeitura.

Na atualidade existem 157 Editais de RTIDs publicados, totalizando 1.649.499,6783 hectares em benefício de 21.628 famílias.

## **Portaria de Reconhecimento do Território**

Após a publicação do RTID decorre um prazo para o recebimento de eventuais contestações de interessados particulares ou outros órgãos governamentais. Caso haja contestações, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, DIRETORIA DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA, COORDENAÇÃO GERAL DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS – DFQ estas serão analisadas e julgadas pelo CDR, ouvindo os setores técnicos e a Procuradoria Regional. Da decisão contrária, cabe recurso ao Conselho Diretor do INCRA. Se forem procedentes, o Edital publicado precisa ser retificado e republicado, caso contrário, o RTID é aprovado em definitivo. A partir daí, o Presidente do INCRA publica Portaria reconhecendo e declarando os limites do território quilombola. A Portaria de Reconhecimento do Território Quilombola é publicada no Diário Oficial da União e do Estado.

Na atualidade, existem 73 Portarias publicadas, totalizando 302.885,1252 hectares reconhecidos em benefício de 6.552 famílias.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



**Títulos Emitidos** Na regularização fundiária de quilombo, esta é a última etapa do processo e ocorre após os procedimentos de desintrusão do território. O título é coletivo, pró-indiviso e em nome das associações que legalmente representam as comunidades quilombolas. Não há ônus financeiro para as comunidades e obriga-se a inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade no título, o qual deverá ser registrado no Serviço Registral da Comarca de localização do território. Devido às diferenças de normatização, alguns títulos emitidos antes de 2004, pela Fundação Cultural Palmares, ainda se encontram na fase de desintrusão.

Na atualidade existem 139 títulos emitidos, regularizando 995.009,0875 hectares em benefício de 124 territórios, 207 comunidades e 12.906 famílias quilombolas, assim distribuídos:

- De 1995 a 2002 foram expedidos 45 títulos regularizando 775.321,1193 hectares em benefício de 42 territórios, 90 comunidades e 6.771 famílias quilombolas. Estes títulos foram expedidos por: FCP (13), FCP/INTERBA/CDA-BA (2), INCRA (6), ITERPA (16), ITERMA (4), ITESP (3) e SEHAF-RJ (1). Destes, 2 títulos do ITERPA foram expedidos a partir de parceria (técnica e/ou financeira) com o INCRA/MDA.
- De 2003 a 2010 foram expedidos 75 títulos regularizando 212.614,8680 hectares em benefício de 66 territórios, 99 comunidades e 5.147 famílias quilombolas. Estes títulos foram expedidos por: INCRA (15), INTERPI/INCRA (5), SPU (2), ITERPA (30), ITERMA (19), ITESP (3) e IDATERRA-MS (1). Destes, 16 títulos do ITERPA e 14 do ITERMA foram expedidos a partir de parceria (técnica e/ou financeira) com o INCRA/MDA.
- De 2011 a 2012 foram expedidos 19 títulos regularizando 7.073,1002 hectares em benefício de 17 territórios, 18 comunidades e 988 famílias quilombolas. Estes títulos foram expedidos por: INCRA (5), ITERJ (1), ITERMA (12) ITERPA (1).

### **Decreto de Desapropriação por Interesse Social.**

No caso do território se localizar em terras públicas, esta etapa é desnecessária. Em sendo terras da União, esta será titulada pelo INCRA ou pela SPU. Em sendo terras estaduais ou municipais, a titulação cabe ao respectivo ente da federação. Por outro lado, no caso da área quilombola estar localizada em terras de domínio particular é necessário que o Presidente da República edite um Decreto de Desapropriação por Interesse Social de todo o território. A partir daí, cada propriedade particular pertencente a não quilombola da área deverá ser avaliada por técnico do INCRA, após o que será aberto o respectivo procedimento judicial de desapropriação e indenização do(s) proprietário(s). A



indenização se baseia em preço de mercado e ocorre em dinheiro, pagando-se o valor da terra nua e das benfeitorias para os títulos válidos e apenas das benfeitorias no caso de títulos inválidos ou área de domínio sem título correspondente.

Na atualidade existem 53 Decretos publicados, desapropriando 515.456,0822 ha em benefício de 6.080 famílias.

**Atualizado em 21/05/2013**

**Fonte: INCRA-DFQ Autorizada a reprodução, desde que citada a fonte.**

## ETNODESENVOLVIMENTO

A construção de um conceito de etnodesenvolvimento pelo coletivo que compôs a Iª CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE ETNODESENVOLVIMENTO Preparatória para a IIª Conferência Nacional de Economia Solidária em Brasília nos dias 10 e 11 de maio de 2010, foi alimentada pelo texto base e pelas exposições dos professores Henyo Barretto e Paul Singer. A sistematização desta Conferência se encontra na Biblioteca do portal [www.quilombosrurais.org.br](http://www.quilombosrurais.org.br)

“O exercício de formulação do conceito foi desenvolvido a partir das respostas dos grupos presentes às seguintes questões fundamentais:

- ***O que é felicidade, plenitude e viver bem para cada um de vocês e para os seus povos?***
- ***Quais as suas ideias sobre o que é a humanidade, a felicidade e o bem estar?***
- ***Como vocês imaginam os seus futuros?***

Em um primeiro momento, essas perguntas foram respondidas em grupos por segmento, sendo um grupo de indígenas, um de quilombolas, um grupo que congregou os demais povos e comunidades tradicionais e outro grupo de gestores públicos. A construção dos grupos foi apresentada e debatida em plenária, dando origem ao seguinte texto síntese do trabalho:

*O etnodesenvolvimento tem como pressuposto fundamental a garantia dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, sua demarcação, titulação e proteção. A garantia de igualdade de direitos com respeito à diversidade; à segurança alimentar e nutricional; à moradia; ao saneamento; à educação (escolas com projetos políticos pedagógicos que contemplem e respeitem a diversidade); à saúde com valorização e garantia de uso dos*



*conhecimentos e saberes fitoterápicos dos povos tradicionais; ao transporte; à inclusão comunicacional; ao trabalho livre; ao lazer; ao acesso aos recursos naturais e sua preservação (água limpa); ao direito de ir e vir. Direitos não limitados à existência de leis, mas garantidos de fato. Ter direito é ser cidadão.*

*O etnodesenvolvimento requer a garantia de políticas públicas de fomento à produção sustentável: linhas de crédito, financiamento para inovações tecnológicas apropriadas, certificação participativa, apoio a comercialização, assessoria técnica e formação diferenciadas. As políticas públicas não devem ser: experimentais, temporárias, universalizantes e assistencialista.*

*O etnodesenvolvimento visa à formação de uma sociedade livre de preconceitos étnicos e raciais; uma sociedade que reconhece a diversidade. Busca o reconhecimento da história de luta dos antepassados e de seus conhecimentos historicamente produzidos. Pela liberdade de expressão e respeito às culturas, às crenças, às religiões, às tradições e às ideologias.*

*Pressupõe a recuperação de todas as áreas degradadas e a preservação do meio ambiente. Busca a vida em equilíbrio com o meio ambiente; a unidade entre o homem e a natureza; o reconhecimento do ser humano como parte dela.*

*Deseja a vida com dignidade, solidariedade, partilha, união, respeito, compromisso, ética, afetividade e amor.*

*Implica necessariamente no protagonismo e na autonomia dos povos e comunidades tradicionais no desenvolvimento de suas pesquisas e suas tecnologias, na elaboração e implantação das políticas públicas. Enfim, na autonomia econômica, cultural e política dos povos e comunidades tradicionais”.*

Segundo o texto da Conferência:

“Vale ressaltar que a formulação acima expressa um conceito ainda em construção, que deve ser revisitado e reformulado no caminhar desse movimento, com base nas práticas e nas experiências cotidianas dos povos e comunidades tradicionais. Destacamos ainda que é possível verificar nessa elaboração coletiva uma grande confluência com os princípios, valores e práticas da economia solidária. Nas palavras de um dos



participantes da Conferência, Pedro (pantaneiro): *‘Nas comunidades tradicionais a economia solidária já existia, mas não era para comercialização, era para o sustent’*. Portanto, o etnodesenvolvimento não é a adaptação das populações tradicionais ao capitalismo. O etnodesenvolvimento busca um novo modo de produção e distribuição e uma nova civilização”.

**Em seguida no texto base da Conferência encontramos o seguinte:**

### **SOBRE O ETNODESENVOLVIMENTO**

A discussão sobre o etnodesenvolvimento emergiu de forma mais consistente no debate latino americano em 1981, na cidade de São José de Costa Rica, por ocasião de uma reunião de especialistas em etnodesenvolvimento e etnocídio na América Latina.

O conceito de etnodesenvolvimento surge, então, como um contraponto crítico e alternativo às teorias (e ações) desenvolvimentistas e etnocidas que tratam as sociedades indígenas e as comunidades tradicionais em geral como um obstáculo ao desenvolvimento, à modernização e ao progresso.

Uma das principais referências sobre o assunto é Guillermo Bonfil Batalla, que traz a seguinte consideração:

“É o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, em consonância com suas experiências históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações. Ou seja, o etnodesenvolvimento pressupõe existirem as condições necessárias para que a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada possa se manifestar, definindo e guiando seu desenvolvimento”.

(BATALLA apud VERDUM, 2006, p.73)

Para Batalla, o etnodesenvolvimento requer que as comunidades sejam efetivamente protagonistas das suas próprias trajetórias de desenvolvimento, que tenham autonomia sobre a gestão dos seus territórios e dos recursos naturais neles existentes, de serem autônomos quanto ao seu desenvolvimento étnico e de terem a capacidade de impulsioná-lo.

Outra referência importante é de Rodolfo Stavenhagen (1985), proponente do conceito que define o etnodesenvolvimento como um modelo alternativo de desenvolvimento que valoriza o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



Nessa acepção, o desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de “progresso” no sentido usual do termo: PIB, renda per capita, mortalidade infantil, nível de escolaridade etc. Para Stavenhagen, o etnodesenvolvimento significa que a etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses.

Em termos gerais, os princípios básicos para o etnodesenvolvimento são:

“... objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar o conhecimento e tradições locais na busca de soluções dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visar à auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, com atividades mais participativas.” (STAVENHAGEN apud AZANHA, 2002, p. 31).



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## INTRODUÇÃO À PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa-ação é voltada para a pesquisa orientada em função de objetivos e condições de ação. No caso do projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária o próprio título nos fornece o rumo dos objetivos da pesquisa-ação.

A pesquisa-ação tem como pressuposto a **Participação, a Ação e a Pesquisa**. Vamos especificar um pouco estes substantivos femininos.

**A Participação** existe de diferentes maneiras e em diferentes graus: colaboração, cooperação, envolvimento, mas todas as formas demandam que haja uma prática democrática. Quanto maior for a participação e a contribuição dos atores envolvidos maior e mais efetivo será o seu resultado.

**A Ação** significa aqui: fazer, possibilitar, facilitar, resolver problemas, fortalecer, criar ou restabelecer vínculos sociais.

**A Pesquisa** é a coleta de dados e sua análise, estudo sistemático, reflexão e a produção de conhecimento.

### O que é pesquisa?

Primeiro temos a curiosidade de saber sobre alguma coisa, nos interrogamos e logo vemos que precisaremos investigar e refletir sobre o que queremos saber. A pesquisa é exatamente essa investigação. Ela deverá nos possibilitar a descoberta, a criação e o conhecimento. Fazemos pesquisa para procurar alcançar uma visão compreensiva de totalidades e produzir sínteses abertas que suscitem novas interrogações e investigações. O seu principal desafio, no nosso entender, é criar pensamento e conhecimento que levem à descoberta do novo e potencializem a vontade que muitos têm de transformar o mundo para um “bem viver” de todos, portanto sustentável, através de ações históricas conscientes em condições materialmente determinadas.

## AUTONOMIA

**Autonomia é a qualidade de ser autônomo.**

Um pesquisador precisa procurar ter um pensamento AUTÔNOMO - palavra grega que vem de AUTOS (eu mesmo, si mesmo) e NOMOS



(lei, norma ou regra) – significa uma pessoa e/ou grupo que é livre por ser governado por suas próprias regras, objetivos e buscas.

A ideia contraposta é a do HETERÔNOMO, ou seja, aquele que recebe de outro a norma e a regra. HETERO, em grego, significa outro.

A autonomia é um ingrediente fundamental para a criação do novo. Sem autonomia não se rompe com os paradigmas estabelecidos na sociedade onde estamos inseridos. Não conseguimos ter um pensamento livre e sermos libertários, não fazemos um movimento contra hegemônico e ficamos rodando dentro da mesma roda controlada por quem detém a hegemonia dos processos, ou seja, quem detém o poder.

**A Pesquisa-ação propõe e possibilita** um aprendizado através da ação, ou seja, é fazendo ou agindo que se aprende. Um grupo de pessoas identifica um problema, pesquisa para entender melhor o problema e para resolvê-lo. Sistematiza o processo de pesquisa, debate as informações coletadas na pesquisa, resolve que ação fará, planeja a ação, executa o planejado, sistematiza o processo, gera conhecimento. Depois analisa os resultados dos seus esforços e se não estiver satisfeito recomeça o ciclo.

**“Ninguém sabe tudo, todos sabem alguma coisa”**

Essa frase traz a ideia de que o saber é sempre resultado de um processo compartilhado.

**"Ninguém sabe tudo, todos sabem alguma coisa e juntos, trocando nossos saberes, todos saberão muito mais."**

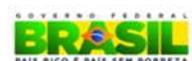
A pesquisa-ação (PA) tem como objetivo gerar conhecimento e contribuir tanto para resolver problemas práticos imediatos da coletividade em questão quanto pesquisar para estudar um determinado sistema e fundamentar soluções para mudar situações indesejáveis em direção ao que foi debatido e proposto pela coletividade. Uma pesquisa-ação bem feita qualifica a luta e as propostas dos movimentos sociais. Do ponto de vista da Economia Solidária a PA é uma das estratégias para o seu fortalecimento. Na PA há, portanto, um duplo engajamento: o da pesquisa e o da ação.

A PA enfatiza a importância da co-aprendizagem entre e dos atores territoriais e os pesquisadores como um aspecto essencial do processo de pesquisa.

## DEFINIÇÕES DE PESQUISA-AÇÃO



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa organizada de modo participativo (com diferentes graus de participação), com a cooperação/colaboração de pesquisadores e de membros ou grupos implicados em determinada situação ou prática social, de modo a identificar os problemas, buscar soluções e implantar possíveis ações coletivamente deliberadas.

Envolve as pessoas da comunidade afetada como co-pesquisadores em todas as suas fases: identificando questões, coletando dados, analisando os dados e os resultados da pesquisa bem como o uso a ser feito desses resultados.

Então, podemos dizer com o professor Michel Thiollent, que:

*“a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica, isto é, com base na experiência, que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.*

E com Morin, que

*“O ser humano é dotado de capacidades intelectuais e de liberdade de ação. Nesse sentido o profissional (pesquisador) deve estar consciente que o saber que a pesquisa lhe trará responde a uma visão científica ampliada. (...) O saber emergirá da reflexão sobre a prática. Como ator e como pesquisador, ele está inserido em um campo, faz parte dele, e deve caminhar com múltiplos componentes de seu meio porque não sabe a priori o que é pertinente e o que não o é em seu projeto de pesquisa. (...) No processo de pesquisa precisamos considerar a complexidade do real não como moda passageira, mas como necessidade de se superar o reducionismo das ciências puras “duras” que pretendem dominar seu objeto e generalizar suas conclusões” (Morin, 2004:31-32)<sup>13</sup>.*

Para Morin (2004:56)

*(...) “pesquisa-ação designa em geral um método utilizado com vistas a uma ação estratégica e requerendo a participação dos*

---

<sup>13</sup> Morin, André – Pesquisa-ação integral e sistêmica – Ed. DP&A – 2004/RJ.

*atores. É identificada como nova forma de criação do saber na qual as relações entre teoria e prática e entre pesquisa e ação são constantes. A pesquisa-ação permite aos atores que construam teorias e as estratégias que emergem do campo e que, em seguida, são validadas, confrontadas, desafiadas dentro do campo e acarretam mudanças desejáveis para resolver ou questionar melhor uma problemática”.*

Henri Desroche (inspirado em Roger Bastide - 1971) qualificou a pesquisa-ação como

*“uma pesquisa em que os autores de pesquisas e os atores sociais se encontram reciprocamente implicados: os atores na pesquisa e os autores na ação”. Dependendo do grau de implicação, podemos denominar diferentes participações: integral, aplicada, distanciada, informativa, espontânea, usuária, militante e ocasional.<sup>14</sup> (Morin, 2004:57)*

Thiollent sempre adverte que a pesquisa-ação, além da participação, supõe uma ação planejada de caráter social, escolhida como prioritária pelos atores envolvidos na pesquisa após o debate dos resultados do diagnóstico, ou seja, dos dados recolhidos e sistematizados pela pesquisa. Este debate para a escolha das prioridades e das ações é chamado de **SEMINÁRIO** que no nosso caso deverá gerar os **Planos Territoriais de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas** para cada território étnico do projeto (10 planos).

#### PRINCIPAIS ASPECTOS DA PESQUISA-AÇÃO

- a) Há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e as pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação **não** é constituído pelas pessoas e **sim** pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados na situação dada;

<sup>14</sup> Ver a tipologia de Henri Desroche na página 21.



- d) a pesquisa-ação vê a pesquisa, a aprendizagem e a produção de conhecimento como aspectos do mesmo processo intelectual no contexto da ação;
- e) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, esclarecer os problemas da situação observada;
- f) durante o processo há um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- g) a pesquisa não se limita apenas a uma forma de ação: pretende-se aumentar o conhecimento crítico e o nível de consciência dos pesquisadores e das pessoas implicadas. Tem como um de seus principais objetivos também a geração de conhecimento.

### ROTEIRO BÁSICO DA PESQUISA-AÇÃO (Stringer, 2000, p. 18)

<b>OLHAR</b>	● Coletar informação relevante ● Mapear a situação
<b>PENSAR</b>	● Explorar e analisar o que acontece ● Interpretar e explicar
<b>AGIR</b>	● Elaborar planos ● Executar as ações ● Avaliar

### FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E TEMA DA PESQUISA

A formulação do problema busca responder à seguinte pergunta: o que e como mudar diferentes aspectos de uma dada situação para alcançar uma transformação desejada pelos atores implicados?

Qual será o tema da nossa pesquisa? É preciso ter foco para escolher o tema. Talvez o tema seja: conhecimento dos territórios quilombolas.

### FASES DA PESQUISA-AÇÃO

Segundo Thiollent em seu livro “Metodologia de Pesquisa-ação” as fases da PA são as seguintes:

1 – **Fase exploratória** (Os dois primeiros seminários sobre pesquisa-ação com representantes da Federação dos Quilombolas do Rio Grande do Sul e depois no seminário do Rio de Janeiro com representantes da CONAQ de diferentes Estados da Federação, representaram, no método da pesquisa ação, a fase exploratória da pesquisa, pois foi possível



identificar as expectativas dos grupos e os problemas em relação à situação vivenciada pelas comunidades quilombolas).

**2 – O tema da pesquisa**

**3 – A colocação dos problemas**

**4 – O lugar da teoria**

**5 – Hipóteses**

**6 – Campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa**

**7 – Coleta de dados (qualitativos e quantitativos)**

**8 – Imputar os dados**

**9 – Validar os dados junto aos envolvidos**

**10 – Processar e analisar os dados, constituir sínteses**

**11 – Aprendizagem**

**12 – Trocas entre o saber formal e saber informal gerando novos conhecimentos**

**13– Seminário.** Em caso de pesquisa localizada o Seminário será local com os atores implicados no processo. Em caso de pesquisa mais ampla como em comunidades ou grupos em vários municípios, como é, por exemplo, no nosso caso, o Seminário deverá ser primeiro em âmbito local com decisão sobre as prioridades locais e eleição de delegados para então se fazer o Seminário estadual para debater e tirar prioridades e encaminhamentos estaduais.

**14 – Plano de Ação das ações a serem implantadas (local e estadual)**

**15 – Planejamento para implantação das ações e realização das ações planejadas**

**16 – Divulgação externa**

**17 – Acompanhar e analisar as ações**

**18 – Avaliar os resultados, realizar o “ciclo de resolução de problemas e geração de conhecimento crítico”.**

## **HIPOTESE DA PESQUISA**



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



**Hipótese:** é uma tese a ser comprovada. Toda pesquisa deve ter uma hipótese. O papel da hipótese é o de orientar as investigações no campo pesquisado e as discussões com os participantes. Os pesquisadores coletam, processam e analisam os dados, debatem com os atores os resultados e depois há a verificação ou não da hipótese.

## PERGUNTAS À PESQUISA COM EXEMPLOS NA NOSSA PESQUISA QUILOMBOLA

### Uma reflexão preliminar

Segundo o antropólogo Alfredo Wagner, os quilombolas se mantiveram por séculos através de uma unidade social com base em estratégias de solidariedade, de formas de produção, de valores e cultura, através da “combinação de formas de resistência que se consolidaram historicamente e o advento de uma existência coletiva<sup>15</sup> capaz de se impor às estruturas de poder que regem a vida social”.

A partir desta reflexão e dos objetivos do projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária ficamos nos perguntando: qual o grau de vida coletiva e de cooperação existentes nos quilombos hoje? Quais são os pressupostos, os valores dos quilombolas, sua visão de mundo? Quais as ações que fazem para a sua sobrevivência? O que vem mudando? Quais são os principais conflitos? O caminho atual estará conduzindo à conquista de direitos e traz uma visão de futuro? Quais são as estratégias?

Quais são as representações e práticas dos próprios quilombolas que viveram e ainda vivem um contexto histórico em meio a antagonismos e violências extremas e neles conseguiram construir situações de sobrevivência e sustentação? O que é o “bem viver” para os quilombolas?

Como se definem e representam suas relações e práticas tanto para dentro quanto em face aos outros grupos sociais e às políticas públicas? O que fazer? Quais as prioridades para a CONAQ? Qual é sua plataforma? Quais são as suas estratégias? Qual é o ponto de vista dos quilombolas sobre tudo isso e sobre o mundo?

### SUGESTÕES PARA DEBATE:

<sup>15</sup> Grifo nosso.



## Quais os objetivos da pesquisa-ação nos quilombos?

### Sugestões:

1. Realizar um censo quilombola no intuito de colaborar para o autoconhecimento e a autonomia das comunidades assim como diagnosticar as possibilidades de constituição de empreendimentos da economia solidária visando à segurança alimentar e melhoria da sua qualidade de vida?
2. Articular coletivamente as memórias locais para identificar e difundir a história das comunidades? Por quê? Para quê?
3. Mapear os saberes tradicionais e registrá-los para que a comunidade não os perca ao longo do tempo. É necessário fazer isso? Por quê? Para quê?
4. Diagnosticar as demandas das comunidades para subsidiar a construção de uma plataforma com um ranking de prioridades para organizar as ações? Para quê? Por quê?
5. Verificar o que se produz, por que se produz, como se produz, para quem se produz: se para a comunidade ou para mercado externo à comunidade. Isso interessa aos quilombolas para um futuro estudo de viabilidade de novos arranjos produtivos?
6. Detectar para além das habilidades atuais, quais poderiam ser fomentadas e desenvolvidas? Com que finalidade?
7. Propiciar espaços de expressão da historicidade oral para o fortalecimento da identidade, bem como para verificar a possibilidade de geração de novos dados primários? Fazer o que com essas informações se forem geradas? Por quê? Para quem?
8. Verificar como é a relação dentro do quilombo e entre os quilombos e entre estes e a sociedade local, aferindo, quando possível, o grau de cooperação interna? Para quê?
9. Fortalecer espaços de permanência e de manutenção dos atores nas comunidades especialmente para os mais jovens é uma questão importante?
10. Detectar os principais conflitos, como ocorrem e os entraves ao etnodesenvolvimento das comunidades. Para quê? Com qual intenção?
11. Destacar a questão dos vínculos que podem ser consolidados ou recriados quando tiverem sido rompidos. Para quê? Isso é ficar no passado ou significa andar com pés firmes para o futuro?



12. Diagnosticar as demandas principais das comunidades. Com qual finalidade? Para encaminhar para os governantes? Para lutar? Ou para tomar atitudes e/ou realizar ações internas?

### TIPOLOGIA DE FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NOS DISPOSITIVOS DE PESQUISA-AÇÃO

O autor H. Desroches apresentou uma tipologia segunda a qual podemos determinar vários tipos de pesquisa-ação conforme as diferentes combinações e intensidades relativas à ação e aos atores e aos distintos tipos de participação.

#### PESQUISAS AÇÕES E TIPOLOGIAS DE DIFERENTES GRAUS DE PARTICIPAÇÃO

	DE EXPLICAÇÃO	DE APLICAÇÃO	DE IMPLICAÇÃO	TIPOS DE PARTICIPAÇÃO
	SOBRE Sobre a ação e seus atores	PARA Para a ação e seus atores	POR Pela ação e seus atores	
1	+	+	+	INTEGRAL
2	+	+	-	APLICADA
3	+	-	+	DISTANCIADA
4	+	-	-	INFORMATIVA
5	-	-	+	ESPONTANEA
6	-	+	-	USUARIA
7	-	+	+	MILITANTE
8	-	-	-	OCASIONAL

Fonte: H. Desroche (1990). + presença forte ou máxima – presença fraca ou mínima

O nosso grande desafio é conseguir fazer uma pesquisa-ação integral com esta abrangência territorial. Nunca foi feito. Dificilmente será



atingido dado o prazo proposto neste edital, os recursos destinados para o projeto e com o grau inicial existente de reconhecimento e construção de laços entre as partes, mas sonhar é sempre possível.

## **A PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA-AÇÃO**

Segundo Thiollent a PA possibilita um significativo nível de envolvimento das pessoas da comunidade, mas concretamente há diferentes formas e graus de participação. Por vezes os pesquisadores se empenham fortemente para que a participação seja a mais ampla possível e não conseguem a resposta que desejariam que ocorresse. De qualquer maneira, é importante frisar que há ocasiões como, por exemplo, de conflito nas favelas do Rio de Janeiro quando se torna impossível realizar uma pesquisa-ação. É necessário, portanto, que haja uma ambiência que favoreça a realização da PA.

Através da participação dos atores a pesquisa-ação propicia também a formação das pessoas para a realização das tarefas necessárias às mudanças desejadas. Possibilita um conhecimento da realidade de maneira coletiva. Dá apoio às pessoas para aprenderem a agir com autonomia, pois fortalece os planos e as atividades que as pessoas são capazes de realizar sozinhas. Lida mais diretamente com as pessoas do que por intermédio de representantes ou agentes externos.

## **COLETA DE DADOS, CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS: a contribuição dos diferentes instrumentos quantitativos e qualitativos**

A coleta de dados se dá através de diferentes maneiras e uso de distintos instrumentos como: trabalho de grupo, reuniões com registro de informação, entrevistas individuais e coletivas. Além dessas formas também deve ser constante a observação direta dos pesquisadores que precisa ser sempre devidamente registrada.

A pesquisa documentária dos dados secundários também é da maior importância e colabora muito na análise e reflexão tanto inicial quanto final da pesquisa-ação. Outro instrumento importante é o Censo (com perguntas de descrição de situação e perguntas de encaminhamento de propostas ou ações). Filmagens, vídeos já produzidos, fotos são importantes instrumentos para a construção de significados e registro de fatos.



Sobre os nossos instrumentos qualitativos, isto é, **o relatório mensal a partir do caderno de campo, a roda de conversa e a descrição histórica**, veremos em detalhe mais adiante. Mas é bom lembrar que vários outros instrumentos podem ser desenvolvidos já que a PA requer criatividade, contanto que se mantenha rigor nas informações, nas fontes, na análise dos dados etc.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## PARTE II

*“ ... Os territórios são formas, mas os territórios usados são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.*

*É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. Em uma palavra: caminhamos, ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo à comunhão hoje global: a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território”.*  
Milton Santos em *O retorno do território*.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



# NOÇÕES MUITO INICIAIS SOBRE PESQUISA QUANTITATIVA E PESQUISA QUALITATIVA

## PESQUISA QUANTITATIVA

### O que é?

A **pesquisa quantitativa** é um método de pesquisa social que **utiliza técnicas estatísticas**. Normalmente implica a construção de inquéritos por questionário e muitas pessoas são entrevistadas. Exige um número maior de entrevistados para garantir maior precisão nos resultados. É muito usada para compor um quadro amplo da opinião de muitas pessoas para, com a informação assim obtida, desenhar estratégias e planos de ação.

As **pesquisas quantitativas** são mais adequadas para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utilizam instrumentos padronizados (questionários). São utilizadas quando se sabe exatamente o que deve ser perguntado para atingir os objetivos da pesquisa. Permitem que se realizem projeções para a população representada. Elas testam, de forma precisa, as hipóteses levantadas para a pesquisa e fornecem índices que podem ser comparados com outros.

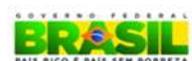
Na **pesquisa quantitativa** os entrevistadores identificam as pessoas a serem entrevistadas por meio de critérios previamente definidos: por sexo, por idade, por ramo de atividade, por localização geográfica etc. No caso da pesquisa quilombola entrevistaremos **mulheres com 18** anos ou mais e, quando houver os dois casos, daremos preferência àquela que tiver **mais responsabilidade** sobre a casa.

As **entrevistas** não exigem um local previamente preparado, podem ser realizadas na própria residência do entrevistado. O importante é que sejam aplicadas individualmente e sigam as regras de seleção definidas previamente.

As informações são colhidas por meio de **um questionário estruturado** com perguntas claras e objetivas. Isto garante a uniformidade de entendimento dos entrevistados.

O **relatório** da pesquisa quantitativa, além das interpretações e conclusões, deve mostrar tabelas de percentuais e gráficos.

**São sete as etapas necessárias para a realização de uma pesquisa quantitativa:**



- 1. Definição do objetivo da pesquisa.
- 2. Definição da população a ser pesquisada.
- 3. Elaboração do questionário.
- 4. Coleta de dados (campo).
- 5. Digitação dos dados.
- 6. Processamento dos dados.
- 7. Análise dos resultados

## PESQUISA QUALITATIVA

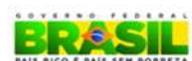
### O que é?

Os métodos qualitativos e quantitativos **não se excluem** embora difiram quanto à forma e à ênfase. Os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capaz de contribuir melhor para a compreensão dos fenômenos. Na produção de dados a interação dos dados pode ser reduzida, mas na fase da conclusão os dois métodos se complementam. Portanto, são métodos que se complementam e aportam especificidades próprias.

Ainda assim prevalece que as pesquisas qualitativas são de natureza tal que têm menos probabilidade do que suas colegas quantitativas de serem explícitas sobre seus métodos. As situações de pesquisa qualitativa incentivam, aliás, exigem a improvisação.

É importante estar atento para o fato de que toda pesquisa tem o propósito de resolver um problema específico. É como mandar construir uma casa para si. Embora existam princípios gerais de construção, não há dois lugares iguais, não há dois arquitetos que trabalhem da mesma maneira e não há dois proprietários com as mesmas necessidades. Assim, as soluções para os problemas de construção têm sempre que ser improvisadas. Estas decisões não podem ignorar princípios gerais importantes, mas os princípios gerais em si não podem resolver os problemas desta construção. Para resolvê-los temos que adaptar os princípios gerais à situação específica que temos em mãos.

Os princípios gerais encontrados em livros e artigos sobre metodologia são uma ajuda, porém são genéricos e não levam em consideração as



variações locais e peculiaridades que tornam este ambiente e este problema aquilo que são de modo único.

As pesquisas qualitativas têm caráter exploratório: estimulam os entrevistados a pensar e falar livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Elas fazem emergir aspectos subjetivos, atingem motivações não explícitas, ou mesmo não conscientes, de forma espontânea.

O número de entrevistados geralmente é pequeno. Normalmente as informações são coletadas por meio de um roteiro de entrevista. As opiniões dos participantes são gravadas e posteriormente analisadas. São realizadas por meio de entrevistas em profundidade ou de discussões em grupo (chamados de grupos focais). Para as discussões em grupo, as pessoas (em média oito) são convidadas para um bate-papo realizado em salas silenciosas com aparelho para gravação em áudio e vídeo. Nas entrevistas em profundidade, é feito o pré-agendamento do(s) entrevistado(s). Este procedimento garante a concentração dos participantes. As informações colhidas na abordagem qualitativa através de entrevistas são analisadas de acordo com o roteiro aplicado e registradas em relatório, destacando opiniões, comentários e frases mais relevantes que surgiram. No nosso caso realizamos as entrevistas com os coordenadores e agentes como relatos de vida e tivemos que desistir das Rodas de Conversa com os jovens que seriam comparadas com as Rodas dos mais velhos porque os coordenadores alegaram dificuldades em gravar as rodas por falta de aparelhagem.

De maneira sucinta, em pesquisas qualitativas o importante é o que se fala sobre um tema, enquanto que em pesquisas quantitativas o importante é quantas vezes é falado. Segundo Strauss e Corbin no livro “Pesquisa Qualitativa”, editora Artmed. Porto Alegre, 2009:

“Com o termo “pesquisa qualitativa” queremos dizer qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações. Alguns dados podem ser quantificados, (...) mas o



grosso da análise é interpretativa”. (STRAUSS e CORBIN, 2009).

**Do relatório final de uma pesquisa qualitativa** devem constar pelo menos os seguintes pontos: Sumário, Metodologia, Análise das categorias, Principais resultados, Referências bibliográficas.

### **SABER FORMAL/SABER INFORMAL**

Na pesquisa-ação o encontro e a troca entre esses dois tipos de conhecimento é fundamental. E para a construção de uma ponte entre esses saberes é necessário haver dialogicidade e alteridade entre as partes, ou seja, entre os pesquisadores e os atores locais. Respeitar os vários tipos de conhecimentos existentes na situação e estabelecer dispositivos de interlocução entre representantes de vários pontos de vista (divergências ou potenciais conflitos), portanto é importante relativizar, sobretudo, o saber formal e ambos se abrirem para que possa haver uma troca rica e profícua.

### **O PAPEL DOS SEMINARIOS PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NA PESQUISA-AÇÃO**

“Para corresponder ao conjunto dos seus objetivos, a pesquisa-ação deve se concretizar em alguma forma de ação planejada, objeto de análise, deliberação e avaliação (...) consideramos que a formulação de um plano de ação constitui uma exigência fundamental.” (THIOLENT, 2008)

Dentro do processo de pesquisa-ação, após termos realizado toda a parte de entrevistas e coleta de dados, depois de ter organizado todas as informações e produzido um relatório, realiza-se os **seminários** onde estes resultados serão debatidos e validados se os participantes do processo concordarem com sua veracidade e, em seguida, prossegue-se para o debate sobre as prioridades e ações a serem encaminhadas.

No caso do projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária, dada a sua abrangência, recomenda-se que com os resultados de cada comunidade, os articuladores e agentes realizem uma **reunião** em cada comunidade para debater os resultados, tirar as prioridades de ação e eleger dois delegados para participar do Seminário Estadual.



Nessa reunião devem participar também, como **representantes dos empreendimentos solidários** daquela comunidade, dois delegados de **cada empreendimento** que deverão também ir para o Seminário Estadual. É assim que teremos minimamente garantidos os indicativos tanto dos territórios quanto dos empreendimentos através das suas representações para levar adiante o debate na esfera estadual.

Os Seminários Estaduais devem ser bem organizados através de um **Plano de Ação**<sup>16</sup> para montagem e realização do seminário, para que o debate possa ser o mais profícuo possível permitindo o encaminhamento de ações concretas para a resolução dos problemas tirados como prioritários pelos representantes das comunidades e dos empreendimentos solidários quilombolas. É importante também procurar garantir para a última parte do seminário, a presença dos parceiros bem como de representantes das autoridades governamentais, tanto estadual, municipal quanto federal, esta última através dos representantes dos Ministérios que já possuem políticas e programas que trabalhem com os quilombos, assim como devem também ser convidados outros que deveriam trabalhar como, por exemplo, o Ministério da Pesca pela incidência de pescadores quilombolas nas comunidades.

### **ALGUMAS RECOMENDAÇÕES PARA AS REUNIÕES LOCAIS E OS SEMINÁRIOS ESTADUAIS**

Todo processo participativo requer maiores cuidados e também uma dose maior de paciência para poder se trabalhar as diferentes visões, ou seja, mostrar para todos os participantes (o geral) como cada grupo representa para si os problemas de suas comunidades e/ou regiões (os particulares). Há que se manter uma posição aberta para entender as diferentes representações e opiniões e procurar saber quais são os pontos ou zonas de possíveis entendimentos. Por outro lado, as áreas de desentendimento e seus argumentos também devem ficar evidenciados e assim no processo podem-se comparar os pontos de vista e as representações de cada grupo. Por vezes esse processo de diálogo é difícil até porque pode acontecer que um grupo não tenha acesso ao conhecimento de determinados aspectos que o outro grupo trouxe. Mas o objetivo aqui é procurar caminhar para o maior consenso possível em

<sup>16</sup> Ver a cartilha “Guia de Orientações para Realização do Seminário de Construção do Plano Territorial de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas” desta coleção.



cima do maior número de pontos de maneira a se conseguir ao final, caminhar juntos com os mesmos objetivos gerais.

Quando o grupo tem a participação de especialistas e/ou pesquisadores da academia e participantes de movimentos ou comunidades é necessário que todos procurem se despir dos preconceitos e assumam uma postura de modéstia e capacidade reflexiva para que as mentes e os corações fiquem abertos para as contribuições e questionamentos do grupo como um todo. Isso só pode ser resolvido na prática e para tanto o primeiro passo é o reconhecimento dos diferentes universos presentes com seus diferentes saberes e trajetórias e a clareza dos encaminhamentos do processo a ser trilhado de modo conjunto.

“O projeto de pesquisa-ação não impõe uma ação transformadora aos grupos de modo predefinido. A ação ocorre somente se for do interesse dos grupos e concretamente elaborada e praticada por eles.

(...) De modo talvez mais acentuado do que em outras áreas, a pesquisa-ação em projetos solidários requer uma clara definição ética quanto ao relacionamento entre os participantes e destes com o projeto em pauta.” (THIOLENT, 2011)

### **O PLANO TERRITORIAL DE ETNODESENVOLVIMENTO, ECONOMIA SOLIDARIA E POLITICAS PUBLICAS – ORGANIZANDO A AÇÃO**

A construção de um Plano Territorial de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas - PTEESPPs é um processo que deve em primeiro lugar ter bem claro e o mais possível consensuado, o que estamos entendendo por etnodesenvolvimento; por território e por economia solidária, pois se os participantes da elaboração do plano territorial tiveram cada qual uma visão sobre estes assuntos não sairá um plano consistente. É claro que não queremos propor nenhuma homogeneização das opiniões, ao contrário, queremos um debate rico com diferentes opiniões e ideias, um debate aprofundado que reflita os acordos e pactos traçados em torno das prioridades para as ações a serem realizadas. Em segundo lugar o plano deve levar em conta:



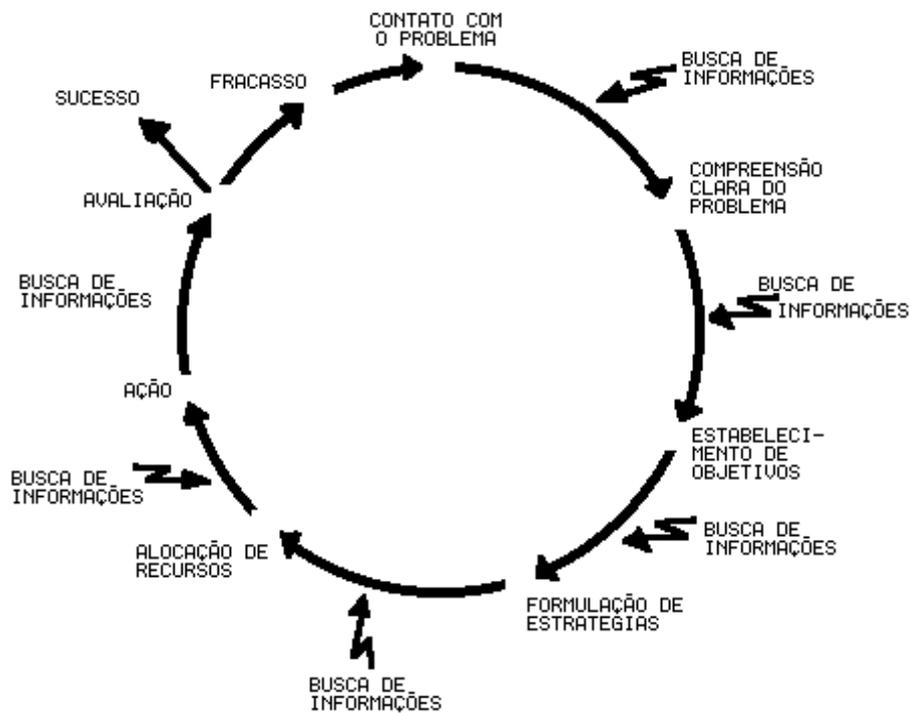
- a) a elaboração e formulação de um diagnóstico participativo e estratégico com os principais atores envolvidos, no qual se possam identificar os obstáculos ao etnodesenvolvimento, os fatores restritivos, bem como as oportunidades e potencialidades locais existentes e que a conjuntura pode propiciar; vontades e desejos dos atores principais; negociação entre os diferentes atores;
- b) quando possível, a identificação de experiências similares bem sucedidas, sua sistematização e análise de custos e resultados, tendo em vista possibilidades de ampliação de escalas e criação de novas alternativas;
- c) debate público e mobilização da sociedade civil em torno das alternativas propostas pelos atores implicados para definição das prioridades a serem trabalhadas;
- d) montagem de um **Primeiro Plano de Ação** com definição de competências das diversas esferas envolvidas, dos recursos e estratégias de implantação, cronogramas e os parâmetros de avaliação;
- e) detalhamento de modelos e projetos, diretrizes e estratégias; identificação das fontes de recursos; orçamento; mobilização dos meios disponíveis e a providenciar; mapeamento de possíveis parcerias, para a implantação;
- f) a realização de um Segundo Plano de Ação, que no nosso caso será a montagem de um Programa para o Etnodesenvolvimento e Economia Solidária de 10 Territórios Quilombolas em 5 regiões da Federação, em 11 Estados.

Veja na cartilha Guia de Orientações para Realização do Seminário de Construção dos Planos Territoriais de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas desta coleção, um texto e uma planilha falando mais sobre o Plano de Ação. Aqui só queremos registrar que o plano de ação é construído ao final das reuniões locais e do(s) seminário(s), portanto, é uma atividade realizada com os participantes e/ou os delegados e é decorrente de todas as etapas anteriores. É um instrumento de organização das decisões e das responsabilidades decididas em uma reunião ou seminário e facilita neste caso a posterior elaboração dos Planos Territoriais debatidos nos Seminários Territoriais bem como o acompanhamento do que foi deliberado e de quem se responsabilizou por o quê. A partir do Plano Territorial é que se vai para a execução conforme deliberado seja em pequena e/ou grande escala. Depois se avalia os resultados, isto é, se realmente os problemas foram solucionados e, se necessário, retoma-se o ciclo.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





Como há convergência nos princípios e orientações sobre o modo de agir para se atingir as finalidades de construção de um mundo justo, solidário e sustentável entre o conceito de Etnodesenvolvimento e Economia Solidária, do ponto de vista do projeto, será na elaboração e encaminhamento dos Planos Territoriais de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas onde se poderá dar ênfase à visão territorial que demanda que as políticas públicas não sejam fragmentadas, mas que, ao contrário, sejam articuladas com foco no território. Isso exige uma grande dose de articulação interministerial, inter-representações dos quilombolas e da sociedade civil que se envolvam nesse esforço. Demanda ainda um grande empenho para o desenvolvimento de novos saberes e tecnologias apropriadas.

A cartilha “Guia de Orientações para a Realização do Seminário de Coconstrução dos Planos Territoriais de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas” traz uma proposta de metodologia para a realização do Seminário que recomendamos fortemente seja incorporada por todos os territórios para que ao final tenhamos um material que possa ser juntado em uma proposta de Programa Nacional de Políticas Públicas para o Etnodesenvolvimento e Economia Solidária. Se cada território usar uma metodologia própria, isso dificultará muito mais a realização do Programa. Não é uma camisa de força, mas uma sugestão de um caminho em comum para um resultado coletivo do projeto.

## APRENDIZAGEM

A PA propicia um conhecimento que é aprofundado, enriquecido e mais socialmente usável justamente por ter sido produzido coletivamente e dentro da comunidade e/ou grupo.

Há uma aprendizagem dos atores implicados na pesquisa e dos pesquisadores.

Abre a possibilidade de ações formativas complementares detectadas ao longo do agir e do fazer, portanto ligadas diretamente às necessidades dos atores.

É importante que haja um registro dos ganhos de aprendizagem, tanto os individuais quanto os coletivos.

## RETORNO DA PESQUISA EM MATERIA DE CONHECIMENTO

- Registro da informação e dos conhecimentos construídos.
- Conhecimentos compartilhados.
- Sistematização do processo e dos aspectos específicos e generalizáveis.
- Divulgação adaptada em forma e conteúdos aos públicos interessados em diferentes formas e mídias.

A devolução aos atores implicados dos resultados da pesquisa com sua sistematização e a realização de avaliação coletiva lhes propicia: formas de “empoderamento”, formação pela prática e informação organizada, sistematizada e coletivizada.

## ASPECTOS ÉTICOS

Na PA há a construção coletiva das regras de cooperação entre os pesquisadores e a população, e entre os atores. Esclarecimento e limitação do poder das lideranças, dos pesquisadores e dos outros interlocutores. Depois de debatidas as regras faz-se um acordo de convívio onde tudo fica registrado por escrito para no caso de haver divergências insustentáveis ou acusações e desavenças durante o processo poder-se resgatar o que foi acordado para tentar superar estes problemas.



A PA não admite que haja desapropriação dos saberes das populações, portanto todos os dados coletados, processados e analisados obrigatoriamente serão restituídos para o coletivo e validados por todos que participaram do processo (entrevistadores, pesquisadores, entrevistados, lideranças locais etc.).

Regras de coautoria na produção de textos e outras obras também devem ser debatidas, acordadas e respeitadas.

### **BIBLIOGRAFIA INICIAL BÁSICA PARA A PESQUISA-AÇÃO**

Nossa Bibliografia Básica para a pesquisa-ação será o livro **“Metodologia da Pesquisa-ação”** 14ª edição de Michel Thiollent, São Paulo : editora Cortez, 2009 e recomendamos também o livro **A Pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local**, de Hugues Dionne, Editora Líber Livro. Brasília, 2007.

### **O CONHECIMENTO E O SEU USO COMO UMA FORMA DE PODER SOCIAL E POLITICO**

A dominação exercida pelas elites tem suas raízes não só no controle dos recursos materiais, mas também no poder que detêm sobre o sentido da produção e uso que fazem do conhecimento através do seu poder social e político, inclusive sobre as diferentes mídias, para determinar o que é um conhecimento válido e útil. A PA abre a possibilidade de conhecimento adquirido através da pesquisa como análise coletiva sistemática (com planejamento, rigor etc.) e esta é uma forma de capital que pode ser utilizado pela população para seu próprio empoderamento e sua autonomia.

As populações não podem ser empoderadas por uma conscientização e um conhecimento outro que não o seu próprio. Um exemplo é a nossa formação dentro do chamado “conhecimento Ocidental”, sem romper com essa lógica dificilmente criaremos contra hegemonia, não faremos outro mundo.

Paulo Freire em seu livro “Pedagogia do oprimido” de 1970, disse que a pesquisa-ação tem potenciais subversivos, desperta a consciência da sua realidade social, e da sua própria habilidade e capacidade de transformá-la através de suas ações. E que a PA pode se colocar como uma reação à dominação e controle das elites sobre o conhecimento.



## COMPARAÇÃO ENTRE PESQUISA CONVENCIONAL E PESQUISA-AÇÃO

CONVENCIONAL	PESQUISA-AÇÃO
De cima para baixo, conservadora.	De dentro para fora e de baixo para todos da comunidade
O conhecimento acadêmico e dos especialistas é privilegiado	A troca de conhecimentos entre os acadêmicos e a comunidade é privilegiada
A padronização e a uniformização ou homogeneidade são valorizadas	A diversidade é valorizada
Planejada e desenvolvida por pessoas de fora sem conhecimento da realidade local.	Planejada e realizada por membros da comunidade
Altamente burocrática, isto é, várias camadas de hierarquias entre os que planejam e as populações teoricamente beneficiárias das ações para o desenvolvimento.	Os pesquisadores ou facilitadores e os membros da comunidade trabalham juntos para a geração de conhecimento e no planejamento das ações a serem implantadas.
Mais adequada às necessidades dos ricos.	Adequada para as necessidades dos mais pobres.
Motivada por lucro	Não visa lucro
As forças do mercado são priorizadas	Motivada por definir objetivos, inclusive dentro de um plano de ação a ser coletivamente elaborado, de transformação e autonomia e melhoria da qualidade de vida.
Reforça iniquidades de poder como, por exemplo: as relações Norte/Sul; homem/mulher; velho/jovem; urbano/rural etc.	Desafia o poder instituído e as iniquidades que pratica ao fortalecer as organizações e a luta dos mais excluídos, os com menos poder na sociedade.



**ATENÇÃO !!!**

## **Não há pesquisa neutra e com a PA não é diferente**

Qualquer método ou escolha de caminho a ser seguido pode ser usado para gerar autonomia ou pode ser usado de maneira perversa ou errônea. Nada é transformado se não houver vontade e organização por parte dos atores sociais envolvidos. E, no caso da Pesquisa-ação, ela só será uma ferramenta para qualificar e dar consistência às lutas, se quem está fazendo a pesquisa tiver consciência que o saber, como já vimos, é usado pelas elites para exercerem sua dominação não só no controle dos recursos materiais, mas também no poder que detêm sobre o sentido da produção de conhecimento através do seu poder social para determinar o que é um conhecimento válido e útil. E se essa consciência embasar o reconhecimento de que fazer a pesquisa e debater os seus resultados com todos os participantes em cada comunidade é a maneira mais ampla e democrática de se construir uma PLATAFORMA DE LUTAS CONSISTENTE.

O coração da pesquisa é o campo, portanto, é o trabalho realizado por você pesquisador(a)!



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



### O que é Economia Solidária?

A Economia Solidária é, antes de tudo, um movimento social que busca implantar um sistema alternativo ao capitalismo que vise à satisfação das necessidades básicas de todas as populações com sustentabilidade em todas as esferas: cultural, ambiental, social, política e econômica. Sistema esse construído pelas populações a partir dos valores da democracia participativa, da solidariedade, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

A sua dimensão propriamente econômica é formada por um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizado e realizado solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva, cooperada e autogestionária.

Na economia solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os integrantes do empreendimento (seja uma cooperativa, associação ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.

Seus princípios são os da:

- **cooperação** como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organização coletiva que podem agregar um conjunto grande de atividades individuais e familiares;
- **da autogestão** é a orientação para um conjunto de práticas democráticas participativas as decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, as definições dos processos de trabalho, nas decisões sobre a aplicação e distribuição dos resultados e excedentes, além da propriedade coletiva da totalidade ou de parte dos bens e meios de produção do empreendimento.
- **da solidariedade** que é expressa em diferentes dimensões: através da congregação de esforços mútuos dos participantes para alcançar os objetivos comuns; nos valores que expressam a justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio

ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

A Economia Solidária é também o ato de consumir – seja em casa, no trabalho, na rua ou em eventos – produtos locais, de preferência sempre da Economia Solidária e da agricultura familiar, quando houver, que não afetem o meio ambiente e nem a saúde, portanto, que não contenham agrotóxicos e nem sejam transgênicos.

Este conceito geral explicita os valores e princípios fundamentais da Economia Solidária: democracia participativa, cooperação, autogestão, solidariedade, preservação do meio ambiente, desenvolvimento local, regional e nacional endógeno, nenhuma forma de exploração, alteridade entre as pessoas, dialogicidade e ação política para a construção de um novo mundo.

Nesse sentido, podemos dizer que a Economia Solidária é uma “construção social” inerente aos processos de trabalho autogestionários, como elemento fundamental para viabilizar as iniciativas econômicas, ampliar a cidadania ativa e a democracia e como um movimento cultural e ético de transformação das relações sociais e intersubjetivas como base de um sistema alternativo ao capitalismo que se apresenta como um novo paradigma em construção participativa e democrática de desenvolvimento sustentável.

**Conceito de Economia Solidária segundo o site da SENAES**  
[www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria\\_nacional.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp)

“Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário”.

Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizado sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção, a Economia Solidária possui as seguintes características:

**Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

- a. **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, às definições dos processos de trabalho, às decisões sobre a aplicação e distribuição dos resultados e excedentes e sobre a propriedade coletiva da totalidade ou de parte dos bens e meios de produção do empreendimento. E onde os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de formação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
- b. **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- c. **Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica”.

Segundo Ronaldo dos Santos, Coordenador Executivo do Projeto e então Coordenador Executivo Nacional da CONAQ:

*“(...) a economia solidária sempre fez parte do nosso modo de vida e da nossa resistência. Só não tinha essa denominação, era somente o nosso jeito de produzir. O projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária vem fazendo um levantamento nas comunidades quilombolas identificando potenciais econômicos interessantíssimos, o que possibilitará a formação de uma rede de empreendimentos solidários quilombolas. Estamos também fazendo um Censo quilombola que informará posteriormente tanto os Planos Territoriais para a reivindicação de políticas públicas locais, estaduais e federal, quanto dará subsídios para as nossas Associações quilombolas nas suas lutas locais e estaduais e a CONAQ na luta nacional.*

*A gente tem buscado fortalecer essa ideia de que nós somos mais do que um grupo que reivindica terra, **nós somos um grupo social diferenciado, que tem um modo de vida próprio e que nossos territórios são espaços de produção, comercialização e de troca não só de produtos, mas de experiências, vivências e cultura”.***



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## O QUE É ECONOMIA FEMINISTA?

É uma perspectiva de análise do campo das ciências econômicas que incorpora as relações de gênero na compreensão do pensamento econômico, considerando centralmente dois elementos: a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade das mulheres na esfera da produção. Para tanto, a economia feminista busca transformar as relações econômicas e sociais, objetivando uma nova forma de organização do trabalho e uma nova sociedade baseada na igualdade de gênero.

A abordagem da economia feminista localiza na divisão sexual do trabalho a principal origem das desigualdades de gênero, posto que historicamente, condiciona às mulheres ocupações determinadas socialmente, o que gera desigualdades no mundo do trabalho, tendo consequências diretas sobre a vida das mulheres, através de salários inferiores, trabalho precário e alto índice de mulheres no mercado informal.

Estes fatores - aliados a invisibilidade das mulheres, materializada no trabalho não remunerado realizado para manter a esfera de reprodução da vida como as atribuições domésticas e o cuidado com a família -, conformam a situação de subordinação e exploração vividas pela ampla maioria das mulheres. A crescente feminilização da pobreza é resultado destes processos que constantemente têm aprofundado as desigualdades de gênero e a exclusão das mulheres do mundo do trabalho.

A partir destes pressupostos a Economia Feminista se constitui como método de análise, bem como propõe ações e políticas que visam à igualdade de gênero, a emancipação e a autonomia econômica das mulheres. Para tanto é preciso que se faça um esforço para aumentar a participação das mulheres dos Quilombos nos espaços de gestão das associações e dos projetos e garantir equidade na participação das mulheres na associação e nos conselhos municipais;

Para tanto é de fundamental importância criar condições para que as mulheres participem das reuniões e encontros promovidos pelas Associações Quilombolas e pelos projetos, mantendo espaços de convivência de crianças e adolescentes nos diversos eventos.

Agora, a seguir vamos aprofundar um pouco o que é a autogestão.





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



# POR TÃO POUCOS TEREM TANTO É QUE TANTOS TÊM TÃO POUCO\*

## AUTOGESTÃO E DEMOCRACIA\*\* PARTICIPATIVA

Sandra Mayrink Veiga

\*Frase de Rafael Reinehr sobre gravura de Marinho.

\*\* Este texto faz parte da Cartilha *A Autogestão* pela ONG Centro de Ação Comunitária - CEDAC para o projeto RIO ECONOMIA SOLIDARIA da Prefeitura do Rio de Janeiro através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário pelo PRONASCI do Ministério da Justiça com apoio da SENAES/MTE.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## A AUTOGESTÃO

*“Uma sociedade que se estrutura em torno do “mais é sinônimo de melhor” se depara, tanto no plano bio-físico quanto no psicológico, com impasses absolutos: nunca teremos o suficiente”.*

*“O tipo de emprego que resta hoje impõe ao assalariado fazer do trabalho o eixo da identidade pessoal. O trabalho se torna cada vez mais um fim em si. (...) A capacidade das pessoas para gozar é inversamente proporcional ao PIB”.*

Armando Lisboa

*“No mundo existe riqueza suficiente para as necessidades de todos, mas não para a ganância de poucos”.*

Ghandi

*“A crise atual é literalmente mundial. Para compreendê-la é preciso, primeiramente, que cada um se erga a uma consciência do mundo”.*

Mario Pedrosa

## A ECONOMIA SOLIDÁRIA, A AUTOGESTÃO E AS UNIDADES AUTOGERIDAS ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Desde os primórdios da humanidade que os seres humanos têm procurado formas de se juntar para resolver os seus problemas, seja para se defender, sobreviver, transformar elementos da natureza em diferentes produtos etc. A história é rica em exemplos. Mas desde sempre os seres humanos também têm procurado liberdade e autonomia e a história também é rica em exemplos. Mas há experiências que tentaram conciliar estes dois aspectos, estas se apresentaram sob diferentes modos e uma das mais importantes, que aconteceu aqui no nosso pedaço da América do Sul, foi a do governo popular de Salvador Allende no Chile, que venceu as eleições em 1970, e cujo programa básico dizia que seu objetivo central era mudar a estrutura econômica vigente através do fim do latifúndio e do poder do capital monopolista tanto o nacional quanto o internacional e que pretendia começar a construção do socialismo.

O governo da Unidade Popular no Chile foi marcado por grandes manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, profissionais liberais, intelectuais, professores e camponeses. Surgiram inúmeras práticas de autogestão principalmente nas áreas



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



industrializadas de Santiago com expressões que incidiam diretamente na formação e gestão de unidades autogestionárias, os chamados “cordões industriais”, mas também na sua expressão política de democracia direta através das coordenações operárias e comandos comunais que se organizaram nos subúrbios e nos campos e decidiam o andamento do processo em assembleias gerais.

O exemplo do Chile apresenta claramente os dois sentidos da autogestão: a de tecnologia de gestão coletiva e a sua dimensão cultural, social-política e ideológica de transformação.

Mas, antes de entrarmos no tema propriamente dito deste texto, que é a autogestão na economia solidária e suas unidades de produção, serviços e comercialização, queremos lhe fazer uma pergunta: você acha natural ou normal a existência de empregados e patrões? Você acha que sempre foi assim? Você já se perguntou isso?

Se você respondeu que não é normal nem natural e afirmou que nem sempre foi assim, você acertou.

A divisão das pessoas em duas classes onde uma vende a sua força de trabalho e seus saberes acumulados como uma mercadoria em troca de salário e a outra é a compradora dessa força com seu capital, não é natural.

“Uma coisa é certa: a natureza não produz, de um lado, donos de dinheiro ou de mercadorias e, de outro, homens (e mulheres<sup>17</sup>) que só possuem a sua própria força de trabalho, esta relação não tem qualquer base natural, mas é o resultado de um desenvolvimento histórico...” (MARX, 1867).

Para vermos como esse processo se dá, primeiro vamos trabalhar um pouco em cima de alguns conceitos fundamentais para depois avançarmos: dinheiro, capital, força de trabalho, mais valia, sobra, lucro, gestão, propriedade privada, meios de produção, mercadoria, produção e mercado.

Primeiro vamos entender que nem todo dinheiro é capital. **O dinheiro se transforma em capital** exatamente, e só, quando o trabalho se transforma numa mercadoria que *pode ser comprada por quem tem os meios financeiros para fazer isso*. **O capital é uma relação social caracterizada pelo uso do trabalho assalariado**. Por outro lado, é no momento em que o trabalhador **vende a sua força de trabalho que o trabalho se transforma em uma mercadoria**. Em outras

---

<sup>17</sup> Adendo meu.



palavras, podemos dizer que **o capital é fruto de uma relação social que se caracteriza pela transformação da força de trabalho em mercadoria.**

Vocês perceberam que neste processo a **propriedade privada** dos meios de produção e a concentração do dinheiro nas mãos do empresário são fatores indispensáveis para o funcionamento desse processo?

É na **empresa capitalista** o lugar onde este processo acontece. É lá onde o trabalho (a força de trabalho vendida pelo trabalhador ao dono do capital) serve como **um meio para que o capital se valorize, amplie ou multiplique**. Para que isso ocorra há um controle rígido sobre os trabalhadores e é o empresário quem decide como fazer isso, é ele quem determina, por quais meios esse controle será exercido e como, é ele quem junto com os diferentes departamentos de gerência sobre os **mecanismos de gestão** que serão usados para garantir o maior lucro possível. E quem se apropria do resultado do trabalho? É o capitalista. Ele se apropria da diferença gerada pelo o que ele **paga de salário ao trabalhador** para produzir bens ou prestar determinados serviços durante uma jornada de trabalho **e o valor total das mercadorias/serviços que esse trabalhador produz** durante a sua jornada de trabalho. A diferença entre esses dois valores é a **mais valia** e é ela que gera **o lucro** do empresário. Assim, só há **lucro** quando o processo produtivo se dá desta forma onde há a venda da força de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras gerando o que se chama de **mais valia que é a origem do lucro**<sup>18</sup>. (Veja o exemplo na nota 2 e se você for assalariado, tente calcular quanto você deixa de mais valia para compor o lucro do seu patrão).

**O mercado** não é uma pessoa como pode parecer quando ligamos o noticiário e ouvimos: - O mercado hoje está nervoso. O mercado está agitado. O mercado está mal humorado etc. O mercado é uma construção social histórica e, assim, quem tem mais poder na sociedade tem maior influência no funcionamento desse mercado. Os consumidores no sistema capitalista não conseguem perceber o poder que detêm sobre o mercado, se eles se organizassem e tivessem outra visão de mundo o planeta não estaria em perigo e

---

<sup>18</sup> Suponhamos que um operário seja contratado para trabalhar 8 horas por dia numa fábrica de motocicletas. O patrão lhe paga 16 reais por dia, ou seja, 2 reais por hora, o operário produz duas motos por mês. O patrão vende cada moto por R\$3.883,00. Deste dinheiro, ele desconta o que gasta com matéria-prima, desgaste de máquinas, energia elétrica etc.; exagerando bastante, vamos supor que esses gastos somem 2.912 reais. Logo, sobram de lucro para o patrão 971 reais por moto vendida (3.881 menos 2.912 é igual a 971). Se o operário produz duas motos por mês, ele produz, na verdade 1.942 reais por mês (2x971). Se, num mês, ele trabalhar 240 horas, produzirá 8,1 reais por hora (1.942 dividido por 240 horas). Portanto, em 8 horas de trabalho ele produz 64,8 reais (8,1x 8) e ganha 16 reais. A **mais-valia é exatamente o valor que o operário cria além do valor de sua força de trabalho**. Se sua força de trabalho vale 16 reais e ele cria 64,8 reais, a mais-valia que ele dá ao patrão é de 48,8 reais. Ou seja, o operário trabalha a maior parte do tempo de graça para o patrão. Para saber o quanto, basta fazer uma regra de três simples: 64,8 -- 8 h.

$$16 \text{ -- } X$$

16 vezes 8 dividido por 64,8 é igual a 2h e 6m. Essa é a quantidade de horas que o operário foi remunerado de fato, o restante ele trabalhou de graça. (<http://aletheiagorah.blogspot.com>)



nossas vidas seriam diferentes e, muito provavelmente, muito melhores. **O mercado, enquanto espaço de troca e de circulação de bens e serviços, tem uma função social. Ele é resultado de um processo histórico** cheio de conflitos e lutas onde a cooperação e a competição são elementos complementares e contraditórios. **Sendo uma construção social, pode-se pensar na ampliação de um mercado calcado na cooperação.** Não com base em utopias distantes – mesmo que uma dose de utopia seja indispensável, pois sem sonhos o ser humano não se move –, mas porque as relações de cooperação sejam percebidas como a melhor forma de trazer benefícios para todos os participantes deste mercado. Esta é a proposta dos novos atores da rede da Economia Solidária e do Comércio Justo.

**O objetivo e a base no qual o capitalismo opera é a busca incessante pela expansão do capital.** A circulação do dinheiro transformado em capital é o objetivo principal do capitalismo, pois é através desta circulação que a expansão do seu valor ocorre (através da extração da mais valia). **É por isso que o movimento do capital não tem limites.** Tanto as políticas do Estado: o executivo, o legislativo e o judiciário, quanto o funcionamento do mercado, sobre os quais a hegemonia dos capitalistas dita as principais regras — porque são eles que detêm mais poder na sociedade — direcionam e sancionam os modelos de desenvolvimento compatíveis com a lógica da expansão e concentração do capital.

Mas então, como podemos desenvolver novas relações de produção que sejam, ao mesmo tempo, economicamente viáveis e emancipadoras onde o bem estar, o “bem viver” dos trabalhadores e trabalhadoras, seja o centro da atividade produtiva?

É exatamente sobre isto que estaremos conversando agora.

## AUTOGESTÃO

*“A autogestão deve ser estudada de duas formas diferentes: como “meio de luta”, abrindo caminho, e, como “meio de reorganização da sociedade”, a transformação “de baixo para cima” da vida cotidiana e do Estado.”*

Armando Lisboa

**O que é autogestão?** Não temos a pretensão de definir autogestão até porque esperamos que seja um termo em permanente processo de mutação dentro dos movimentos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras das cidades e dos campos, portanto de contínuas e múltiplas experimentações coletivas de ampliação da democracia e busca do “reencantamento do mundo”, nas palavras de Mariategui, quando chegaríamos ao estabelecimento de uma paz mundial harmoniosa entre



os povos e entre estes e a natureza. Este deve ser um processo incessante de busca e aprimoramento e, caso se estagne, será preciso inovar outra vez e sempre outra vez e outra vez para não abrir espaço aos possíveis retrocessos que a história já nos ensinou estarem sempre aguardando uma oportunidade para se instalarem.

Sem dúvidas, o termo “autogestão” é relativamente novo. Contudo, a ideia é contemporânea à formação da classe operária do final do século XVIII e às lutas dos trabalhadores e trabalhadoras por liberdade e autonomia. Qualquer prática autogestionária, enquadra-se em uma determinada realidade social complexa; em um determinado contexto histórico, cultural, político e em determinado território. **A autogestão tem um caráter multidimensional e todas as dimensões têm que ser consideradas para que ela se realize plenamente: a dimensão econômica, a social, a política, a cultural, a técnica e a ideológica.**

**Na sua dimensão de gestão**, em uma empresa autogerida **todos que nela trabalham participam de sua gestão e todos os que participam na gestão trabalham na empresa**. Todos os meios de produção, ou seja, o conjunto formado pelos objetos de trabalho<sup>19</sup> e os meios de trabalho<sup>20</sup> são coletivos, portanto, **não há a propriedade privada dos meios de produção na mão do patrão**. Todos os que trabalham na unidade autogerida têm os mesmos direitos, logo, participam em igualdade de condições das decisões sobre todos os rumos do empreendimento coletivo. **O fim primeiro da dimensão de gestão é propiciar ganhos econômicos para todo o quadro de sócios**. A autogestão para ser exercida plenamente deverá se ater a estes fundamentos e deste modo não deverá ter funcionários assalariados dentro da empresa. No nosso entender não há autogestão com exploração do trabalho. É claro que no início da construção da unidade isso nem sempre é possível e a unidade autogestionária terá, provavelmente, que contratar algum técnico/assessor para ajudar na sua organização e no seu desenvolvimento inicial. Mas tanto os associados da unidade autogestionária quanto os técnicos/assessores devem ter um horizonte de tempo determinado para **esta contratação que deverá cessar o mais breve possível** de forma a que a unidade tenha total **autonomia e independência**.

**Já na sua dimensão social-política e ideológica** a autogestão procura viabilizar novas relações sociais cujo centro seja a participação, a radicalidade

<sup>19</sup> Isto é, todos os elementos sobre os quais incide o trabalho humano para transformá-los (os recursos naturais como a terra e as matérias primas como: minerais, vegetais e mesmo os animais).

<sup>20</sup> Aqui estão incluídas as instalações prediais, i.e. as fábricas, os silos de armazenamento no campo etc.; a infraestrutura (abastecimento de energia e água, telecomunicações, transporte etc.) e as máquinas e ferramentas.



democrática, a solidariedade entre as pessoas e a ajuda mútua, organizando seu quadro de sócios e contribuindo com a organização dos trabalhadores-cidadãos e trabalhadoras-cidadãs do seu entorno de forma a que todos e todas possam opinar igualmente nos rumos a serem dados **às políticas** dos seus municípios, estados e país. Para tanto será necessário que se **crie novas institucionalidades e maneiras de propiciar a participação da população nos destinos dos municípios, dos estados do país** como foi a tentativa, por exemplo, no âmbito municipal, do orçamento participativo onde os cidadãos(ãs) do município opinavam quais obras deveriam ser executadas, determinavam aonde e qual o montante de dinheiro que o governo local deveria alocar naquela obra etc. Deliberavam sobre as prioridades. A autogestão busca dar um novo sentido às práticas sociais associando-as à ideia de mudança radical da sociedade capitalista (novas práticas contra hegemônicas).

Do ponto de vista da formação dos quadros dos empreendimentos autogestionários as atividades **não podem se restringir aos princípios do cooperativismo e nem aos cálculos de suas viabilidades econômicas** uma vez que estas não devem ser um fim em si, **o fim último da dimensão social-política de uma unidade autogestionária é ter capacidade de intervir e influir na realidade concreta onde atua, ou seja, é ter capacidade política para operar a transformação das condições objetivas.**

**Uma dimensão tem que andar junto com as outras, uma não se realiza sem as outras!!!**

**A sustentabilidade de uma unidade de autogestão depende de condições internas, de uma gestão hábil e consciente das necessidades do empreendimento e de seus associados, mas também de condições externas que por si só a unidade não terá como suprir, “... a sustentabilidade dos empreendimentos autogestionários da economia popular solidária não é um problema estritamente econômico nem se equaciona no curto prazo, mas pressupõe *ações políticas comprometidas com um processo de transformação social*”.** (KRAYCHETE)

**Devemos ter muito claro o que queremos quando propomos a formação de uma unidade autogestionária**

Como vimos a ideia da autogestão já existe há mais de dois séculos e é datada historicamente, começou junto com a Revolução Industrial e desenvolveu inúmeras experiências advindas das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras. Não há fórmula pronta para a sua implantação, pois é, antes de tudo, uma filosofia do homem na sociedade em que vive; é um pensamento e um conjunto de ações que procuram construir uma nova maneira de processar a economia baseando-se **no trabalho, na ajuda**



**mútua, na democracia participativa, na solidariedade, nos valores e princípios que levam em conta o bem viver da humanidade** como um todo, portanto visa à **satisfação das necessidades humanas** de forma a que todos possam ter uma vida digna e em segurança. Seu núcleo central são as unidades autogestionárias que podem ser tanto, e, principalmente, as cooperativas quanto as associações. Para tanto, essas unidades visam **ao aprimoramento do ser humano em todas as suas dimensões** – social, política, psíquica, econômica e cultural –, preocupam-se com a **qualidade de seus produtos e serviços, buscam o preço justo, preocupam-se com seu entorno e com o meio ambiente e buscam construir uma sociedade mais equitativa, igualitária, democrática e sustentável.**

### **COOPERATIVISMO/ASSOCIATIVISMO AUTOGESTIONÁRIO**

Precisamos dar uma parada para fazermos uma reflexão de conteúdo sobre uma discussão que nasceu praticamente junto com o cooperativismo e permanece até hoje, para depois seguirmos adiante.

O cooperativismo autogestionário poderá existir sem uma revolução radical? Ele se sustenta enquanto uma experiência-processo num mundo dominado pelos interesses do grande capital e das ideias neoliberais?

Desde as origens de sua formação, o “movimento cooperativo” apresentava ambiguidades: seria um caminho para a transformação ou o caminho para solucionar problemas sociais dentro do capitalismo com a ajuda do Estado como quer o liberalismo econômico?

O grande mérito do movimento da Economia Solidária (ES) é ser **uma** das forças transformadoras da sociedade baseada em antagonismos de classe. Ainda timidamente, mas perseverando, a ES mostra que esta relação social que subordina o trabalho aos interesses do capital e gera e mantém o capitalismo, causador da exclusão de enormes contingentes de pessoas e da destruição do planeta, pode ser superada pela “associação de produtores livres e iguais”. Mas a ES também mostra que para que haja a conversão da produção social em um sistema amplo de trabalho livre e cooperativo serão necessárias **mudanças nas condições gerais da sociedade tanto ideológicas, culturais, de valores e princípios como de um novo tipo de poder onde a democracia ampliada seja o centro.** Portanto, a discussão persiste: “Reforma ou Revolução”? (título de um dos livros de Rosa de Luxemburgo).



Já no final do século XIX Eduardo Bernstein<sup>21</sup> dizia que o socialismo não se estabeleceria por uma

“necessidade histórica definida na materialidade das relações econômicas do capitalismo. E, diante de sua ‘adaptabilidade’ sua natureza poderia ser deduzível de uma fundamentação ética e valorativa. A realização do socialismo dar-se-ia, então, por meio da instrumentalização de instituições presentes no próprio seio da ordem do capital, particularmente o sindicato e a cooperativa”.

Ele foi rebatido por Rosa Luxemburgo<sup>22</sup> quando afirmou que

“... o método bernsteiniano consiste em combater o modo de repartição capitalista, na esperança de conseguir estabelecer **progressivamente**<sup>23</sup>, por este meio, o modo de produção socialista. A transformação socialista é para ele o efeito e não a causa da repartição (capitalista). Portanto, não pode o seu socialismo ter uma base econômica. Depois de ter invertido completamente as finalidades e meios do socialismo e, por conseguinte, suas condições econômicas, Bernstein não pode dar ao seu programa uma base materialista; é obrigado, por conseguinte, a construir uma base idealista” (LUXEMBURGO)

O centro deste debate se localiza no fato de haver ou não a possibilidade das unidades de produção autogestionárias, apesar de serem “seres híbridos”, como foram chamadas por Rosa, se constituírem em núcleos de um novo sistema ou modo de produção. Na opinião de muitos, as cooperativas autogestionária não podem ter essa capacidade de transformação porque dentro da economia capitalista **elas de fato são capazes de produzir de forma “socializada”**, mas quando vão para **o mercado vender suas mercadorias têm que operar a troca de forma capitalista e aí, para sobreviverem, seguem as regras do sistema capitalista e agem como qualquer empresa capitalista**. E por isso, as unidades autogestionárias precisam intensificar o trabalho o mais possível, reduzir ou prolongar as horas de trabalho, empregar gente ou não conforme a demanda

---

<sup>21</sup> Eduard Bernstein (1850 – 1932) era alemão, foi um teórico socialista marxista, militante ativo de seu tempo.

<sup>22</sup> Rosa de Luxemburgo (1871 – 1919) nasceu na Polônia, foi filósofa e economista marxista.

<sup>23</sup> Grifo meu.



ou a sua inserção no mercado que é hegemonicamente dirigido pelos capitalistas ou regulado segundo os interesses dos capitalistas.

Todos reconhecem, no entanto, que as unidades autogestionárias significam uma primeira ruptura com o sistema capitalista na sua forma de produção. A divergência se coloca, portanto no campo dos limites das possibilidades de transformação que o sistema cooperativista autogestionário conseguirá produzir a partir de estar operando dentro do próprio sistema capitalista.

Para os que defendem a Economia Solidária e o cooperativismo autogestionário como movimento social, a potencialidade de transformação social lhe é **constitutiva**. A atual conjuntura de crise mundial é propícia para seu desenvolvimento e, guardando as condições sócio históricas específicas de cada região, acreditamos junto com Paul Singer, Claudio Nascimento, Arnando Lisboa e milhares de trabalhadores das associações e cooperativas populares, intelectuais, assessores, professores, produtores culturais, artistas, poetas e muitos mais, que os países latino-americanos podem desenvolver um movimento autogestionário novo e capaz de reunir as condições necessárias para reagir contra os atuais efeitos das contradições econômicas e sociais mais amplas se aproveitarem as oportunidades que começam a se delinear com a percepção cada vez mais forte e de contingentes de pessoas cada vez maiores, dos limites bio e psicofísico do modo de produção capitalista.

Mas para que isso ocorra há que se fazer muitas ações, mas gostaríamos de dar ênfase a duas: pressionar por políticas públicas para a Economia Solidária e desenvolver todos os mecanismos possíveis de persuasão, isto é, de convencimento da sociedade sobre a necessidade de um outro mundo cuja produção de bens e serviços aconteça através das unidades autogeridas visando a satisfazer as necessidades da humanidade mantendo o equilíbrio da natureza e estabelecendo novos paradigmas societários.

É preciso sempre chamar a atenção para o fato de que a criação de cooperativas e associações nunca trará **por si só** uma nova sociedade, porém é fundamental para que a transformação aconteça.

É com esta discussão na cabeça que seguiremos em frente na nossa leitura.

“Quando Marx fala de “encontrar o novo mundo na e pela crítica do mundo velho, a extração do que é “presente”, e, portanto “invisível”, pode ser qualificada justamente de Utopia Concreta. É, igualmente, neste sentido que, o que é extraordinário (porque não percebido correntemente) não pode ser confundido com o impossível. A “utopia concreta “é o “extraordinário possível”. (BOURDET)



**O cooperativismo autogestionário** é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho e aparece historicamente junto com o capitalismo. O cooperativismo autogestionário se disseminou pelo mundo e atua em todos os setores da economia. É reconhecido como o sistema mais adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender às necessidades e interesses específicos dos trabalhadores. É o sistema que propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio do coletivo. Procura proteger a economia dos trabalhadores e se caracteriza por garantir a participação mais ampla possível da população nos frutos da atividade econômica. É, portanto, uma forma alternativa de pensar e realizar o trabalho e coordenar a economia.

Como já vimos o cooperativismo autogestionário é um sistema de ideias, valores e forma de organização da produção de bens, serviços e do consumo que reconhece as unidades autogestionárias como forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas autogeridas pelos trabalhadores-sócios-cidadãos.

O cooperativismo como sistema e as unidades autogestionárias como a unidade econômica e espaço de convívio e transformação dos seus integrantes devem sempre estar articulados com as questões globais, nacionais e locais. Entretanto, damos uma ênfase forte ao **desenvolvimento local** porque achamos que é no município onde vive que o trabalhador-cidadão encontra a sua primeira escola de cidadania. É lá onde ele começa a viver e conviver com seus direitos e deveres e exercita mais plenamente a sua cidadania, podendo cobrar e verificar resultados mais concretamente. É também no município ou em uma região determinada que os trabalhadores podem começar a estabelecer relações com o mercado de maneira mais direta. Portanto, ao longo deste texto, tudo o que é dito tem sempre como pano de fundo estas dimensões: estaremos sempre partindo do local para o nacional e daí para o global; mas, sempre apontando o caminho inverso, ou seja, a necessidade de estarmos atentos nas tendências globais e suas repercussões no nacional e no local.

## HISTÓRICO

As cooperativas tiveram sua origem nas reações defensivas de trabalhadores contra altos preços dos bens de primeira necessidade e também ao desemprego durante a Revolução Industrial desde 1760. A mais antiga cooperativa, com existência documentada, parece ter sido a dos tecelões de Fenwick (1769) na Inglaterra. A mais antiga cooperativa de consumo inglesa foi fundada em 1795, a Oldham Co-operative Supply Company.



Em 1823, havia, somente em Paris, 160 associações de ajuda mútua com cerca de 12 mil membros. Dessa perspectiva associativista é que surgiram depois as cooperativas operárias de produção.

A primeira cooperativa moderna foi de consumo, montada por 27 trabalhadores e uma trabalhadora de nome Anee Tweedale, todos oriundos de ofícios modestos, a grande maioria de tecelões, no *Beco do Sapo* (Toad Lane) em Rochdale, Manchester (um importante centro têxtil), na Inglaterra, em 1844, em um contexto de estratégia de sobrevivência após uma greve prolongada. Esses trabalhadores estavam com dificuldades financeiras para comprar gêneros de primeira necessidade e resolveram se associar para fazer a compra desses produtos em conjunto e conseguir melhores preços. Naquele contexto de capitalismo concorrencial e de opressão dos trabalhadores, essa cooperativa de consumo significou uma reação de defesa econômica dos trabalhadores.

Já em 1849 a cooperativa contava com 390 associados, em 1859 havia 2.703 associados, em 1869 eram 5.809 e em 1.879 o total de associados era de 10.427, com um capital de 28.035 libras (havia começado com um capital de 28 libras, cada um dos sócios havia aportado uma libra para a fundação da cooperativa). Eles desenvolveram várias outras cooperativas, como, por exemplo, de habitação, produção de diferentes produtos e abriram várias filiais da cooperativa de consumo. A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale mostrou enorme capacidade de adaptação às oportunidades e aos riscos da economia de mercado, e fez isso sem abrir mão dos princípios cooperativistas. Pelo contrário, foi exatamente a harmonização destes dois fatores que possibilitou seu crescimento, tornando-a um modelo para as cooperativas futuras.

A diferença entre a cooperativa de Rochdale e os demais empreendimentos cooperativos até então é que esta teve novas preocupações e propostas. Estes trabalhadores-sócios não se limitaram a constituir a cooperativa, mas elaboraram, conjuntamente, todo um corpo de ideias e regras gerais, regulamentando o seu funcionamento com base em princípios morais e de conduta, justificando assim a iniciativa. Chegaram, inclusive, a esboçar um programa do que seria a evolução desta experiência no futuro. Em síntese, os objetivos que os pioneiros propunham alcançar eram: a) formação de um patrimônio social para a emancipação econômica dos trabalhadores, mediante economia realizada sobre a compra em comum de gêneros alimentícios; b) construção de casas para fornecer alojamento a preço de custo para os trabalhadores; c) educação e luta contra o alcoolismo; d) cooperação integral, isto é, criação paulatina de pequenos núcleos, nos quais a produção e a repartição seriam organizadas, e a multiplicação desses núcleos.



O estatuto da *Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale* continha princípios que determinavam a estrutura e as regras de funcionamento da cooperativa de consumo, que depois passaram a constituir os fundamentos do movimento cooperativista. São eles: a) escolha da direção da sociedade mediante eleições em assembleias gerais; b) livre adesão e desligamento dos sócios; c) cada associado tem um voto independentemente do dinheiro que tenha investido e/ou o número de quotas que tenha; d) distribuição dos ganhos proporcionalmente às compras efetuadas pelos associados, depois de descontadas as despesas de administração; e) quotas de reserva para o aumento do patrimônio, isto é, destinadas à extensão das operações e à porcentagem para a educação; e) as vendas deveriam ser efetuadas a dinheiro, à vista, para que os associados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias e a preço justo (sem explorar o consumidor); f) a sociedade só venderia produtos puros e de boa qualidade (esta regra trouxe enormes benefícios para a cooperativa, pois, na época a adulteração dos produtos era muito comum); g) neutralidade política partidária e religiosa (esta regra tem relação direta com a da livre adesão e desligamento dos sócios, pois se a cooperativa assumisse caráter político partidário ou religioso ela estaria excluindo os que pensassem diferentemente).

Desde o início do empreendimento, os associados manifestaram a vontade de cuidar de seu próprio aperfeiçoamento moral e intelectual. Além de 2,5% retirados dos ganhos, destinavam as multas cobradas por infração às regras sociais a um fundo especial de educação dos membros da sociedade e fomento da biblioteca.

A ênfase que o cooperativismo autogestionário dá à educação se apoia na crença de que cada um tem enormes potencialidades e o direito de desenvolvê-las ao máximo. Cada pessoa é um centro gerador de desenvolvimento de si mesma e das coletividades a que pertence. Para tanto, é necessário que haja ambientes propícios a esse desenvolvimento e que todos os direitos sejam respeitados e garantidos.

Ao lermos este conjunto de princípios de Rochdale, podemos dizer que nenhum deles foi inovador para a época. No entanto, até então nenhuma organização econômica tinha se regido pelo conjunto desses princípios e, ao mesmo tempo, conseguido operar no mercado com eficiência, trazendo benefícios reais para seus associados. Aí está a inovação e a razão do sucesso deles para a constituição do marco de fundação do cooperativismo moderno.

A sociedade prosperava economicamente, funcionando de forma democrática e participativa e se expandindo para unidades de produção de bens. Essa experiência representou uma reação à ganância capitalista que submetia crianças e mulheres a uma jornada de até 16 horas de trabalho. O êxito dessa iniciativa



tornou-se um exemplo para outros grupos e, sobretudo, **comprovou na prática que uma produção em escala era possível sem que os meios de produção estivessem nas mãos de um capitalista.**

Desde 1844 as cooperativas multiplicaram-se pela Europa de forma tão intensa que, em 1881, já existiam cerca de mil sociedades e 550 mil associados.

### **DESENVOLVIMENTO DA AUTOGESTÃO NO BRASIL: períodos mais marcantes**

Por volta de 1887, foram fundadas as primeiras cooperativas no Brasil que foram de consumo. A primeira cooperativa de crédito foi fundada em 1902, por produtores de vinho, em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul. Foi um padre jesuíta suíço, Théodor Amstadt, que lançou a ideia de organização de uma caixa de crédito rural nos moldes das Caixas Raiffeisen, idealizadas por Friedrich Raiffeison, prefeito de uma pequena localidade na Alemanha. A Cooperural existe até hoje.

Em 1913 na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, onde hoje se realiza a principal feira da ES, foi fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer). Esta cooperativa cresceu até a década de 60 e foi pioneira em múltiplas iniciativas de caráter social, chegando a ser nesse período a maior cooperativa da América do Sul com 18 mil associados.

Quando a Coopfer foi fundada, não havia previdência social organizada. A cooperativa criou uma *caixa de pecúlios* e montou um hospital próprio – a Casa de Saúde – destinado a atender seus cooperados e dependentes. Desenvolveu uma rede de escolas primárias ao longo das linhas férreas, conhecidas como *escolas turmeiras*, que alfabetizavam os filhos dos ferroviários nos lugares mais longínquos do Rio Grande do Sul. A cooperativa fundou também uma *escola de artes e ofícios*, equivalente ao segundo grau, que foi pioneira do ensino técnico e responsável pela formação de ótimos profissionais. A Coopfer também montou oficinas de marcenaria, eletricidade, tipografia, tornearia etc. onde, ao lado da formação de mão-de-obra técnica, eram prestados serviços aos cooperados por meio da fabricação de móveis, equipamentos domésticos, reforma de motores, consertos diversos, construção de moradias etc. A Coopfer construiu ainda um parque industrial de apoio: fábrica de sabão, torrefação de café, padarias, fábricas de bolachas, alfaiataria, açougues com abatedouros próprios e farmácias, provendo todas as necessidades de seu quadro social. Nos anos 60, o cooperativismo de consumo sofreu enorme reviravolta, inclusive a Coopfer, por força de três fatores: a entrada dos grandes supermercados, a volta da cobrança do ICMS e supressão de outras isenções tributárias, e a inflação. O setor não soube fazer frente a esta nova realidade. O impacto foi tão drástico que em 1984, das 2.240 cooperativas



de consumo cadastradas até 1960, só sobreviveram 292. **Por isso falamos no início deste texto, sobre a importância da análise de conjuntura mundial, nacional e local.**

## DEFINIÇÃO

Segundo a Lei Cooperativista nº 5.764 de 16/12/71, a cooperativa é: “Uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, **constituída para prestar serviços aos associados**”.

Uma unidade autogestionária tem, portanto, três características básicas: **a gestão, a propriedade coletiva e a repartição do excedente e das sobras cooperativas entre os seus trabalhadores associados conforme deliberação de seus associados em assembléia geral.** Toda definição de cooperativa tem três elementos fundamentais e o desafio é fazer com que os três se realizem na sua prática cotidiana: é uma sociedade de pessoas, tem gestão democrática e os riscos e benefícios que a cooperativa traz devem ser distribuídos e assumidos pelo conjunto dos associados igualmente. O cerne da questão é **como ter uma gestão da cooperativa que garanta a democracia interna** – que é um dos agentes de transformação – **sem que isso se torne um gargalo para a eficiência necessária para enfrentar o mercado capitalista e se expandir inclusive apoiando a formação de outras cooperativas. O fato das unidades autogestionárias estarem inseridas em um mundo capitalista traz enormes desafios para seu funcionamento.**

As unidades autogestionárias possuem uma **dupla natureza**, pois são, ao mesmo tempo, *organizações de cunho social-político* (financiadas, administradas e geridas coletivamente) a serviço de seus associados e do seu entorno e *empresas*, que, portanto, têm de saber colocar os seus produtos em um mercado regido por regras de eficiência e eficácia que demandam produtividade etc. sem se perderem na disputa desenfreada do mercado capitalista. Necessitam ainda saber construir relações inter unidades autogestionárias para a construção de redes de interesses próprios do setor para poderem se tornar um embrião de uma nova ordem política, econômica, social com uma nova cultura e princípios éticos. O ponto de equilíbrio entre essas duas naturezas é um dos fatores essenciais do seu desenvolvimento.

“Se o que buscamos são formas de trabalho economicamente viáveis e emancipadoras, a eficiência econômica e o modo de gestão não podem ser pensados separadamente. A eficiência econômica não é um fim em si mesmo, não é uma meta que se “autovalide”, pressupõe sempre a seguinte indagação: **eficiência econômica para quais objetivos?**” (KRAYCHETE)



Esta dupla natureza provoca também uma eterna discussão teórica e prática que se reflete em uma grande contradição na gestão das unidades autogeridas que é: distribuir resultados aos associados ou acumular para o crescimento? Aqui, a questão de planejamento, a visão de futuro tem de estar bem equacionada, bem discutida entre todo o quadro social das unidades autogestionárias para, quando a deliberação for tomada na assembléia, contar com o máximo de consenso possível e preservar os princípios e valores da sua dupla função (social-política e econômica).

As unidades autogeridas baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação. Tradicionalmente, os associados acreditam nos valores éticos de honestidade, responsabilidade na transformação das condições sociais da sociedade com preocupação sobre o conjunto dos trabalhadores. Buscam ainda trabalhar com preços justos, zelam pela qualidade dos seus produtos e serviços e estão entrando no comércio Justo para procurar criar novos circuitos de comercialização que também integram os consumidores à luta por um novo mundo. No mundo atual, com a possibilidade de uso das redes virtuais de comunicação, o papel político e econômico dos consumidores vem crescendo enormemente e deverá ser percebido e trabalhado pelas unidades autogestionárias tanto em seu benefício quanto em benefício da coletividade para que todos e todas possam ter qualidade de vida e para que a degradação e super exploração dos recursos naturais estanque, cesse de uma vez por todas.

O dinheiro colocado pelos sócios no empreendimento deve ser um fator de produção, ele não é um fator de acumulação que vise uma renda financeira. **O dinheiro em uma unidade autogestionário é meio e não finalidade.** Portanto, **a avaliação econômico-financeira de um empreendimento autogestionário está atrelada à sua capacidade de prestar os serviços necessários e solicitados pelo seu quadro social e o quanto a unidade tem conseguido atuar no seu entorno em prol do bem viver da coletividade.**

Para começar a funcionar, a cooperativa precisa de um patrimônio inicial. Este patrimônio pode contar com contribuições e doações externas, mas o principal é que venha dos associados e seja captado por meio da subscrição e integralização de quotas-parte.

Quando alguém se associa a uma cooperativa preenche um cadastro e diz quantas quotas-parte vai assumir e como vai pagar, isto é, integralizar aquele patrimônio. Recomendamos sempre que este aporte se faça em quotas-partes iguais para não gerar confusão mais adiante e alguém psicologicamente se achar no direito de mandar porque aportou mais quotas.



A cooperativa para melhorar o seu patrimônio e seu fluxo de caixa pode também, **apesar de não recomendar este procedimento**, reter parte das sobras resultantes das operações econômicas. Isso só pode se dar por decisão da assembléia e ao final dos exercícios financeiros. Caso a cooperativa apresente prejuízos que precisem ser cobertos, pode solicitar novas contribuições a seus associados.

O montante do dinheiro necessário para dar início à cooperativa é dividido em quotas-parte que devem ser sempre inferiores ao salário mínimo vigente no país. Cada associado adquire uma ou mais quotas até completar o total do capital determinado. A lei proíbe que um sócio detenha mais que 1/3 (um terço) do total das quotas-parte e nós recomendamos que as quotas-parte sejam distribuídas de maneira igualitária entre os membros da unidade. Quando for necessário os cooperados podem sempre integralizar novas quotas-parte. Se não for combinado desde o início no período de formação da cooperativa que as quotas-parte serão distribuídas igualmente entre os sócio poderá haver o risco de um grupo se achar “dono” da unidade porque tem mais quotas que os outros, portanto, cabe ao **estatuto e a formação dos associados** proteger a cooperativa, evitando que isso aconteça.

O conjunto das quotas-partes compõe o chamado *patrimônio líquido* da cooperativa. Este patrimônio não deve ser imobilizado em construções, por exemplo, mas deve servir como um estoque de dinheiro para fazer o giro da cooperativa. O excedente sempre deve ser do associado e não ficar como *sobra*. **Nesta concepção, a sobra é apenas o resultado financeiro obtido sobre a taxa de administração retida.** Portanto, quando a cooperativa quiser investir, deverá chamar uma integralização do patrimônio através do aporte de recursos dos sócios e não se deve aumentar o patrimônio com a retenção dos resultados da comercialização dos produtos ou serviços.

## DIREITOS E DEVERES DOS SOCIOS DE UMA UNIDADE AUTOGESTIONÁRIA

“Para que a atividade funcione é preciso que cada um dos envolvidos assuma, de comum acordo, compromissos e responsabilidades. São estas regras de convivência estabelecidas pelos próprios associados que determinam *a forma e a qualidade dos processos de gestão e de controle utilizados pela e na unidade autogestionária*”. (KRAYCHETE)



## DIREITOS

Votar e ser votado para cargos no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, aqui, caso não tenha seguido a recomendação de quotas iguais, é bom frisar que independente do número de quotas-partes subscritas, **todos(as)** têm esse direito. Participar de todas as operações e atividades econômicas e sociais da unidade autogestionária. Examinar livros e documentos e solicitar esclarecimentos quando necessário. Convocar assembléia, caso seja necessário, obedecendo às leis estatutárias. Participar das assembleias gerais, opinando e defendendo seus pontos de vista e propondo mudanças que sejam de interesse coletivo. Ajudar a elaborar os planos de ações da cooperativa. Desligar-se da cooperativa quando quiser e receber todo seu dinheiro de acordo com o que reza no estatuto.

## DEVERES

Operar com a cooperativa; participar das assembleias gerais da cooperativa, colaborando e fiscalizando para que a assembléia seja participativa e democrática. Integralizar as quotas-partes fixadas em estatuto para constituição da unidade. Debater os objetivos e metas de interesse coletivo e respeitar a decisão da maioria. Buscar sempre a requalificação para melhorar o desempenho e qualidade dos produtos ou serviços da cooperativa.

**A autogestão pressupõe princípios que atuam como** linhas orientadoras da prática das unidades de produção ou serviços para a implantação de seus valores, vejamos a seguir:

**1. Adesão voluntária e livre:** podem aderir a uma unidade autogestionária todos e todas que assim desejarem sem discriminação de raça, classe social, sexo, opção política ou religiosa contanto que assumam as responsabilidades coletivas deliberadas em assembléia geral. Este princípio da adesão livre e voluntária deve ser sempre defendido, porém o estatuto da unidade autogestionária deverá prever mecanismos de entrada de novos sócios de maneira a **preservar de fato a democracia e a participação de todos**. Se a unidade se tornar muito grande, a sua democracia interna pode ficar comprometida. Podemos dizer que o tamanho de uma unidade autogestionária é dado pela possibilidade de participação de todos(as) seus sócios na decisão dos rumos do empreendimento. Só assim poderemos respeitar os princípios principais que são os da propriedade coletiva e o da democracia participativa e direta que vamos ver a seguir.

**2. Controle Democrático pelos Sócios.** Os sócios deverão participar ativamente no estabelecimento das políticas da unidade autogestionária e na tomada das decisões.



A autogestão implica em que as pessoas que participam da unidade elaborem e controlem a política e a tomada de decisões e que elejam nas assembleias os dirigentes/administradores da unidade votando sobre os objetivos e metas do trabalho em comum e sobre as relações com o seu entorno seja o bairro, o município, o Estado ou país conforme a sua capacidade e alcance político.

### **3. Participação econômica dos membros em uma unidade autogestionária**

Os sócios devem contribuir preferencialmente de forma igualitária para a fundação da unidade entrando com parcelas iguais de dinheiro e depois controlam democraticamente esse aporte financeiro que todos fizeram.

O excedente no final de cada ano deve ser dividido entre seus associados, proporcionalmente às operações efetuadas por cada sócio, salvo se a assembléia deliberar em contrário. Para que possa haver uma divisão igualitária é preciso um tempo largo de trabalho junto e de autogestão, essa é a única maneira da divisão igualitária vir a dar certo sem levar a atritos internos que certamente no início podem levar à dissolução do grupo. O tempo de maturação é fundamental inclusive para que o grupo possa perceber as habilidades de cada integrante bem como tentar minimizar as possíveis dificuldades de alguns dos sócios no próprio trabalho. De qualquer modo, como dizia Marx, o igualitarismo não significa justiça ou distribuição igualitária dos resultados da produção dos trabalhadores e trabalhadoras, pois a justiça e a real igualdade se daria de fato em cima das necessidades básicas de cada um, já que se um sócio tem, por exemplo, um filho e o outro quatro, a retirada igualitária produz diferenças enormes na mesa de cada um.

Quando houver sobras (resultado financeiro em cima da taxa de administração) uma parte deve sempre ser aplicada tanto para a formação e melhor qualificação dos sócios, quanto para investimentos na unidade e se possível ou, se houver viabilidade econômica, na expansão da unidade. Mas, como já foi dito acima, se houver necessidade de investimento é sempre melhor fazer uma chamada de aporte de recursos dos sócios para esta finalidade e não reter do excedente.

Sobre o restante, a assembléia decidirá também o que fazer. Um dado importante aqui é o da distribuição dos excedentes, que não pode ser proporcional ao montante de dinheiro que foi aportado para a unidade caso não tenha sido em partes iguais e nem de acordo com a posição em cargos diretivos, mas apenas de acordo com a produção ou o trabalho realizado. Uma unidade autogestionária deve sempre procurar incentivar a abertura de outras unidades e auxiliá-las transferindo o seu conhecimento e apoio.

**Princípio da Autonomia e Independência.** Uma unidade autogestionária é uma organização **autônoma** controlada por seus sócios. Se for fazer algum acordo



operacional com outras entidades, inclusive governamentais, deve fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e manter a sua autonomia. A sua autonomia e independência são fundamentais assim quanto a sua capacidade política de defesa dos seus objetivos.

**Princípio da Educação, Formação e Informação** Cabe às unidades autogestionárias promoverem a educação e formação política e autogestionária dos seus associados para que eles possam contribuir para a difusão e o desenvolvimento das operações cooperativas e para a construção de outro mundo possível. Toda unidade autogestionária deve ter entre seus objetivos permanentes a formação autogestionária para a prática econômica e política. Todos os associados devem informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da autogestão. Toda cooperativa terá de aplicar pelo menos 5% das sobras líquidas do exercício financeiro em educação, assistência técnica e social dos seus associados e suas famílias.

**Princípio da Cooperação entre Cooperativas** Para o desenvolvimento e fortalecimento da ideia e prática da autogestão é importante que haja intercâmbio de informações, produtos e serviços entre as unidades de autogestão viabilizando o setor como atividade econômica, social e política. Para tanto as unidades devem trabalhar em conjunto por intermédio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais constituindo redes de autogestão tanto econômicas quanto políticas.

**Princípio da Preocupação com a Comunidade.** As unidades autogestionárias trabalham pela construção de um novo modelo de desenvolvimento para suas comunidades, municípios, regiões, Estado e país. Para tanto procuram interferir democraticamente em todas as esferas da política uma vez que a ampliação e radicalização da democracia participativa se constitui em um princípio tanto para dentro das unidades quanto para fora como proposta política de gestão política, pois as unidades de autogestão almejam e trabalham para o bem-estar e o desenvolvimento sustentável de sua localidade através de políticas aprovadas e implementadas pelos seus membros ou políticas realizadas em parceria com a sociedade civil organizada, com os governos ou outras entidades. O objetivo principal da unidade autogestionária é o de beneficiar os seus sócios, mas sempre numa perspectiva de melhorar as condições de toda a comunidade e ampliar a democracia através da participação dos membros da comunidade (município) nas decisões das políticas públicas locais bem como também nas estaduais e federais.

## ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL



A simples definição e o estabelecimento dos órgãos deliberativos/administrativos de uma cooperativa não garante que seu funcionamento na prática seja participativo e democrático. Outras ações e formas de organização e participação podem e devem ser utilizadas para que a unidade seja efetivamente democrática e participativa. Recomendamos que a organização do quadro de associados se dê através de núcleos ou comissões.

Qual o objetivo de se organizar o quadro social? Vários objetivos podem ser abordados, mas vamos citar os mais importantes.

**Preparar novas lideranças.** Discutindo a política e o dia-a-dia da cooperativa os cooperados vão se preparando e, normalmente, os coordenadores dos núcleos se sobressaem para assumir no futuro uma função de liderança o que permite a rotatividade dos cargos de direção com maior representatividade.

**Integrar o ambiente interno ao externo.** Com os núcleos organizados os ambientes interno e externo da cooperativa interagem e se conhecem de maneira mais estreita.

**Promover a adesão consciente e responsável.** Nos núcleos, o novo sócio passa por uma capacitação para entrar no mundo cooperativista, aprendendo a importância do trabalho coletivo, sendo, sem dúvida, um grande passo para a conscientização cooperativista.

**Diagnosticar, permanentemente, problemas, anseios e necessidades do quadro social.** Uma cooperativa com seu quadro social organizado pela base minimiza em muito as crises institucionais, pois se constitui uma correia de transmissão entre a direção e a base onde as insatisfações são mais rapidamente diagnosticadas e as providências podem ser tomadas com rapidez antes que se alastrem pela cooperativa afora.

Planejar a prestação de serviços aos associados. O quadro social organizado torna a tarefa do planejamento da prestação de serviços confiável, porque há uma interação maior entre cooperados e dirigentes.

Quais as consequências que a nucleação do quadro social pode trazer? Vamos citar as mais importantes: **a)** Nova postura administrativa dos dirigentes. **b)** Transparência administrativa. **c)** Cooperados bem esclarecidos quanto a seus direitos e deveres. **d)** Desvio de produção minimizado. **e)** Melhoria da prestação de serviços. **f)** Ampliação dos espaços de participação dos associados. **g)** Participação direta e ativa dos associados no dia-a-dia da cooperativa.

Esse é o caminho para uma *gestão democrática*; sem isso gestão democrática não vai passar de discurso.



## **Vantagens e dificuldades da organização dos trabalhadores em unidades autogestionárias**

Vamos ver a seguir quais as áreas mais críticas e os principais problemas de uma unidade autogestionária, como resolver problemas mais comuns, as vantagens da cooperativa enquanto forma de trabalho e os benefícios do associativismo entre as unidades autogestionárias seja por segmento (ramo) ou por complementaridade.

### **Pequenas unidades autogestionárias x as grandes empresas**

Quais as dificuldades das pequenas unidades autogestionárias frente aos grandes empreendimentos? **1.** Os pequenos ficam espremidos entre grandes fornecedores e grandes compradores. **2.** Dependem de atacadistas e intermediários que encarecem seus preços finais. **3.** Têm pouca capacidade de pressão em função de sua pouca representatividade política e social, o que leva a terem pouco poder de negociação.

### **Algumas vantagens das unidades autogestionárias do ponto de vista econômico x a produção individual**

Aumenta com maior facilidade a produtividade do trabalho através da organização da produção e da racionalização do uso dos meios de produção e do processo de trabalho; consegue produzir muitos itens que, se produzidos de forma individual, não alcançariam escala de produção que valesse a pena economicamente; aumenta as possibilidades de auto-abastecimento.

### **EM RELAÇÃO À COMERCIALIZAÇÃO**

Permite fazer compras a preços mais baratos, pois as compras conjuntas têm um volume maior; consegue vender a preço melhor do que vender pequenas quantidades individualmente; consegue condições de crédito e prazos maiores; elimina os intermediários, já que quantias maiores permitem a venda direta dos produtos; permite a maior diversificação das atividades produtivas; reduz a dependência e os riscos do produtor individual; mantém as pessoas integradas a um grupo, tornando-as mais fortes para enfrentar as dificuldades econômicas, sociais e políticas; cria e fortalece laços de amizade e solidariedade social, quando uma família enfrenta problemas de saúde, moradia ou outros quaisquer, ela se sente segura sabendo que todos os demais vão ampará-la; há a quebra do individualismo, da solidão social, do isolamento; aumenta o nível dos conhecimentos, de participação social e de possibilidades de participação em organizações de toda a sociedade; facilita a consciência da cidadania; aumenta o poder de resistência; aumenta a possibilidade de influir em políticas comunitárias, municipais, estaduais e federais.



## **ALGUNS BENEFÍCIOS DO ASSOCIATIVISMO ENTRE UNIDADES DE AUTOGESTÃO (REDES):**

1. Compras conjuntas – por exemplo, as cooperativas de costureiras comprando em conjunto panos, aviamentos etc. as da área de alimentação comprando seus produtos e equipamentos em conjunto, conseguem melhores preços junto aos fornecedores, bem como mais crédito e maior prazo. 2. Aquisição de equipamentos com utilização comunitária – no campo isso é muito usado, quando vários pequenos produtores compram, por exemplo, um despoldador ou uma colheitadeira em conjunto para ser usada em todas as propriedades. O exemplo para a cidade pode ser o de uma associação de pequenas cooperativas de costureiras que compram um computador com programa especializado para a confecção de moldes. 3. Central de manutenção, por exemplo, de carros e caminhões ou de equipamento eletrônico digital (computadores, data show, impressoras etc.) que presta serviços para um conjunto de unidades autogestionárias. 4. Barateamento do frete para a locomoção dos produtos até o mercado. 5. Dinamismo econômico para a região onde estão sediadas. 6. As redes conseguem uma produção em grande escala, impossível para uma pequena unidade. Podemos pensar, por exemplo, na região serrana do Rio de Janeiro, uma produção de biscoitos amanteigados de forma difusa, ou seja, pequenas unidades de produção em diferentes territórios, com uma mesma marca e embalagem bem como marketing e comercialização centralizadas. Esta é uma maneira de se ganhar escala e baratear custos. 7. Acesso a novas tecnologias: por serem pequenas unidades, em geral, não conseguem acesso às novas tecnologias, fazendo com que continuem a produzir de maneira arcaica e mais cara, quando se unem conseguem esse acesso. 8. Sozinha uma unidade autogestionária dificilmente consegue fazer pesquisa de mercado, propaganda dos seus produtos ou análise de oportunidades, quando se associam entre si por ramo ou segmento isso fica muito mais viável. 9. A formação de redes por segmento ou por complementaridade de ramo facilita a formação e qualificação de seus associados e quadros administrativos e diretivos, pois podem juntar recursos barateando os custos de formação continuada.

## **PROBLEMAS MAIS FREQUENTES NAS UNIDADES AUTOGESTIONARIAS**

A unidade acabou porque os resultados econômicos eram negativos ou reduzidos demais. O trabalho era bom, o clima de fraternidade era bom, mas os sócios não tinham retiradas que satisfizessem as suas necessidades e de seus familiares. Criou-se muita dependência em relação a assessores externos ou a órgãos de fora da cooperativa. Nas reuniões os assessores definiam tudo. Os associados tinham



que acatar o que diziam e, por isso, não eram discutidas as melhores soluções para os problemas concretos.

Existia inexperiência do grupo na relação associativa. Os associados não conseguiram superar o individualismo e tinham dificuldade de se relacionar.

Estava muito presente a cultura do paternalismo. As pessoas ficavam esperando que o padre, o assessor, o governo, alguém, resolvesse os problemas da unidade autogestionária.

Misturava-se o dinheiro da cooperativa com os negócios particulares ou mesmo com empréstimos pessoais que nunca eram pagos e isso trouxe muito conflito interno.

Alguns trabalhavam mais e outros menos e todos ganhavam a mesma coisa e isso gerou muita discórdia e insatisfação.

Queriam que tudo fosse coletivo, mas as pessoas só tinham experiência de trabalho hierarquizado e de carteira assinada ou de trabalho individual ou negócio individual com equipamentos individuais. Quando se quis fazer com que tudo fosse de todo mundo, essas pessoas acabaram deixando a cooperativa.

Os dirigentes decidiam lá no gabinete. Os associados nunca sabiam que rumo a cooperativa ia seguir.

Só os mais velhos decidiam tudo e diziam que os outros não tinham a necessária experiência. Então os mais jovens perderam o interesse pela cooperativa e saíram.

A cooperativa não prestava serviços para os associados. A cooperativa não avançou na educação cooperativista junto aos associados e nem para fora da cooperativa incentivando o surgimento de outras cooperativas, isso impossibilitou a criação de redes locais e o fortalecimento de laços entre os associados. Também inviabilizou o aumento dos negócios, assim como não fortaleceu a cidadania dos associados e a sua constituição enquanto agentes de transformação na localidade e/ou município.

## COMO RESOLVER ALGUNS PROBLEMAS

Sabemos que o mundo está se globalizando (processo que vem ocorrendo desde que o mundo é mundo, mas que ganhou uma enorme velocidade a partir da invenção das novas tecnologias dos computadores e dos transportes velozes), principalmente na questão financeira e econômica ou dos negócios. Isso faz com que os pequenos empreendimentos se vejam tendo de enfrentar uma forte disputa por mercados cada vez mais exigentes obrigando-os à formação de alianças estratégicas e ao estabelecimento de parcerias, isto é,



cooperativas criando redes de negócios com outras cooperativas, procurando parcerias junto a outras cooperativas populares quando então estes obstáculos todos são muito mais facilmente superados.

O associativismo entre os empreendimentos cooperativos só traz benefícios sem reduzir as vantagens peculiares de cada empreendimento. Para tanto, é necessário que o movimento de Economia Solidária se organize em cada município, crie bancos de dados e cadastros comuns, promova encontros e congressos, trocas de experiências e solidariedade, não só entre os associados de uma cooperativa, mas também entre as cooperativas. É necessário que as cooperativas procurem sempre atingir diretamente os consumidores, isto é, sem o intermediário, para que seus preços e qualidade sejam fatores de vantagem comparativa, alavancando a sua entrada no mercado e, ao fazê-lo, beneficiando a população em geral também.

“As redes constituem uma proposta democrática de realização do trabalho coletivo e de circulação do fluxo de informações, elementos essenciais para o processo cotidiano de transformação social” (Whitaker, 1993).

## ASSOCIATIVISMO/COOPERATIVISMO

Os homens e mulheres que pretendem ingressar em uma associação devem refletir sobre a mudança comportamental e cultural exigida. Para que a associação dê certo o **nós** deverá se sobrepôr ao **eu** tanto nas ações dentro da associação como em relação ao bem estar de todos, pois como vivemos em sociedade, para termos uma boa qualidade de vida é necessário que o nosso entorno tenha também uma boa qualidade de vida.

Os maiores e mais fortes fatores de fracasso de uma associação são: a falta de solidariedade entre os associados, a disputa interna rasteira, a fofoca, o disse que me disse, o operar individualmente por fora da associação, a falta de autonomia da associação e a falta de estratégia, de visão de curto, médio e longo prazos.

O associativismo não é a solução para todos os problemas, mas o associativismo é, sem dúvida, uma proposta e um caminho comprovadamente eficiente para que os/as trabalhadores/as levem à frente e conquistem seus objetivos de uma melhor qualidade de vida com liberdade e autonomia. No entanto, não basta fundarmos unidades autogestionárias por todo o Brasil, é necessário que elas se organizem em estruturas de segundo grau, ou seja, em federações e confederações e na constituição de redes mais amplas e atuem politicamente.

Formalmente, qualquer que seja o tipo de unidade associativa e autogestionária ou seu objetivo, podemos dizer que ela é: uma forma jurídica de legalizar a união de



peças em torno de seus interesses e a sua constituição permite a construção de condições para maior e melhor realização dos seus objetivos. As unidades autogeridas são, portanto, entidades constituídas de pessoas, dirigidas por uma diretoria eleita por todos os associados, cujas funções estão subordinadas à vontade coletiva e democrática de seus associados e regulamentadas nos seus estatutos aprovados em Assembléia Geral. A diretoria não significa uma hierarquização dos associados e sim uma forma de gestão ou de organização do monitoramento das atividades cotidianas e das deliberações tomadas nas assembleias.

### **ALGUNS BENEFÍCIOS QUE O ASSOCIATIVISMO ENTRE ASSOCIAÇÕES (REDES) TRAZ:**

As redes conseguem uma produção em grande escala, impossível para uma pequena associação ou cooperativa. As redes conseguem comercializar em maior escala e com divulgação compartilhada, assim como dividir o frete pelo conjunto das associações.

A publicidade e o marketing da rede sendo feitos em conjunto tornam-se muito mais abrangentes e impactantes, com um custo muito menor.

### **QUANDO MONTAR UMA UNIDADE AUTOGESTIONÁRIA**

A mobilização, a conscientização e a formação do grupo que pretende fundar uma unidade autogestionária para o trabalho coletivo devem ocorrer **ANTES** da organização formal. Colocar o carro adiante dos bois, isto é, formalizar a unidade autogestionária e depois formar o grupo, debater e procurar minimamente nivelar conceitos e objetivos e fazer pesquisas é um caminho que a experiência já demonstrou que não dá certo!

### **PONTOS INICIAIS**

Para a constituição de qualquer iniciativa associativa, seja civil ou na área comercial, há que se pensar inicialmente em dois itens fundamentais: **A)** existe identidade e união entre os participantes? **B)** Quais as finalidades da iniciativa?

#### **A) Identidade e união entre os participantes**

Para que a proposta tenha perspectivas de desenvolvimento há de se investigar se realmente existe uma integração, um inter-relacionamento, uma integração entre as pessoas que desejam participar da unidade autogestionária, uma confluência de interesses e propostas que possam garantir uma coesão suficientemente forte para suportar os primeiros problemas, as inevitáveis dificuldades de todo novo projeto.

#### **B) Finalidades da iniciativa**



Onde desejamos chegar com a iniciativa?

Uma das grandes dificuldades das organizações é que nem sempre os objetivos estão claros para todos e todas. São de um jeito para alguns e de outro jeito para outros porque são muito genéricos. Falta-lhes consistência, concretude, clareza quanto às possibilidades e às dificuldades a serem alcançadas e superadas, para que as finalidades possam ser realizadas.

Enfim, quais são exata e concretamente os nossos objetivos?

O grupo deverá ter respostas afirmativas para algumas perguntas: O que queremos? O que nos une e qual a nossa capacidade de manter essa união por longo tempo? Com quais recursos vamos começar? Temos a possibilidade de construir parcerias? Quais? Todos concordamos com a proposta? Estamos todos dispostos a levá-la adiante? Aonde e como vamos operar?

O grupo deve fazer uma análise da conjuntura local, nacional e internacional antes de decidir seus rumos. Deve se perguntar: Quais são os nossos pontos fortes? E os pontos fracos? Quais são as oportunidades? E as ameaças?

Para fundar uma unidade autogestionária o passo inicial é o conhecimento e a compreensão da realidade para que o segundo passo, que é a elaboração de um estudo de viabilidade econômica e um plano de ação, possa ser realizado com base num diagnóstico estrutural e participativo que capte as oportunidades, as possibilidades, as dificuldades e as ameaças de maneira profunda e que detecte também as causas dos problemas, potencialidades e situações.

## PLANEJAMENTO

Existem bons instrumentos que facilitam a elaboração de um planejamento.

O Planejamento deve ser um instrumento dinâmico que pode e deve ser alterado, principalmente em suas ações, de acordo com a conjuntura local, nacional e internacional e com a necessidade e os desdobramentos de sua própria execução no tempo real. A unidade autogestionária deve se reunir periodicamente e avaliar seu andamento.

O planejamento minimiza possíveis erros, localiza e potencializa oportunidades, economiza tempo e recursos. É a racionalização das ações com maior eficiência.

Para começarmos um planejamento devemos nos perguntar: **o que queremos alcançar? (ideal); a que distância estamos daquilo que queremos alcançar? (diagnóstico); o que faremos? (programação).**



Podemos dizer que num esquema básico do processo de planejamento devemos fazer as seguintes perguntas ao grupo: Qual o problema? (Diagnóstico); Quais os objetivos? (Metas); Como vamos fazer? (Estratégias); Quando vamos fazer? (Tempo); Quem vai fazer? (Responsabilidades); Com quê? (Recursos - dinheiro, máquinas, anúncio em rádios e jornais etc.)

Após o planejamento, depois de tomadas as decisões do que fazer, as responsabilidades podem ser divididas por tarefa, - quando uma pessoa, uma comissão ou um grupo fica encarregado do seu cumprimento - ou por objetivo - quando uma pessoa, comissão ou grupo fica responsável por atingir um determinado objetivo.

Nos dois casos os meios para cumprir a tarefa ou o objetivo têm que estar à disposição.

No Plano de Trabalho ou Planejamento os objetivos devem ser concretos, reais, verificáveis e autênticos. Para isso as pessoas devem agir como grupo, isto é, ter objetivos comuns. Para se chegar a bom termo, tanto no planejamento quanto na implantação do planejado, o grupo necessita agir respeitando as opiniões de todos, aprender a escutar, ter senso crítico, ser tolerante, não tentar ganhar no grito e sim com persuasão e convencimento baseados em argumentos fundamentados.

**Atenção:** qualquer forma de organização gera uma ação comum a partir da união de forças. Entretanto, ela pode se transformar em um instrumento de dominação e exploração por parte do poder instituído e assim tornar-se um meio para alienar e massificar pessoas colocando-as a serviço dos interesses de poucos. Para que isso não ocorra voltamos a insistir que a organização não pode existir sem antes haver uma formação de forma participativa e democrática do grupo educando a todos (educadores e educandos) para a ação crítica e consciente que garanta os princípios e os objetivos da organização através de uma gestão democrática, participativa e transparente.

## COMUNICAÇÃO

Uma unidade autogestionária é um corpo vivo e a comunicação percorre todo o corpo. O diálogo, as reuniões, a confraternização, as ideias, as decisões dependem de uma boa comunicação: transparente e clara.

Um ponto crucial para minimizar problemas dentro de uma unidade autogestionária é a comunicação entre sócios, entre diretores e sócios, entre sócios e conselheiros, entre a unidade e suas relações externas. A comunicação pode ser interna ou externa:



**Comunicação interna:** Quais os problemas do grupo? Quais os recursos existentes? Quais as soluções encontradas? O que está acontecendo com a produção? O que está vendendo bem ou mal?

**Comunicação externa:** Como está o mercado? Existem recursos? Onde? Quais as novas tecnologias? Quais as nossas relações de integração?

As informações devem ser registradas, pois informação não anotada é informação perdida. Não mande recados, tudo deve ser dito frente ao grupo ou cara a cara com a pessoa e registrado. É necessário que um grande esforço seja feito para que a transparência atravesse toda a organização e que sempre que houver insatisfações estas sejam logo detectadas ou, de preferência, comunicadas e discutidas. Um dos maiores fatores de fracasso de uma unidade autogestionária são a fofoca e a divisão interna ao grupo. Sanar estas ameaças depende da mudança cultural e comportamental dos associados que como sabemos demanda um prazo maior. Por isso é necessário que a comunicação ocorra de forma transversal dentro da unidade autogestionária, para também auxiliar na prevenção contra essas atitudes que são muito comuns aos grupos sobretudo no início.

Estamos no século da informação e da comunicação. As unidades autogestionárias devem olhar para a comunicação como meio vital do seu planejamento e da construção de suas estratégias tanto para dentro - como meio de divulgar informações e como fator de coesão interna - quanto para fora enquanto ferramenta de articulação com outras unidades, formação de redes etc. A comunicação também é um poderoso instrumento para exercer pressão por políticas públicas. Não podemos esquecer que hoje podemos aglutinar pessoas através das redes para irmos às ruas reivindicar direitos, políticas públicas e fazer denúncias. A Economia Solidária precisa divulgar as suas propostas, as suas ideias, valores e princípios. Podemos montar uma TV e uma rádio via internet, fazer um jornal *on line*, enfim temos à disposição inúmeros instrumentos e veículos de comunicação a custo baixíssimo, precisamos saber dominar essa tecnologia e colocá-la a serviço das unidades de autogestão e da proposta de uma nova economia, outro mundo.

**Então podemos voltar e dizer que a Economia Solidária** é um movimento social que visa um sistema alternativo para a construção de um novo mundo. Demanda **políticas públicas** criativas e uma sociedade civil autônoma e inovadora que gere um sistema dirigido às necessidades sociais mais amplas e não ao imperativo da lucratividade como primeiro indicador de sucesso. Isto implica em uma nova cultura ultrapassando, portanto, os limites da economia como é entendida pelos economistas. É preciso colocar a centralidade do trabalho para restaurar a dignidade, os laços de sociabilidade e identidade da maioria da população. Isso só é possível com a



criação de novas institucionalidades, de novas estruturas econômicas criadas pelas mãos de políticas inovadoras capazes de gerar equilíbrio no poder econômico através da geração de forças diretamente econômicas (com poder de mercado e de financiamento) das maiorias, de maneira que se descolem da economia do capital. Para tanto, no Brasil, há a enorme potencialidade criativa calcada no saber intuitivo acumulado dos agentes populares em suas experiências de produção e reprodução que é conhecida (mais pelos de fora do que por nós mesmos), mas não é desenvolvida. No entanto, esta representa uma fonte rica de possibilidades para a geração de novos produtos e formas de gestão inovadoras.

“A eficiência dessa economia dos setores populares não pode ser aferida pela capacidade de seus integrantes transformarem-se em pequenos ou médios empresários, mas por sua capacidade de gerar postos de trabalho e gerar alguma renda para um grande número de pessoas. (...) Ao contrário das empresas que — na busca do lucro, da competitividade e da produtividade — dispensam trabalhadores, os integrantes dos empreendimentos econômicos populares não podem “despedir” os filhos, filhas, cônjuges ou idosos que gravitam no seu entorno. Diferentemente da empresa capitalista, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada às necessidades da “reprodução da vida da unidade familiar”. (KRAYCHETE)

Começamos esta parte do texto nos perguntando como vamos agir para transformar o mundo e afirmando que a economia solidária é um dos ingredientes desta transformação. A resposta mais abrangente a esta pergunta terá que ser gestada nos movimentos sociais em aliança com os pensadores que se dedicarem a este debate que certamente será de longa duração. Hoje estamos vivendo, assim espero, uma conjuntura de transição com muitas dúvidas e inseguranças quanto ao futuro, onde através das redes sociais se organizam manifestações de descontentamento generalizado. Novas institucionalidades nascerão e novas regulamentações serão muito necessárias para a superação da evidente fratura atual entre a política e o poder que acarreta este mal estar, essa incerteza, esta insatisfação com a vida atual.

*A democracia que serviu ao Estado-nação não serve mais ao planeta globalizado, teremos que inventar outra forma de democracia. Da mesma forma o Estado hoje não tem mais o poder de realizar o que promete aos seus cidadãos e isso provoca uma constante frustração nas populações.*



## ECONOMIA SOLIDARIA E PESQUISA-AÇÃO NOS TERRITORIOS QUILOMBOLAS

Em todos os territórios há prestação de serviços, produção e consumo. A Economia Solidária – ES não se desenvolverá em abstrato e sim nos territórios “usados”, como diria Milton Santos. Em cada município há terras paradas e/ou degradadas que podem ser ocupadas ou recuperadas, pessoas subempregadas, potenciais e saberes de produção e cultura, miséria e fome.

“A gigantesca subutilização da força de trabalho e dos recursos existentes no local<sup>24</sup> envolve uma compreensão de que se trata de assegurar que as pessoas e recursos excluídos dos processos produtivos – e essa tecnologia elitizada que temos impede essa entrada – possam ser um vetor de inclusão produtiva extremamente poderoso”. (DOWBOR, 2009)

É necessário que a Economia Solidária adquira um conhecimento profundo sobre os territórios onde estão localizados os seus empreendimentos, inclusive mensurar o consumo e as instalações daquele local, saber o que é produzido dentro do território e o que vem de fora, quais são as iniciativas estruturantes que podem dinamizar o conjunto. A partir daí a ES poderá pensar a sua atuação e a constituição das suas redes locais e estaduais. Não é apenas o mapeamento dos seus próprios empreendimentos que se faz necessário, mas sim do tecido produtivo e de serviços, das instalações, dos terrenos vazios, das casas abandonadas ou fechadas ... **rua por rua, gleba por gleba** de terra para que se possa pensar, propor e realizar novos arranjos produtivos dentro da visão da Economia Popular e Solidária.

“O desenvolvimento sempre foi visto como processo que chega a uma região ou desce de esferas superiores, sob a forma de investimentos públicos ou instalação de empresas privadas. A modernização, no sentido amplo de geração de emprego e renda, valorização da pequena e média empresa, combate à pobreza, redução das desigualdades, provimento de políticas públicas de qualidade, tende a ser vista como

<sup>24</sup> Adendo nosso.



dinâmica que vem de fora e que a comunidade espera de forma passiva”. (DOWBOR, 2009)

No entanto, o desenvolvimento não é meramente um conjunto de projetos voltados ao crescimento econômico. É uma dinâmica cultural e política que transforma a vida social. A garantia do direito de ganhar a vida produtivamente gera impacto positivo sobre todas as dimensões do desenvolvimento. A Economia Solidária necessita que haja o que Gabriel Kraychete chamou de **ambiência**, isto é,

“(…) ações convergentes e complementares de múltiplas instituições e iniciativas das organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais, sindicatos etc. comprometidas com um processo de transformação social. Não é uma questão técnica ou estritamente econômica, mas essencialmente política. Não são iniciativas pontuais, localizadas, compensatórias, dependentes de recursos residuais ou da benevolência empresarial tida como socialmente responsável que produzirão a sustentabilidade dos empreendimentos de ES, mas sim ações políticas **organizadas, amplas e concatenadas**<sup>25</sup> nos territórios”. (KRAYCHETE, 2009)

Dentro desta argumentação, no nosso projeto, terá sido o uso da Pesquisa-ação como ferramenta estratégica para o Etnodesenvolvimento e a Economia Solidária — com seu fechamento na elaboração e encaminhamento dos Planos Territoriais de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas sistematizados e transformados em um Programa de Etnodesenvolvimento e Economia Solidária — uma das principais contribuições que esse nosso caminhar de 30 meses estará dando não só para os territórios quilombolas, mas, também, para o movimento de Economia Solidária e os governos que entendam a importância de políticas públicas articuladas para esta população e o cumprimento dos seus direitos constitucionais.

A seguir, antes de continuarmos com os elementos da pesquisa-ação, vamos examinar rapidamente três pontos fundamentais para um melhor entendimento dos nossos objetivos: o que é economia solidária e a

---

<sup>25</sup> Grifo nosso.



autogestão; o “estado da arte” da economia solidária e a definição de empreendimento de economia solidária.

## O “ESTADO DA ARTE” DA ECONOMIA SOLIDARIA NO BRASIL

Não há ainda dados atualizados sobre o “estado da arte” atual da Economia Solidária, pois ainda está em andamento o segundo mapeamento no Brasil. Mas, em 2007 foi divulgado um estudo encomendado pela SENAES e realizado por um Grupo de Trabalho de Estudos de Bancos de Dados<sup>26</sup>, que mostra o “estado da arte” da ES no Brasil até aquela data. Gabriel Kraychete em seu artigo *Políticas de apoio aos empreendimentos da economia solidária*, de dezembro de 2008, apresenta o seguinte resumo que vale a pena ser analisado:

- A maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (54%), seguida dos grupos informais (33%) e cooperativas (11%);
- A principal motivação para a formação dos grupos foi a busca por uma alternativa de trabalho face ao desemprego;
- O trabalho associativo tem sido majoritariamente decorrente do esforço e dos recursos exclusivos dos próprios trabalhadores;
- Predominam os empreendimentos que atuam exclusivamente na área rural;
- Os empreendimentos apresentam uma escala de produção reduzida e concentrada em poucas atividades: agropecuária, extrativismo e pesca (mais de 40%), alimentos e bebidas e produção de artesanatos;
- Apenas 6% dos empreendimentos produzem exclusivamente para o autoconsumo. Ou seja, os empreendimentos associativos estão inseridos em pleno mundo do mercado e do cálculo econômico, por mais simples e modestos que sejam estes cálculos;
- Os produtos e serviços dos empreendimentos destinam-se, predominantemente, aos espaços locais;
- Em 64% dos empreendimentos a matéria-prima provém de empresas privadas e, em 30%, é adquirida dos próprios associados. Apenas 6% adquirem a matéria-prima de outros empreendimentos solidários;

<sup>26</sup> Ver no site [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)



■ Apenas 38% dos empreendimentos conseguem pagar as despesas e ter alguma sobra. Embora a obtenção de uma fonte complementar de renda apareça como um dos principais motivos para a organização dos empreendimentos é plausível supor que esta renda seja a complementação de outra igualmente precária.

No Brasil temos aproximadamente dois milhões de pessoas na ES, frequentemente sob condições precárias já que apenas 38% dos empreendimentos conseguem pagar as despesas e ter alguma sobra. Este cenário da ES se insere no contexto onde cerca de 98 milhões de pessoas constituem a População Economicamente Ativa – PEA no Brasil, sendo que os empregos formais totalizam apenas 38 milhões de pessoas. Segundo dados do Ipea, **51%** das atividades no Brasil são **informais**, ou seja, mais da metade da população brasileira economicamente ativa “se vira”. Pela sua magnitude e caráter permanente, as diferentes formas de trabalho que este contingente realiza através de atividades individuais, familiares ou associativas informais não conformam mais um fenômeno que possa ser considerado como transitório nem como um exército de reserva de mão-de-obra na concepção marxiana.

O estudo realizado pela SENAES demonstra que a ES nas suas formas de organização associativa e cooperativista tem se expandido mais nas áreas rurais, entretanto, o maior contingente de desempregados, precarizados, excluídos se encontra nas áreas urbanas onde prevalece o trabalho por conta própria ou o trabalho em unidades familiares. Portanto precisamos refletir bem sobre como a ES poderá se apresentar como uma alternativa ao atual sistema capitalista e como poderá representar uma alternativa em larga escala ao desemprego e, sobretudo ao trabalho precário nas áreas urbanas onde a cultura e as condições objetivas são inteiramente diferentes quando comparadas às áreas rurais. Atualmente está sendo finalizado outro mapeamento nacional. Agora a conjuntura internacional mudou e a crise na Europa e nos Estados Unidos da América já esta batendo a nossa porta, até agora tem havido um aumento do trabalho de carteira assinada, mas este aumento diz respeito aos trabalhadores e trabalhadoras com qualificação, esta ficando fora desta ampliação um contingente grande de pessoas que não tiveram a oportunidade de se qualificar.

A Pesquisa-ação em minha opinião é, sem dúvida, uma estratégia dinamizadora da geração de trabalho autogestionário aportando-lhe a consistência que necessita para se expandir.



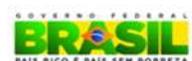
“Nada substitui a necessidade dos trabalhadores associados saberem tocar e gerir os seus empreendimentos. Mas a sustentabilidade dos mesmos depende de condições culturais, econômicas, tecnológicas, sociais etc. impossíveis de serem alcançadas apenas através do empenho dos trabalhadores associados e de suas articulações em redes e fóruns”. (KRAYCHETE, 2009).

O movimento da Economia Solidária é **uma** das forças transformadoras da sociedade baseada em antagonismos de classe. O seu grande mérito é mostrar que esta relação social que subordina o trabalho aos interesses do capital e gera e mantém o capitalismo, causador da exclusão de enormes contingentes de trabalhadores e da exploração dos trabalhadores, pode ser superada pela “associação de produtores livres e iguais”. Mas a Economia Solidária também mostra que para que haja a conversão da produção social em um sistema amplo de trabalho livre e cooperativo serão necessárias mudanças nas condições gerais da sociedade tanto ideológicas, culturais, de valores e princípios como de um novo tipo de poder onde a democracia ampliada seja o centro.

### **O QUE SÃO EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)?**

No texto da IIª Conferência Nacional de Economia Solidária – IIª CONAES, os Empreendimentos Econômicos Solidários são aquelas organizações:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As



atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.

- São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

Dentro desta conceituação toda a agricultura familiar não é considerada de Economia Solidária, no entanto, em função do projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária atuar em 105 comunidades **quilombolas rurais**, adotamos o critério de incorporar ao nosso levantamento, as unidades de produção agrícola familiar. O intuito dessa ação é, de após o levantamento, verificar a viabilidade econômica de estarmos organizando Cooperativas de Comercialização dos produtos agrícolas das comunidades, bem como organizando feiras de produtos agroecológicos e, aonde for possível e apresentar a viabilidade, cadeias produtivas. Se a agricultura familiar não entra no mapeamento da ES como poderemos organizar a ponta da comercialização dentro dos princípios da ES?

Estaremos também verificando as profissões individuais (carpinteiro, encanador, electricista, cozinheira etc.) para, dependendo dos resultados que encontrarmos, verificarmos junto com os grupos a possibilidade de estarmos propondo a formação de Associações de Trabalhadores Autônomos — ATAs municipais a partir dos territórios quilombolas.

### **O QUE SÃO EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS QUILOMBOLA?**

Os empreendimentos econômicos solidários quilombolas possuem as mesmas características dos demais empreendimentos da economia solidária; o diferencial está no fato destes se localizarem em um território específico denominado de quilombo. O Decreto 4887/03 (art. 2º) do Governo Federal, que trata da regularização fundiária destes territórios tradicionais, caracteriza as comunidades quilombolas da seguinte forma: “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Sobre os fundamentos econômicos, nas comunidades quilombolas ainda predomina o que denominamos de economia da reciprocidade.



“A reciprocidade é a modalidade de relação em que as pessoas estão vinculadas entre si pela obrigação moral de dar, receber e retribuir” (Anjos, 2009, p. 18). Neste circuito, a circulação de bens não é intermediada por dinheiro, mas relações de troca alicerçadas por laços de parentescos e de solidariedade. A preservação ambiental faz parte do cotidiano destas populações. São guiados por um holismo ético onde o território é tratado enquanto uma dívida ancestral que precisa ser cuidado para o usufruto das gerações atuais e futuras.

Estes empreendimentos devem procurar expressar em seus produtos características próprias gerando um diferencial étnico que carregue os princípios e valores da Economia Solidária. Os produtos vendidos nos mercados locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais devem primar pela assiduidade de produção e distribuição honrando os compromissos contratuais sempre dentro dos prazos combinados, pela qualidade, pela apresentação, serem rotulados inclusive com espaço para uma pequena descrição da sua história e a do grupo (cooperativa ou associação) e quando possível, certificados pelo selo quilombola.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## 100 EMPREENDIMENTOS QUILOMBOLAS

O projeto identificou cem empreendimentos quilombolas que se encontram em diferentes graus de organização, portanto, com diferentes necessidades de apoio e de políticas públicas.

Aqui estamos divulgando estes empreendimentos. O projeto organizou e produziu um catálogo com os produtos que contem também os contatos com os participantes dos empreendimentos com o intuito de fortalecer a comercialização. Este catálogo estará também disponível na versão virtual no portal do projeto no endereço [www.quilombosrurais.org.br](http://www.quilombosrurais.org.br)

### Estado - Bahia

Articulador Territorial - Diego de Jesus Silva

Nome	Quantidade de Associados/as
Associação dos Remanescentes do Quilombo da Graciosa	35
Associação Quilombola do Pau da Letra	85
Associação Quilombola do Jatimane	90
Associação Quilombola de Nova Esperança	59
Associação Quilombola de Sarapuir	64

### Estado - Espírito Santo

Articuladora Territorial - Kátia Santos Penha

Nome	Quantidade de Associados/as
Grupo Família Santos Penha	20
Grupo natureza em ação	10 (mulheres: responsáveis) no total são 10 famílias



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



**Estado - Goiás****Articuladora Territorial - Eriene dos Santos Rosa**

Nome	Quantidade de Associados/as
Redes de Restaurantes Kalunga	8
Casa das Máquinas	12
Associação de Guias de Turismo	60
Casa de Farinha	10
Agroindústria	15

**Estado - Maranhão****Articuladora Territorial - Francinete P. da Cruz**

Nome	Quantidade de Associados/as
Banco Comunitário Quilombola de Alcântara-BCQA	-
Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores e Moradoras do Povoado de Peptal	56 famílias
Associação São Benedito dos Moradores da Comunidade Negra Rural Quilombola de Só Assim	25 famílias
Associação de Produtores da Comunidade de Espera	6 famílias
Associação de Moradores de Cajueiro	20 famílias
Associação de Moradores (as), Produtores (as) da Comunidade Quilombola de Marudá	82 Famílias
Projeto de Hortaliças da Comunidade de Marudá	23 famílias
Associação dos Artesãos de Santa Maria	23 pessoas



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



**Estado - Minas Gerais**  
**Articuladora Territorial - Sandra Maria da S. Andrade**

Nome	Quantidade de Associados/as
Farinheira Caxambu	189
Farinheira de Furado Modesto	46
Farinheira de Serra D'água	41
Farinheira de Orion	165
Beneficiadora de arroz	465
(Beneficiadora) de) cana-de-açúcar	
Produtos artesanais	120

**Estado - Pará**  
**Articulador Territorial - Aldo Luciano C. de Lima**

Nome	Quantidade de Associados/as
Pesca artesanal	24
Produção artesanal	20
Produção artesanal	Grupo de Mulheres
Produção de fitoterápicos	Comunidade
Pesca artesanal	180
Produção artesanal	68
Produção artesanal	54
Produção artesanal	35
Casa de farinha	Comunidade
Produção de açaí in natura	Comunidade
Casa de farinha	Comunidade
Produção artesanal	15
Produção artesanal	30
Produção artesanal	10
Casa de farinha	Comunidade



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



Produção de açaí in natura	Comunidade
Casa de farinha	Comunidade
Pesca artesanal	Comunidade
Produção artesanal	20

**Estado/PE**  
**Articuladora Territorial - Rozeane Mendes**

Nome	Quantidade de Associados/as
Grupo de Geração de Renda	115
Casa de farinha	60
Quilombolas de Castainho	70
Agricultores (as) familiares	100
Grupo de convivência	15
Associação de moradores de Feião e Posses.	53

**Estado - Rio de Janeiro e São Paulo**  
**Articulador Territorial - Sinei Barreiros Martins**

Nome	Quantidade de Associados/as
Grupos de coletores de polpa de palmeia Jussara	25
Grupo de Jongo de Bracuí	35
Fantasia Espaço Cultura	9
Casa de Artesanato	19
Restaurante do quilombo	25
Grupo de Jongo	30
Grupos de coletores de polpa de palmeia Jussara	7
Roteiro Turístico Étnico	10
Viveiro de Mudanças	15
Grupos de agricultores (embrião)	15
Grupo Arte da Floresta	12
Turismo Étnico Quilombo da Fazenda	30
Lanchonete do Quilombo da Fazenda	8



**Estado/PR**

Articulador (a) Territorial: Oriel Rodrigues de Moraes

Nome	Quantidade de Associados/as
Apicultura	12
Farinha de Mandioca	12
Beneficiamento de Cana- de- açúcar e banana	8

**Estado - Rio Grande do Sul**

Articulador - Territorial: José Alex

Nome	Quantidade de Associados/as
Associação Quilombola da Armada	18 famílias
Associação Quilombola Manoel do Rego	19 famílias
Associação Quilombola Maçambique	35 famílias
Kilombo da Esperança/Passo dos Bruns	-
Kilombo Zumbi/Estada Passo dos Bruns	-
Associação Comunitária Quilombola Vó Marinha/ Olhos D'água	22 famílias
Associação Quilombola Vovô Virgílio/Vila Capororocas	-

Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária

**Estado - São Paulo**  
**Articulador Territorial - Oriel Rodrigues de Moraes**

Nome	Quantidade de Associados/as
Unidade de Processamento de Banana	42
Grupo de Artesanato	20
Centro de Visitantes	50
Turismo Étnico	10
Casa de Ervas Medicinal	18
Apicultura	15
Manejo de palmito Jussara	20
Grupo de Produtores de Banana orgânica	42
Unidade de Processamento de Banana	30
Viveiro de Mudanças e ervas medicinal	20
Grupo de Produtores de Palmito Pupunha	10
Grupo de produtores de maracujá	12
Grupo de trabalho de mulheres do Quilombo São Pedro	11
Turismo Étnico Cultural Quilombo São Pedro	7
Piscicultura	12 famílias
Fábrica de Derivados de Banana	30
Grupo de Artesanato	15
Turismo Étnico	10



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



# INSTRUMENTO DA PESQUISA QUANTITATIVA: O CENSO



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## O QUESTIONÁRIO



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



As informações prestadas nesta pesquisa terão caráter confidencial e serão utilizadas exclusivamente para fins estatísticos que possam contribuir para a melhoria das condições de vida nas comunidades quilombolas

**FOLHA DE REGISTRO DO DOMICÍLIO - CONTROLE DA ENTREVISTA**

**A. Entrevista n.º**

**B. Comunidade:** \_\_\_\_\_

**C. Endereço/Rua:** \_\_\_\_\_

**D. Número do Domicílio:** |—|—|—|

**E. Sigla da UF :** |—|—|

**F. Município:** \_\_\_\_\_

**G. Data da entrevista:** |—|—| |—|—| |—|—|  
(dia) (mês) (ano)

**Início da entrevista:** |—|—| horas |—|—| minutos

**Término da entrevista:** |—|—| horas |—|—| minutos

**H. Duração da entrevista** |—|—| horas a |—|—| minutos

**I. Nome do Entrevistador(a):** \_\_\_\_\_

**J. Telefone do Entrevistador(a):** \_\_\_\_\_

**K. E-mail do entrevistador(a):** \_\_\_\_\_

**L. Numero de Ordem do Respondente:** \_\_\_\_\_

**M. Local de realização da entrevista**

1  Residência do entrevistado

2  Outro \_\_\_\_\_

**N. Houve marcação prévia da entrevista?**

1  Sim

2  Não

**O. Quantas visitas foram necessárias para concluir o(s) questionário(s)?** |—|—|





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



**Após fazer a entrevista volte aqui e assinale os blocos que foram preenchidos nesta casa para controle do trabalho de campo e para sua segurança de que o trabalho foi corretamente realizado:**

COD.	Blocos do questionário	Preenchimento	
		Feito	Não feito
<b>P.</b>	<b>Folha de registro do domicílio - controle da entrevista</b>	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
<b>Q.</b>	Composição da família que vive no domicílio ( <b>Quadro a parte</b> )	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
<b>R.</b>	Questões relativas à sua comunidade	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
<b>S.</b>	Questões relativas à moradia	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
<b>T.</b>	Questões relativas a emprego, trabalho e renda	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
<b>U.</b>	Questões relativas aos seus hábitos de vida	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
<b>V.</b>	Questões relativas à identidade, discriminação e conflitos	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>

**W. Motivo da não realização da entrevista:**

- 1  Recusa do domicílio  
 2  Domicílio fechado  
 3  Domicílio vago  
 4  Outro motivo \_\_\_\_\_

**X. Avaliação do(a) responsável local:**

- Pronta para digitação  
 Precisa ser revista



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## QUESTÕES RELATIVAS À SUA COMUNIDADE

**1.** Você tem conhecimento do estágio do processo de titulação em que sua comunidade se encontra?

- 1.**  **Sim** (*Siga a 2*)  
**2.**  **Não** (*Passe a 3*)

**2.** Em qual dos seguintes estágios do processo de titulação a sua comunidade se encontra? (*Leia o nome de cada estágio e assinale apenas uma alternativa*).

- 1.**  **Reconhecimento**      **4.**  **Demarcação**  
**2.**  **Identificação**      **5.**  **Em Titulação**  
**3.**  **Delimitação**      **6.**  **Titulado**

**3.** Em sua opinião, quais das atividades agropecuárias listadas a seguir são desenvolvidas em sua comunidade? (*Leia o nome das atividades e assinale uma alternativa em cada linha. Caso a atividade seja desenvolvida tanto para subsistência como para comercialização, assinale apenas a mais frequente*).

COD.	Tipos de atividades agropecuárias	Sim: para subsistência	Sim: para comercialização	Não	NS
3.1	<b>Mandioca</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
3.2	<b>Feijão</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
3.3	<b>Arroz</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
3.4	<b>Banana</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
3.5	<b>Milho</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



	3.6	<b>Cana-de-açúcar</b>	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	3.7	<b>Café</b>	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	3.8	<b>Pimenta</b>	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	3.9	<b>Criação de galinhas</b>	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	3.10	<b>Criação de bovinos</b>	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	3.11	<b>Criação de cabras</b>	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	3.12	<b>Criação de porcos</b>	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	3.14	<b>Outra _____</b>	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



<p><b>4. Em sua opinião, quais das atividades extrativistas listadas a seguir são desenvolvidas em sua comunidade?</b> (Leia o nome das atividades e assinale <b>uma</b> alternativa em cada linha. Caso a atividade seja desenvolvida tanto para subsistência como para comercialização, assinale <b>apenas</b> a mais frequente).</p>	<b>COD.</b>	<b>Tipos de atividades extrativistas</b>	<b>Sim: para subsistência</b>	<b>Sim: para comercialização</b>	<b>Não</b>	<b>NS</b>
	4.1	Castanha do Pará	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	4.2	Açaí	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	4.3	Carnaúba/Babaçu	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	4.4	Madeira/Lenha	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	4.5	Pesca	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	4.6	Minérios_____	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	4.7	Areia do rio	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	4.8	Palmito	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	4.9	Outra	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
<p><b>5. Em sua opinião, quais das atividades econômicas listadas a seguir são desenvolvidas na sua comunidade?</b> (Leia o nome das atividades e assinale <b>uma</b> alternativa em cada linha. Caso a atividade seja desenvolvida tanto para subsistência como para comercialização, <b>assinale apenas</b> a mais frequente).</p>	<b>COD.</b>	<b>Outros tipos de atividades econômicas</b>	<b>Sim: para subsistência</b>	<b>Sim: para comercialização</b>	<b>Não</b>	<b>NS</b>
	5.1	Artesanato	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	5.2	Apicultura	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	5.3	Piscicultura	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	5.4	Manejo agroflorestal	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	5.5	Fruticultura	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	5.6	Outra_____	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
<p><b>6. Em sua opinião o turismo se constitui em uma atividade econômica possível na sua comunidade?</b></p>	<p>1. <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Não</p>					
<p><b>7. Em sua opinião, como você avalia as condições de vida em sua comunidade em</b></p>	<b>COD.</b>	<b>Itens</b>	<b>Boa</b>	<b>Regular</b>	<b>Ruim</b>	<b>NS</b>
	7.1	Segurança	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	7.2	Educação	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>



Secretaria Nacional de Economia Solidária



<p><b>relação a:</b> (<i>Leia as alternativas e assinale <b>uma</b> alternativa em cada linha</i>)</p>	7.3	Saúde	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	7.4	<b>Habitação</b>	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	7.5	Lazer	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	7.6	Alimentação	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	7.7	Oportunidades Trabalho e renda	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	7.8	Transporte	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	<p><b>8.</b> Em sua opinião, quais os principais problemas existentes na sua comunidade? (<i>Leia as alternativas e assinale <b>uma</b> alternativa em cada linha</i>).</p>	<b>COD.</b>	<b>Tipos de problemas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NS</b>
8.1		Falta de posto de saúde	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.2		Falta de Saneamento	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.3		Falta de calçamento das ruas	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.4		Segurança	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.5		Iluminação pública	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.6		Desemprego	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.7		Falta de união entre as comunidades quilombolas	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.8		Pobreza/ miséria	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.9		Falta de água	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.10		Drogas	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.11		Violência contra a mulher	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.12		Violência contra crianças	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.13		Exploração sexual infantil e de adolescentes	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.14		Transporte precário	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.15		Alcoolismo	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.16		Lixo	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.17		Problemas com o meio ambiente	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.18		Falta de lazer na comunidade	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.19		Falta de apoio técnico agrícola	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
8.20		A terra não estar titulada	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



	8.21	Nenhuma universidade perto	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
	8.22	Nenhuma escola de segundo grau perto	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
	8.23	Nenhuma escola de ensino fundamental perto	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
	8.24	O acesso ao quilombo	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
	8.25	Desrespeito com os mais velhos	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
	8.26	Falta de união entre os moradores	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
	8.27	Outro _____				
<b>9.</b> Dos problemas identificados acima, qual você destacaria como o PRINCIPAL? (Registre no espaço ao lado o problema escolhido pelo entrevistado).	— — —  (veja no quadro acima o CÓDIGO correspondente ao problema selecionado).					
<b>10.</b> Pensando na sua resposta anterior, que solução você sugeriria para este problema? (Registre no espaço ao lado a resposta do entrevistado com letra legível)	_____ _____ _____					
<b>11.</b> Em sua opinião, os moradores da sua comunidade se empenham na busca de soluções para melhorar a vida na comunidade?	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não					
<b>12.</b> Você participa das atividades coletivas que são desenvolvidas na sua comunidade? (Leia o nome de cada atividade e assinale <b>uma</b> alternativa em cada linha).	<b>COD.</b>	<b>Atividades na comunidade</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não tem na comunidade</b>	<b>NS</b>
	12.1	Festas religiosas	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	12.2	Jogos	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	12.3	Pescaria	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	12.4	Construção de casas (mutirões)	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	12.5	Grupo de teatro	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	12.6	Bazares	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	12.7	Coral	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	12.8	Grupo de Tamboreiros	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



	12.9	Grupo de Jongo	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																
	12.10	Grupo de Funk	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																
	12.11	Grupo de Samba	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																
	12.12	Grupo de Hip hop	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																
	12.13	Grupo de Capoeira	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																
	12.14	Time de futebol	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																
	12.15	Associação de produção (agrícola, artesanato)	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																
	12.16	Cooperativa	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																
	12.17	Conselho Comunitário ou outro conselho	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																
	12.18	Grupo religioso	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																
	12.19	Grupo de mulheres	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																
	12.20	Plantio de roça	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																
	12.21	Cultivo de pomar	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																
12.22	Outro _____																																					
<p><b>13.</b> Em sua opinião, qual a PRINCIPAL dificuldade enfrentada pelas pessoas da sua comunidade quando querem desenvolver alguma atividade física ou de lazer? (Leia as alternativas e assinale apenas <b>uma</b> alternativa).</p>		<p><b>1</b> <input type="checkbox"/> Falta de áreas de lazer adequadas</p> <p><b>2</b> <input type="checkbox"/> Falta de alternativas de lazer na comunidade</p> <p><b>3</b> <input type="checkbox"/> Falta de tempo</p> <p><b>4</b> <input type="checkbox"/> Outra _____</p>																																				
<p><b>14.</b> Quais das atividades listadas a seguir você gostaria que existissem na sua comunidade e que ainda não existem? (Leia o nome de cada atividade e assinale <b>uma</b> alternativa em cada linha).</p>		<table border="1"> <thead> <tr> <th>COD.</th> <th>Equipamentos e atividades na comunidade</th> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>Já tem na comunidade</th> <th>NS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>14.1</td> <td>Biblioteca</td> <td>1 <input type="checkbox"/></td> <td>2 <input type="checkbox"/></td> <td>3 <input type="checkbox"/></td> <td>98 <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>14.2</td> <td>Lan house/Internet</td> <td>1 <input type="checkbox"/></td> <td>2 <input type="checkbox"/></td> <td>3 <input type="checkbox"/></td> <td>98 <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>14.3</td> <td>Aulas de música</td> <td>1 <input type="checkbox"/></td> <td>2 <input type="checkbox"/></td> <td>3 <input type="checkbox"/></td> <td>98 <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>14.4</td> <td>Aulas de dança</td> <td>1 <input type="checkbox"/></td> <td>2 <input type="checkbox"/></td> <td>3 <input type="checkbox"/></td> <td>98 <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>14.5</td> <td>Aulas de capoeira</td> <td>1 <input type="checkbox"/></td> <td>2 <input type="checkbox"/></td> <td>3 <input type="checkbox"/></td> <td>98 <input type="checkbox"/></td> </tr> </tbody> </table>	COD.	Equipamentos e atividades na comunidade	Sim	Não	Já tem na comunidade	NS	14.1	Biblioteca	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	14.2	Lan house/Internet	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	14.3	Aulas de música	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	14.4	Aulas de dança	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	14.5	Aulas de capoeira	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
COD.	Equipamentos e atividades na comunidade	Sim	Não	Já tem na comunidade	NS																																	
14.1	Biblioteca	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																	
14.2	Lan house/Internet	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																	
14.3	Aulas de música	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																	
14.4	Aulas de dança	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																	
14.5	Aulas de capoeira	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>																																	



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



	14.6	Aulas de informática	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	14.7	Aulas de esportes em geral	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	14.8	Aulas de áudio visuais	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	14.9	Outra _____				
<b>15. Como você se sente em relação à vida que leva em sua comunidade?</b> <i>(Assinale apenas <b>uma</b> alternativa).</i>	1 <input type="checkbox"/> Muito satisfeito 2 <input type="checkbox"/> Satisfeito 3 <input type="checkbox"/> Insatisfeito 4 <input type="checkbox"/> Muito insatisfeito 98 <input type="checkbox"/> Não sabe					
<b>16. Na sua comunidade existe associação de quilombolas?</b>	1 <input type="checkbox"/> Sim ( <i>Siga 17</i> ) 2 <input type="checkbox"/> Não ( <i>Passe a 19</i> ) 98 <input type="checkbox"/> Não sabe/ Não responde ( <i>Passe a 19</i> )					



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



<p><b>17. Você participa da associação de quilombolas?</b></p>	<p>1 <input type="checkbox"/> Sim (<i>Siga 18</i>)  2 <input type="checkbox"/> Não (<i>Passe a 19</i>)  98 <input type="checkbox"/> Não sabe/Não responde (<i>Passe a 19</i>)</p>
<p><b>18. Como você avalia a atuação da Associação de Quilombolas da sua comunidade?</b></p>	<p>1 <input type="checkbox"/> Boa  2 <input type="checkbox"/> Regular  3 <input type="checkbox"/> Ruim  98 <input type="checkbox"/> Não sabe/ Não responde</p>
<p><b>19. Em sua opinião, os quilombolas precisam se organizar numa entidade nacional para lutar pelos seus direitos?</b></p>	<p>1 <input type="checkbox"/> Sim  2 <input type="checkbox"/> Não  3 <input type="checkbox"/> Indiferente  98 <input type="checkbox"/> Não sabe/Não responde</p>
<p><b>20. Você conhece a CONAQ?</b></p>	<p>1 <input type="checkbox"/> Sim (<i>Siga 21</i>)  2 <input type="checkbox"/> Não (<i>Passe a 22</i>)  98 <input type="checkbox"/> Não responde (<i>Passe a 22</i>)</p>
<p><b>21. Como você avalia a atuação da CONAQ na sua comunidade?</b></p>	<p>1 <input type="checkbox"/> Boa  2 <input type="checkbox"/> Regular  3 <input type="checkbox"/> Ruim  98 <input type="checkbox"/> Não sabe/Não responde</p>
<p><b>QUESTÕES RELATIVAS À SUA MORADIA</b></p>	
<p><b>22. Qual é a condição de ocupação dessa casa?</b>  <i>(Leia as alternativas e assinale apenas <b>uma</b> delas).</i></p>	<p>1 <input type="checkbox"/> <b>Própria</b>  2 <input type="checkbox"/> <b>Alugada</b>  3 <input type="checkbox"/> <b>Cedida</b>  4 <input type="checkbox"/> <b>Outra condição</b> _____  98 <input type="checkbox"/> <b>Não sabe/Não responde</b></p>



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



<p><b>23.</b> Quantos cômodos têm essa casa? (Considere cômodo: sala, quarto, cozinha e banheiro)</p>	<p> — —  <b>Total de cômodos da casa.</b></p>
<p><b>24.</b> Quantos cômodos da casa servem de dormitório?</p>	<p> — —  <b>Número de cômodos servindo de dormitório</b></p>
<p><b>25.</b> De que material essa casa foi construída? (Leia as alternativas e assinale apenas <b>uma</b> delas)</p>	<p><b>1</b> <input type="checkbox"/> Alvenaria (tijolo)  <b>2</b> <input type="checkbox"/> Madeira  <b>3</b> <input type="checkbox"/> Madeira e barro (adobe/ pau-a-pique/taipa/estruque)  <b>4</b> <input type="checkbox"/> Outro material _____  <b>98</b> <input type="checkbox"/> Não sabe/Não responde</p>
<p><b>26.</b> De onde vem a água utilizada para beber? (Leia as alternativas e assinale apenas <b>uma</b> delas)</p>	<p><b>1</b> <input type="checkbox"/> Rede pública  <b>2</b> <input type="checkbox"/> Cacimba, poço e barreiro  <b>3</b> <input type="checkbox"/> Rio, riacho, lagoa e açude  <b>4</b> <input type="checkbox"/> Olho d'água e nascente  <b>5</b> <input type="checkbox"/> Água de chuva (cisterna)  <b>6</b> <input type="checkbox"/> Outro _____  <b>98</b> <input type="checkbox"/> Não sabe/Não responde</p>
<p><b>27.</b> O que é feito mais frequentemente com o lixo dessa casa?</p>	<p><b>1</b> <input type="checkbox"/> É coletado regularmente  <b>2</b> <input type="checkbox"/> É queimado  <b>3</b> <input type="checkbox"/> É enterrado</p>



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



<p><i>(Leia as alternativas e assinale apenas <b>uma</b> delas)</i></p>	<p>4 <input type="checkbox"/> <b>É jogado em terreno baldio</b></p> <p>5 <input type="checkbox"/> <b>É jogado em vala ou rio</b></p> <p>6 <input type="checkbox"/> <b>Outro</b> _____</p> <p>98 <input type="checkbox"/> <b>Não sabe/Não responde</b></p>
<p><b>28.</b> Nessa casa tem banheiro? <i>(Leia as alternativas e assinale apenas <b>uma</b> delas)</i></p>	<p>1 <input type="checkbox"/> <b>Sim, dentro de casa</b> <i>(Siga 29)</i></p> <p>2 <input type="checkbox"/> <b>Sim, fora de casa</b> <i>(Siga 29)</i></p> <p>3 <input type="checkbox"/> <b>Não</b> <i>(Passe a 30)</i></p>
<p><b>29.</b> O esgoto desse banheiro está ligado a: <i>(Assinale apenas <b>uma</b> alternativa)</i></p>	<p>1 <input type="checkbox"/> <b>Rede de esgoto ou pluvial</b></p> <p>2 <input type="checkbox"/> <b>Fossa séptica (buraco cimentado)</b></p> <p>3 <input type="checkbox"/> <b>Fossa rudimentar (buraco de terra)</b></p> <p>4 <input type="checkbox"/> <b>Vala</b></p> <p>5 <input type="checkbox"/> <b>Rio, lago ou mar</b></p> <p>6 <input type="checkbox"/> <b>Outro</b> _____</p> <p>98 <input type="checkbox"/> <b>Não sabe/Não responde</b></p>
<p><b>30.</b> Na sua casa tem energia elétrica?</p>	<p>1 <input type="checkbox"/> <b>Sim</b></p> <p>2 <input type="checkbox"/> <b>Não</b></p>



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



<p><b>31. Quais dos bens listados a seguir existem nessa casa?</b>  <i>(Leia cada um dos bens listados e assinale <b>uma</b> alternativa <b>em cada linha</b>)</i></p>	COD.	Bens	Sim	Não
	31.1	<b>Rádio</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	31.2	<b>Televisão</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	31.3	<b>Vídeo cassete</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	31.4	<b>DVD</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	31.5	<b>Telefone fixo</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	31.6	<b>Telefone celular</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	31.7	<b>Computador</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	31.8	<b>Acesso a Internet</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	31.9	<b>Geladeira ou Freezer</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	31.10	<b>Máquina de lavar roupa ou tanquinho elétrico</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	31.11	<b>Filtro de água</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	31.12	<b>Fogão a gás</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



QUESTÕES RELATIVAS A EMPREGO, TRABALHO E RENDA

**32. Na sua família alguém tem alguma(s) da(s) habilidades ou profissões listadas abaixo?**

*(Leia o nome de cada habilidade e assinale apenas **uma** alternativa em cada linha. Caso a renda seja gerada pela atividade tanto em casa como fora de casa, assinalar apenas a alternativa que corresponda a **que gera maior renda**).*

COD.	Tipos de Habilidades	Sim mas não utiliza comercialmente	Sim e utiliza para gerar renda complementar		Não possui a habilidade	Não sabe
			Em casa	Fora de casa		
32.1	<b>Agricultor(a)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
32.2	<b>Artesão(ã)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
32.3	<b>Artista Plástico</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
32.4	<b>Bombeiro(a)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
32.6	<b>Cabeleireiro(a)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
32.7	<b>Carpinteiro(a)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
32.8	<b>Costureiro(a)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
32.9	<b>Cozinheiro(a)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
32.10	<b>Dançarino(a)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
32.11	<b>Doceiro(a)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



3212	<b>Eletricista</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
32.13	<b>Enfermagem/cuidador(a)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
32.14	<b>Especialista de Pau a pique</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
32.15	<b>Esportista</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
32.16	<b>Informática</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
32.17	<b>Manicura</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
32.18	<b>Marceneiro(a)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
32.19	<b>Mecânico</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
32.20	<b>Músico(a)/Compositor(a)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
32.21	<b>Padeiro(a)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
32.22	<b>Pedreiro(a)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
32.23	<b>Pintor(a) de paredes</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
32.24	<b>Serralheiro(a)</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
32.25	<b>Especialista em áudio visuais</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
32.26	<b>Outra _____</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>	<b>3</b> <input type="checkbox"/>	<b>4</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>

<b>33. Você tem empreendimento próprio?</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/> <b>Sim</b> (Siga 34)			<b>2</b> <input type="checkbox"/> <b>Não</b> (Passe a 35)		
<b>34. Como você conseguiu o capital inicial para</b>	<b>COD.</b>	<b>Possíveis fontes de capital</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>		



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



<p><b>abrir este empreendimento?</b>  <i>(Leia cada uma das fontes listadas e assinale <b>uma</b> das alternativas <b>em cada linha</b>).</i></p>	34.1	<b>Poupança própria</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	34.2	<b>Herança</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	34.3	<b>Crédito bancário</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	34.4	<b>Rescisão de contrato</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	34.5	<b>Empréstimo de parentes/amigos</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	34.6	<b>Auxílio/financiamento governamental</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	34.7	<b>FGTS</b>	<b>1</b> <input type="checkbox"/>	<b>2</b> <input type="checkbox"/>
	34.8	<b>Outra</b> _____		
<p><b>35.</b> Se tivesse possibilidade, gostaria de abrir/expandir seu próprio empreendimento?</p>	<p><b>1</b> <input type="checkbox"/> <b>Sim:</b> abrir (<i>Siga 36</i>)  <b>2</b> <input type="checkbox"/> <b>Sim:</b> expandir (<i>Siga 36</i>)  <b>3</b> <input type="checkbox"/> <b>Não</b> (<i>Passe a 37</i>)</p>			
<p><b>36.</b> Quantos Reais você avalia que seriam necessários para abrir/expandir seu próprio empreendimento?</p>	<p>R\$  — — — — — ,00  98 <input type="checkbox"/> Não sabe/Não responde</p>			
<p><b>37.</b> Sua casa tem algum uso comercial? (alguém da sua família usa o espaço da casa para atuar como cabeleireiro, manicura, costureira etc.)</p>	<p><b>1</b> <input type="checkbox"/> <b>Sim</b>  <b>2</b> <input type="checkbox"/> <b>Não</b></p>			



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



<p><b>38. Em sua família tem alguém que está em algum destes programas listados ao lado?</b> (Leia o nome de cada programa governamental e assinale <b>uma</b> alternativa em cada linha)</p>	<b>COD.</b>	<b>Programas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NS</b>
	38.1	<b>PETI (Programa de erradicação do trabalho infantil)</b>	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	38.2	Bolsa Família	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	38.3	Cesta Básica	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	38.4	BPC (Benefício Prestação Continuada – idoso/pessoa com deficiência)	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	38.5	Agente Jovem	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	38.7	Cadastro Único para programas sociais	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	38.8	Outro: _____			

**QUESTÕES RELATIVAS AOS SEUS HÁBITOS DE VIDA**

<p><b>39. O que você faz quando fica doente?</b> (Leia cada uma das providências listadas e assinale <b>uma</b> alternativa em cada linha)</p>	<b>COD.</b>	<b>Programas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NS</b>
	39.1	<b>Vai ao Posto de Saúde</b>	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	39.2	Altera a alimentação	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	39.3	Toma remédio farmacêutico por conta própria ou se automedica	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	39.4	Toma remédios caseiros (chás, ervas, poções)	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	39.5	Procura rezadeira/ benzedeira/ curandeiro(a)	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
	39.7	Outro: _____			



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



<b>40. Qual dessas religiões você pratica?</b> <i>(Pode assinalar mais de <b>uma</b> alternativa).</i>	<b>COD.</b>	<b>Religião</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
	40.1	Católica	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	40.2	Evangélica	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	40.3	Cardecista/ espírita	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	40.4	Umbanda	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	40.5	Candomblé	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	40.6	Outro_____		
<b>41. Há quantas décadas a sua família ampliada (avós, tetravôs etc.) vivem nessas terras ocupadas hoje pela comunidade?</b>	— —  Décadas.			

**42. Para cada um dos produtos listados abaixo, por favor indique a sua frequência de consumo/utilização e se compra na comunidade ou fora dela:**

*(Leia o nome de cada produto e assinale apenas **uma** alternativa **em cada linha**. Caso ocorra que a compra de um produto seja feita **tanto** na comunidade como fora dela, assinale apenas a alternativa **que for mais frequente**)*

COD.	Tipo de Produto	Consome todos os dias		Consome pelo menos 1 vez por semana		Não consome	NS
		Compra na comunidade		Compra na comunidade			
42.1	Pão Francês/de sal/cacete	Sim 1 <input type="checkbox"/>	Não 2 <input type="checkbox"/>	Sim 3 <input type="checkbox"/>	Não 4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
42.2	Outro tipo de pão	Sim 1 <input type="checkbox"/>	Não 2 <input type="checkbox"/>	Sim 3 <input type="checkbox"/>	Não 4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
42.3	Cará ou Aipim	Sim 1 <input type="checkbox"/>	Não 2 <input type="checkbox"/>	Sim 3 <input type="checkbox"/>	Não 4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
42.4	Biscoito maisena ou outro	Sim 1 <input type="checkbox"/>	Não 2 <input type="checkbox"/>	Sim 3 <input type="checkbox"/>	Não 4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>
42.5	Iogurte	Sim 1 <input type="checkbox"/>	Não 2 <input type="checkbox"/>	Sim 3 <input type="checkbox"/>	Não 4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



42.6	<b>Leite</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.7	<b>Queijos</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.8	<b>Manteiga</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.9	<b>Banha</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.10	<b>Ovos</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.11	<b>Feijão</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.12	<b>Arroz</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.13	<b>Batata Doce</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.14	<b>Fubá</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.15	<b>Farinha de mandioca</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.16	<b>Chocolates ou balas</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.17	<b>Café</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.18	<b>Frutas</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.19	<b>Legumes</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.20	<b>Verduras</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.21	<b>Peixe</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.22	<b>Frango</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.23	<b>Carne de porco</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



42.24	<b>Carne de vaca</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.25	<b>Sucos de frutas</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.26	<b>Geléias/Doces caseiros</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.27	<b>Ração animal comprada</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.28	<b>Fertilizantes</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.29	<b>Pesticida/Herbicida</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>
42.30	<b>Detergente</b>	<b>Sim 1</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 2</b> <input type="checkbox"/>	<b>Sim 3</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não 4</b> <input type="checkbox"/>	<b>5</b> <input type="checkbox"/>	<b>98</b> <input type="checkbox"/>

**QUESTÕES RELATIVAS A IDENTIDADE, DISCRIMINAÇÃO E CONFLITOS**

<b>43.</b> Você se considera um quilombola?	<b>1.</b> <input type="checkbox"/> <b>Sim</b>	<b>2.</b> <input type="checkbox"/> <b>Não</b>	<b>98</b> <input type="checkbox"/> <b>Não Sabe/Não responde</b>
<b>44.</b> Você já se sentiu mal tratado ou humilhado por ser quilombola?	<b>1.</b> <input type="checkbox"/> <b>Sim</b>	<b>2.</b> <input type="checkbox"/> <b>Não</b>	<b>98</b> <input type="checkbox"/> <b>Não Sabe/Não responde</b>
<b>45.</b> Como você avalia o seu grau de respeito/tolerância com pessoas que praticam uma religião diferente da sua?	<b>1.</b> <input type="checkbox"/> <b>Total</b>	<b>2.</b> <input type="checkbox"/> <b>Grande</b>	<b>3.</b> <input type="checkbox"/> <b>Indiferente</b>
	<b>4.</b> <input type="checkbox"/> <b>Pequeno</b>		



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



	<p><b>5. <input type="checkbox"/> Nenhum</b></p> <p><b>__98 <input type="checkbox"/> Não sabe/Não responde __</b></p>
<p><b>46. Em sua opinião, os moradores da sua comunidade são bem recebidos em outras comunidades quilombolas?</b></p>	<p><b>1. <input type="checkbox"/> Sim      2. <input type="checkbox"/> Não      98 <input type="checkbox"/> Não Sabe/Não responde</b></p>
<p><b>47. Em sua opinião, os moradores da sua comunidade são bem recebidos em outras comunidades (não quilombolas) vizinhas?</b></p>	<p><b>1. <input type="checkbox"/> Sim      2. <input type="checkbox"/> Não      98 <input type="checkbox"/> Não Sabe/Não responde</b></p>
<p><b>48. Como você avalia a relação da sua comunidade com os proprietários de terras vizinhas às da comunidade?</b> (Assinale apenas <b>uma</b> alternativa).</p>	<p>1. <input type="checkbox"/> Boa 2. <input type="checkbox"/> Regular 3. <input type="checkbox"/> Ruim 98 <input type="checkbox"/> Não sabe/ Não responde</p>

<p><b>49. Em sua opinião, sua comunidade tem sido ameaçada por algum grupo social?</b> (Leia cada uma das alternativas e assinale <b>uma</b> alternativa <b>em cada linha</b>).</p>	<b>COD.</b>	<b>Grupos sociais</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não sabe</b>	
	49.1	<b>Pelos latifundiários</b>	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
	49.2	Pelos empresários de agro negócio	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
	49.3	Pelos especuladores imobiliários	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
	49.4	Pelos grandes empresários multinacionais	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
	49.5	Pelas forças armadas	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	
	49.6	Pelos representantes da justiça	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	98 <input type="checkbox"/>	



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## 50. HÁ ALGO QUE VOCÊ GOSTARIA DE ACRESCENTAR?

1.  Sim: \_\_\_\_\_

2.  Não

**Para uso do supervisor no Rio (Transcreva do quadro da composição da família que vive no domicílio)**

**Renda Familiar** = soma dos rendimentos declarados no quesito 9 do quadro R\$ |—|—|—|—|—|,00

**Número de pessoas no domicílio** = indicado pelo número de ordem no quadro |—|—| pessoas

**Número de pessoas que participam da renda familiar** = quantidade de pessoas que declararam sim no quesito 8 |—|—| pessoas



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## O QUE ESTAMOS QUERENDO SABER COM CADA PERGUNTA?

Solicitamos que você pegue um questionário e siga as explicações relativas a **cada pergunta**, assim quando for aplicar o questionário você irá mais seguro(a) do quê e porque estamos fazendo este censo com estas perguntas específicas e assim fará uma ótima entrevista e seus resultados serão mais exatos.

### COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA NO DOMÍLIO

#### O que estamos tentando verificar?

Na **primeira** coluna estamos colocando os nomes das pessoas que moram naquela casa para podermos nos orientar quando estivermos fazendo as perguntas seguintes. Precisamos dizer bem claramente para o(a) entrevistado(a) que nem o nome das pessoas e nem as informações relativas ao nome dele(a) vão aparecer, pois **a pesquisa é anônima**, estamos juntando informações para depois termos resultados que serão apresentados por percentuais, como, por exemplo: *20% das casas dos quilombolas das comunidades de Santarém não possuem luz*. Nunca aparecerá o nome da pessoa que foi entrevistada e nem as das pessoas que moram na casa.

Na **segunda** coluna vamos verificar qual o parentesco entre as pessoas e quem é (ou se considera e/ou é considerado) o responsável ou corresponsável pela casa.

Na **terceira** coluna estamos verificando quantas pessoas são mulheres e quantas são homens que habitam naquela casa. Com isso saberemos quantas mulheres e quantos homens aquela comunidade tem quando somarmos todas as pessoas que moram nas casas que foram entrevistadas. Este é um indicador importante para dar consistência às nossas reivindicações, por exemplo, de política pública de gênero.

Na **quarta** coluna estamos fazendo uma fotografia da idade das pessoas no quilombo o que sempre é importante para dar consistência às nossas reivindicações, sobretudo para políticas públicas para jovens, pois aí vamos poder dizer quantos são os nossos jovens; quantos são da terceira idade; quantas crianças cada comunidade possui, pois também podemos afirmar os dados em cima dos resultados deste censo.

Na **quinta** coluna estamos verificando a afirmação da etnia e verificando a auto identidade dos negros no quilombo.



Na **sexta** coluna estamos verificando o estado civil dos moradores daquela casa: se são solteiros, casados, viúvos, se moram junto, se estão separados etc. E, da mesma forma, saberemos o estado civil dos moradores(as) daquela comunidade toda.

Na **sétima e oitava** colunas vamos verificar como anda a escolaridade dos moradores(as) da comunidade. Este é um indicador importante tanto para a Associação debater com os moradores a necessidade ou não de ações educativas nas comunidades, como, por exemplo, EJA – *Educação de jovens e adultos* quanto para a reivindicação de políticas educacionais específicas como escola fundamental ou de segundo grau e/ou implantação de uma universidade na região etc.

A partir da **nona** coluna vamos verificar as categorias *trabalho e renda*. Aqui é muito frequente os entrevistados não quererem dar as informações por diferentes motivos. Devemos antes de fazer a pergunta, reafirmar que a pesquisa é anônima e que, portanto, ninguém ficará sabendo sobre aquela informação e que a comunidade poder medir o nível de renda da sua população é importantíssimo para demandar políticas públicas. Então a nona pergunta é simplesmente saber se aquela pessoa trabalha e assim, sucessivamente, todos os membros da casa.

Na **décima** pergunta vamos saber em que área trabalham aquelas pessoas daquela casa, se na agricultura, na pesca, no artesanato, na construção civil etc. e insistir para declarar em qual outra área se não estiver na lista que apresentamos. (**Atenção!** é aqui que tentaremos identificar a atividade dos respondentes por isso é importante que digam exatamente em que trabalham ou fazem bico etc., mais adiante no questionário vamos perguntar sobre as habilidades das outras pessoas da casa).

Na **décima primeira** pergunta estamos procurando saber se houve algum **rendimento** (portanto, não é só renda fruto de trabalho) no mês anterior à pesquisa. Aqui estamos incluindo os aposentados e beneficiários de programas governamentais. E por que queremos saber? Pois será a soma disso tudo que nos dará a renda da população daquele quilombo, o que também é uma informação importantíssima para reivindicação de políticas públicas.

Na **décima segunda** pergunta perguntamos diretamente quanto receberam, e mais uma vez afirmamos a importância da informação anônima, mas delicadamente afirmamos também o porquê é importante esta informação:



precisamos poder calcular o total da renda dos moradores(as) daquela comunidade.

Na **décima terceira** pergunta estamos perguntando a **origem** daquele rendimento, isto é, se foi através de um biscoite, um trabalho fixo, um benefício de programas governamentais como o Bolsa Família, se é de aposentadoria. Na verdade, dentro do questionário há um campo que pergunta isso especificamente do entrevistado, aqui estamos querendo levantar os dados de todos os moradores daquela casa. Isto nos dá um quadro de como as pessoas estão fazendo para sobreviver.

No pé da página existe um campo que soma a renda familiar, o número de pessoas no domicílio e o número de pessoas que trabalham na casa que deve ser preenchido pelo pesquisador.

**Atenção!!!** A pessoa que foi entrevistada por você é a **Respondente** e o número dela é o que está ligado ao nome dela na primeira coluna. Atenção, pois há um campo na segunda página onde está escrito: **L. Número de Ordem do Respondente:** \_\_\_\_\_ que é justamente para vocês colocarem este número e assim identificar para o censo se foi uma mulher ou um homem que respondeu ao questionário, que idade tinha, qual a sua escolaridade etc. etc.

#### **PAGINA 1 DO QUESTIONÁRIO É A PÁGINA DE CONTROLE DA ENTREVISTA**

Vocês não terão dificuldade nesta página afora **o item L.** que já foi tratado na página anterior.

#### **PAGINA 2 DO QUESTIONÁRIO**

É um espaço para você se certificar que fez de fato todo o questionário e também aonde você vai marcar se não preencheu o questionário porque o domicílio estava fechado, vago ou se houve recusa da pessoa que lhe atendeu ou outro motivo qualquer.

O outro campo é do(a) supervisor(a) da pesquisa.

#### **PAGINA 3 DO QUESTIONÁRIO**

Na página 3 **as perguntas 1. e 2.** estão ligadas. A pessoa só pode responder a 2. se tiver respondido afirmativamente a questão 1.

O que estamos procurando saber aqui é se as informações sobre o processo de titulação do território estão chegando a todos(as) os(as) moradores(as). Ao final a Associação e a CONAQ poderão aferir este resultado e verificarem como trabalhar com esta informação. Caso algum pesquisador ache que pode marcar no lugar do entrevistado esta resposta e, aliás, qualquer outra, estará



**fraudando** a pesquisa e inviabilizando uma informação valiosa para a luta dos quilombolas.

Na **pergunta 3** começamos a pesquisar o que tem de atividade produtiva na comunidade para posteriormente podermos coletivamente debater as possibilidades sustentabilidade alimentar, se há possibilidade de se criar excedente para vender e se há possibilidades de criação de novos produtos. Temos um conjunto de perguntas no questionário que buscam dar um quadro desta situação.

#### PAGINA 4 DO QUESTIONÁRIO

As **perguntas 4., 5. e 6.** têm o mesmo sentido de levantamento das atividades econômicas do território visando a possibilidade de constituição de arranjos produtivos e sustentabilidade alimentar.

A **pergunta 7.** começa a verificar os principais problemas do ponto de vista dos moradores da comunidade e sua resposta ou afirmação será colocada sob suspeita caso não tenha depois coerência com a pergunta seguinte que vem na página 5. Por exemplo: eu respondo que “Oportunidades de trabalho e renda” é **Ruim** aqui e depois na próxima pergunta afirmo que o **Desemprego** não é um problema, isso indica falta de coerência nas respostas.

#### PAGINA 5 DO QUESTIONÁRIO

Agora o entrevistado irá identificar os principais problemas da comunidade na **pergunta 8** e depois marcará na **pergunta 9** qual problema, na sua opinião, é o mais grave. Portanto ele marcará somente **um** problema como resposta na pergunta **9**. A ideia desta pergunta é termos a opinião de uma pessoa de cada casa sobre o principal problema da comunidade do seu ponto de vista. A dificuldade aqui é a seguinte: frequentemente a pessoa escolhe um problema em função de uma necessidade imediata e não consegue ver que este problema às vezes tem origem em outro, ou seja, por exemplo: escolho desemprego e não percebo que se as terras estivessem tituladas e a desintração realizada, a comunidade poderia ter o espaço necessário para plantar e criar excedente para comercializar ou receber um determinado programa de geração de trabalho e renda e que, portanto, é mais importante a titulação da terra do que o desemprego em si.

#### PAGINA 6 DO QUESTIONÁRIO

Na **pergunta 10.** a expectativa é que a pessoa sendo entrevistada possa dar ideias para resolver o problema que escolheu. Por exemplo, se a pessoa



escolheu **desemprego** e se ela conhece bem a sua comunidade ela pode sugerir algum tipo de trabalho a ser desenvolvido coletivamente para gerar renda daquelas pessoas. Ou se o problema é falta d'água e ela conhece ou ouviu falar do programa de cisternas, ela pode sugerir aqui neste espaço que se procure este programa etc. É um espaço para a criatividade das pessoas e para ver se surgem soluções de dentro da própria comunidade e não somente da demanda dos governantes tomarem providências e realizar ações.

A **pergunta 11.** tenta checar a opinião do(a) entrevistado(a) sobre os outros membros da comunidade quanto à busca coletiva de soluções para os problemas comuns.

A **pergunta 12.** Esta pergunta procura aferir 2 coisas: o nível de cooperação entre as pessoas da comunidade e as atividades comuns que a comunidade possui onde moradores podem participar junto com os outros moradores, por isso a escolha exata das colunas de respostas é importante e ao final colocar as outras atividades que por ventura existam na comunidade é muito importante.

#### PAGINA 7 DO QUESTIONÁRIO

Creio que as **perguntas 13. e 14.** não apresentem dificuldade de entendimento e as respostas são bem diretas. Esperamos que na **pergunta 14.** haja várias sugestões de outras atividades e é importante estimular os entrevistados(as) a proporem outras atividades.

Na **pergunta 15.** a resposta é inteiramente subjetiva pois trata de um sentimento.

A **pergunta 16.** é objetiva pois pergunta se tem ou não Associação no quilombo e é aqui que podemos medir o conhecimento dos entrevistados a respeito da Associação.

#### PAGINA 8 DO QUESTIONÁRIO

Todas as perguntas desta página têm respostas diretas e imagino que não haja nenhuma dificuldade na sua aplicação. Neste conjunto estamos vendo qual a avaliação que os moradores fazem da Associação, que importância atribuem à formação de uma entidade nacional dos quilombolas e quantos conhecem a CONAQ.

Em seguida vamos saber se a casa é própria ou não e o tamanho da casa, como já sabemos quantas pessoas moram na casa poderemos verificar as condições de moradia na relação: número de pessoas X número de cômodos que a casa possui.



## PAGINA 9 DO QUESTIONÁRIO

Também na página 9 todas as perguntas não trazem nenhuma dificuldade de aplicação. Aqui estamos medindo as condições de moradia, saneamento e do destino do lixo e se há energia elétrica nas casas. São perguntas fundamentais para reivindicação de políticas públicas.

## PAGINA 10 DO QUESTIONÁRIO

A **pergunta 31.** é para aferir as possibilidades de consumo de bens de cada casa e também demonstrar, por exemplo, se a comunidade está com acesso aos novos meios de comunicação como internet por exemplo.

Agora **atenção à pergunta 32.** Aqui o que nos interessa averiguar é quais são as habilidades que aquelas pessoas que moram na casa possuem mesmo que não estejam usando-as. E para quê queremos saber isso? Vou dar um exemplo. Se uma comunidade possui 12 pessoas que sabem costurar, podemos pensar em fazer uma reunião com essas pessoas para conversar e ver se têm interesse em pesquisar a possibilidade de, por exemplo, fazer uniformes escolares juntas para vender para a prefeitura e aí podemos ver quais são todos os passos necessários para realizar este projeto. Outro exemplo. Se numa comunidade tem carpinteiros, eletricitas, encanadores/bombeiros, pintores de parede etc. a Associação pode chamá-los para uma reunião e perguntar se eles têm interesse em montar uma Associação de Trabalhadores Autônomos para a Construção Civil e a partir daí o projeto pode orientar ou ajudar no passo a passo para verificar a viabilidade econômica desta possibilidade. E assim por diante...

Então aqui, nesta pergunta, **não** estamos perguntando as habilidades somente do entrevistado, **estamos querendo saber das habilidades da família ou de todas as pessoas que moram naquela casa.**

## PAGINA 11 DO QUESTIONÁRIO

A **pergunta 32** continua nesta página e ao final da pergunta existe o campo **Outra \_\_\_\_\_**. É importante se verificar se de fato não há outra habilidade a ser colocada neste campo.

A **pergunta 33.** tem conexão direta com a **34. e a 35.** mas acredito que não haja dificuldade de aplicação. Se a pessoa responder que tem um empreendimento (SIM) o entrevistador passa para a pergunta seguinte que é a **34.** para saber qual



a origem do capital de fundação deste empreendimento e depois passa para a pergunta **35**. Caso não tenha empreendimento então passa direto para a pergunta **35**.

#### PAGINA 12 DO QUESTIONÁRIO

As perguntas **36. e 37.** também me parecem não apresentar dificuldades de aplicação. O mesmo se dando com as perguntas **38. e 39.** No entanto, **na pergunta 38**, às vezes, pode acontecer do entrevistado não conhecer os programas governamentais pelos seus nomes, então você pode ajudá-lo a identificar.

#### PAGINA 13 DO QUESTIONÁRIO

**Pergunta 40.** não apresentará problema.

Já na **pergunta 41.** é bom lembrar que **década** equivale a **10 anos**, então se alguém responder que sua família esta nas terras **há 40 anos** a resposta a ser colocada é **4 décadas**. Às vezes podemos nos confundir nesta pergunta. Acho que teria sido melhor perguntar por anos, mas agora já está assim então é preciso atenção aqui.

Agora, na **pergunta 42.** temos o seguinte: o que queremos saber é o quê se compra **dentro** da comunidade; o quê se compra **fora** da comunidade e quais produtos não são consumidos. Infelizmente a outra informação importante sobre o consumo dos moradores que era saber quais destes produtos eram **produzidos e vendidos na comunidade**, não foi possível aferir aqui nesta pergunta. Mas de qualquer modo o que é importante agora é deixar claro que **cada linha só poderá ter uma resposta**, pois ao colocar **duas respostas na mesma linha, uma estará anulando a outra**.

#### PAGINA 14 DO QUESTIONÁRIO

A **pergunta 42.** continua nesta página e portanto as recomendações que se marque somente uma resposta por linha também continuam.

Quanto às **perguntas 43., 44. e 45** acho que não haverá problema na aplicação.

#### PAGINA 15 DO QUESTIONÁRIO

As **perguntas 46., 47., 48., e 49** têm o intuito de perceber como que o entrevistado se sente com relação a possíveis conflitos ou desrespeito aos seus direitos ou mesmo racismo. Penso que muitos entrevistados terão receio de responder, por isso aqui acho que, mais uma vez, antes de começar a perguntar,



seria interessante reafirmar que a pesquisa é anônima e que, portanto, o que aparecerá será um percentual e não o nome das pessoas dizendo isso ou aquilo sobre os possíveis conflitos.

A **pergunta 50** abre um espaço que deve ser estimulado para que o entrevistado fale mais sobre algum assunto que queira deixar apontado, seja uma coisa boa e legal ou algo de ruim sobre alguma coisa que não foi perguntada.

**Abaixo desta pergunta há um campo para uso do supervisor e que, portanto, não deverá ser preenchido pelos pesquisadores de campo.**



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA DOMICILIAR

Marina Sidrim Teixeira<sup>27</sup>

### INTRODUÇÃO

O trabalho será realizado em 105 comunidades quilombolas, distribuídas pelo território nacional, localizadas em 11 unidades da federação: Pernambuco, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Pará, Bahia, Maranhão e Rio Grande do Sul. O trabalho de campo prevê atingir 7619 famílias residentes nessas comunidades, tendo como unidade de pesquisa o domicílio.

**Considera-se um domicílio uma habitação com entrada independente. Atenção!** No caso de mais de uma família habitar um mesmo domicílio, utilizar um único questionário. Só usar mais de um quando houver entrada independente para o acesso à outra família.

O coordenador estadual delegará a cada entrevistador a incumbência de **colher as informações em uma área determinada da comunidade** e é muito importante que essa divisão de trabalho **seja respeitada incondicionalmente** para evitar que um mesmo domicílio seja solicitado a prestar informações mais de uma vez.

Ficou definido que em cada domicílio quem vai responder ao questionário é uma mulher com mais de 18 anos de idade que esteja presente na hora da chegada do entrevistador. **Havendo mais de uma que satisfaça essa condição, escolher aquela com maior envolvimento com a responsabilidade da casa.**

Ao encontrar a entrevistada, o/a pesquisador/a apresenta-se, identifica-se como PESQUISADOR DO PROJETO ETNODESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDARIA e **explica qual é o objetivo da pesquisa.** Explica que o questionário **não é identificado de forma alguma** e que os resultados serão entregues em relatório na forma de gráficos e tabelas com percentuais. Exemplo: XX% dos moradores da comunidade acham isso e aquilo. Esclarece que o tempo previsto de conversa é de aproximadamente 30 minutos.

---

<sup>27</sup> Socióloga, mestra em filosofia da educação, consultora em metodologia de pesquisa e coordenadora de pesquisa do Instituto NOOS, Rio de Janeiro, RJ.



Finalizada a entrevista, antes de liberar o entrevistado, **verifica rapidamente** se o questionário está devida e corretamente preenchido. Caso seja necessário, fala logo com o entrevistado para acertos e esclarecimentos já que um retorno ao entrevistado deverá ser **evitado ao máximo** em função da promessa de não identificação das informações e do tempo da pesquisa.

Os questionários preenchidos deverão ser entregues **junto com o relatório mensal** (ver plano de trabalho nos instrumentos de PMAS) ao articulador que enviará todo mês tudo por correio para a **CAIXA POSTAL 68.579, CEP: 21941-972 Rio de Janeiro, RJ.**

### **CRONOGRAMA DE TRABALHO**

O/a pesquisador/a deverá reservar os dias posteriores ao treinamento para a releitura atenta do manual de instruções. E posteriormente voltar a fazer isso no dia anterior àquele em que vai realizar a sua primeira entrevista.

A coleta das informações está prevista para ser iniciada em cada comunidade no dia 25 de novembro de 2010 até o dia 28 de março de 2011.

O planejamento trabalhou com a possibilidade de realização de 2 a 4 entrevistas por dia útil. A ideia é que trabalhem com conforto, mas com afinco para não termos imprevistos no final do prazo.

O trabalho de campo da pesquisa em cada comunidade será encerrado quando todas as casas tiverem sido entrevistadas ou quando os esforços para esta cobertura de 100% estiverem esgotados.

### **ORIENTAÇÕES PARA O TRABALHO DE CAMPO**

#### **Os instrumentos de trabalho são:**

- Cartilha com as instruções
- Os questionários que você vai usar no dia
- Pasta com material para uso no campo com Corretor (Liquid paper)
- Prancheta
- 2 canetas
- Folhas extras do Quadro da Composição da Família no Domicílio a serem usadas **somente** no caso da família ter mais integrantes do que os previstos



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



na folha que está grampeada junto ao resto do questionário. **ATENÇÃO!!!** No caso de precisar desta folha extra não se esquecer de escrever nesta folha extra o **MESMO número** que esta na etiqueta e depois grampeá-la ao resto do questionário. É muito importante que este procedimento seja feito com muita atenção para não dar confusão na hora da digitação e inviabilizar a pesquisa já realizada.

**1. Área definida para a atuação de cada entrevistador.** O articulador deverá dividir as áreas entre a sua equipe e a partir deste momento cada um deverá seguir à risca esta divisão para que não ocorra de um ir entrevistar uma casa que já foi entrevistada pelo outro pesquisador.

## **2. O QUESTIONÁRIO com:**

a) A Folha de Registro do Domicílio – controle da entrevista; b) O Quadro da Composição da Família no Domicílio e c) O Questionário em si.

Estes três (a + b + o questionário em si) estarão grampeados juntos.

**Verifique se as duas etiquetas estão coladas devidamente e se possuem a mesma numeração.**

## **ORIENTAÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO QUESTIONARIO DO CENSO<sup>28</sup>**

Conheça **profundamente** o questionário que vai aplicar. Tire qualquer dúvida que lhe reste sobre ele antes de ir ao campo.

Tenha sempre com você o seu material de campo, que tem tudo o que você precisa para realizar adequadamente o seu trabalho e inclui esta cartilha que deve ser consultada sempre que uma dúvida surgir.

Preencha o questionário com caneta e letra legível. Quando fizer a revisão, se tiver algum erro ou rasura **use o corretor** para torná-lo suficientemente claro para a digitação.

**Nunca** tente mudar a opinião do entrevistado ou induzi-lo a escolher uma determinada alternativa.

**Atenção especial** deve ser dada a **todas** as instruções contidas no corpo do questionário: elas estão destacadas em **negrito** e *itálico*. A maioria delas indica as

---

<sup>28</sup> No Anexo I há mais um texto “Subsídios para o Censo Quilombola do Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária” que recomendo seja lido também.



sequências das perguntas para cada situação de entrevistado, e o número de alternativas que pode ser assinalado em cada questão.

Na maioria das questões há instrução para ler as alternativas de resposta propostas no questionário para cada pergunta. Em todos estes casos leia as alternativas da exata forma em que estão redigidas, **exceto** “não sabe”, “não quer responder” e “outra” que não são perguntadas, **nessas é você que marca a resposta depois de constatar o fato**. Este procedimento estimula o entrevistado a decidir entre o que lhe está sendo oferecido e permite ao entrevistador registrar corretamente todos os casos em que isso não ocorre.

**Não deixe nenhuma questão sem resposta marcada.** O questionário foi desenhado de maneira a que todas as questões têm espaço para a marcação adequada de uma resposta, seja ela qual for.

Espaços pontilhados são reservados para complementação de informações. Não deixe de preenchê-los sempre que for pertinente.

**Anote no seu diário de campo** tudo que considerar importante sobre sua experiência no campo. Suas anotações serão úteis para a elaboração do relatório e na complementação da análise dos dados colhidos no questionário.

Comunique à coordenação executiva no Rio de Janeiro e/ou ao coordenador estadual quaisquer dificuldades que encontre para executar o trabalho que lhe cabe nesta pesquisa. A eles cabe esclarecer e ajudar na resolução de dúvidas e problemas. Informe-se antecipadamente com as duas coordenações qual a forma mais fácil de entrar em contato com elas em caso de necessidade.

## ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO

**O questionário está estruturado a partir de conjuntos temáticos.**

1. **Quadro da composição da família no domicílio:** deve conter o mesmo número do questionário, igualmente etiquetado e agregado ao questionário grande de maneira que dele não se dissocie em momento algum.
2. **Folha de registro do domicílio – Controle da entrevista,** trás os dados relativos à entrevista. O campo relativo ao número do questionário deverá conter uma etiqueta que foi previamente colada ao questionário que não deve ser removida ou alterada **em hipótese alguma**.
3. Questões relativas à comunidade
4. Questões relativas à moradia



5. Questões relativas a emprego, trabalho e renda
6. Questões relativas aos hábitos de vida
7. Questões relativas à identidade, discriminação e conflitos
8. Instruções Específicas

**Atenção! Sempre preencher os versos das folhas!!!!**

**Quadro da composição da família no domicílio:** deve ser preenchido em primeiro lugar seguindo as instruções constantes no cabeçalho da mesma.

**Folha de Registro do Domicílio - Controle da Entrevista:** será a segunda folha a ser preenchida. Ela é diferente do resto do questionário por ter as questões identificadas por **códigos em Letras** e não em números.

**Questões relativas ainda à Folha de Registro do Domicílio - Controle da Entrevista:**

**Domicílio fechado**

Quando se registra um Domicílio Fechado? Quando, na data de referência, o domicílio particular permanente estava ocupado, porém, seus moradores, durante todo o período da coleta, estavam temporariamente ausentes.

**ATENÇÃO!** Este questionário é marcado como domicílio fechado e devolvido à coordenação executiva para ser computado no total de domicílios do quilombo!!!

**Notas:**

a) quando o entrevistador não encontrar os moradores deve recorrer à vizinhança para saber se a ausência é apenas durante o dia, por motivo de trabalho e/ou estudo, procurando descobrir uma hora ou dia em que encontre uma pessoa capacitada a prestar informações sobre a família;

b) se os moradores estiverem ausentes temporariamente, por motivo de viagem de férias, visita a parentes, internação em hospital etc. o entrevistador deve fazer visitas periódicas ao domicílio até o encerramento da coleta da sua área da comunidade, a fim de verificar se já retornaram e obter as informações necessárias ao preenchimento do questionário;

**Domicílio Vago**

Quando se registra um Domicílio como Vago? Quando o domicílio **NÃO** tinha morador no período durante o qual você está pesquisando a sua área na comunidade. São exemplos de domicílios vagos: imóveis que estavam sem moradores na data de referência. **ATENÇÃO!** Este questionário é marcado



como domicílio fechado e devolvido à coordenação executiva para ser computado no total de domicílios do quilombo!!!

### **Domicílio Cedido**

Quando alguém, amigo, parente, conhecido, cede a sua casa para outra pessoa morar.

### **Questões relativas à comunidade**

**Atividade agropecuária:** é toda atividade que envolve trabalho com criação e produção animal (porco, galinha, gado) e vegetal através da agricultura.

**Atividade extrativista:** consiste em extrair ou retirar recursos naturais em sua forma original com fins lucrativos ou simplesmente para subsistência. A atividade extrativista está dividida em três tipos distintos: a extração vegetal, animal e mineral.

**Manejo agroflorestal:** Plano de Manejo Agroflorestal é o uso racional do solo visando à elevação da produção total, combinando culturas agrícolas e/ou frutíferas com essências florestais, em forma simultânea ou consecutiva e que, aplique práticas de manejo em regime de rendimento sustentável, compatíveis com as formas culturais e sócio econômicas de vida da população local.

### **Questões relativas ao esgoto**

Quando há uma rede, o esgoto da casa deve estar ligado a essa rede, no entanto, por vezes, há uma ligação feita à rede das águas de chuva (rede pluvial).

### **Questões relativas a emprego, trabalho e renda**

**a) Trabalho formal:** é o trabalho de carteira assinada com todos os direitos trabalhistas garantidos.

**b) Trabalho informal:** é o trabalho sem vínculos ou benefícios fornecidos por uma empresa, sem carteira assinada, renda fixa e férias pagas.

**c) Trabalhador autônomo:** é a pessoa física que exerce **por conta própria** atividade econômica com fins lucrativos ou não.

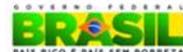


# INSTRUMENTOS DA PESQUISA QUALITATIVA

Sandra Mayrink Veiga



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## INTRODUÇÃO

**A apropriação dos instrumentos da pesquisa qualitativa** é fundamental para conseguirmos depois processar informações qualitativas nas comunidades com o objetivo de gerar conhecimento sobre os territórios étnicos solidários. Nossos instrumentos qualitativos serão: a Descrição Histórica, a Roda de Conversa e o Diário de Campo bem como os relatórios mensais. No entanto, a parte dos relatórios mensais estará na cartilha de PMAS desta coleção, pois têm um peso muito relevante também para o monitoramento e a avaliação do projeto.

Agora vamos começar a examinar cada instrumento da nossa pesquisa qualitativa.

### A RODA DE CONVERSA

“A Roda de Conversa se insere em uma proposta de contar a história a partir de fontes vivas que é a Memória. A Memória pode ser entendida como a presença do passado. Acessar a Memória coletiva através da Roda de Conversa é possibilitar que em sua comunidade ocorra a continuidade do tempo permitindo desta maneira, a apropriação de um novo sentido para o ‘tempo que muda’.

As rupturas são o destino de toda vida humana e o acesso ao passado é uma forma de libertar o passado, ver o presente e apontar o futuro que queremos. Isso é essencial na constituição da identidade e da percepção de si e dos outros”. (Claudia A. Araújo Alencar – coordenadora de sistematização do projeto).

Portanto, a Roda de Conversa tem, por um lado, o objetivo de conhecer a história de vida das comunidades traduzida pelo conhecimento das pessoas mais velhas e reafirmar o respeito para com as mesmas. E, por outro, ouvir como os jovens estão projetando o futuro e se eles se reconhecem nessa mesma história.

#### Dinâmica:

O espaço deve permitir que as pessoas se sintam mais a vontade possível: na casa de alguém, embaixo de uma árvore, no quintal ou em uma sala. Mas precisa haver uma tomada para ligar um computador e o som para gravar as falas. O ideal é que seja um espaço descontraído e prazeroso para todos e sem barulho externo. É uma oportunidade para vocês revisitarem a sua história. Os participantes precisam se sentir a vontade para



compartilhar com todos(as) experiências de suas vidas e a história da comunidade. Por isso tudo, escolha um local agradável e silencioso (para não ter ruído na gravação ou no entendimento do que as pessoas estão falando) para a realização da Roda de Conversa que pode ser no turno que as pessoas e você considerarem mais apropriado: pela manhã, à tarde, no início da noite etc.

Sugerimos que vocês estabeleçam os momentos de realização das Rodas de Conversa. Trata-se de um espaço para vocês compartilharem as suas lutas, sonhos e vivências. Vocês se encontram em um momento de disputa pelo território e a importância da memória dos mais velhos nesse processo precisa ser retomada para a constituição do desenho desse território atual. Lembrem-se! É fundamental saber ouvir.

Vocês vão revisitar a história da comunidade e cada um dos componentes da Roda vai poder contar a sua história e como foi sua vida na comunidade: seu nascimento, falar dos seus pais e avós, o que faziam, como faziam, como era o cotidiano na comunidade quando eram jovens e como é viver nesta comunidade no momento atual.

## Orientações para Realizar a Roda de Conversa

Esta atividade requer duas pessoas: uma é a responsável pela Roda, vai animar e moderar a Roda, é quem puxa a linha do fio para começar a tecer a história. A segunda pessoa é um(a) observador(a) que vai registrar no relatório toda a atividade, portanto, necessita ter facilidade para escrever com rapidez. Ele vai contar como as pessoas se portaram, onde foi o local de realização da Roda, o tempo de duração da Roda (recomenda-se no máximo uma hora e meia, mas julgue de acordo com a motivação das pessoas, pode aumentar ou diminuir o tempo da Roda). Vai registrar quantas pessoas participaram, quem eram, descrever estas pessoas, em que posição se sentaram, se estavam motivadas a falar e, sobretudo, **vai registrar as falas**. Essa pessoa, portanto, precisa conseguir escrever com rapidez.

Você que vai animar e moderar a Roda. Esteja atento para o tempo da fala das pessoas, para que todas possam falar com tempo suficiente para expor as suas ideias, portanto o controle do tempo é fundamental. (recomendamos no máximo oito pessoas). Sempre que alguém começar a falar peça que diga o nome **todas as vezes**, pois se não disserem não teremos como saber quando formos ouvir a gravação. Caso não esteja gravando e sim anotando, não se esqueça de colocar o nome de quem está falando todas as vezes que mudar a pessoa.

2. Sugira um tema para “provocar a Roda”. Pode ser a origem do quilombo ou das famílias, os limites da terra, como se fazia algo ali na comunidade, os conflitos relativos



ao território. Ou deixe que naturalmente alguém inicie, seja paciente em ouvir. Recomende às pessoas que quando forem falar que o façam pausadamente, e aos outros da Roda que falem a opinião deles sobre aquele tema iniciado e conte do seu jeito a sua versão. Cada um pode ter algo a falar bem diferente do outro e isso é rico e deve ser respeitado.

3. Caso seja possível gravar a Roda, então prepare o equipamento para gravar e faça um teste no dia anterior e repita antes de começar a Roda para ver se tudo está funcionando bem. Tenha sempre material para 2 horas de gravação. Caso esteja anotando garanta que haja papel suficiente e tenha sempre mais de uma caneta ou lápis.

**Atenção!!!** Caso seja impossível gravar anote o que todas as pessoas falaram. Não se esqueça de colocar **sempre** o nome de quem está falando. Para tanto é necessário que haja uma pessoa na equipe com a habilidade de escrever rapidamente, se for possível o ideal é que sejam 2 pessoas que depois juntas irão passar todo o material a limpo para a feitura do documento final da Roda.

#### **Abaixo segue uma sugestão de roteiro para a Roda com os griôs:**

- As pessoas se apresentam individualmente dizendo nome, idade, o que fazem e o que faziam, de onde vieram, se sempre moraram ali etc.
- A história da comunidade.
- Quais eram as dificuldades? As lutas eram contra quem e como eram organizadas?
- A história da Associação local.
- Como era a vida na comunidade (os hábitos, as comidas, as diversões, as festas, o encontro com os amigos, os jogos da infância, as danças, os cânticos, as histórias, os medos, os sonhos etc.)?
- Quais foram as mudanças que ocorreram com o passar do tempo na vida das famílias e na comunidade?
- Um julgamento sobre essas mudanças, isto é, a opinião deles sobre o presente se está melhor ou pior e por que.

Qualquer roteiro para ser cumprido numa Roda de Conversa, precisa de bastante sensibilidade e o exercício do controle das falas. Você não deve cortar bruscamente a fala das pessoas, mas também é necessário seguir e cumprir um roteiro e encaminhar a pessoa para que ela não se perca e divague em sua história. Então é você quem conduz e tece com o grupo essa história.

#### **DESCRIÇÃO HISTÓRICA**



## INTRODUÇÃO

Este instrumento de pesquisa será o nosso segundo exercício para a pesquisa qualitativa. Seu objetivo é aprofundar o conhecimento sobre a vida nas comunidades quilombolas, anotar a história das comunidades, registrar algumas histórias do cotidiano, registrar, sistematizar essas informações e depois divulgar as comunidades do projeto inclusive através do portal das comunidades envolvidas.

“As pessoas literalmente não poderiam se comunicar sem a capacidade de descrever, independente de quão inapta ou primitiva possa ser sua linguagem. A descrição é necessária para informar o que estava (ou está) acontecendo, como está o ambiente, o que as pessoas envolvidas estão fazendo, e assim por diante”. STRAUSS e CORBIN. **Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre : editora Artmed, 2009.

A descrição da vida na comunidade será uma contribuição para a análise histórica no que diz respeito aos saberes tradicionais da comunidade; à própria história da comunidade; aos conflitos do passado e do presente; às ações anteriores de capacitação profissional e outras já realizadas através de projetos anteriores a este; às potencialidades e vocações produtivas; ao patrimônio artístico e cultural tais como a presença de escultores, compositores, poetas, escritores, contadores de histórias, as danças, os cânticos, o artesanato, a culinária, os fitoterápicos e outras manifestações artísticas e culturais que venham a aparecer; será também um mapa da comunidade. Outros aspectos para a análise histórica também são relevantes tais como: a produção de bens e dos serviços já instalados nos quilombos; os atrativos naturais e turísticos; o tratamento dado ao lixo; a segurança alimentar; a infraestrutura da sua comunidade. As opiniões que cada um tem sobre a sua comunidade e a vida que levam nela etc.

A descrição das 105 comunidades será a base para o ordenamento conceitual que se refere à organização dos dados qualitativos em categorias segundo as suas propriedades e dimensões. É a descrição que elucida as categorias, por isso é tão importante para qualquer pesquisa, pois fundamenta as interpretações, contribui para a construção de teoria.

Este texto visa auxiliá-lo(a) nesta caminhada de reconhecimento da sua história e da história da sua comunidade. O exercício da escrita é uma ferramenta importante em qualquer luta social e aprimoramento pessoal. Elaborei esse passo a passo para tentar facilitar esta tarefa



que sei ser um desafio. Quem sabe se tivermos belas crônicas não possamos depois fazer um livro ao final do projeto?!

**Boa redação!**

## TECENDO

A partir de uma redação descritiva você irá elaborar uma crônica com a realidade de sua vida e de sua comunidade. Tecerá opiniões sobre diversos assuntos.

Esta é uma atividade a ser realizada apenas por moradores das comunidades que serão descritas, ou seja, pelos articuladores estaduais e os agentes e, quando for possível, por alguém das outras comunidades que os agentes e/ou os coordenadores sabem que tem talento para contar essa história.

## PASSO A PASSO

Essa descrição não precisa ser feita de uma vez. Você pode sair em um dia pela manhã e andar pela comunidade descrevendo as coisas do dia a dia. No outro dia, saia à tarde para escrever e no terceiro à noite. Fazendo assim fica mais interessante, pois toda comunidade vai mudando a sua cara conforme o passar do dia e entrada da noite.

Caso seja muito difícil descrever escrevendo, **em último caso**, pegue um gravador, vá andando e contando as coisas que está vendo, a vida das pessoas, descrevendo os caminhos por onde passa, lembrando da infância etc. e depois ou passe para o computador e mande para [smayrinkveiga@gmail.com](mailto:smayrinkveiga@gmail.com) ou coloque a fita ou o CD no correio para a Caixa Postal do projeto.

**Estaremos fazendo um Mapeamento** das Comunidades – Há várias metodologias para se fazer um mapeamento e é sempre interessante quando se consegue que mais de um grupo dentro da comunidade realize o mapeamento, pois os resultados do olhar de um grupo de mulheres, por exemplo, é inteiramente diferente do grupo de homens e os dois trazem resultados inteiramente diversos dos que teríamos se fizéssemos com um grupo de crianças e assim por diante.

Nós não teremos tempo para fazer em grupo o que seria mais interessante e rico, então o mapeamento se resumirá a descrição que vocês farão ou alguém que vocês indiquem em cada comunidade e algumas partes talvez das Rodas de Conversa.



**Começando:** Pegue a sua prancheta, prenda algumas folhas de papel em branco, uma caneta ou um lápis e a partir da sua casa saia descrevendo tudo que você vê e sente sobre a sua vida do dia a dia e a da sua comunidade. Abaixo há um exemplo **ilustrativo** de como discorrer sobre a sua vida e a sua comunidade. Atenção!!! Seria ótimo se enviasse junto com fotos da comunidade, do dia a dia da vida, das festas etc.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## ERA UMA VEZ UM CAMPO DE FUTEBOL

**Autor/autora**

Sou quilombola do Campinho da Independência que fica em Paraty, no Rio de Janeiro. Meu nome é XXXX, tenho XX anos.

Campinho da Independência foi fundado por três escravas ... **CONTE A HISTÓRIA DA SUA COMUNIDADE**

Saí de casa hoje pela manhã depois de tomar o café da manhã na cozinha de casa junto com minha mulher e meus dois filhos: um tem 4 anos e o outro 5. Comemos cará quente com margarina que se derreteu com o calor, tomamos um café preto bem quente e forte, comemos ainda uma banana cada um. Olhei para meus filhos e me passou pela mente que estavam fortes, saudáveis e alegres. Em seguida pensei na infância que estavam tendo correndo soltos pelo quilombo, pois sempre tinha alguém de olho neles, subindo em árvores, empinando pipa com dificuldade ainda, mas tentando acompanhar os moleques mais velhos, pegando fruta das árvores nos pomares, jogando bola, tomando banho no rio e na cachoeira ... tenho certeza que é uma infância feliz e que lhes dará muitas estórias para contar para seus filhos no futuro. É verdade que não temos nenhum luxo, às vezes falta uma coisa ou outra, nossa casa é bem simples, entretanto temos muitas outras riquezas.

Os meninos e minha mulher já estavam arrumados. Os meninos iriam para a creche que a associação organizou dentro do quilombo através de um projeto junto ao Ministério da Educação que garante durante 2 anos as despesas com a creche, mas o projeto terminará dentro de 8 meses e nós já estamos atrasados para começar o processo de autossustentação da creche. Esses processos são sempre difíceis, pois as pessoas reconhecem que necessitam da creche, dizem que tem sido muito bom para as crianças e também para os pais que ficam com um tempo livre dos cuidados dos filhos, mas têm dificuldade de se organizar para garantir a continuidade da creche. E ela iria trabalhar na pousada em Paraty onde era responsável pela equipe de camareiras.

Os meninos vieram se despedir. Ambos já traziam as mãos fechadas, prontas para tocar as minhas, que rapidamente se fecharam para cumprimentá-los, batendo dedos contra dedos. Abrimos a mão e batemos as palmas, esfregamos a ponta dos nossos narizes uma nas outras e em seguida fechamos o punho e levantamos o braço enrijecido acima da cabeça. Este era o nosso jeito de nos cumprimentarmos



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



sempre, seja chegando ou partindo. Minha mulher estava com os cabelos em tranças, um vestido de algodão fino que mostrava o contorno de seu belo corpo. Ela me beijou nos lábios, senti seu cheiro de jasmim, achei que estava muito bonita, sorrimos um para o outro e todos partiram.

Depois que saíram, me arrumei, peguei o lixo para jogar na “lixreira” coletiva que aqui na comunidade é feita de bambu e tem em vários pontos, desci as escadas, pois moramos no segundo andar da casa do meu sogro. Já separei um local para fazer a nossa casa lá onde fica a minha família, mais abaixo onde fica a associação, mas ainda não deu para começar a construir mesmo contando que vamos fazer um mutirão, mas tenho que comprar o material.

Saí para andar e tentar realmente ver a minha comunidade para poder descrever tudo que existe aqui dentro. É impressionante como frequentemente olhamos, mas não enxergamos e não pensamos em coisas novas que podemos fazer com o que já temos. Sempre que saio de casa olho em volta e agradeço a Deus morar em um lugar tão bonito, amplo, cheio de mata fechada, uma natureza exuberante, assim é Campinho da Independência.

O chão dos caminhos é de terra e, como havia chovido na véspera, havia várias poças d'água e bastante lama. Passei pela casa do meu primeiro vizinho que estava sentado na varanda fumando um cigarro de palha. Seu Tião era um dos mais velhos da comunidade, por isso pedi-lhe benção ao que respondeu me abençoando.

Segui meu caminho e pensei como tinha feito isso sem pensar, automaticamente, na verdade não achava que tinha que pedir benção a ele, benção pedia a Jesus na minha Igreja evangélica. O que fiz foi seguir uma tradição sem pensar no que aquilo significava para mim.

Cheguei à segunda casa e encontrei dona Marina catando feijão numa mesa também na varanda. Nos demos bom dia. Passei pela Maria que nitidamente estava chegando da rua com os cabelos desarrumados, uma saia curta demais e no rosto a marca de anos que não tinha. Maria estava usando drogas e se prostituindo lá fora. As drogas tinham começado a entrar na nossa comunidade e não sabíamos ainda como tratar disso. Este é um problema sério para o qual não estamos preparados.

O núcleo da família Santos, que é o da minha mulher, é composto, por enquanto, de 22 casas que, como a nossa, são de alvenaria, com telhado de telha de barro. Todas as casas são simples, com uma varandinha na frente, algumas sem emboço. Recebi vários desejos de um bom dia e convites para tomar um café.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



Encontrei Dona Josefa que estava com bronquite, aconselhei que fizesse um chá com folha de eucalipto cheiroso, assa-peixe, mel e guaco.

Mais adiante cruzei com a vala a céu aberto de esgoto. Esse é outro problema sério que temos na comunidade: algumas poucas casas têm fossa séptica, outras descarregam seu esgoto no rio poluindo-o a partir do meio do trecho que passa de dentro da comunidade. Além de ser um problema com relação ao meio ambiente é também um problema de saúde para os moradores. Será que um biodigestor seria um sonho impossível? Com um biodigestor poderíamos ter ainda gás para nossas cozinhas. Será que é economicamente viável?

Cheguei ao que consideramos ser o “centro” da comunidade, onde temos uma pousada, o bar do Seu Dico, o campo de futebol, a sede da Associação, a Igreja católica, a Igreja evangélica, a Associação das artesãs e artesãos onde comercializam coletivamente as suas produções que são individuais e a escola de 1ª a 4ª série. Há anos tentamos incorporar conteúdos específicos nas escolas. Temos tido alguns pequenos avanços, mas estamos longe do que gostaríamos.

No campo de futebol organizamos alguns campeonatos, mas se todos os outros quilombos do Estado se empenhassem, poderíamos criar um campeonato estadual o que seria um ótimo momento de trocas entre os quilombos e de fortalecimento da nossa organização estadual. E, sobretudo, uma atividade que incentivaria a participação dos jovens.

Cheguei à nossa Associação. Ela foi fundada em 1992, com a finalidade da titulação da terra.

**... Continue contando...**

## SUGESTÃO DE ROTEIRO PARA REALIZAR A DESCRIÇÃO HISTÓRICA

A descrição que você vai fazer deve conter PELO MENOS os elementos abaixo. Você pode seguir o roteiro abaixo, porém é fundamental ir misturando com os ingredientes do seu cotidiano, contar as histórias que você conhece que têm relação à vida das pessoas na sua comunidade. Esses elementos são importantíssimos para dar liga e vida a essa história.

### 1. A comunidade



Conte a história da comunidade levando em conta: como começou? Quando começou? Quem foram os pioneiros?

Descreva a localização originária da sua comunidade mencionando os limites das terras Como exemplo: ao norte 20 mil metros confrontando com terras de José Thomas Balduino; ao sul em linha reta ao longo de 15 quilômetros limitava com a BR 101, a oeste.... Hoje é a mesma.

Caso tenha perdido terras, por favor, colocar as duas metragens:

**a original:**

**e a atual:**

Caso os vizinhos limítrofes tenham mudado também anotar ex. a empresa X faliu e a área foi vendida para um fazendeiro para o plantio de cana.

## **2. Conte a história do principal conflito em sua comunidade:**

**Na minha comunidade temos um problema sério com:** a Aeronáutica, Marinha, Exército, o latifúndio vizinho, o governo Federal, Municipal, Estadual (dizer com qual órgão), com a multinacional X (dizer qual), com o INCRA, Ministério Público (descrever como se dá esse conflito), Instituto de Terras do Estado (como?), com a monocultura vizinha que usa agrotóxico jogando de avião e se espalha pelas nossas plantações, com a especulação imobiliária para turismo (descrever com quem e como?) com a indústria ou empreiteira X (descrever o conflito).

Outro tipo de conflito – descreva

## **3. Saberes tradicionais**

Descreva os saberes tradicionais: remédios, instrumentos agrícolas e culinários, provérbios usados pelos mais velhos etc.

## **4. Potencial hídrico, florestal e turístico**

Por exemplo: Na comunidade existe uma cachoeira com queda d'água de X metros e águas límpidas, tem um rio de água cristalina e com peixes (pacu, lambari, pintado etc.), a floresta é nativa e ocupa X% da área. Há várias trilhas pela mata com lugares de descanso.

Tem pousada? Se tivesse turismo aonde os turistas se hospedariam? Em quais condições? Descreva.

Dê sua opinião, por exemplo: Acho que temos um excelente potencial para turismo étnico, precisamos nos organizar e ver como desenvolver isso aqui na comunidade.

## **5. Descreva a história da Associação ontem e hoje.**



**CONTE A HISTORIA DA ASSOCIACÃO:** sua fundação, seu estatuto, como se organizou e se organiza a diretoria e por quantos anos fica a mesma diretoria. Fale da frequência e participação nas reuniões; das lutas que tem levado; os projetos que fez com seus resultados e fracassos; os atuais projetos e os futuros projetos...

## **6. Descreva os empreendimentos que você conhece e opine sobre o potencial deles**

Descrever o empreendimento e a história de sua formação; o que produz; quem participa e dê a sua opinião sobre o mesmo.

**Exemplo:** tem um grupo de 10 doceiras que está fazendo várias compotas (figo, abacaxi, banana) muito gostosas e bem feitas, mas ainda não tem rótulo nem licença o que tem dificultado muito a venda.

Temos outro grupo de 17 costureiras que está começando a desenvolver uma produção com identidade afro. Elas estão trabalhando com uma estilista e a dificuldade tem sido para comprar o linho, pois querem fazer uma marca de roupas só de linho.

Temos também outro grupo, esse de 5 marceneiros que está começando a fazer móveis rústicos inclusive para as igrejas da região.

Conte sobre o que pensa a respeito de geração de trabalho e renda, sobre a Economia Solidária dizendo o que ela é em sua opinião. Dê a sua opinião sobre o sistema de trabalho formal (de carteira assinada) e sobre o trabalho informal (sem carteira assinada). De a sua opinião sobre o sistema capitalista e sobre o que pensa a respeito do conceito de desenvolvimento, isto é, o que é desenvolvimento para você? Descreva como são os diferentes modos de trabalho dentro e fora da comunidade que as pessoas exercem.

## **7. Segurança Alimentar e geração de excedente**

Para você o que é segurança alimentar?

Há alguma restrição ou proibição para plantar na comunidade? O que é plantado? Para quê? Para o autoconsumo ou para vender?

Tem 20 agricultores trabalhando com suas famílias. Como plantam? Têm apoio?

Há 2 técnicos agrícolas na comunidade. Os adubos, fertilizantes e pesticidas são: naturais/orgânicos ou industriais/químicos?



Há manejo florestal? O que produzem? A produção é de todos? O que é feito com os produtos? Se for vendido, como é feito o rateio do dinheiro?

## 8. Arte e artesanato - descrever as diferentes atividades e artesanatos

Descrever quantos artistas vocês possuem em sua comunidade, quem são e o que fazem e que material utilizam para fazer.

**Por exemplo:** Temos dois artistas plásticos: Manoel e Sergio, ambos pintam com acrílico sobre tela.

Temos três que fazem entalhe em madeira sendo que um deles faz peças de mais de 2 metros de altura retratando a vida na comunidade. Temos um artesanato que usa as diferentes palhas da bananeira e que produz objetos de utilidade e outros de enfeite.

## 9. Música e suas diferentes manifestações

Falar dos instrumentos musicais que a comunidade possui, descrever os cânticos tradicionais, se na comunidade tem roda de samba e compositores, grupos de violeiros (viola caipira), bandas de hip hop que fazem show fora da comunidade também etc.

**Exemplo:** Temos uma pessoa que toca piano e um piano armário na associação. Sempre que ele toca as crianças ficam encantadas querendo aprender também

Antigamente na comunidade havia “tambores de crioulo”, mas depois que o Seu Zé morreu isso acabou.

**Danças** – a nossa comunidade pratica o Jongo (descreva a dança e a sua história) e temos um grupo com 43 pessoas envolvidas nisso.

**Festividades** – no dia 20 de novembro fazemos uma festa em homenagem... comemoramos o dia de São Benedito no dia XX do mês ZZ com uma festa que tem: barraquinha com doces de ..., tocadores de XXX ...

## 10. Equipamentos comuns

Temos uma área com balanços, gangorras, trepa-trepa para as crianças.

Temos um campo de futebol.

Temos um espaço para capoeira etc.

## 11. Outras organizações não governamentais

Dizer quais são, o que fazem e sua avaliação sobre a atuação delas.



Conte sobre os projetos que já passaram pela comunidade e seus resultados, quantas pessoas envolveu? Dê a sua avaliação fundamentada sobre esses projetos. Conte sobre os projetos que estão em andamento, escreva quais são os objetivos desses projetos, quantas pessoas estão envolvidas e sua avaliação fundamentada.

## 12. Educação

Descrever a escola da sua comunidade. O acesso é difícil? O que a comunidade fala sobre a escola? Considera boa ou ruim? A escola dialoga com a cultura da comunidade? Qual a infraestrutura da escola? Quais as séries que ela possui?

O que os jovens têm de fazer para completar a sua educação?

O que mais tem na comunidade que seja relacionado à educação? Por ex.: Temos um centro de informática com aulas do básico.

Temos também aulas de costura e bordado e de carpintaria.

## 13. Fale das outras entidades ou organizações que existem na comunidade

**Exemplo:** as igrejas, os equipamentos públicos que existem na comunidade como outras escolas, posto de saúde etc. e conte sobre como atendem o público e as suas condições físicas (se as paredes estão bem tratadas, se está tudo limpo se os funcionários sempre vêm trabalhar etc.).

Relacione e conte sobre **todas as formas de organização** que existem dentro da comunidade (fora a Associação de moradores/quilombolas, pois sobre essa já falamos no início). Exemplo: associação de artesãos, associação de pequenos produtores agrícolas, associação de pescadores etc.

## 14. Sonho

### Qual o seu sonho em relação à sua comunidade?

**Exemplo.** Eu tenho um sonho. Conseguir um dia ter todos os instrumentos aqui dentro e montarmos uma orquestra ...

**Qual o seu sonho para você? Exemplo.** Eu queria ser mecânico e ter uma oficina para poder custear os estudos das minhas duas filhas na universidade.

Inclua tudo que achar relevante para o autoconhecimento da sua comunidade. Conte casos, “causos” e estórias que achar interessantes, engraçados ou dramáticos. Escreva com a cabeça, mas também com o coração e o que não souber, pesquise, se informe e depois relate na sua descrição histórica!



## O DIARIO DE CAMPO

### O QUE É O DIARIO DE CAMPO?

Trata-se um recurso metodológico reconhecido e utilizado pela Antropologia. Um dos grandes precursores do uso do Diário de Campo foi Malinowski (1884-1942), nascido na Polônia e naturalizado inglês, é considerado um dos fundadores da Antropologia Social.

“Sem dúvida uma das grandes contribuições de Malinowski à antropologia foi o desenvolvimento de um novo método de investigação de campo no qual o Diário de Campo exerceu um papel essencial para a sistematização da pesquisa que estava sendo realizada”. (Claudia A. Araújo Alencar – coordenação de sistematização).

No Diário de Campo você articulador e você agente poderão registrar acontecimentos cotidianos que devem ser acompanhados continuamente em sua comunidade e também as suas impressões de campo. Assim, os diversos tipos de comportamento podem ser registrados através de observações detalhadas possibilitadas pelo contato íntimo com as pessoas.

O diário de campo e o relatório mensal são inseparáveis. E por que são inseparáveis? Porque é impossível se fazer um relatório mensal sem que haja um registro do dia a dia das ações. Ninguém vai sentar no dia 30 do mês e lembrar-se de cabeça todas as atividades que fez, o que observou, quais foram os seus sentimentos com relação ao ocorrido nas ações, o que as pessoas falaram de interessante, o que foi decidido, os conflitos etc. Por isso tudo, o relatório mensal depende do diário de campo. Porém, o Diário de Campo tem uma função essencial para a pesquisa qualitativa, ele organiza as atividades facilitando a sistematização depois do projeto, mas, sobretudo ele capta os sentimentos, a subjetividade de quem está fazendo a pesquisa e observando e emitindo opiniões e sentimentos com relação aos territórios e as relações sociais entre as pessoas e destas com o exterior e isso só um Diário de Campo pode trazer.

Seguem algumas orientações para facilitar a documentação de suas impressões e das atividades realizadas por você ou que você participou:



1. Observar, ouvir e registrar tudo. Registrar tudo logo após a atividade. É o que chamamos de “Relatório Quente”. Faça disso um hábito do bom pesquisador e também do bom militante e liderança do movimento. Não deixe passar tempo para este procedimento, pois corre o risco de você esquecer.
2. Descrever as condições de realização da execução do seu trabalho e como você se sentiu em relação às mesmas.
3. Qual a sua percepção da receptividade das pessoas com relação à atividade realizada, ao projeto e à própria comunidade.
4. Saiba que através do Diário Campo você estará podendo elaborar com mais qualidade o seu Relatório Mensal.

Leia com atenção as sugestões e orientações abaixo de como elaborar o seu Diário de Campo. Nessa orientação dos *Elementos para um Diário de Campo* estão os principais pontos que você deve levar em consideração quando estiver fazendo o seu diário. E, ainda, tudo que estiver no Diário de Campo servirá para você elaborar depois o seu relatório mensal com qualidade e densidade.

Bom Trabalho!!



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## ELEMENTOS PARA UM DIARIO DE CAMPO

**O diário de campo pode ser uma agenda que tenha uma página com as horas para cada dia do ano ou um caderno de uso exclusivo pra esta finalidade.**

O Diário de Campo é a sua Memória tanto dos fatos como das suas observações e emoções. Quando bem feito pode gerar dados primários sobre o território. Gera informações preciosas também sobre o projeto e a experiência. O Diário de Campo é também a garantia de você ter a riqueza e a qualidade necessárias para fazer um excelente relatório mensal.

Escreva todo dia nele, não deixe para escrever no dia seguinte, pois não será mais a mesma coisa, vários detalhes se perderão. Não acumule! Este é um exercício que após alguns dias de prática vira rotina.

Aqui abaixo uma sugestão com exemplos de acontecimentos, observações de fatos etc. de como ir fazendo o registro no seu Diário de Campo. Não é para usar estas páginas, pois contêm os exemplos, aqui são só orientações, vocês receberam uma agenda e um caderno que podem servir como Diário.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## MEU DIARIO DE CAMPO

### Identificação

Nome do(a) coordenador(a) ou do(a) agente: \_\_\_\_\_

Municípios: \_\_\_\_\_

Comunidades: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Se coordenador/a coloque aqui o nome dos seus agentes \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Para cada dia

**ATENÇÃO!!** Repetir a estrutura abaixo para cada atividade realizada no dia

Data: \_\_\_/\_\_\_/201\_\_\_

### 1. Atividade:

#### Exemplos:

- entrevista individual com o presidente da associação de moradores do Campinho;
- roda de conversa com os mais velhos da comunidade Conceição das Crioulas;
- divulgação do projeto e da pesquisa na comunidade XXX;
- atividade de formação dos agentes e auxiliares de pesquisa
- visita ao empreendimento econômico solidário XXX

### 2. Horário de início:

### 3. Horário de término:

### 4. Meta (meta do projeto com a qual essa atividade se relaciona)

### 5. Outros participantes da atividade (passar sempre a lista de presença)

### 6. Local:

### 7. Contexto (o que está em torno da ação/evento)

#### Exemplos:



- eventos que aconteceram na véspera e que podem ter interferido na disposição, no animo, na motivação, no humor, etc. das pessoas;
- condições climáticas que favorecem ou prejudicam a ação;
- atividades, projetos ou políticas que correm em paralelo;
- expectativas (positivas ou negativas) das pessoas diretamente ligadas a ação do projeto ou a outros fatores presentes.

### **8. Ações dirigidas para se conduzir a atividade (descrição da atividade passo a passo – incluir ações que foram feitas na véspera para preparação da atividade)**

#### **Exemplos:**

- Preparamos material para apresentação do projeto para a comunidade;
- Agendamos a reunião e contamos com a ajuda da associação XXX para convocação da reunião;
- Imprimimos e distribuimos cartazes e panfletos para divulgação da reunião;
- Revisamos o roteiro da entrevista;
- Separamos o material necessário para a atividade: papel, tarjetas, canetas, cola, gravador, pilha, etc.
- Chegamos ao local da atividade de mototaxi em 2 horas (gasto = R\$30,00)
- Apresentamos o projeto
- Esclarecemos as dúvidas
- Debatesmos a questão da regularização fundiária: relatar as principais questões, informações e argumentações colocadas nesse ponto

### **9. Percepções, interpretações e intenções (sentimentos, subjetividade)**

#### **Exemplos:**

Apesar de todo mundo ter dito que entendeu e concordou com o projeto, **acho que** ele ainda não está claro para muita gente;

- **Acho que** a fala da Maria influenciou para que as pessoas reagissem com desconfiança do projeto;
- **Acho que** a ausência da Sebastiana prejudicou a atividade pois ela é muito respeitada pelos jovens e uma grande defensora das áreas de proteção permanente;
- **Acho que** faltou ter falado da participação da prefeitura nessa atividade;
- **Acho que** se tivéssemos mais tempo para o debate poderíamos ter ...;



- **Acho que** a apresentação da pesquisa-ação estava numa linguagem muito complicada para aquele público;
- **Acho que** não foi uma boa hora para entrevistar essa pessoa pois ela estava abalada pela recente perda do emprego;

## 10. Resultados (o que conseguimos e o que não conseguimos dar conta)

### Exemplos:

- A reunião serviu para nos conhecermos melhor, mas foi insuficiente para definirmos os critérios para escolha das comunidades;
- Levantamos importantes possibilidades de parcerias para o projeto;
- Tivemos um primeiro contato com as lideranças da comunidade XXX;
- Identificamos um grande potencial para o desenvolvimento da cadeia produtiva da banana;
- Descobrimos que já houve um curso de formação sobre elaboração de projetos nessa comunidade;
- Conseguimos resgatar a história da comunidade, mas ainda não entendemos como se perdeu a tradição da dança XXX.
- Conseguimos identificar os principais problemas enfrentados pelo grupo produtivo, mas ainda não conseguimos entender ...

## 11. Encaminhamentos Atenção!! É aqui que entra o Plano de Ação (ver Instrumento Plano de Ação na cartilha do PTEESPPs)

### Exemplos:

- Agendamos uma próxima reunião para o dia XX as ZZ horas para concluir o assunto na semana que vem e Maria ficou de fazer a mobilização;
- Precisamos pesquisar mais sobre o motivo da perda da tradição tal;
- Agendamos uma visita ao grupo produtivo para entender melhor seu processo produtivo;
- Marcamos de procurar o técnico da EMATER que deu assistência técnica ao grupo para entender...Maria ficou responsável por esta ação
- José ficou de marcar uma entrevista com Adelaide, liderança do grupo de artesãos, para...
- Marcamos para o dia XX as ZZ horas buscar os livros de registros das reuniões da associação para...

## 12. Outras observações

---



---

**13. Além desses registros de atividades anote aqui os pequenos acontecimentos do dia:**

---

---

**Exemplos:**

- O Secretário Municipal de Educação ligou para desmarcar a entrevista de amanhã;
- Tentamos ligar para o IBAMA o dia inteiro para marcar a entrevista com eles mais não conseguimos.

**14. Se houve algum episódio importante que diga respeito ao relacionamento entre você e membros da equipe (inclusive com a Executiva Nacional) ou com alguma pessoa das comunidades ou de qualquer outra esfera como do governo local etc. anote aqui e coloque a sua avaliação sobre o episódio.**

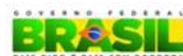
---

---

**Anexe documentos de comprovação das ações: listas de presença, fotos, vídeos, gravações de entrevistas etc.**



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## O RELATÓRIO MENSAL

### O que é?

Este é um instrumento que cumpre uma dupla função, pois serve tanto à pesquisa qualitativa quanto à área de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização – PMAS. Para a pesquisa-ação, que é o nosso foco aqui, fornece um panorama geral das ações realizadas e não realizadas com os seus respectivos resultados, problemas, propostas novas etc. e ainda dá indicativos das relações pessoais entre os atores, estes com os agentes e coordenadores e entre os agentes e coordenadores e a executiva nacional e entre todos com a comunidade.

Para a realização do relatório é necessário voltar no Caderno de Campo e relembrar todas as atividades, observações, impressões, ideias e sentimentos que foram vivenciados durante o mês. NÃO faça o relatório sem primeiro relembrar tudo, pois a memória é sempre falha e o tempo também modifica as nossas impressões.

Sem a visita ao caderno de campo certamente seu relatório será muito menos rico.



## Relatório mensal do/a Agente

ESSE DOCUMENTO É SEMPRE INDIVIDUAL E PARA PREPARÁ-LO O(A) AGENTE DEVE RELER TODO SEU

DIÁRIO DE CAMPO DO MÊS

CONVÊNIO 724533/2009 SENAES / MTE

Este relatório deverá ser enviado para o(a) coordenador(a) que depois de examiná-lo enviará para **CAIXA POSTAL 68.579, CEP: 21941-972 – Rio de Janeiro, RJ** e seu envio deverá ser comunicado à **coordenação nacional** para [terrauna@hotmail.com](mailto:terrauna@hotmail.com) com cópia para [smayrinkveiga@gmail.com](mailto:smayrinkveiga@gmail.com)

**Identificação:** Mês / ano: \_\_\_\_\_

Nome do(a) agente: \_\_\_\_\_

Comunidades: \_\_\_\_\_

Municípios: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Nome do(a) coordenador(a) estadual: \_\_\_\_\_

DIAS/MES	ATIVIDADES REALIZADAS EM CADA DIA (é o item 1 do diário de campo)
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	ETC.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



Situações que exigem atenção para rápido encaminhamento ou resposta da coordenação estadual ou nacional com suas respectivas justificativas:

Exemplos:

- Não consegui agendar entrevista com a Secretaria Municipal de Saúde.
- Não tenho recurso para visita ao grupo de artesanato do quilombo X.
- Me dei conta de que não entendi bem o roteiro da roda de conversa.

**Atividades previstas para o próximo mês:**

**Ver cronogramas de atividades e item 11 dos diários de campo**

**Exemplos**

- Pesquisar documentos de regularização fundiária do quilombo xxx
- Entrevistar fulano (liderança do MAB) para entender melhor o conflito com ...
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

**Para preenchimento dos itens abaixo ver itens 7 A 10 dos diários de campo**

**Comentários importantes sobre os empreendimentos acompanhados.**

**Exemplos**

O empreendimento XXX está com dificuldades no controle financeiro.  
Faltam informações sobre o volume de produção do empreendimento XXX.  
Muitas pessoas estão saindo do grupo de beneficiamento de banana.

**Faça uma breve descrição do que viu e sentiu ao longo das atividades do mês:**

**Exemplos**

Acho que as pessoas estão mais motivadas com o projeto após a reunião xxx.  
O coordenador não tem acompanhado as minhas atividades  
A parceria com a ONG XXX tem sido importante para...  
O apoio da prefeitura tem sido importante para nossa mobilidade nos territórios.  
O tempo de viagem até a comunidade XXX está sendo maior do que previmos.

**Em sua opinião, quais os principais problemas enfrentados pelo projeto?**

**Exemplos**

Ainda temos dificuldade na sistematização das rodas de conversa.  
O tempo estimado para as atividades está legal, acho que vai ser suficiente para realizarmos tudo que previmos.



A comunidade XXX passa por um problema tal, tal e tal e isso tem prejudicado a pesquisa.

As pessoas ainda não estão acreditando o projeto e oferecem resistência para realização das entrevistas.

Não tenho conseguido me encontrar e nem falar com o coordenador.

### **Em sua opinião, o que deveria ser feito com relação a esses problemas?**

#### **Exemplos:**

Acho que uma visita da coordenação executiva e/ou CONAQ poderia esclarecer coisas sobre o projeto que não estamos conseguindo esclarecer.

Acho que precisamos re-planejar as entrevistas.

O roteiro da Roda de Conversa poderia ser mais claro – tentar usar uma linguagem mais simples.

Acho que a executiva deveria tomar providências com relação ao articulador.

### **Em sua opinião quais foram os avanços do projeto nas comunidades?**

#### **Exemplos:**

Acho que os quilombolas da comunidade XXX estão ganhando confiança na pesquisa. Penso que as pessoas do empreendimento ZZZ da comunidade XXX estão mais animadas.

A comunidade YYY está mais mobilizada com o projeto

### **Relate como tem sido a sua relação com o coordenador estadual e com a executiva nacional**

#### **Exemplos:**

O coordenador não tem retornado as minhas ligações em tempo hábil e isso tem me atrapalhado muito.

Com relação à executiva nacional, esta também não tem solucionado as demandas daqui do estado e por vezes demora a responder as demandas mais do que gostaríamos.

**Ao enviar o seu relatório anexe fotos, depoimentos, vídeos, lista de presença, folha dos atores sociais etc.**



## Relatório mensal do/a Coordenador(a) com exemplos

ESSE DOCUMENTO É SEMPRE INDIVIDUAL E PARA PREPARÁ-LO O(A) COORDENADOR(A) DEVE RELER  
TODO SEU DIÁRIO DE CAMPO DO MÊS  
CONVÊNIO 724533/2009 SENAES / MTE

Este relatório deverá ser enviado para o(a) coordenador(a) que depois de examiná-lo enviará para **CAIXA POSTAL 68.579, CEP: 21941-972 – Rio de Janeiro, RJ** e seu envio deverá ser comunicado à **coordenação nacional** para [terrauna@hotmail.com](mailto:terrauna@hotmail.com) com cópia para [smayrinkveiga@gmail.com](mailto:smayrinkveiga@gmail.com)

**Identificação:** Mês / ano: \_\_\_\_\_

Nome do(a) Coordenador (a): \_\_\_\_\_

Comunidades sobre sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Municípios: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Nome dos(as) agentes \_\_\_\_\_

DIAS/MES	ATIVIDADES REALIZADAS EM CADA DIA (é o item 1 do diário de campo)
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	ETC.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



**Situações que exigem atenção para rápido encaminhamento ou resposta da coordenação estadual ou nacional com suas respectivas justificativas:**

**Exemplos**

Não tenho recurso para visita ao grupo de artesanato do quilombo XXX

Me dei conta que não entendi bem o roteiro da roda de conversa.

As entrevistas com os mais velhos não estão gerando respostas às perguntas desejadas

**Atividades previstas para o próximo mês: (Ver cronogramas de atividades e item 11 dos diários de campo).**

**Exemplos**

Pesquisar documentos de regularização fundiária do quilombo xxx

Entrevistar fulano – liderança do MAB para entender melhor o conflito com XXX

**PARA PREENCHIMENTO DOS ITENS ABAIXO  
VER ITENS 7 A 10 DOS DIÁRIOS DE CAMPO**

**Comentários importantes sobre os empreendimentos acompanhados:**

**Exemplos**

O empreendimento XXX está com dificuldades no controle financeiro. Faltam informações sobre o volume de produção do empreendimento XXX.

Muitas pessoas estão saindo do grupo de beneficiamento de banana.

**Faça uma breve descrição do que viu e sentiu ao longo das atividades do mês:**

**Exemplos**

Acho que as pessoas estão mais motivadas com o projeto após a reunião xxx.

Os agentes estão se apropriando melhor da metodologia da pesquisa.

O agente XXX não está correspondendo ao combinado

A parceria com a ONG XXX tem sido importante para...



O apoio da prefeitura tem sido importante para nossa mobilidade nos territórios.

O tempo de viagem até a comunidade XXX está sendo maior do que previmos.

### **Em sua opinião, quais os principais problemas enfrentados pelo projeto?**

#### **Exemplos**

Ainda temos dificuldade de sistematização das rodas de conversa.

O tempo estimado para as atividades vai ser suficiente para realizarmos tudo que previmos.

A comunidade XXX passa por um problema tal, tal e tal e isso tem prejudicado a pesquisa.

As pessoas ainda não estão acreditando no projeto e oferecem resistência para realização das entrevistas.

### **Em sua opinião, o que deveria ser feito com relação a esses problemas?**

#### **Exemplos**

Acho que uma visita da coordenação executiva e/ou CONAQ poderia esclarecer coisas sobre o projeto que não estamos conseguindo esclarecer.

Acho que precisamos replanejar as entrevistas.

### **Em sua opinião quais foram os avanços do projeto nas comunidades?**

#### **Exemplos**

Acho que os quilombolas da comunidade XXX estão ganhando confiança na pesquisa.

Penso que as pessoas do empreendimento ZZZ da comunidade XXX estão mais animadas

A comunidade YYY está mais mobilizada com o projeto

### **Relate como tem sido a sua relação com os seus agentes e com a executiva nacional**

#### **Exemplos**

Os agentes X e Y têm realizado todas as suas tarefas a contento, mas o agente Z não tem cumprindo as tarefas e por vezes tem criado problemas com os outros agentes ...

Com relação à executiva nacional, esta tem solucionado as demandas daqui do estado mesmo que por vezes demore mais do que gostaríamos.



Ao enviar o seu relatório, anexe fotos, vídeos, lista de presença etc.

## ANEXO I

### SUBSÍDIOS PARA O CENSO QUILOMBOLA DO PROJETO ETNODESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDARIA

Marina Sidrim Teixeira

#### O que são os levantamentos censitários?

São pesquisas quantitativas de diversos tipos (cadastrais; de perfis socioeconômicos; de monitoramento e avaliação; institucionais e domiciliares) que se utilizam de métodos de entrevista altamente estruturados — basicamente questionários pré-codificados com predominância de **perguntas fechadas**. Destinam-se à produção de dados **primários**.

#### Pesquisa Censitária

É aquela que ouve todas as unidades que compõem o **universo pesquisado**.

#### Principais passos para a realização de levantamentos censitários

1. Identificação do **foco** e dos objetivos do estudo
2. Definição do universo a ser pesquisado e da forma que isto vai ser feito.
3. Definição do tipo (perfil) e da quantidade de profissionais que serão necessários em cada etapa do processo de pesquisa.
4. Definição da forma de **processamento dos dados**.
5. Definição do tipo de **tratamento analítico** que será dado ao material coletado.
6. Definição e execução de procedimentos que permitam um melhor conhecimento do universo a ser pesquisado.
7. Verificação da necessidade de um cadastro prévio da população a ser pesquisada.
8. Elaboração do questionário.
9. Realização de pré-teste do questionário.



10. Visitas de abertura do campo.
11. Divulgação da pesquisa junto ao público a ser pesquisado.
12. Seleção e treinamento dos entrevistadores.
13. Planejamento e realização do trabalho de campo.
14. Supervisão dos questionários preenchidos
15. Digitação dos questionários.
16. Crítica do banco de dados resultante.
17. Elaboração de tabelas e gráficos.
18. Análise dos dados.
19. Devolução dos resultados em seminários por comunidade.
20. Elaboração de relatório final e definição do âmbito de sua divulgação/utilização.

#### **Um Projeto Operacional de Pesquisa Deve Conter:**

- Objetivos e questões a responder (identificação detalhada da demanda).
- Definição do universo.
- Tipo de instrumento que vai ser utilizado na coleta dos dados e sua forma de aplicação.
- Tipo, quantidade e responsabilidades dos profissionais envolvidos na execução do projeto.
- Forma de processamento dos dados.
- Tipo de tratamento analítico que será dado ao material coletado.
- Produtos.
- Cronograma (inclusive com os pré-requisitos para o seu cumprimento).
- Orçamento.

#### **Procedimentos que permitem um melhor conhecimento da temática e do universo a ser pesquisado.**

- Leitura de textos básicos sobre o tema.



- Busca de pesquisas semelhantes que tenham sido realizadas anteriormente (no mesmo universo em outro momento ou em universos semelhantes; na mesma temática em outros universos etc.)
- Consulta a especialista na temática.
- Consulta aos grupos/instituições a pesquisar.
- Consulta a pessoas chave do universo a ser pesquisado ou a suas instituições representativas.

**Cadastro:** uma base para investigar o universo.

- Listagem de domicílios existentes, listagens de instituições, listagens de trabalhadores etc.

## O QUESTIONÁRIO

### Elaboração do Questionário: questões gerais

Redação: linguagem clara, simples, direta e adequada ao público que vai ser abordado.

Formatação: sequências formais claras das perguntas e das alternativas dentro de cada pergunta (evitar cortes).

Tamanho e foco: evitar a síndrome do “jaquê” e do “ônibus”.

Utilização de filtros (saltos).

Instruções claras e visíveis de preenchimento.

### Questionário: variáveis e categorias

**Variáveis:** são as características específicas da população como idade, sexo ou preferência política.

**Categorias:** cada variável está geralmente associada a um conjunto de categorias (Exemplo: a variável sexo está associada às categorias homem e mulher, assim como a variável gênero está associada às categorias masculino e feminino).

### Questionário: níveis de medição de variáveis/categorias

Escala nominal de medição: categorias são contadas diretamente (exemplo: homens e mulheres).



Escala ordinal de medição: categorias são classificadas segundo a extensão de sua variação (exemplo: graus de instrução formal).

Escala de intervalos: categorias são qualificadas e ordenadas com o uso de unidades constantes de medida. (Exemplo: idade/faixas etárias, renda/intervalos determinando parâmetros para baixa, média e alta).

### **Questionário: elaboração das perguntas**

Ordem das perguntas (perfil, específicas por blocos e “algo mais” ou “momento desabafo livre”).

Um único tema em cada questão.

Formulação não manipuladora da resposta.

Adequação das perguntas ao tipo de informação que se pretende obter (discurso *versus* comportamento).

Perguntas de verificação de confiabilidade.

### **Questionário: perguntas fechadas**

#### **• Alternativas:**

- ◆ que esclareçam o conteúdo da pergunta
- ◆ que sejam mutuamente exclusivas (quando admitem uma única marcação)
- ◆ ordenadas de maneira adequada
- ◆ em quantidade adequada (uso alternativo do cartão)
- ◆ com instruções específicas quando permitirem mais de uma marcação (simples ou ordenada)
- ◆ importância do “outro especificado”
- ◆ respostas escalonadas (Likert e não Likert) (nº ímpar)

### **Questionário: perguntas abertas**

• Definição: são aquelas que permitem a livre expressão do entrevistado em sua resposta.

#### **• Principais vantagens:**

◆ Permitem o registro da resposta na linguagem e segundo as categorias do entrevistado.



◆ Servem de base para a construção de alternativas a perguntas fechadas e à análise qualitativa.

• **Principais desvantagens:**

◆ Geram grande quantidade de informação repetitiva no conteúdo e diferente na forma.

◆ Exigem um trabalho de categorização e pós-codificação para o seu uso na análise estatística (“recode”).

**Regras básicas para categorizar perguntas abertas**

• O conjunto de categorias deve ser estabelecido a partir de um único princípio de classificação.

• Um conjunto de categorias deve ser exaustivo. Ou seja, deve permitir a inclusão de qualquer resposta numa das categorias do conjunto.

• As categorias do conjunto devem ser mutuamente exclusivas, ou seja, uma resposta não pode ser incluída em mais de uma categoria.

**Questionário: numeração e codificação**

• Importância da numeração dos questionários para sigilo, ordenação e controle do campo.

• Importância da pré-codificação para a digitação, o processamento, a criação de índices etc.

• Codificação de variáveis e não de perguntas.

• Regras de pré-codificação de variáveis (perguntas com alternativas mutuamente exclusivas e perguntas que permitem múltipla marcação).

• Uso da pós-codificação.

**Tipos de codificação**

• **Perguntas que admitem somente uma resposta:**

**21. Tipo de instituição:**

*(Assinale apenas uma alternativa)*

1  Governamental Federal

2  Governamental Estadual em geral

3  Governamental Estadual Ministério Público

4  Governamental Municipal



5  Organização Não Governamental (Inclusive OSCIP)

6  Organização Privada com fins lucrativos

7  Outro.

Especifique: \_\_\_\_\_

• **Perguntas que admitem mais de uma resposta:**

Está em funcionamento ou sendo desenvolvida alguma outra ferramenta de interatividade com o público-alvo?

(Assinale quantas alternativas corresponderem a sua realidade)

Sim: MSN

Sim: Chat

Sim: E-mail

Sim: outras.

Especifique \_\_\_\_\_

Não desenvolve outra ferramenta de interatividade

**Perguntas para serem avaliadas na escala de Likert**

Estão listados abaixo alguns ditos e crenças populares correntes. Gostaríamos de saber o seu grau de concordância sobre eles:

Cod	Dito	Concordo	Sou indiferente	Discordo
20.1	“Toda mulher gosta de apanhar”	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
20.2	“Mulher foi feita para servir”	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>

**Questionário: pré-teste**

- Clareza.
- Abrangência.
- Aceitabilidade.
- Tempo de duração da entrevista.
- Acertos na versão definitiva do instrumento.



## Questionário: formas de aplicação

De acordo com o tempo de que se dispõe, dos recursos e das características do universo da pesquisa, o questionário pode ser respondido:

- Em entrevista direta com o auxílio de um entrevistador: pessoalmente ou por telefone.
- Por autopreenchimento sendo remetido por correio (tradicional ou eletrônico).
- A decisão da forma pela qual o questionário vai ser aplicado implica na inclusão/exclusão de algumas etapas específicas do processo de pesquisa.

## A entrevista pessoal

### • Principais vantagens:

- ☑ Flexibilidade
- ☑ Maior complexidade
- ☑ Atinge populações de qualquer tipo
- ☑ Maior retorno
- ☑ Garantia de obediência às instruções

### • Principais desvantagens:

- ☑ Alto custo
- ☑ Viés induzido pelo entrevistador
- ☑ Maior estresse
- ☑ Menos anonimato
- ☑ Maior preocupação com a segurança pessoal

## O TRABALHO DE CAMPO

Sua estratégia é montada em função do objetivo, dos recursos e, principalmente, da acessibilidade dos entrevistados.

## O planejamento

- Estratégia de coleta (criatividade).



- Definição do número e do perfil dos entrevistadores (função da relação número de questionários/ tempo para o trabalho de campo/ grau de dificuldade de localizar os entrevistados).
- Elaboração de material complementar.
- Visitas de abertura do campo.
- Divulgação da pesquisa junto ao público alvo.
- Divisão do trabalho entre os entrevistadores.
- Agendamento das entrevistas (quando for o caso).
- Tipos de controle do campo.

### **Os materiais complementares**

- Manual de instrução/guia do entrevistador/ instruções para autopreenchimento
- Folha de registro da entrevista (local, duração, data de realização, nome do entrevistador etc.).
- Folha de descrição do setor.
- Lista de recusas.
- Listagem para registro do andamento do campo.
- Plantão para tirar dúvidas (de entrevistadores e entrevistados).
- Supervisão do campo.
- Outros materiais complementares: listas de siglas, de setores de atividades, códigos de ocupação etc.

### **Entrevistadores: Seleção**

- Adequação ao público que vai ser investigado.
- Adequação à natureza do estudo.
- Adequação à forma pela qual o questionário vai ser aplicado.
- Nível de conhecimento.
- Habilidades de contato e comunicação.
- Estudantes, lideranças ou profissionais.

### **Entrevistadores: Treinamento**

- Importância do trabalho de campo .



- Entrega do material a ser utilizado no campo.
- Informações gerais sobre a pesquisa, as instituições que a estão realizando e as condições de realização do trabalho.
- Regras de conduta e ética de pesquisa.
- Instruções gerais: abordagem, fala inicial, normas de preenchimento, procedimentos que serão adotados para viabilizar o campo (instrumentos de controle).
- Leitura detalhada do questionário.
- Entrevista simulada em grupo e registro comentado do preenchimento efetuado.

### **A importância da fala inicial ou “declaração introdutória”**

- Organização que conduz a pesquisa.
- Objetivos e metas da pesquisa.
- Critério de seleção dos entrevistados.
- Importância da participação do entrevistado.
- Vantagens da aplicação dos resultados para a vida das pessoas e da comunidade.
- Confidencialidade e sigilo.
- Inexistência de respostas “corretas” ou “incorretas”.
- Estimativa de tempo da entrevista.
- Crachá de identificação do entrevistador.

### **Divulgação da pesquisa junto ao público alvo**

- Preparo psicológico dos entrevistados para viabilizar a receptividade da pesquisa.
- Conforme o caso devem ser utilizadas cartas, cartazes ou, em grandes pesquisas, até mesmo a mídia em geral.
- Neste momento são enfatizadas a importância de cada unidade entrevistada para o conjunto da pesquisa, da própria pesquisa para o conhecimento da realidade e o planejamento de ações que visem à sua transformação, bem como a garantia do sigilo das informações individualizadas.

### **Trabalho de campo: realização**



- Aplicação dos questionários.
- Primeira supervisão para verificar a qualidade do preenchimento (reforço individualizado de treinamento/ elaboração de informações coletivas).
- Necessidade de volta ao campo para complementação de informações.
- Necessidade de reposição de informantes no caso de pesquisas amostrais etc.

### **Trabalho de campo: supervisão**

- Supervisão individualizada dos questionários preenchidos: conferência dos filtros, reclassificação de “outros”; preenchimento de campos deixados vazios ou rasurados etc.

## **O PÓS CAMPO**

### **PROCESSAMENTO: digitação e crítica do banco**

- Plano de entrada de dados.
- Digitação dos questionários preenchidos.
- Categorização de perguntas abertas e “outros especificados” restantes.
- Primeira crítica do banco de dados.
- Atribuição de pesos (se for o caso).
- Listagem de frequências simples.
- Segunda passagem de crítica.
- Agregações de variáveis do tipo idade, renda, anos de residência no bairro etc.
- Fechamento da crítica: “limpeza” final do banco.

### **Plano de análise e Processamento propriamente dito**

- Definição dos cruzamentos (o perigo dos sucessivos cruzamentos nas pesquisas amostrais).
- Uso preferencial de medidas relativas.
- Decisão entre percentuais que incluem as “não repostas” ou somente os casos válidos.



- Utilização de testes estatísticos de validade para definição de “covariações” e não relações causais.
- Utilização de médias, medianas e classes modais.
- Elaboração de gráficos, mapas e tabelas ou quadros.

### **Análise dos dados**

- “Leitura” das informações sob a ótica da revisão bibliográfica e/ou somente dos objetivos da pesquisa, conforme o caso.
- Listagem dos principais “achados”.
- Plano de redação do texto analítico do relatório.

### **Relatório Final: regras gerais**

- Créditos detalhados da equipe realizadora da pesquisa.
- Introdução: pequena contextualização histórica; antecedentes; enquadramento teórico do assunto pesquisado; objetivos da pesquisa; cadastro; amostra; levantamento dos dados; processamento; agradecimentos.
- Capítulos específicos (se possível a partir a dos blocos temáticos do questionário).
- Considerações finais: destaque para as principais conclusões dos capítulos a luz das perguntas que a pesquisa pretendia responder, quadros sintéticos comparativos e, se for o caso, comentários finais e recomendações.
- Referências Bibliográficas

### **Relatório final: anexos**

- Questionário utilizado na pesquisa.
- Listas de respostas abertas que foram categorizadas.
- Outros quadros com dados relevantes não incluídos nos gráficos e mencionados no texto.
- Outros documentos julgados relevantes (cartas institucionais de apresentação, material de divulgação da pesquisa junto ao público alvo etc.).
- Relatório de campo (se houver).
- CD com o banco de dados.

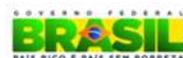


### A importância da “devolução” dos resultados e da antevisão dos seus usos

- O relatório final como uma das formas de “devolução”.
- Quando e para quem “devolver” os resultados (ao grupo pesquisado (aqui os quilombolas), ao contratante, à comunidade científica, se possível à sociedade em geral).
- Os usos dos resultados segundo os diferentes públicos.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## ANEXO II



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



### PARTE III

*“As redes sociais são redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, os limites culturais e as relações de poder. São também consideradas como uma medida de política social que reconhece e incentiva a atuação das redes de solidariedade local no combate à pobreza e à exclusão social e na promoção do desenvolvimento local.*

*As redes sociais são capazes de expressar ideias políticas e econômicas inovadoras com o surgimento de novos valores, pensamentos e atitudes. Esse segmento que proporciona a ampla informação a ser compartilhada por todos, sem canais reservados e fornecendo a formação de uma cultura de participação é possível, graças ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e da informação, à globalização, à evolução da cidadania, à evolução do conhecimento científico sobre a vida etc. As redes unem os indivíduos organizando-os de forma igualitária e democrática e em relação aos objetivos que eles possuem em comum”.*



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



# RELATÓRIO DO CENSO QUILOMBOLA EM 5 ESTADOS

Marina Sidrim Teixeira



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



### 1. Objetivos da Pesquisa

A presente pesquisa insere-se no Projeto Brasil Local de Etnodesenvolvimento e Economia Solidária e sua execução faz parte de um esforço que articula o governo federal através da Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE; a academia através da COPPETEC e do Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ.

O projeto, segundo seu documento propositivo, tem como objetivo geral “contribuir para o etnodesenvolvimento através do fomento à Economia Solidária e o fortalecimento da organização dos quilombolas nos territórios étnicos econômicos solidários junto com os agentes de desenvolvimento local, por meio de processos de formação dialógicos, da pesquisa-ação e a formação de redes e cadeias produtivas de bens e serviços.” E como objetivos específicos:

- Realizar pesquisa (usando o método da pesquisa-ação) para a identificação de iniciativas de economia solidária e de organização cultural, social e política para a superação dos entraves ao etnodesenvolvimento.
- Fortalecer as organizações sociais, culturais e políticas das comunidades tradicionais para a participação cidadã e acesso às políticas públicas.
- Articular a organização de redes de economia solidária e etnodesenvolvimento nas regiões atingidas pelo projeto.
- Organizar as informações existentes em banco de dados por quilombo.
- Acompanhar e apoiar os empreendimentos econômicos solidários existentes nas comunidades beneficiárias.
- Realizar formação sistêmica segundo a demanda dos territórios em: economia solidária cooperativismo /associativismo; comercialização e montagem de feiras; identidade, qualidade e melhoria do produto); etnodesenvolvimento; pesquisa-ação; formação de redes e tecnologias sociais; planejamento estratégico e elaboração de projetos.



- Realizar mapeamentos: a) dos saberes tradicionais da comunidade b) das ações anteriores de capacitação profissional e outras já implementadas por diferentes ações e projetos anteriores a este (ex. agricultura orgânica, horticultura, artesanato etc.) c) das potencialidades e vocações produtivas d) do patrimônio histórico, artístico e cultural e) da produção de bens e dos serviços já instalados nos quilombos f) dos atrativos naturais e turísticos g) dos principais problemas e das soluções propostas pela comunidade.
- Realizar planejamento participativo em cada território com objetivo de gerar Planos Locais de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas.
- Produção, sistematização e divulgação de conhecimento.<sup>29</sup>

Serão ao todo beneficiados pelo projeto, aproximadamente, 7.589 famílias e 100 empreendimentos de Economia Solidária, distribuídos em 105 comunidades ao longo de:

- 11 Estados: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão, Pará e Goiás, portanto nas 5 Regiões do Brasil;
- 44 municípios: RJ – Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba e Rio Claro; SP – Ubatuba e Eldorado, MG – Varzelândia, São João da Ponte e São Francisco; ES – São Mateus e Conceição da Barra; GO – Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás; PA – Santarém; BA – Cairu, Taperoá, Wenceslau Guimarães, Presidente Tancredo Neves, Camamu, Igrapiuna, Valença, Ituberá, Nilo Peçanha e Maraú; MA – Alcântara; PE – Salgueiro, Mirandiba, Bom Conselho, Garanhuns, São Bento da Una e Custódia; RS – Canguçu, Restinga Seca, Santa Maria, São Sepé, Cachoeira do Sul, Formigueiro, Nova Palma e Tavares; PR – Adrianópolis, Bocaiúva do Sul e Guarapuava;

Entre as diversas metas e atividades previstas para o projeto visando à consecução de seus objetivos, a pesquisa quantitativa, cujos resultados este relatório descreve para o conjunto das comunidades pesquisadas, insere-se na meta 4 “pesquisa ação”, estando referida em várias de suas atividades, como pode ser observado nos destaques em **negrito** do quadro abaixo, também retirado do documento de proposição do projeto.

<sup>29</sup> Conforme o Plano de Trabalho do projeto aprovado em novembro de 2009 pela SENAES/MTe.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## Quadro 1

### Distribuição das atividades constantes da Meta 4: Pesquisa Ação

Atividade 4.1	
<b>Atividade 4.2</b>	Indicar em cada território os futuros coletores de dados conforme o perfil traçado pela coordenação da pesquisa
<b>Atividade 4.3</b>	Formar, avaliar e selecionar as equipes de coletores de dados da pesquisa
<b>Atividade 4.4</b>	Criação dos instrumentos da pesquisa e planejamento da pesquisa de campo em cada território que preverá: ações, datas, locais, responsáveis, recursos necessários.
<b>Atividade 4.5</b>	Aplicação dos questionários (pesquisa de campo), digitação, validação e envio dos dados
<b>Atividade 4.6</b>	Processamento dos dados e o envio dos resultados aos coordenadores estaduais
<b>Atividade 4.7</b>	Mapear os Territórios Étnicos Econômicos Solidários que possuem ambiente produtivo para a implantação de Bancos Comunitária
<b>Atividade 4.8</b>	Encontros em cada comunidade pesquisada para elaboração de planos de ação com os subsídios da pesquisa
<b>Atividade 4.9</b>	Seminários estaduais e elaboração dos planos estaduais de ação com os subsídios da pesquisa
<b>Atividade 4.10</b>	Elaboração dos projetos
<b>Atividade 4.11</b>	Encaminhamento das ações
<b>Atividade 4.12</b>	Elaboração do Relatório final do projeto

**Meta  
Pesquisa-  
ação**

## 2. O censo

O projeto optou por realizar a pesquisa quantitativa de forma censitária, e não amostral, nas 105 comunidades que se constituíam no universo do projeto, distribuídas por 11 estados.

Contudo, em face da exiguidade de tempo e de diversos problemas operacionais enfrentados durante o campo, o número de comunidades que realmente realizaram a contento esta proposta foi bem menor do que o pretendido, impondo uma decisão técnica limitadora na inclusão dos dados que integrariam esta sistematização nos 11 Estados pretendidos.



Simplificando extremamente a argumentação, pode-se dizer que a não existência de uma amostra implica em que os dados, quando não correspondentes à totalidade da população de cada comunidade, não representem o conjunto da comunidade, não sendo possível calcular uma margem de erro dentro da qual esta representação ocorre ou dar parâmetros gerais de validade. Assim, optou-se por incluir neste relatório somente:

- As comunidades que realizaram a pesquisa censitária.
- Os estados que realizaram pesquisa censitária em pelo menos 55% das comunidades previstas para integrar a pesquisa.

O Quadro 2 mostra os 11 estados que se constituem no universo do projeto e o comportamento da pesquisa quantitativa nos mesmos, destacando em negrito aqueles que satisfizeram os critérios para sua inclusão neste relatório nacional:

## Quadro 2

### Estados participantes do projeto, número de comunidades total e com a pesquisa completa e incompleta

Estados	Comunidades que completaram a pesquisa		Comunidades que não completaram a pesquisa		Total de comunidades pretendidas
	N	Linha %	N	Linha %	N
Bahia	4	36,4	7	63,6	11
Espírito Santo	11	91,7	1	8,3	12
Goiás	5	55,6	4	44,4	9
Maranhão	6	85,7	1	14,3	7
Minas Gerais	9	90,0	1	10,0	10
Pará	9	100,0	0	,0	9
Paraná	0	,0	6	100,0	6
Pernambuco	0	,0	6	100,0	6
Rio de Janeiro	1	20,0	4	80,0	5
Rio Grande do Sul	2	9,5	19	90,5	21
São Paulo	0	,0	9	100,0	8
<b>Total</b>	<b>47</b>		<b>58</b>		<b>105</b>

O quadro 3.A mostra, por estado do grupo incluído no relatório nacional, as comunidades que completaram e as que não completaram a pesquisa.



## Quadro 3.A

Estados incluídos no relatório nacional e suas comunidades  
segundo a conclusão da pesquisa

ES	GO	MA	MG	PA
Completas (11/12)	Completas (5/9)	Completas (6/7)	Completas (9/10)	Completas (9/9)
ANGELIN DISA	DIADEMA	CAJUEIRO	ARARUBA	ARAPEMÃ
ANGELIN I	EMA	NOVA ESPERA	CAXAMBU I	BOM JARDIM
ANGELIN II	ENGENHO II	MARUDA	CAXAMBU II	MURUMURU
BOM PASTOR	RIACHÃO	PEPTAL	RADO MODESTO	URUMURUTUBA
COXI	RIBEIRÃO	PONTE SECA	FURADO SECO	NOVA VISTA
D. ESPIRITO SANTO		SO ASSIM	ORIOM	SÃO JOSE
LINHARINHO			RIBEIRÃO	SÃO RAIMUNDO
RODA DAGUA			SERRA DAGUA	SARACURA I E II
SÃO CRISTOVÃO			TANQUINHO	TINGU
SÃO DOMINGOS				
SÃO JORGE				
ES	GO	MA	MG	PA
Incompletas	Incompletas	Incompletas	Incompletas	Incompletas
MORRO DA ARARA	FAINA	PERU	BURITI DO MEIO	0
	MALHADINHO			
	TINGUIZAL			
	VÃO DO MOLEQUE			

O quadro 3.B mostra por estado o grupo que não satisfaz as condições para entrar no relatório nacional, as comunidades que completaram e as que não completaram a pesquisa.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



### Quadro 3.B

#### Estados não incluídos no relatório nacional e suas comunidades segundo a conclusão da pesquisa

BA	PR	PE	RJ	RS	SP
Completas (4/11)	Completas (0/6)	Completas (0/6)	Completas (1/5)	Completas (2/21)	Completas (0/8)
GRACIOSA			MARAMBAIA	MANOEL DO REGO	
JATIMANE				P. DOS LOURENÇOS	
LARANJEIRAS					
QUITUNGO					
Incompletas	Incompletas	Incompletas	Incompletas	Incompletas	Incompletas
GARCIA	AREIA BRANCO	ANGICO	ALTO DA SERRA	ARMADA	ANDRE LOPES
LAGOA SANTA	JOÃO SURA	BUENOS AIRES	BRACUI	CAMBARÁ	CAMBURI
NOVA ESPERANÇA	PRAIA GRANDE	CASTAINHO	CABRAL	CAPOROROCA	FAZENDA
PAU DE LETRA	SETE BARRAS	C. DAS CRIULAS	CAMPINHO	C. DA BONECA	IVAPORUNDUVA
SARAPUI	CORREGO DO FRANCO	SERRA DO GADO BRAVO		C. DAS VELHAS	NHUNGUARA
TAPUIA	PAIOL DE TELHA	SITIO FEIJÃO		C. DO FORMIGUEIRO	PEDRO CUBAS
TORRINHA				FAVILA	SAO PEDRO
				FAXINAL	SAPATU
				IGUATEMI	
				IPÊ	
				MAÇAMBIQUE	
				OLHOS D'ÁGUA	
				P. Do MAIA	
				P. DO BRUM	
				POTREIRO GRANDE	
				RECANTOS DOS EVANGÉLICOS	
				RINCÃO DOS MARTIMIANOS	



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



SANTO INÁCIO
SÃO MIGUEL

### 3. O Levantamento dos Dados

Para a pesquisa foi especialmente construído um questionário, levando-se em conta os resultados de um seminário realizado no Rio de Janeiro com os articuladores estaduais do projeto bem como estudos e experiências em levantamentos semelhantes e as necessidades específicas do projeto. Tal instrumento foi aperfeiçoado a partir de reuniões com os demais consultores do projeto e com técnicos do SOLTEC e membros da CONAQ.

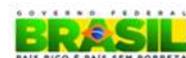
Um pequeno número de questionários foi aplicado em moradores de quilombos que trabalhariam na equipe de coordenação do trabalho de campo, à guisa de pré-teste, possibilitando acertos finais no instrumento de coleta.

O questionário que foi a campo (**ver Anexo 1**) estava dividido em blocos temáticos que vão se constituir nos eixos orientadores deste relatório:

- Folha de composição dos moradores do domicílio
- Questões relativas à comunidade
- Questões relativas à moradia
- Questões relativas a trabalho e renda
- Questões relativas a hábitos de vida
- Questões relativas à identidade, discriminação e conflitos
- Espaço livre para uma fala final

Nos dias 27 de setembro a 1 de outubro de 2010, ocorreu o I Seminário de Formação do projeto sendo parte integrante desta atividade no dia 29, um dia inteiro de treinamento para os responsáveis estaduais pela coleta, que repassariam as instruções recebidas aos agentes entrevistadores, todos quilombolas e moradores das comunidades a pesquisar.

Entre os meses de novembro de 2010 e 30 de maio de 2011, incluindo as prorrogações, os entrevistadores selecionados, treinados e devidamente credenciados pelos responsáveis estaduais, realizaram o trabalho de campo.



A pessoa selecionada preferencialmente para responder ao questionário era mulher moradora do domicílio com idade acima de 18 anos. Na impossibilidade de satisfazer esta condição, a entrevista poderia ser feita com uma pessoa do sexo masculino com conhecimento da dinâmica da família em pauta.

Como já foi mencionado na seção anterior, houve problemas de cobertura, tendo o trabalho de campo fechado com 48 comunidades pesquisadas em oito estados, totalizando 2055 questionários que compõem o banco de dados distribuídos por:

- Oito Unidades da Federação como mostra o quadro 4, sendo as cinco primeiras o Pará, o Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão e Bahia. Vale dizer que embora esta última tenha se posicionado ligeiramente na frente de Goiás em número de questionários, a cobertura mínima por número de comunidades não foi satisfeita, pois como destacado no quadro 2, foi de apenas 36% enquanto a de Goiás alcançou 56%.
- 27 municípios como mostra o quadro 5, sendo os cinco primeiros Santarém (PA), Alcântara (MA), Varzelândia (MG), Conceição da Barra e São Mateus (ES), que, juntos, somam 65,1% dos questionários preenchidos, ou, dito de outra forma, dos domicílios pesquisados.

## Quadro 4

### Distribuição dos questionários constantes do banco segundo o estado

Estados	N	%
Pará	419	20,4
Espírito Santo	373	18,2
Minas Gerais	365	17,8
Maranhão	303	14,7
Bahia	224	10,9
Goiás	190	9,2
Rio de Janeiro	117	5,7
Rio Grande do Sul	64	3,1
<b>Total</b>	<b>2055</b>	<b>100,0</b>



## Quadro 5

### Distribuição dos questionários constantes do banco segundo os municípios

Municípios	N	%
Santarém	417	20,3
Alcântara	302	14,7
Varzelândia	252	12,3
Conceição da Barra	218	10,6
São Mateus	148	7,2
São João da Ponte	107	5,2
Mangaratiba	107	5,2
Teresina de Goiás	104	5,1
Nilo Peçanha	82	4,0
Taperoá	73	3,6
Canguçu	63	3,1
Cavalcante	56	2,7
Igrapiúna	36	1,8
Maraú	32	1,6
Angra dos Reis	10	,5
Vazante	4	,2
São Roque do Canaã	4	,2
Santarém Novo	2	,1
Verdelândia	2	,1
Aldeias Altas	1	,0
Nordestina	1	,0
Guaçuí	1	,0
Linhares	1	,0
Nova Venécia	1	,0
Canoas	1	,0
Montes Claros de Goiás	1	,0
<b>Total</b>	<b>2055</b>	<b>100,0</b>



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## 4. Processamento e Análise dos Dados

Todos os dados dos questionários aplicados encontram-se digitados e foram processados em Statistical Package for Social Science (SPSS), possibilitando a obtenção rápida de listagens de frequências, cruzamentos entre variáveis e elaboração de gráficos.

Vale voltar a ressaltar que o banco de dados inclui todas as comunidades nas quais a pesquisa foi fechada, mesmo que seus Estados não tenham alcançado o nível de representatividade definido para sua inclusão neste relatório nacional.

A partir das conclusões contidas neste relatório (que, de forma alguma pretende esgotar as possibilidades de análise dos dados), novos planos de análise sobre alguns aspectos específicos ou que envolvam comparações com outras pesquisas também podem ser desenvolvidos com relativa facilidade.

No presente relatório os resultados são apresentados para o conjunto de comunidades pesquisadas nos 5 estados selecionados pelos critérios definidos e já explicitados nas seções anteriores: Pará na Região Norte; Maranhão na Região Nordeste; Minas Gerais e Espírito Santo na Região Sudeste e Goiás na Região Centro Oeste.

Considerando o universo destes cinco estados que, portanto, se constitui no universo deste relatório tem-se um total de 1650 questionários/domicílios e um total de 6258 moradores/população, valendo destacar que, como mostra o quadro 6:

- O Pará reúne 25% dos domicílios e 33% da população pesquisada.
- O Espírito Santo reúne 23% dos domicílios e 21% da população pesquisada.
- Minas Gerais reúne igual proporção dos domicílios e dos moradores: 22%.
- O Maranhão reúne 18% dos domicílios e 14% dos moradores.
- Goiás reúne 12% dos domicílios e 10% dos moradores.

Estudos regionais posteriores poderão explicar as diferenças observadas nas proporções de representações de domicílios e moradores, provavelmente relacionadas a variáveis do tipo tamanho dos domicílios e densidade habitacional nas diferentes localidades.



**Distribuição do número de domicílios e do número de moradores pesquisados segundo as Unidades da Federação**

Estados	Número de Domicílios pesquisados	% no total de domicílios pesquisados	Número de Moradores nos domicílios pesquisados	% de Moradores no total de domicílios pesquisados
<b>Pará</b>	419	25,4	2057	32,9
<b>Espírito Santo</b>	373	22,6	1333	21,3
<b>Minas Gerais</b>	365	22,1	1363	21,8
<b>Maranhão</b>	303	18,4	853	13,6
<b>Goiás</b>	190	11,5	652	10,4
<b>Total</b>	<b>1650</b>	<b>100,0</b>	<b>6258</b>	<b>100,0</b>

**5. Conteúdo deste relatório**

O presente **Relatório Final**, ao mesmo tempo em que constitui um todo, está organizado por temas, de forma a permitir a leitura em separado de seus capítulos. O conteúdo de cada um dos capítulos é descrito abaixo.

Esta Introdução que situa a pesquisa no projeto como um todo, dá seus parâmetros metodológicos e define o universo que será tratado no relatório como um todo.

O Capítulo I, denominado “Perfil dos Moradores dos Domicílios”, traça o perfil dos moradores dos domicílios pesquisados a partir de informações prestadas pelo entrevistado(a) a cerca de sexo, idade, relação com o chefe do domicílio, frequência à escola, escolaridade, situação de trabalho, rendimento mensal e sua principal fonte.

O capítulo II, intitulado “Aspectos relativos à moradia”, trata das seguintes variáveis pertinentes aos domicílios pesquisados: material de construção, condição de ocupação, número de cômodos, número de cômodos servindo de dormitório, infra-estrutura (água, luz, esgoto e destino do lixo), renda domiciliar, bens possuídos e acesso à Internet.



O Capítulo III, intitulado “Aspectos relativos à comunidade”, trata de informações centrais para o projeto: situação do processo de titulação, atividades econômicas desenvolvidas e condições de vida na comunidade, sempre a partir da perspectiva dos informantes.

O Capítulo IV, denominado “Aspectos relativos a emprego, trabalho e renda”, retoma o perfil de inserção no mercado de trabalho dos quilombolas já descritas no capítulo I e mapeia potencialidades de geração de renda: trata mais diretamente do inventário de habilidades profissões que o entrevistado identifica na sua família e, além disso, fornece informações sobre quem tem ou deseja ter um negócio próprio: fonte do capital inicial, desejo de expansão ou de abrir um negócio próprio e recursos financeiros necessários para concretizar este desejo.

O Capítulo V, denominado “Aspectos relativos a alguns hábitos dos entrevistados”, fornece informações sobre religião professada, recursos acionados quando adoece e produtos usualmente consumidos.

O Capítulo VI, denominado “Aspectos relativos à identidade, à discriminação e aos conflitos, trata de aspectos mais subjetivos que dizem respeito ao sentimento de pertencimento ao grupo, à tolerância à diferença e à percepção acerca das relações de vizinhança da comunidade e aos conflitos com outros grupos sociais.

O Capítulo VII, denominado “Comentários adicionais dos entrevistados” lida com as falas livres ao final do questionário expressas por uma pequena parcela dos entrevistados.

## I. PERFIL DOS MORADORES DOS DOMICÍLIOS

Como a maior parte do questionário era referida ao próprio entrevistado, pediu-se a ele que, inicialmente, prestasse algumas informações sobre os demais moradores do domicílio relativas a sexo, idade, cor/raça, sua relação com o chefe/responsável pelo domicílio, estado conjugal, frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, renda pessoal mensal e principal fonte dessa renda.

A partir da soma do número de moradores e da soma de seus rendimentos chegou-se ao número total dos moradores e ao valor total do rendimento domiciliar em cada domicílio. Trata-se então neste capítulo de traçar o perfil dos



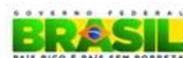
moradores incluindo o do próprio entrevistado, ou seja, da população das comunidades.

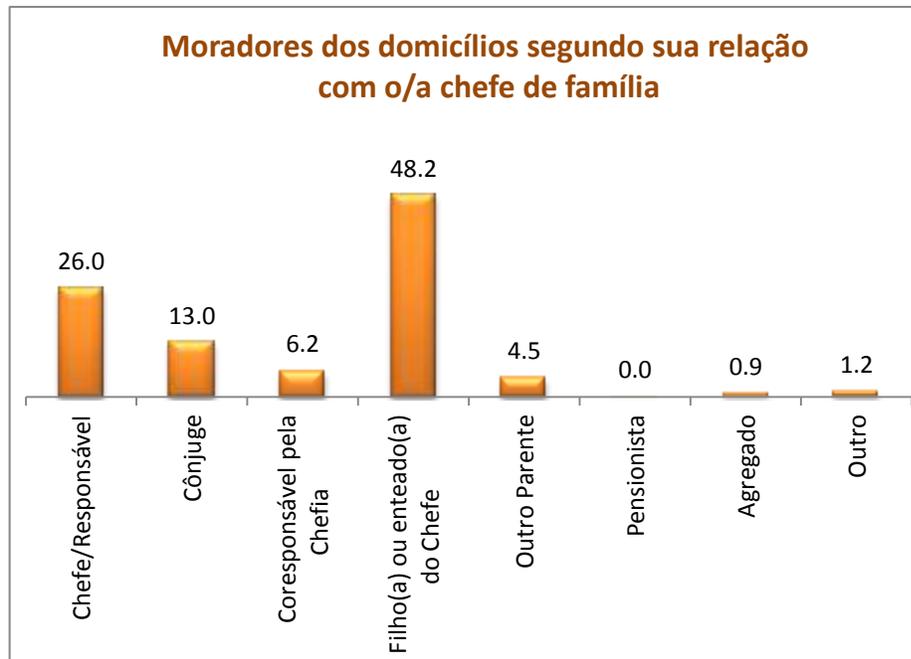
Contrariamente ao que se poderia esperar em comunidades basicamente rurais, a composição do quadro domiciliar a partir da relação dos moradores com o chefe do domicílio revela que predominam em sua ocupação famílias mais próximas do modelo de família nuclear composta por chefes/responsáveis, cônjuges e filhos/enteados do chefe, já que é muito baixa a presença de outros parentes, agregados e pensionistas. (ver Gráfico 1)

Como será visto no próximo capítulo, predominam os domicílios com 5 moradores e mais (33%) e o número médio de moradores por domicílio é de 4,07.

É importante destacar que 6% das pessoas foram registradas na pesquisa como **corresponsáveis pela chefia do domicílio**, uma forma bastante atual de redefinir as funções tradicionais de gênero no âmbito da família. Contudo, a desagregação dos dados por sexo mostra um cenário bastante tradicional:

- 66% dos chefes/responsáveis pelos domicílios são homens;
- 79% dos cônjuges são mulheres;
- 67% dos corresponsáveis são mulheres.





### Os Gráficos 2 A e B, mostram que:

Ao contrário do que ocorre com a população brasileira como um todo, há uma ligeira predominância masculina entre os quilombolas (51% de homens *versus* 49% de mulheres). A primazia quantitativa de homens se mantém em todas as faixas etárias, mais ou menos nas mesmas proporções encontradas para o conjunto, dado que questiona a ideia de evasão seletiva de pessoas das comunidades na idade adulta.

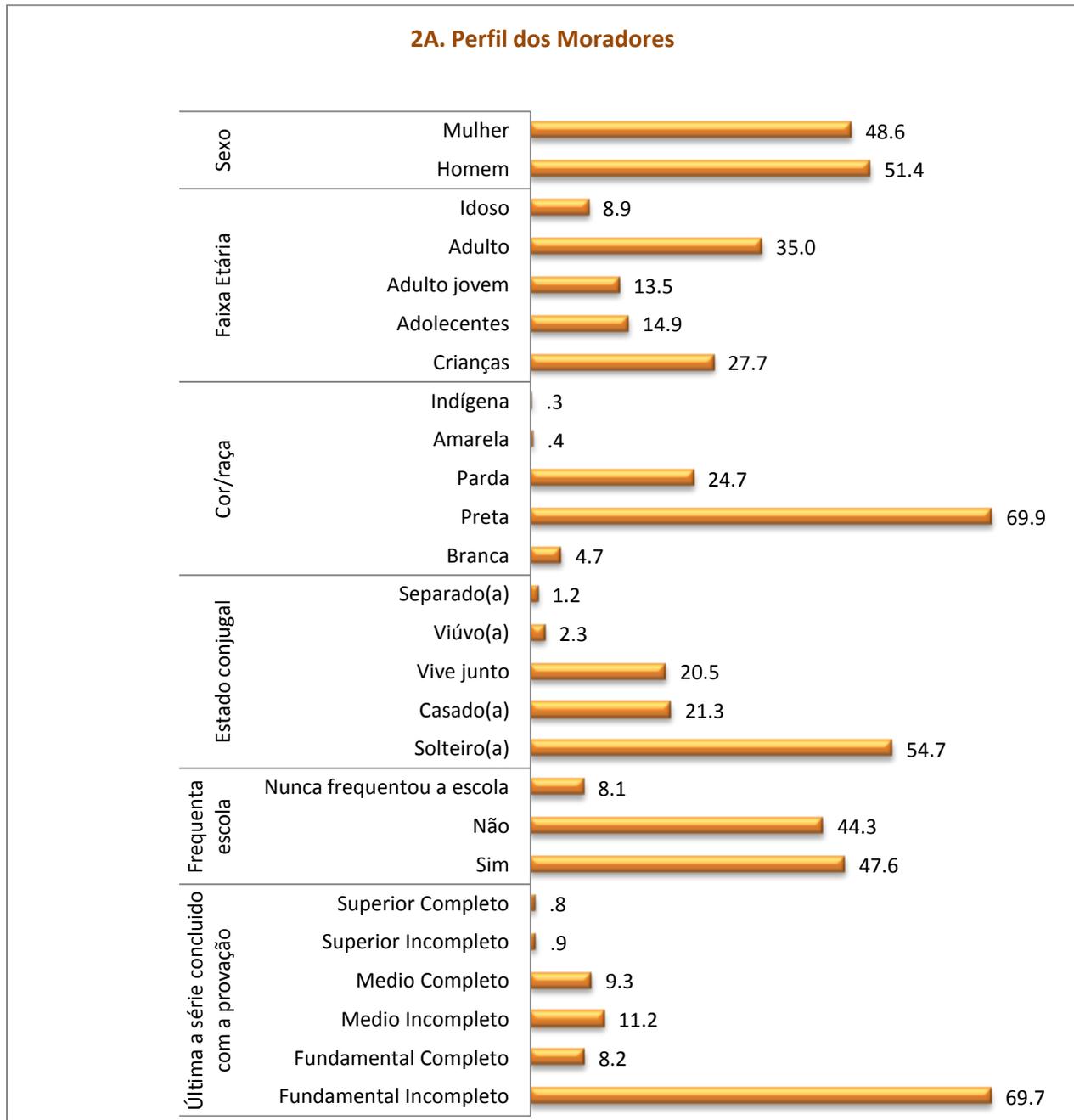
A distribuição etária revela a forte presença de crianças (0 a 11 anos) e adolescentes (12 a 17 anos)<sup>30</sup> e uma fraca proporção de idosos (60 anos e mais)<sup>31</sup>. A idade média é bem baixa (25,86 anos) e a mediana<sup>32</sup> ainda menor: 21 anos. Corroborando a juventude da população pesquisada, tem-se que o valor

<sup>30</sup> Como define o Estatuto da Criança e do Adolescente

<sup>31</sup> Como define o Estatuto do Idoso.

<sup>32</sup> O valor que divide a distribuição ao meio.

da moda<sup>33</sup> é de 10 anos. O morador mais jovem registrado na pesquisa tinha apenas meses de vida e o mais velho tinha 102 anos.



Coerentemente com a juventude da população, a maior parte dela é constituída por pessoas solteiras (55%). Seguem-se as que são legalmente casadas e as que vivem em união consensual, em iguais proporções (21% cada). É insignificante a proporção de pessoas separadas e viúvas, permitindo

<sup>33</sup> O valor mais frequente.

levantar a hipótese de que os rearranjos são frequentes de forma a evitar a permanência nestes estados conjugais.

No que se refere à cor/raça a população quilombola é praticamente toda preta e parda (95% para este conjunto).

Também refletindo a baixa idade da população, a distribuição dos moradores por frequência ou não à escola mostra que a classe modal<sup>34</sup> é a dos que frequentam atualmente (48%). Um dado alvissareiro é que 93% dos adolescentes estão frequentando escola. A proporção daqueles que nunca frequentaram escola em suas vidas é de 8%, sendo significativamente mais elevada entre os idosos (30%).

O nível educacional alcançado pela população até o momento da pesquisa é fortemente concentrado no Fundamental incompleto (70%), estando 28% divididos entre o fundamental completo, o médio incompleto e o completo. Muito poucas pessoas têm o superior incompleto e completo (1% de cada). Como ocorre na população brasileira como um todo, há forte prevalência feminina nos níveis mais elevados de escolaridade: elas representam 80% das pessoas com superior incompleto e 64% das que têm superior completo.

A maior parte dos quilombolas (56%) estava trabalhando no momento da pesquisa. Esta proporção é mais elevada entre os adultos (89%), seguidos pelos adultos jovens (pessoas com idades entre 18 e 24 anos) – 70% – e depois pelos idosos (59%). Os setores de atividade que mais congregam os trabalhadores residentes nas comunidades pesquisadas são a agricultura (70%) e a pesca (12%).

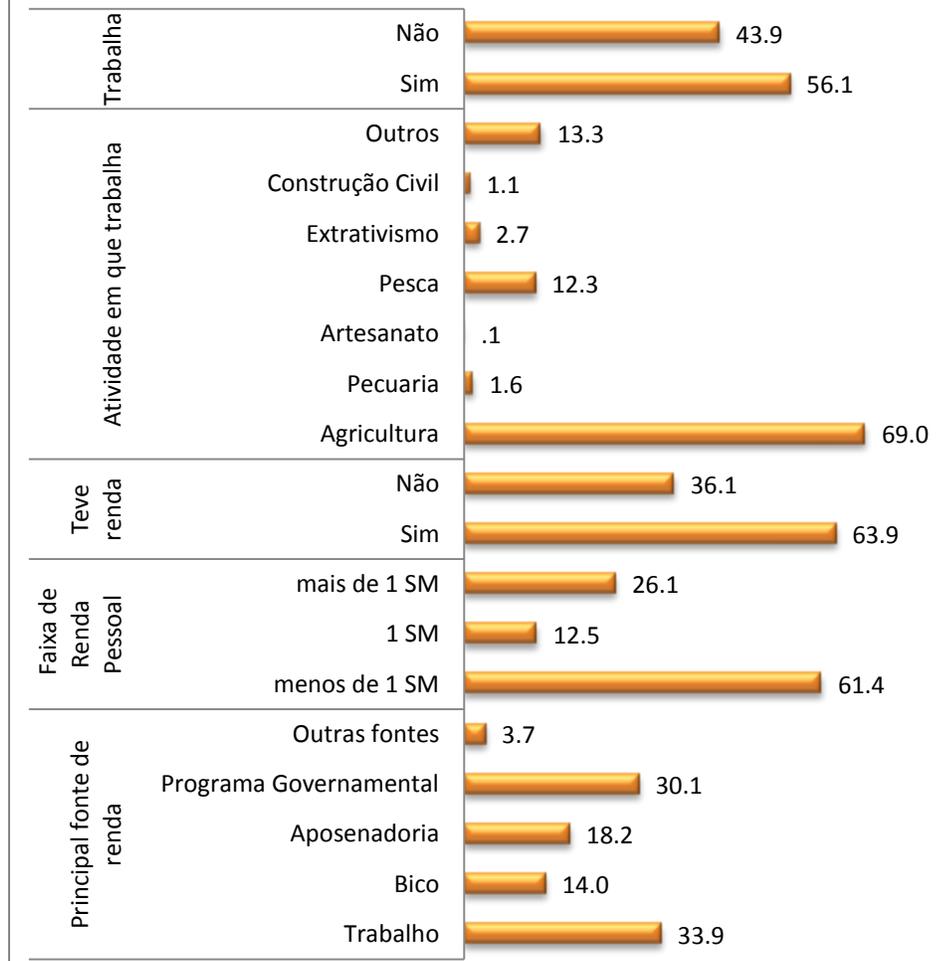
Com relação ao fato de auferirem algum rendimento mensal, 64% dos quilombolas estavam nessa situação, ainda que a renda mensal dos moradores seja bastante baixa: 61% não atingiam 1 Salário Mínimo mensal<sup>35</sup>. O valor médio foi de R\$323,96 e o mediano de R\$250,00.

<sup>34</sup> A que sozinha congrega a maior parte da distribuição.

<sup>35</sup> Salário mínimo usado para cálculo foi no valor de R\$510,00 por ter se constituído na moda da distribuição



## 2B. Perfil Ocupacional dos Moradores



O questionário pesquisava também qual a **principal** fonte deste rendimento, tendo se destacado nas respostas que 34% tinham no trabalho sua principal fonte de renda, seguidos por 30% para quem esta fonte era os programas governamentais. Em outro momento da entrevista pedia-se ao respondente que indicasse se ele ou pessoas que moravam no mesmo domicílio participavam de programas governamentais. As repostas mostraram que os programas que atingem maior número de moradores são Bolsa Família (63%) e a Cesta Básica (58%). **Ver Gráfico 3.**

### 3. Participação em programas sociais



## II. ASPECTOS RELATIVOS À MORADIA

O questionário pesquisou em detalhe as condições de moradia nas comunidades. Os resultados estão dispostos nos Gráficos 4 A e B e permitem dizer que:

- Quanto à **condição de ocupação**, predominam largamente os domicílios próprios que representam 91% do total. Como já foi dito anteriormente, a classe modal é a dos que são ocupados por 5 ou mais pessoas (33%), diminuindo a proporção na medida em que se reduz o número de moradores. O número médio de pessoas por domicílio é de 4,07.
- Quanto ao **tamanho**, a classe modal é a dos que têm entre 3 e 4 cômodos no total (40%), seguidos pelos que têm entre 5 e 6 cômodos (36%). O número médio de cômodos por domicílio é de 4,56. Um importante indicador de qualidade de moradia é o número de cômodos servindo de dormitório: nas comunidades

estudadas este valor médio é de 2,37, sendo boa a relação deste número com o número de cômodos total parecendo indicar que banheiro e cozinha não estão tendo inadequadamente esta função. Por outro lado, o número não é baixo para o número médio de moradores. Contudo, a existência de banheiro dentro de casa, outro relevante indicador de qualidade da habitação, é uma condição que só é satisfeita por 1/4 das moradias. Um pouco mais da metade delas possui o equipamento, mas situado fora da construção da casa (54%) e é significativa a parcela de domicílios que não dispõem de banheiro: 21%.

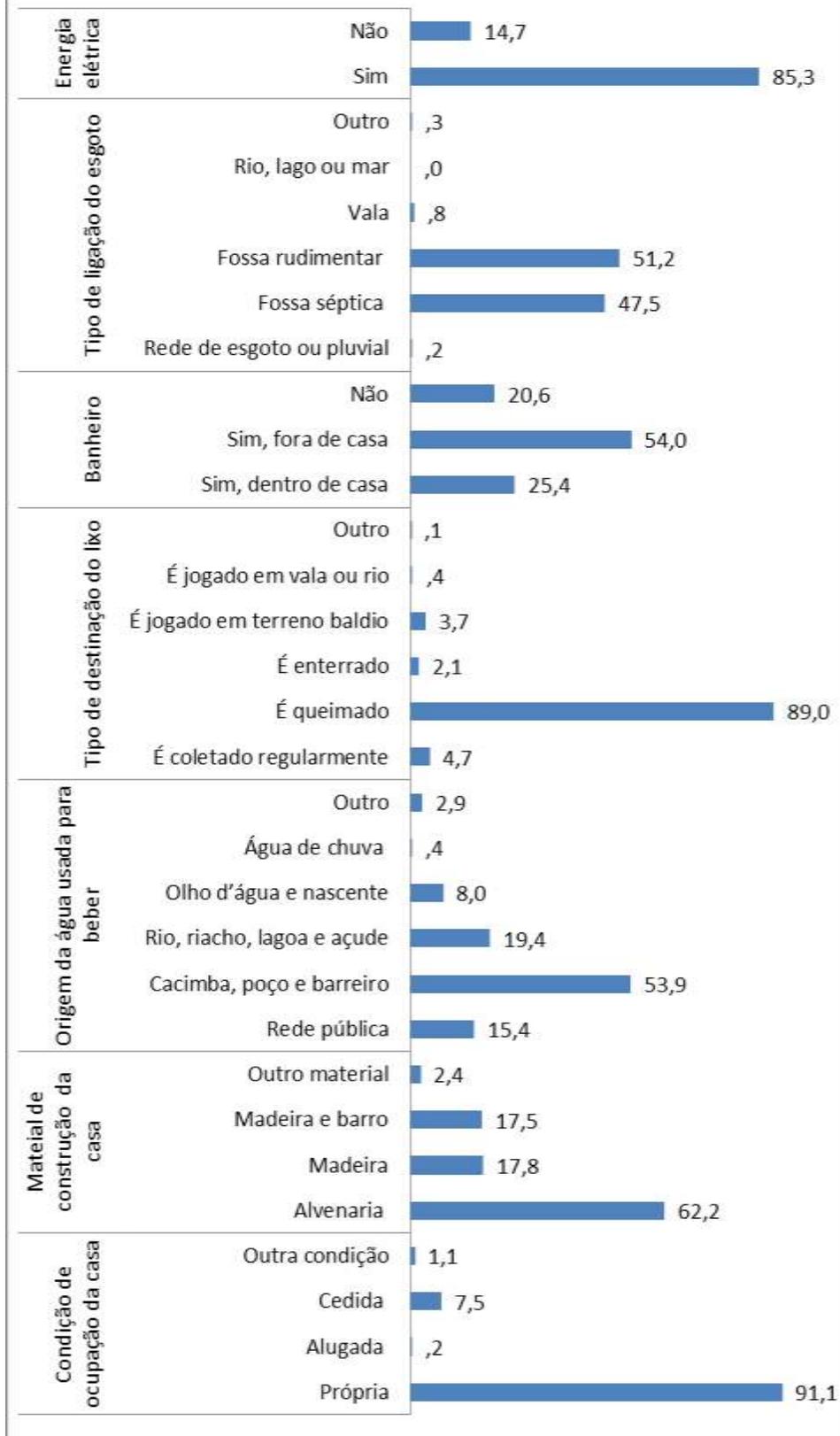
- Quanto ao **material de construção**, as edificações de alvenaria são as mais frequentes, representando 62% do total. Seguem-se, em iguais proporções – 18% de cada -, as construções mais rústicas feitas de madeira e barro e somente de madeira.

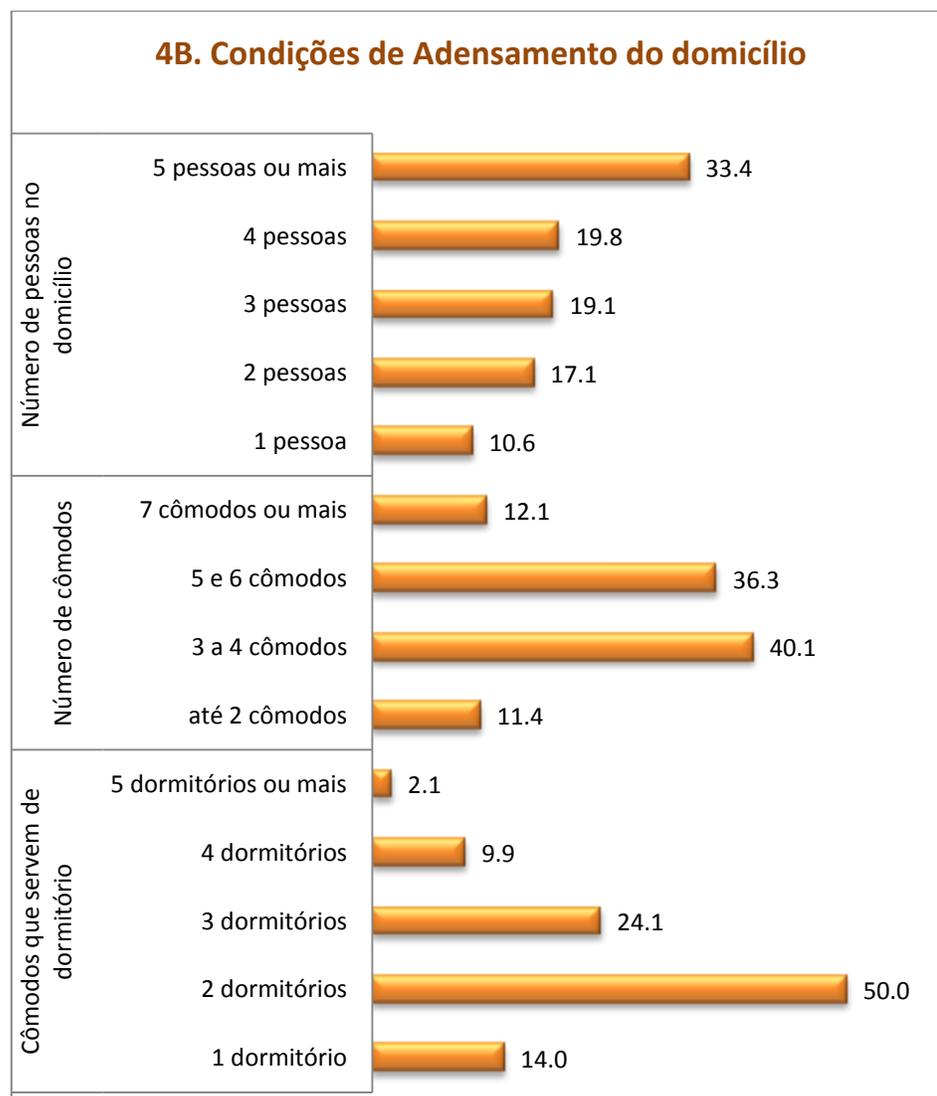


Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## Características dos Domicílios





Para fechar o quadro da avaliação das condições de moradia dos quilombolas, impõe-se uma análise do acesso de suas residências aos serviços públicos, da renda domiciliar e do inventário de bens possuídos.

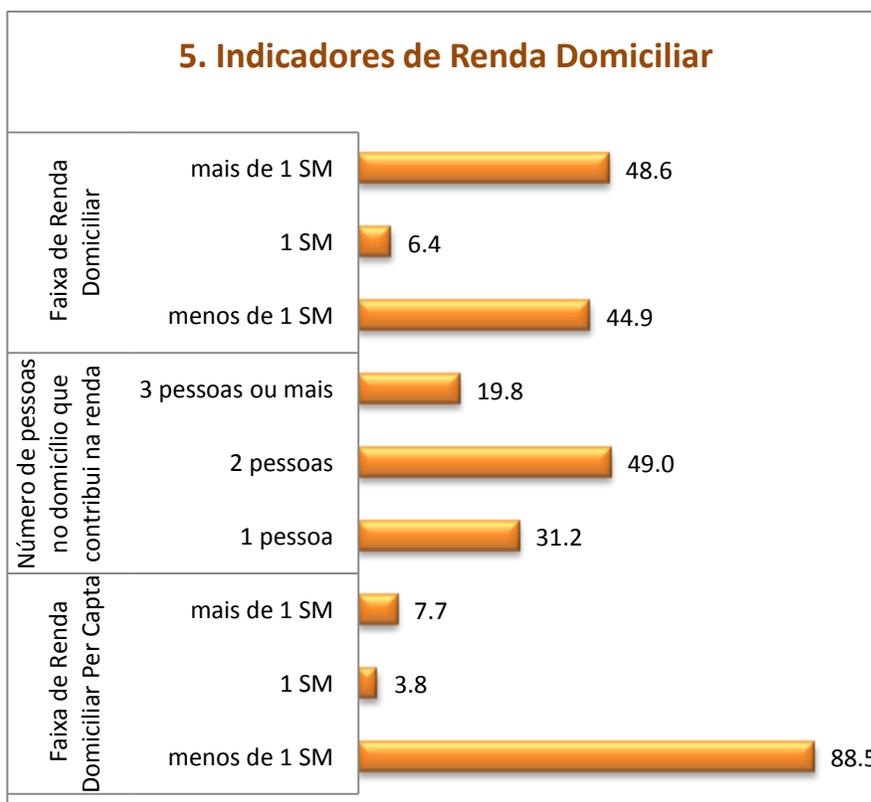
Com relação à infraestrutura domiciliar básica, a situação é a seguinte:

- A maioria das moradias tem iluminação elétrica (85%);
- Mais da metade delas, 51%, tem a fossa séptica como destinação do esgoto;
- Mais da metade também, 54%, tem cacimba, poço ou barreiro como fonte da água utilizada para beber;

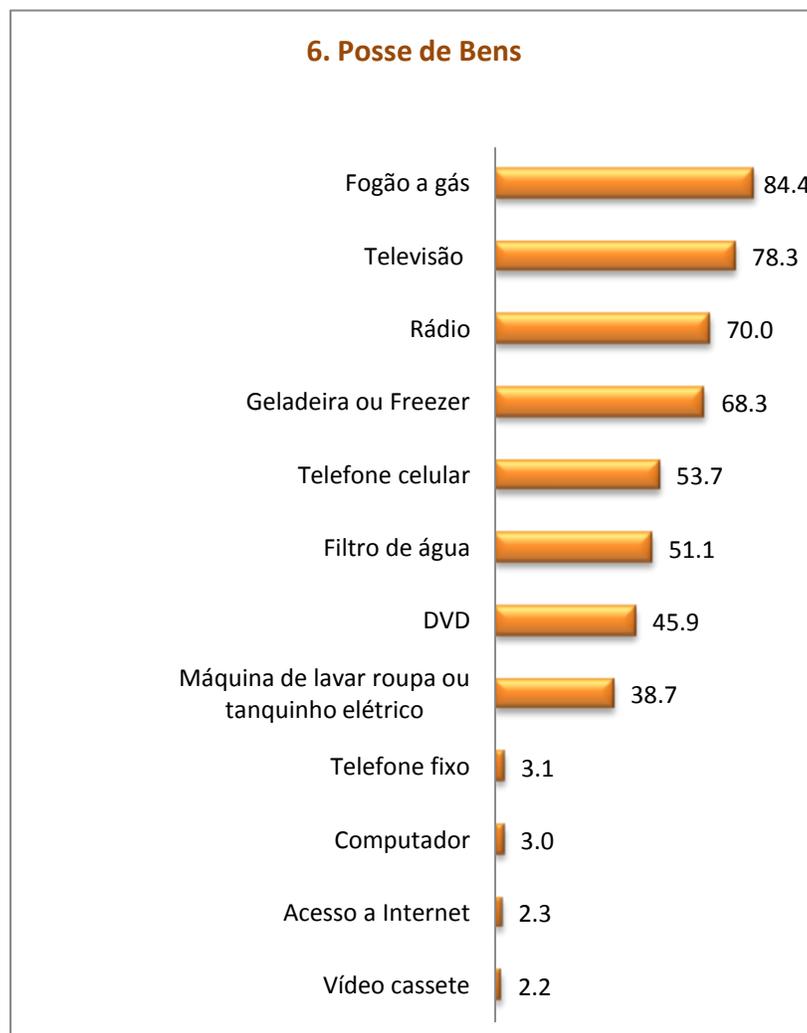
- A maioria absoluta, 89%, queima o lixo doméstico produzido cotidianamente.

Este cenário reflete uma baixa integração às redes de serviços públicos nas comunidades, corroborada ainda por outros dados: somente 15% dos domicílios têm a rede pública de água como fonte da água consumida para beber; somente 5% dos domicílios declararam que o lixo é regularmente coletado; e somente 0,2% estão conectados a rede de esgoto ou pluvial. Apenas a ligação à rede elétrica é exceção, talvez fruto do programa “luz para todos” do governo federal.

Os indicadores de renda domiciliar, dispostos no gráfico 5, mostram que o salário mínimo constitui-se em um verdadeiro divisor de águas: ela está dividida praticamente meio a meio, sendo de menos de um salário mínimo para quase metade dos domicílios (45%) e de mais de um salário mínimo para 49%. Na mesma proporção, 49%, duas pessoas contribuem para perfazer esta renda. A renda domiciliar média total é de R\$597,43. **Categorizados por classes de**



**renda domiciliar per capita, 89% dos domicílios estão abaixo de um salário mínimo.**



Com referência à cesta de bens pesquisada (ver gráfico 6), não houve bens de posse universal, sendo o fogão o bem mais possuído: 84% dos domicílios possuem. Os demais bens presentes em mais de 50% dos domicílios pesquisados são: televisão (78%), rádio (70%), geladeira ou freezer (68%), telefone celular (54%) e filtro de água (51%).

Quanto à inserção dos domicílios no **mundo digital**, ela ainda é bastante insipiente: **somente 3% dos domicílios têm computador e 2% têm acesso a Internet.**

### III. ASPECTOS RELATIVOS ÀS COMUNIDADES

Este capítulo trata de sistematizar as informações colhidas em um bloco central de questões propostas aos entrevistados relativas à vida em suas comunidades.

#### Situação do processo de titulação

Como consta do texto propositivo do projeto no qual se insere a pesquisa,

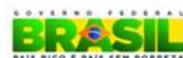
*“A Constituição Federal promulgada em 1988, no seu artigo 68º das Disposições Transitórias, reza que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos”. Uma das grandes novidades dessa Constituição foi justamente a introdução de um novo campo dos direitos étnicos. O estado brasileiro passava a ter que se colocar como árbitro e defensor deste direito, pois ao reconhecer uma formação social diversa e desigual, reconhecia a existência de grupos culturalmente diferenciados. Portanto, o texto constitucional expressa a necessidade do reconhecimento da cidadania destes grupos étnicos, entendida como direito ao exercício da diversidade étnico-cultural. Entretanto, apesar do avanço constitucional, depois de 20 anos de promulgação da Constituição, que inclusive foi oriunda da maior mobilização popular da história do país – quase nenhuma titulação de terras quilombolas foi efetivada. Segundo a CONAQ há mais de 3,5 mil comunidades negras no país, e cerca de 1500 processos aguardando titulação no Incra. A discussão deste direito esbarra, por um lado, nas discordâncias sobre o próprio significado do que vem a ser este reconhecimento: se é uma questão mesmo de preservação de um patrimônio cultural ou se é uma questão de direito à terra e à diversidade étnica e, por outro, nos interesses das elites*



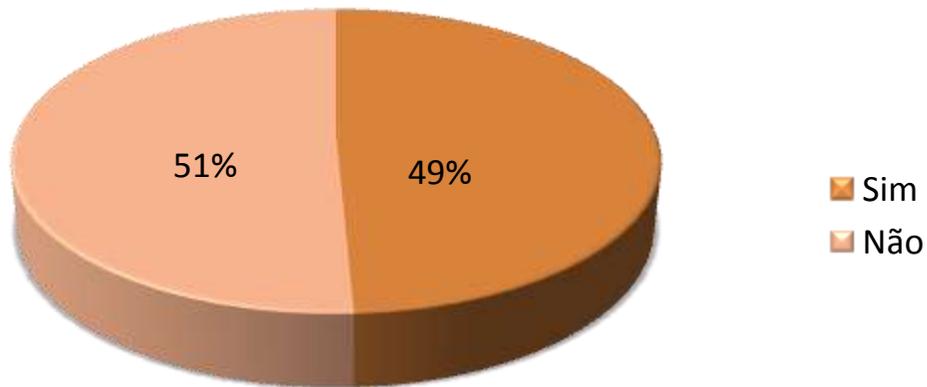
*econômicas envolvidas na expropriação de terras, no desrespeito às leis, nas arbitrariedades e violências que acompanham as regularizações fundiárias.”...*

É amplamente sabido que estar informado sobre nossos direitos é o primeiro passo para que possamos exigir e lutar pela sua efetivação e preservação. Neste sentido, foi indagado na pesquisa se os entrevistados tinham conhecimento acerca do estágio em que se encontra o processo de titulação de sua comunidade: os resultados mostram que pouco mais da metade das pessoas desconhecem a situação. (ver gráfico 7). Apesar disso, como será ressaltado mais adiante, a não titulação da terra é considerada como um dos cinco principais problemas das comunidades e a efetivação da titulação é tida como um caminho para solucionar grande parte dos problemas existentes.

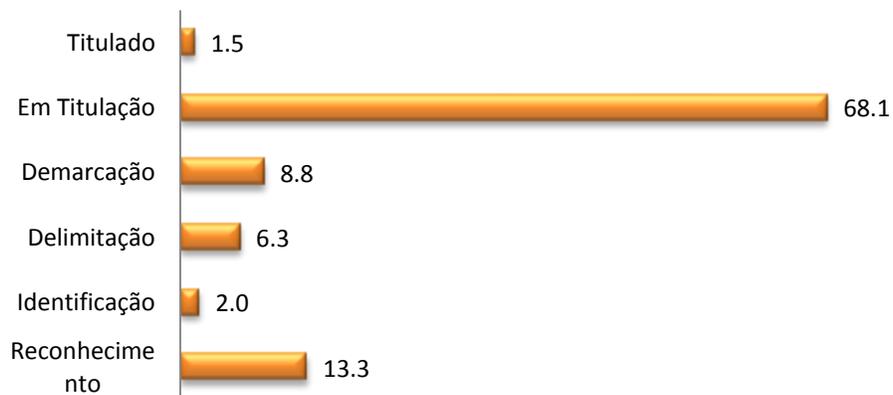
Para os que disseram saber qual o estágio de titulação em que se encontra sua comunidade, o questionário oferecia seis alternativas de estágios de titulação para que fosse identificada a que melhor se ajustava à situação da comunidade em pauta. O gráfico 8 mostra que 68% indicaram ser “em titulação” a resposta adequada. Seria interessante verificar o estágio em que de fato se encontram as comunidades pesquisadas para aferir o grau de acerto das respostas, mas pelo dito no texto do projeto citado acima, os entrevistados parecem ter a chance de estar corretos.



### 7. Você tem conhecimento do estágio do processo de titulação em que sua comunidade se encontra?



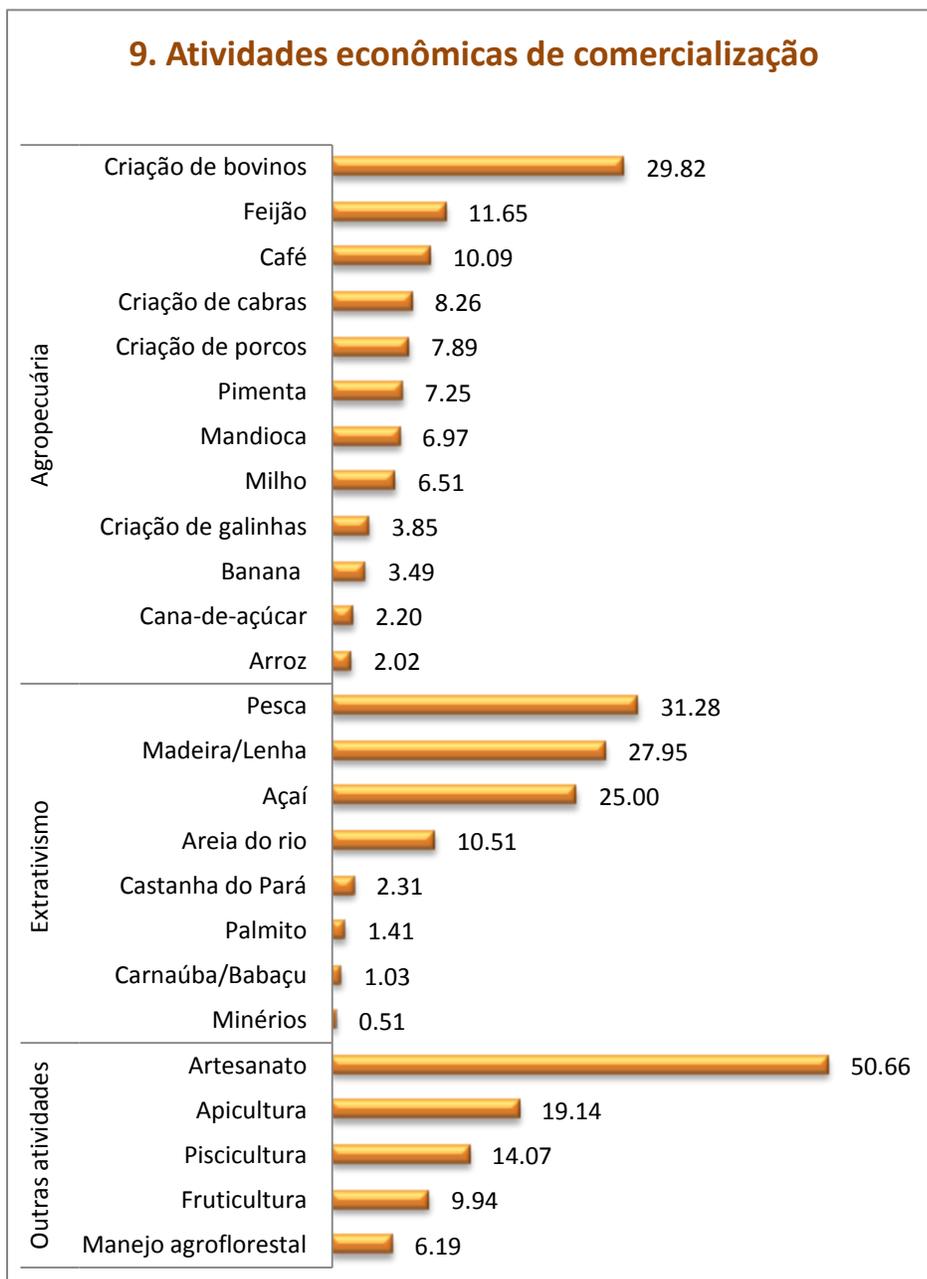
### 8. Em qual dos seguintes estágios do processo de titulação a sua comunidade se encontra



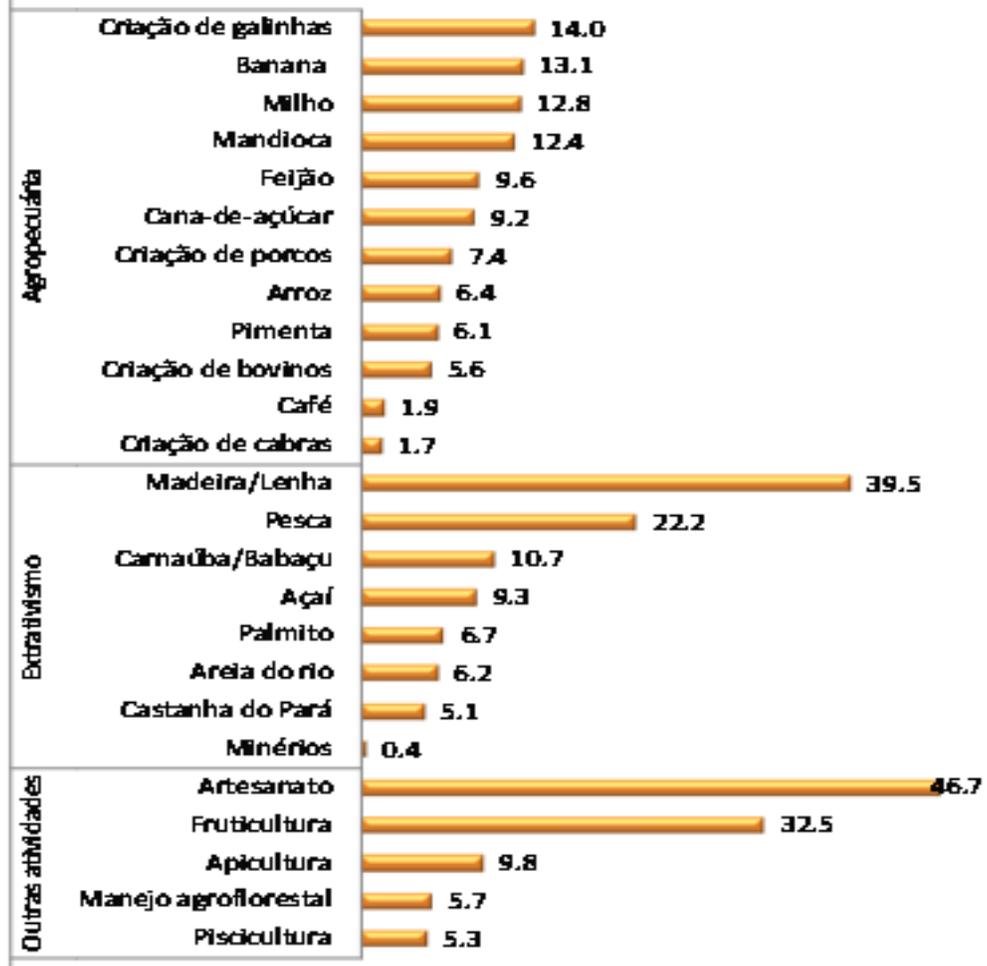
### Atividades econômicas desenvolvidas na comunidade

Considerando-se a necessidade de sustentabilidade das comunidades e os objetivos do projeto, o questionário oferecia listas de atividades agropecuárias, atividades extrativas e outras atividades econômicas para que os entrevistados identificassem aquelas que são desenvolvidas na sua comunidade e, ainda, se são desenvolvidas para comercialização ou para subsistência.

## 9. Atividades econômicas de comercialização



## 10. Atividades econômicas de subsistência



Os gráficos 9 e 10 apresentam os resultados obtidos pelo processo de apuração “múltipla escolha” disponível no SPSS que possibilita reunir todas as respostas de um mesmo tipo e calcular o percentual como se tivessem sido dadas a uma única pergunta. Os dados permitem dizer que, no conjunto das comunidades pesquisadas, as principais atividades econômicas desenvolvidas, com pelo menos 10% de citações, são as contidas no quadro 7 que se segue:

**Principais atividades econômicas das comunidades**

Comercialização			Subsistência		
Agropecuárias	Extrativas	Outras	Agropecuárias	Extrativas	Outras
Criação de bovinos	Pesca	Artesanato	Criação de galinhas	Pesca	Artesanato
Feijão	Madeira/Lenha	Agricultura	Banana	Carnaúba/Babaçu	Fruticultura
Café	Açaí	Piscicultura	Milho		
	Areia do rio		Mandioca		

Ainda segundo o texto do projeto, já está sendo desenvolvida em algumas comunidades uma cadeia produtiva de turismo étnico. Indagou-se então aos entrevistados se consideram que o turismo pode se constituir em uma atividade econômica significativa para a sua comunidade. As respostas dividem o universo praticamente ao meio: 54% acham que sim e 46% acham que não. (ver Gráfico 11)



## Condições de vida na comunidade

Um extenso conjunto de perguntas buscou avaliar as condições de vida nas comunidades, tanto no caso da percepção das existentes como no levantamento de aspirações de equipamentos e atividades ainda não disponíveis até o momento.

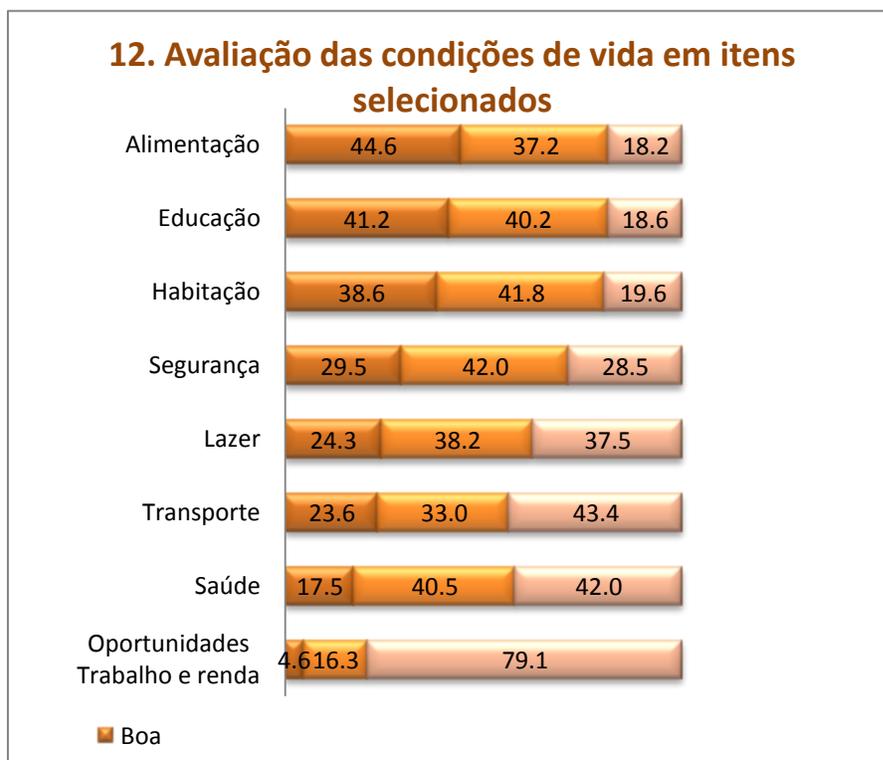
### Avaliação das condições de vida em itens selecionados

Dada uma lista de 8 aspectos/setores básicos para o conforto da vida cotidiana em uma comunidade, foi pedido que cada entrevistado assinalasse uma das alternativas: boa, regular ou ruim. O resultado consubstanciado para o conjunto das comunidades pesquisadas nos 5 estados tratados neste relatório encontra-se no gráfico 12 e permite dizer que:

- O item mais bem avaliado obteve 45% de avaliações positivas e foi a alimentação. Inversamente, o item mais mal avaliado recebeu apenas 5% de avaliações positivas e refere-se às oportunidades de trabalho e renda.
- Quatro itens receberam avaliação positiva de 30% e mais: alimentação, educação, habitação e segurança, nesta ordem. As justificativas para estas escolhas parecem fáceis de ser encontradas: é possível produzir alimentos saudáveis para auto consumo e as atividades econômicas de subsistência já mencionadas mostram que isso de fato acontece. As proporções de crianças e adolescentes frequentando escola, também já mencionadas, ainda que não universais, são bastante elevadas e mostram que está sendo possível mantê-los na escola mesmo que a qualidade do ensino oferecido possa (e deva) ser questionada. Também já foi dito que as condições de moradia são favoráveis segundo alguns parâmetros de tipo de ocupação, de densidade domiciliar e de tipo de construção predominante, embora deixem a desejar em termos de acesso a serviços públicos básicos. Quanto à segurança, nada foi levantado no questionário a não ser



- no que diz respeito a conflitos com outros grupos sociais mas, tudo leva a crer que não deve se constituir um problema grave em comunidades pequenas e habitadas há décadas pelas mesmas famílias<sup>36</sup>.
- Inversamente, quatro aspectos receberam avaliações negativas de 30% e mais: oportunidades de trabalho e renda, saúde e transporte e lazer, nesta ordem. As informações que serão sistematizadas mais adiante vão melhor esclarecer as razões da insatisfação com estes setores.



<sup>36</sup> A pesquisa levantou o número de décadas durante as quais as famílias estão no espaço geográfico das atuais comunidades, mas o dado não pôde ser aproveitado porque a resposta foi dada às vezes em décadas e às vezes em anos, inviabilizando o uso da informação.

## Aspectos avaliados como problemáticos

Uma extensa lista de 26 potenciais problemas das comunidades foi oferecida no questionário, com a possibilidade de assinalar até todos eles se fosse o caso. Outra vez utilizando o recurso de múltipla resposta do SPSS, chegou-se ao resultado exposto no gráfico 13. Os percentuais ficam pequenos e dispersos em função do número de alternativas oferecidas, mas mostram que, mesmo diante de tantas possibilidades de problematizar, 7 delas conseguiram reunir pelo menos 5% das escolhas, revelando os problemas prioritários, principalmente porque vêm reforçar dados já obtidos em outros momentos da pesquisa. São elas: o desemprego; a falta de apoio técnico agrícola; a não titulação da terra; a falta de posto de saúde; a falta de saneamento; a ausência de universidade próxima; e a falta de lazer na comunidade.

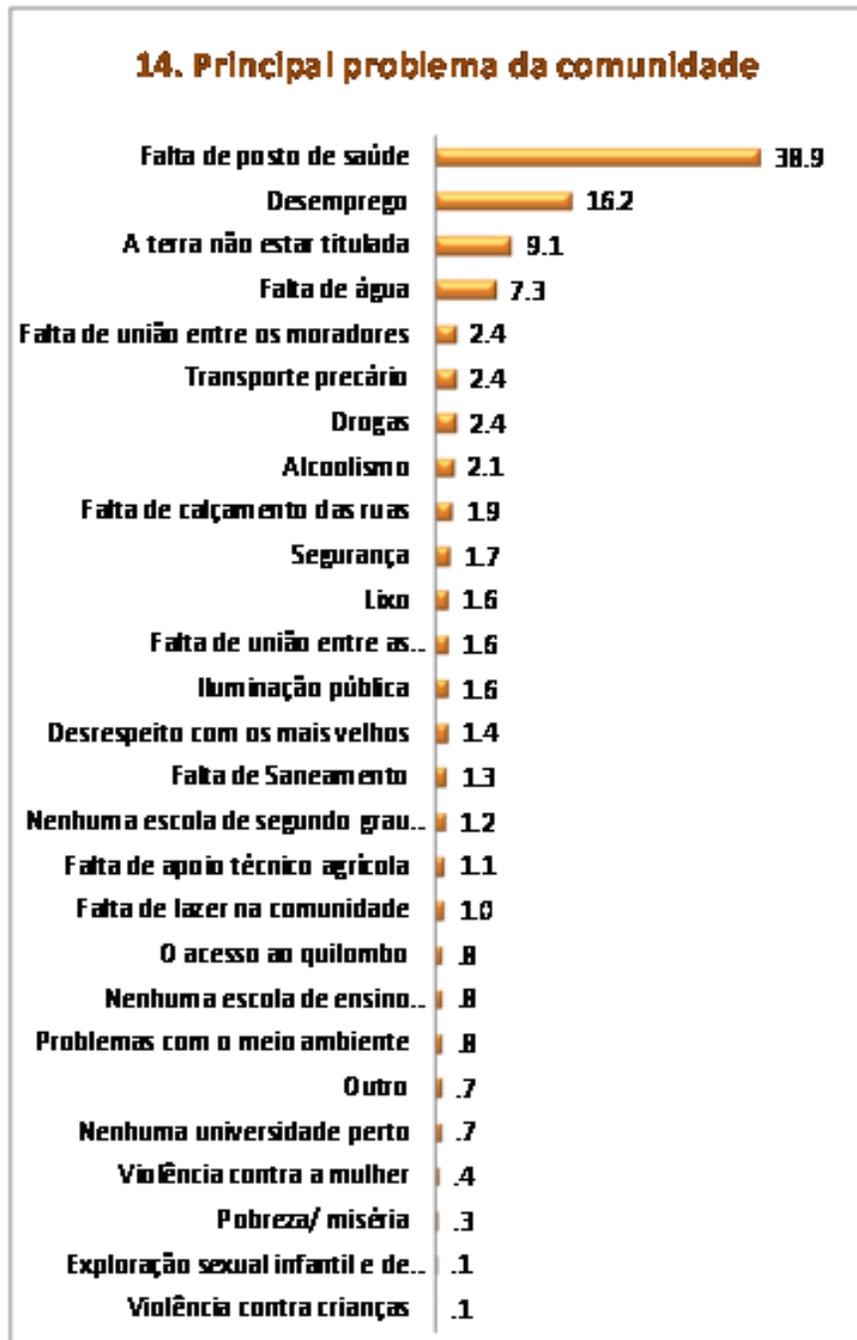


### 13. Aspectos avaliados como problemáticos



Em seguida, foi pedido ao entrevistado que selecionasse na lista anterior de potenciais problemas, apenas uma alternativa que representasse para ele o maior problema da comunidade. O gráfico 14 mostra o resultado completo para o conjunto das comunidades, mas aqui se destaca os que obtiveram pelo menos 5% das escolhas, constituindo-se, portanto, nos principais: em primeiro lugar e muito a frente dos demais, selecionado por 39% das pessoas, vem a falta de

posto de saúde; seguem-se o desemprego (16%); a não titulação da terra (9%); e a falta de água (7%).



Foi pedido também que, em resposta aberta, os entrevistados oferecessem uma possibilidade de solução para o principal problema escolhido. Dada a exiguidade de tempo para que se categorize as respostas abertas (procedimento metodológico adequado<sup>37</sup> e que poderá ser utilizado a *posteriori* já que todas as respostas encontram-se digitadas e podem ser vinculadas ao problema selecionado como principal permitindo organizar as soluções pensadas pela própria comunidade) optou-se por duas soluções de momento: a primeira foi trabalhar com a ferramenta denominada “nuvem”<sup>38</sup> para o conjunto de soluções apresentadas e a segunda foi fazer uma sistematização ampla do conteúdo das respostas apresentadas para o principal problema.

A “nuvem” construída para o conjunto de respostas abertas propondo soluções aos problemas selecionados como principais, mapeou e quantificou 46 palavras que apareceram pelo menos 20 vezes nas respostas entre as 1528 possibilidades existentes. (ver Gráfico 15). As palavras mais recorrentes foram: comunidade/comunidades (juntas somaram 588 aparições); posto (320) e saúde (291). (ver Gráfico 15)

As soluções apresentadas para o principal problema selecionado que, como vimos, foi a falta de posto de saúde, falam, em sua grande maioria, simplesmente de construir um posto de saúde na comunidade. Mas falam também de:

- construir um posto acrescentando algumas exigências para o seu funcionamento, tais como médicos presentes em determinadas periodicidades, enfermeiros, equipamentos de qualidade, ambulância, remédios etc.;
- meios que facilitariam a obtenção de um posto de saúde na comunidade tais como a união dos moradores, a pressão e a cobrança junto às diferentes autoridades responsáveis em diversos níveis governamentais;

---

<sup>37</sup> Consiste em reunir as respostas dadas em categorias consistentes seguindo três princípios básicos: o conjunto de categorias deve ser estabelecido a partir de um único princípio de classificação; o conjunto de categorias deve ser exaustivo. Ou seja, deve permitir a inclusão de qualquer resposta numa das categorias do conjunto e as categorias do conjunto devem ser mutuamente exclusivas, ou seja, uma resposta não pode ser incluída em mais de uma categoria. **GOMES, Romeu. *A análise de dados em pesquisa qualitativa*. In: MINAYO, M.C.S. (org.). *Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003**

<sup>38</sup> Dado determinado texto, a nuvem mapeia e expõe graficamente as palavras mais recorrentes segundo critérios quantitativos pré-definidos.



- necessidade de políticas públicas de saúde para os quilombolas;
- necessidade de atendimento universal no posto de saúde;
- necessidade de atendimento prioritário para os idosos;
- explicações para terem selecionado a falta de posto de saúde como o principal problema (distância dos existentes, falta de hospitais etc.)
- ampliar e dar condições de funcionamento a postos já existentes;
- vinda do Programa de Saúde da Família para as comunidades quilombolas;
- saúde como um direito que precisa ser garantido;
- aguardar que os “responsáveis” nos diversos níveis do governo tratem de construir o posto.

Vale dizer que, apesar na ênfase na necessidade de união e mobilização da população para a solução dos problemas da comunidade, 72% dos entrevistados avaliam que isto já acontece, ou seja, que os moradores da comunidade habitualmente já se empenham na solução dos problemas.

## 15. Nuvem de palavras nas respostas com as soluções do principal problema





### Participação em atividades selecionadas existentes na comunidade

Este bloco do questionário apresentava uma seleção de 20 atividades, predominantemente culturais e de lazer e uma aberta, com a possibilidade de assinalar em cada uma delas se o entrevistado participa ou não usualmente ou se a atividade não existe na comunidade. O gráfico 16 mostra que:

- No que tange à existências de atividades nas comunidades:** onze delas não estão presentes em a mais de 50% das comunidades. Da mais ausente para a mais presente, são elas: grupos de funk, de hip hop, de samba, de teatro e de jongo; bazares; grupos de capoeira; coral; grupo de tamboreiros; cooperativas; cultivo de pomar.



- **No que tange à participação nas atividades mais usualmente encontradas nas comunidades:** as atividades mais frequentadas, por pelo menos 30% das pessoas, são: plantio de roça; grupos religiosos; jogos; times de futebol; mutirões para a construção de casas e pescaria, nesta ordem.

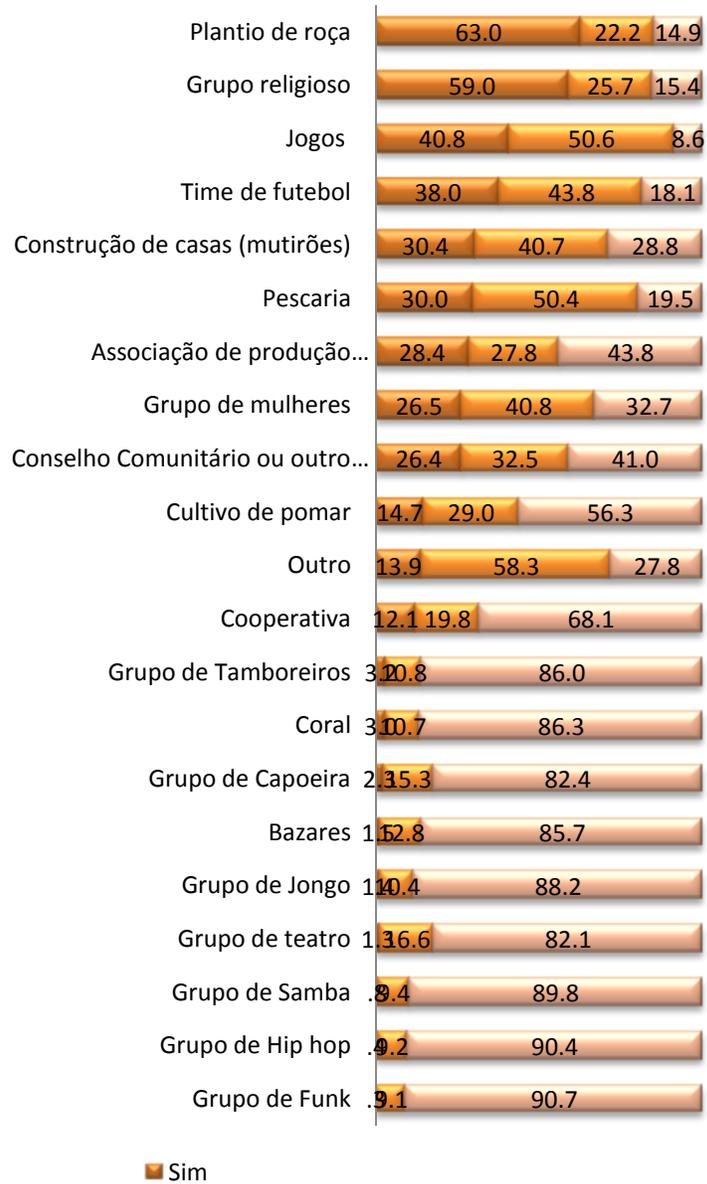
Fica assim evidenciada uma gama bastante restrita de opções de lazer disponíveis nas comunidades. Esta constatação é corroborada pela indicação dos entrevistados sobre qual é a maior dificuldade enfrentada pelas pessoas da comunidade quando querem desenvolver alguma atividade física ou de lazer: 52% apontam a falta de áreas de lazer na comunidade e 38% a falta de alternativas de lazer na comunidade (ver Gráfico 17).



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## 16. Existência e participação em atividades selecionadas



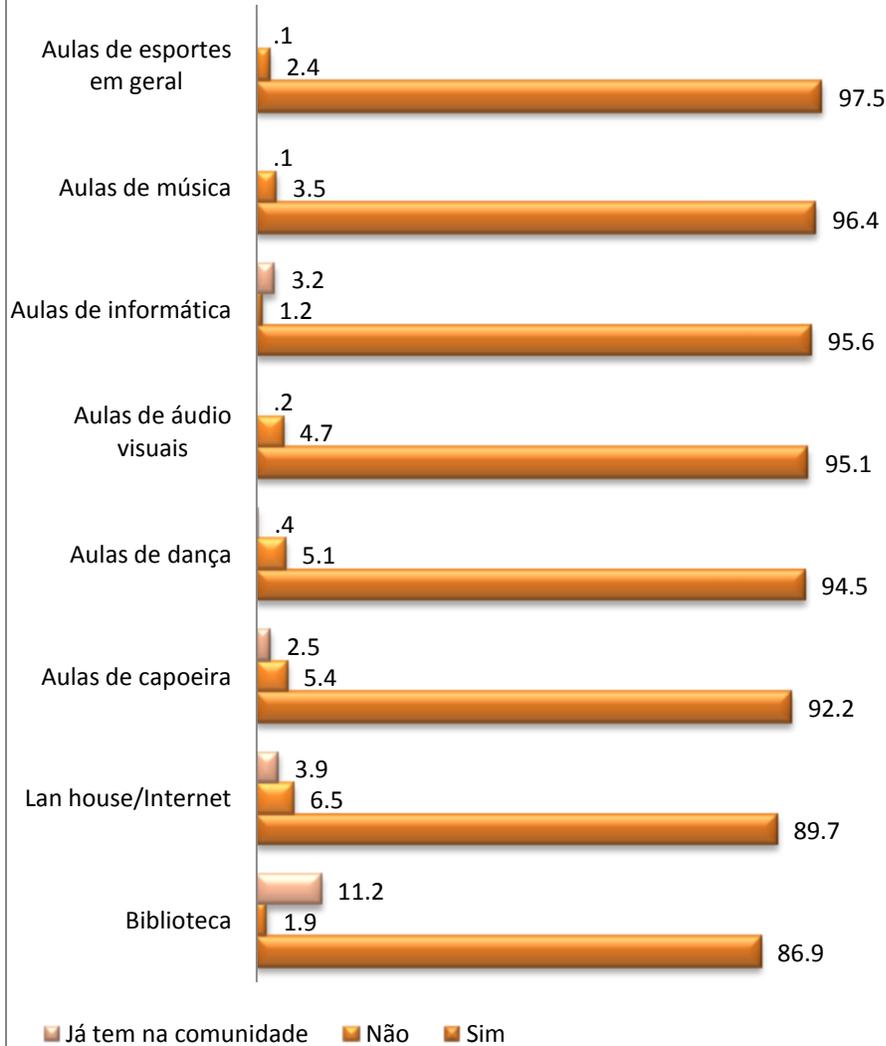
A pesquisa pesquisou também o desejo de que fossem disponibilizadas na comunidade algumas atividades e equipamentos culturais e de lazer, caso ainda não existissem. O gráfico 18 mostra que, em pequenas proporções, as comunidades dispõem de biblioteca, de *lan house*, de aulas de capoeira e de informática. Mostrou também que, a grande maioria dos entrevistados (proporções que variam entre 87% e 98%) gostaria que a comunidade dispusesse das atividades propostas. As aulas de esporte e de música constituem-se nas mais desejadas.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



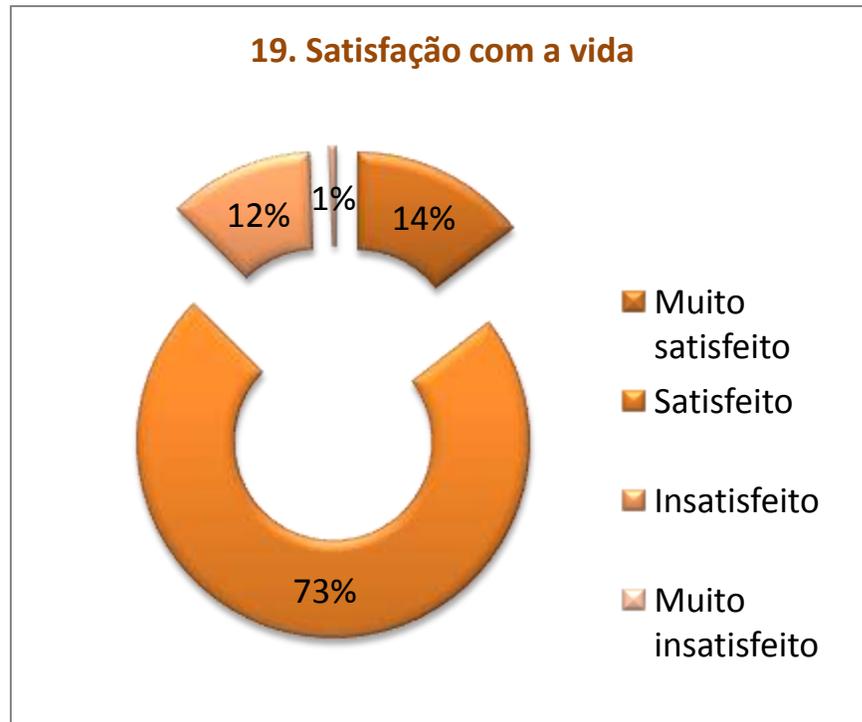
## 18. Atividades e equipamentos desejados para a comunidade



## Satisfação com a vida na comunidade

Fechando o conjunto de questões relativas à avaliação das condições de vida na comunidade, foi pedido que os entrevistados dissessem do seu grau de satisfação com a vida em geral na comunidade. O gráfico 18 mostra o resultado encontrado que diz que a maioria (73%) está **satisfeita** com a vida na comunidade. Ampliando quantitativa e qualitativamente o contingente que tem

um grau de satisfação positivo com a vida na comunidade, somam-se aos primeiros, 14% que declararam estar **muito satisfeitos**. Assim, os descontentes ficam restritos aos 13% restantes: 12% de **insatisfeitos** e 1% de **muito insatisfeitos**.



### Associações quilombolas: local e nacional

Tendo em conta a diversidade de situações, carências, potencialidades e aspirações existentes nas comunidades, a questão do associativismo se impõe como meio de canalizar as forças sociais de maneira a interferir positivamente no

desenvolvimento das comunidades, quer via atuação direta nas ações quer por meio de pressão junto às autoridades competentes.

O questionário pesquisou inicialmente a existência de associação local nas comunidades e apurou que sim em 88% delas, contando com a participação de 83% das pessoas e com sua atuação avaliada como boa por 60% dos entrevistados.

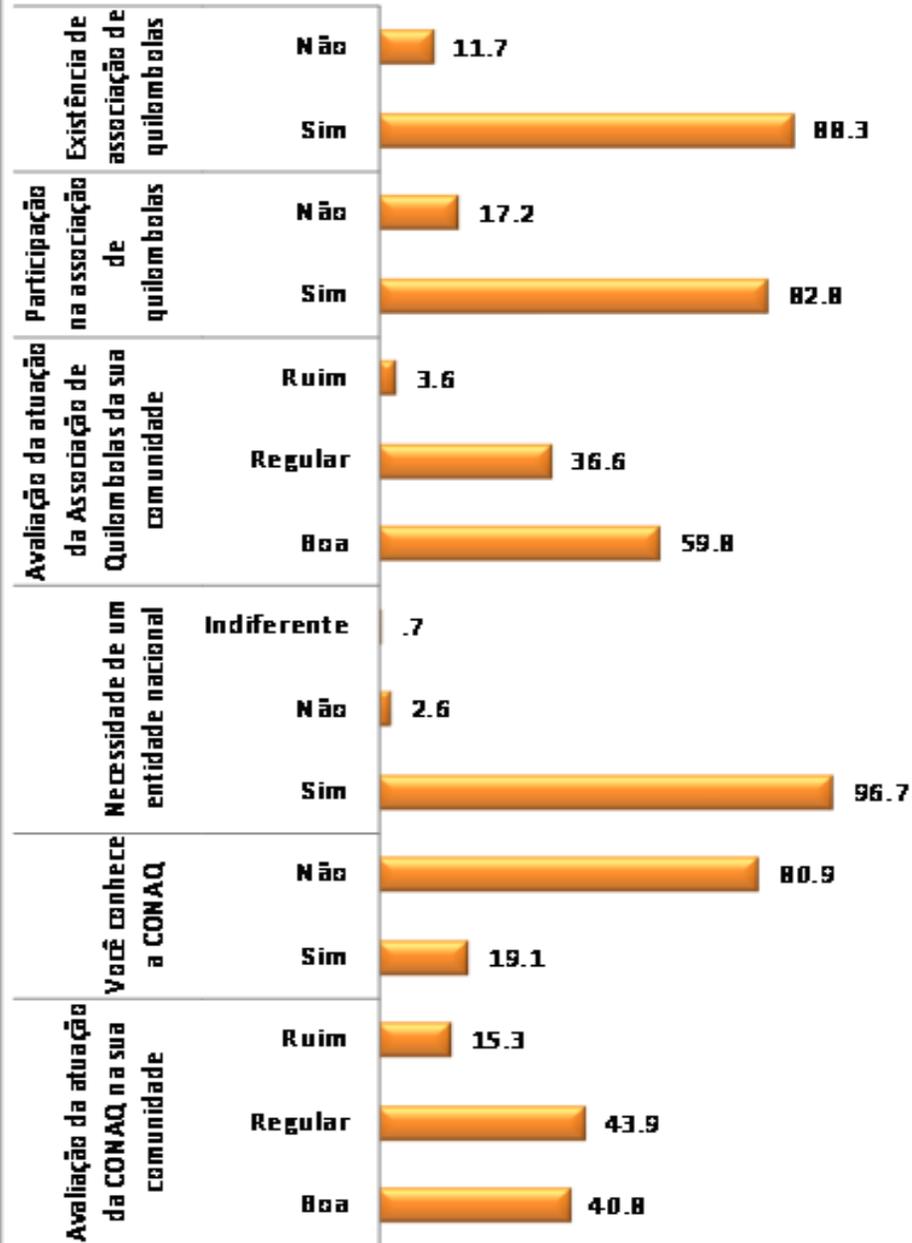
Perguntados sobre a necessidade de uma entidade nacional que coordenasse os interesses comuns às diversas comunidades, 97% responderam afirmativamente. Contudo, a entidade nacional já existente e presente em todas as comunidades participantes da pesquisa, é desconhecida por 81% dos entrevistados. Os 19% que a conhecem avaliam a sua atuação na comunidade predominantemente como **regular** (44%) ou **boa** (41%).



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## 20. Associações Quilombolas - Local e Nacional



## IV. ASPECTOS RELATIVOS A EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Considerando-se que a geração de ocupação e renda é um dos eixos centrais do projeto, além do perfil de inserção no mercado de trabalho levantado para todos os moradores, a pesquisa pesquisou também possíveis habilidades identificadas pelos entrevistados em sua família ou em si próprio e o desejo de ter ou ampliar um negócio próprio.

Inicialmente vale recuperar o que foi visto no Capítulo I sobre estas questões, para situar o contexto no qual as novas informações se inserem. Lá foi dito que:

- a maior parte dos moradores (56%) estava trabalhando no momento da pesquisa, sendo esta proporção mais elevada entre os adultos (89%), seguidos pelos adultos jovens (pessoas com idades entre 18 e 24 anos) – 70% – e depois pelos idosos (59%).
- Os setores de atividade que mais congregam os trabalhadores residentes nas comunidades pesquisadas são a agricultura (70%) e a pesca (12%).
- 64% dos moradores têm algum rendimento mensal, ainda que os valores sejam baixos: 61% não atingiam 1 Salário Mínimo mensal, sendo o valor médio de R\$323,96 e o mediano de R\$250,00.
- A principal fonte deste rendimento, em 34% dos casos era o trabalho, seguido por 30% cuja principal fonte era os programas governamentais, principalmente o Bolsa Família (63%) e a Cesta Básica (58%).

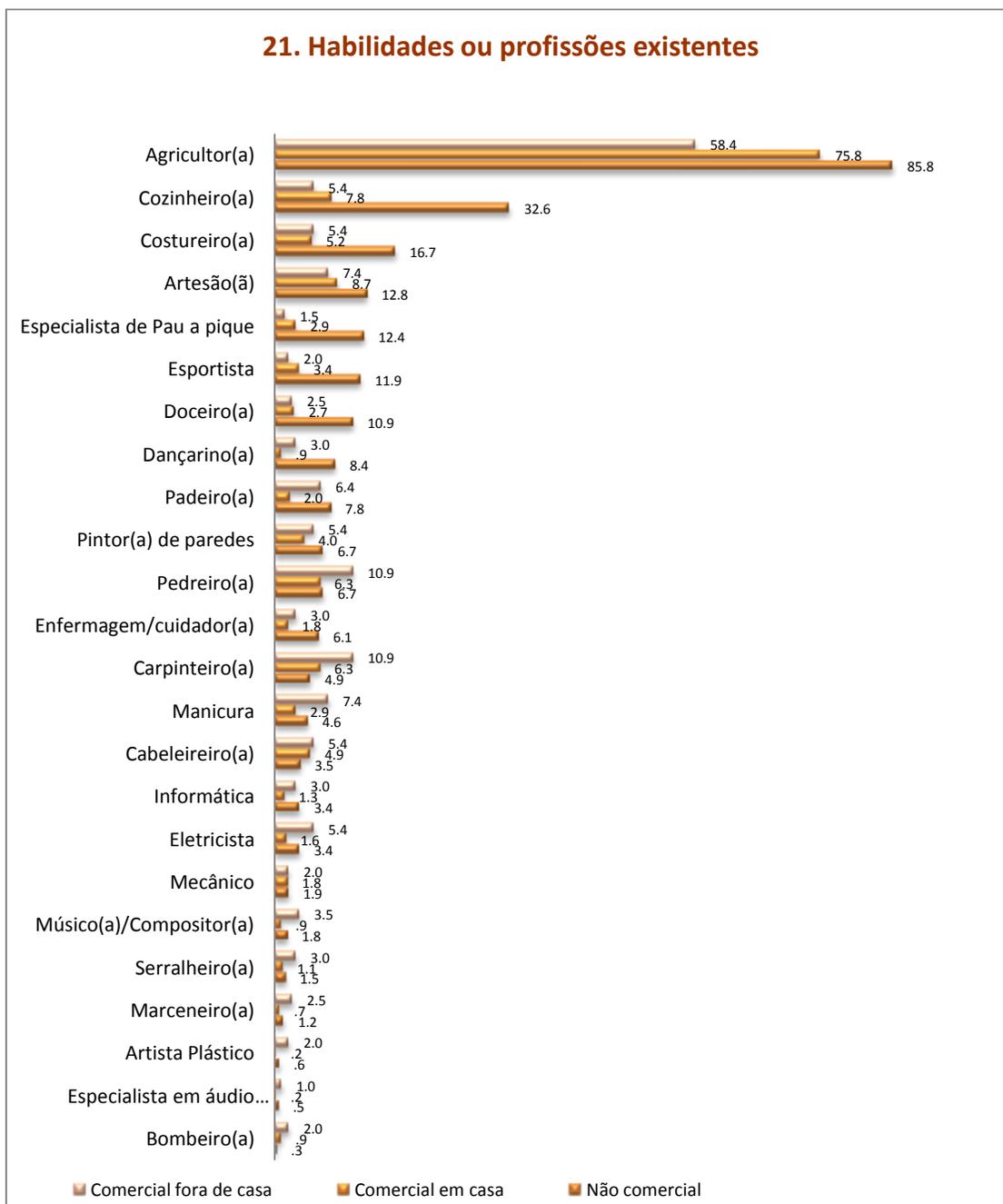
### Habilidades ou profissões identificadas entre os entrevistados e seus familiares

A identificação de habilidades existentes entre os moradores das comunidades é uma das preocupações do projeto como um todo como mostra o texto abaixo retirado do documento propositivo:

(...) há uma cultura do trabalho nos grupos e uma capacidade para o trabalho coletivo daí a Economia Solidária apresentar-se como uma alternativa concreta.



Uma vez localizadas as oportunidades, potencialidades, habilidades e desejos dos moradores de cada comunidade através da pesquisa-ação, poderemos começar a montar os projetos e fazer as ações necessárias para conseguir superar os problemas concretos em ordem das prioridades dos quilombolas de cada comunidade.



No âmbito da pesquisa quantitativa que, como já foi dito, é parte integrante da pesquisa-ação, o questionário ofereceu aos entrevistados uma lista de habilidades/profissões para que fosse assinalada para cada uma, alguma das seguintes alternativas relativas às suas próprias habilidades ou de alguém de sua própria família:

- Sim, a habilidade existe mas não é utilizada comercialmente.
- Sim, a habilidade existe e é utilizada comercialmente para complementar a renda: em casa ou fora de casa.
- A habilidade não existe.
- Não sabe responder.

Ainda que relatos do campo e da supervisão dos questionários preenchidos tenham dado conta de que nem sempre a questão foi bem compreendida, isso não inviabiliza a utilização dos resultados como uma *proxi* do que se desejava levantar, a ser complementada pelos resultados encontrados por meio das outras metodologias de pesquisa que integram o projeto. O gráfico 21, construído com o recurso já descrito da múltipla resposta do SPSS, mostra como se distribuem as respostas em cada uma das alternativas e permite construir o seguinte quadro resumo que lista aquelas habilidades/profissões mais identificadas, as 5 primeiras ou aquelas com pelo menos 10% de incidência:

## Quadro 8

### Principais habilidades/profissões identificadas nas famílias dos entrevistados

Habilidades/profissões identificadas mas não utilizadas comercialmente	Habilidades/profissões identificadas e utilizadas comercialmente em casa	Habilidades/profissões identificadas e utilizadas comercialmente fora de casa
Agricultor(a)	Agricultor(a)	Agricultor(a)
Cozinheiro(a)	Artesão(ã)	Pedreiro(a)
Costureiro(a)	Cozinheiro(a)	Carpinteiro(a)
Artesão(ã)	Pedreiro(a)	Artesão(ã)
Especialista de pau a pique	Carpinteiro(a)	Manicura
Esportista		
Doceiro(a)		



Conclui-se que: as habilidades são muito mais utilizadas não comercialmente; há predominância absoluta da atividade de agricultor; e que não há grande diferenciação entre os tipos de habilidades utilizadas comercialmente em casa ou fora de casa já que, entre as cinco primeiras, quatro são comuns às duas modalidades.

## Negócio próprio

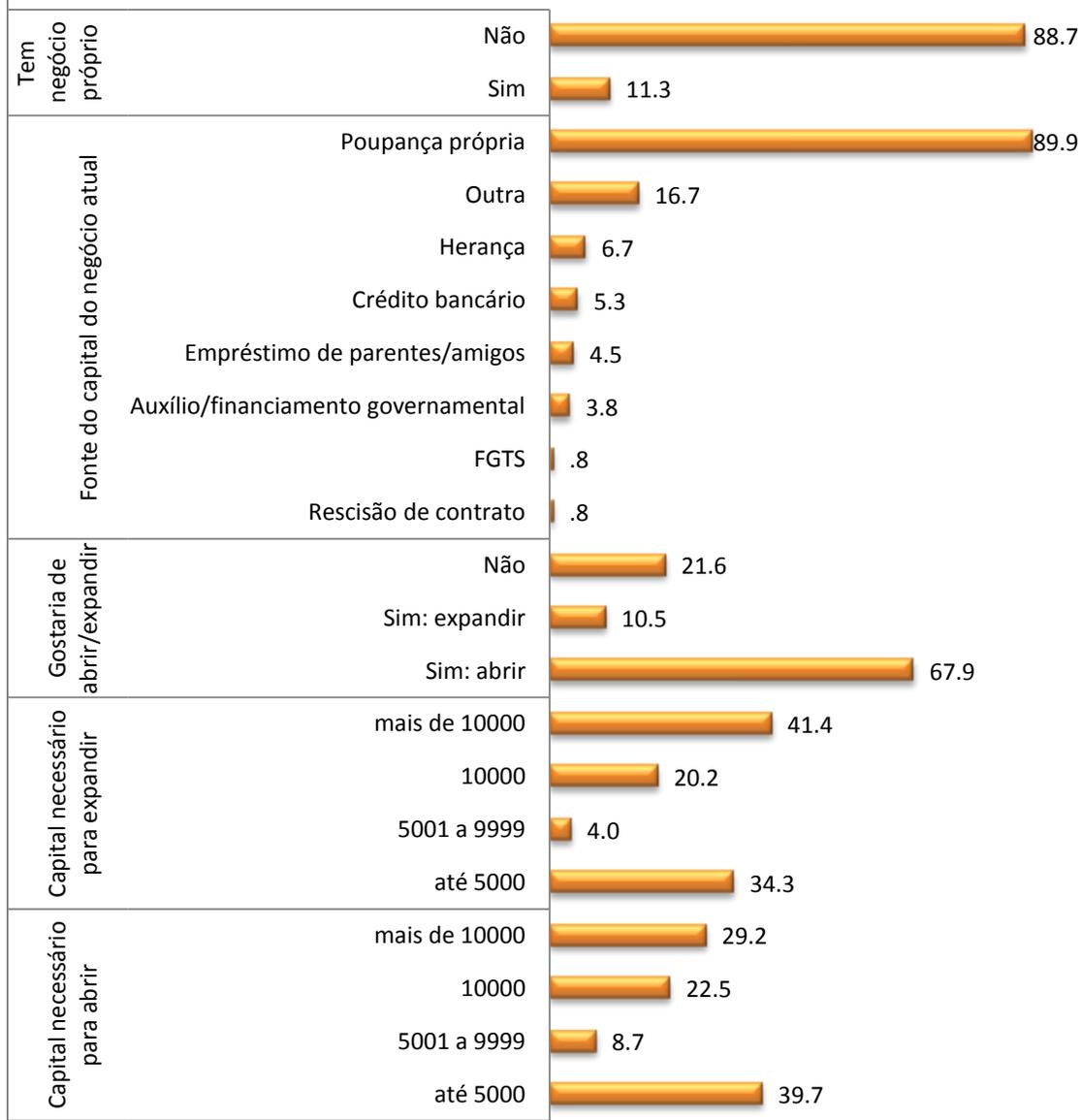
Considerando os interesses do projeto em promover empreendimentos solidários, a pesquisa deteve-se no levantamento de quem tem negócio próprio e, sobretudo, na pesquisa-ação da existência do desejo de ter um negócio próprio. O gráfico 22 reúne os resultados obtidos para estas questões.

Atualmente, 11% dos entrevistados **têm** negócio próprio, abertos principalmente com poupança de seus proprietários (90%). Perguntados se gostariam de abrir ou expandir um empreendimento próprio, 11% disseram querer expandi-lo se houver oportunidade e 68% declararam que gostariam de abrir.

Os que pretendem expandir o negócio próprio que já desenvolvem avaliam que precisariam, em média, de R\$12.119,07 e R\$10.000,00 na mediana para realizar sua pretensão. Já os que gostariam de abrir um negócio próprio, avaliam que com R\$14.964,65 em média e, também, R\$10.000,00 na mediana lograriam o seu intento. Estes valores extrapolam um pouco os previstos usualmente para os empréstimos nos programas de micro crédito, mas não estão tão distantes deles.



## 22. Existência e desejo de abrir ou expandir negócio próprio



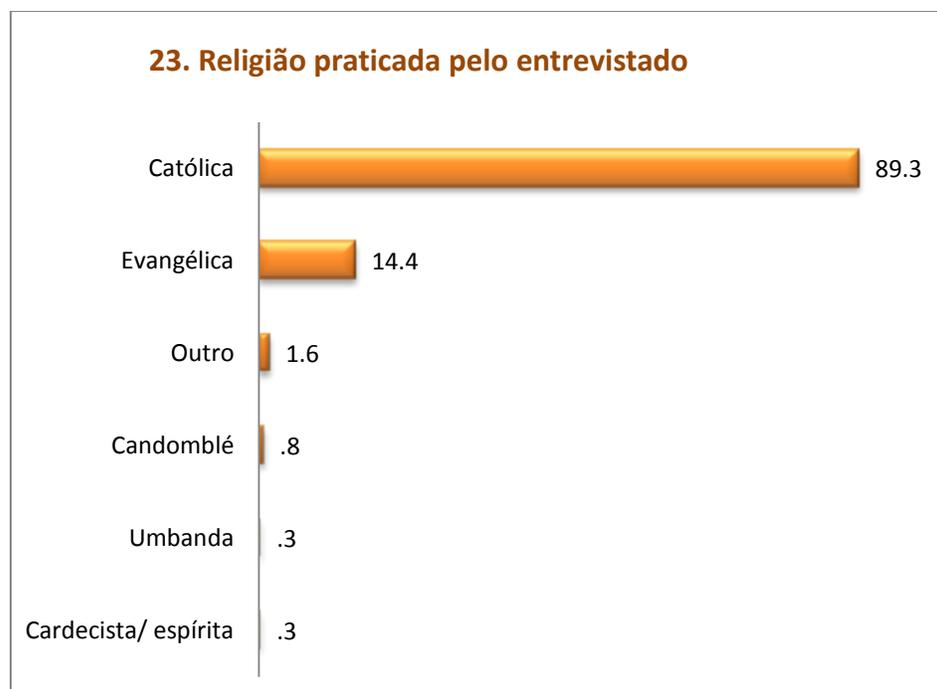
## V. ASPECTOS RELATIVOS A ALGUNS HÁBITOS DOS ENTREVISTADOS

Este bloco de questões restringe-se, na verdade, ao levantamento de três temas importantes para o projeto e para a vida das pessoas na comunidade que não haviam ainda sido abordados na pesquisa quantitativa: a questão religiosa; os recursos usados quando se adoecer na comunidade e os hábitos de consumo, relacionando produtos, frequência de consumo e local de aquisição.

### Religião professada pelo entrevistado

Não tendo sido objeto do levantamento feito para todos os moradores, a religião foi pesquisada direta e exclusivamente junto ao informante. O gráfico 23 mostra que o perfil religioso resultante é muito semelhante ao observado para a população brasileira como um todo no Censo Demográfico 2010 do IBGE: prevalece largamente a proporção que se declara católica: 89%. Chama a atenção o fato de as religiões de origem africana estarem tão fracamente representadas em populações quilombolas e que se declararam negras e pardas em quase sua totalidade. Somente usando metodologias qualitativas isso pode ser explicado, mas hipóteses possíveis são o sincretismo religioso na prática e a aceitação social da religião católica enquanto hegemônica no país.



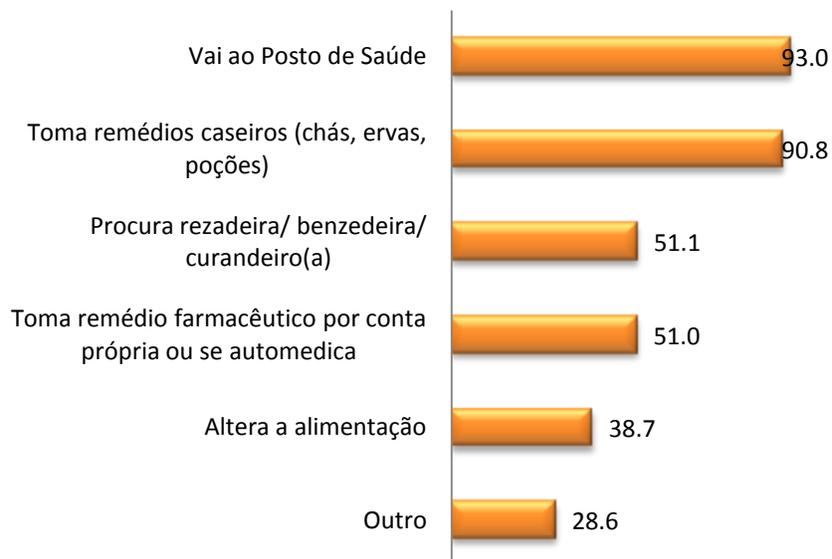


### Recursos acionados pelo entrevistado quando adoecer

A preocupação com o setor da saúde nas comunidades foi expressa em outros momentos da pesquisa e a falta de postos de saúde foi eleita como o principal problema do conjunto das comunidades pesquisadas. Neste bloco, perguntou-se aos entrevistados o que fazem quando ficam doentes. O gráfico 24 mostra que a providência mais frequente é procurar o posto de saúde (93%), provavelmente fora da comunidade já que foi muito mencionada a distância que se interpõe entre os usuários e os postos na resposta à pergunta aberta sobre qual seria a solução para o problema da falta de posto de saúde.

Logo em segundo lugar, e talvez motivada pelas dificuldades de acessar o posto, vem o consumo de remédios caseiros do tipo chás, ervas e poções: 91% selecionaram esta opção, também legitimada pela existência de saberes tradicionais repassados geração a geração. As outras duas opções escolhidas por mais da metade das pessoas foram a procura de rezadeira/benedeira/curandeira e a automedicação. Esta última muito recorrente na população brasileira como um todo, mas ainda mais danosa quando o é mais difícil o recurso aos médicos para minimizar possíveis consequências da inadequação da medicação tomada.

## 24. Providências em caso de doença



## Produtos consumidos pelos entrevistados

O questionário apresentava uma lista de 30 produtos de consumo provável nas comunidades para que o entrevistado assinalasse para cada um deles, a frequência de seu consumo/utilização e se, habitualmente, adquiria o produto na comunidade ou fora dela. Como no caso da pergunta relativa às habilidades, o preenchimento da questão enfrentou algumas dificuldades no campo, mas como será visto nos resultados, a sua coerência viabiliza a utilização como uma boa aproximação do que se pretendia conhecer. (ver gráficos 25.A, B e C).

Em função da densidade de informações em cada gráfico, elaborou-se o quadro 9 que apresenta uma síntese dos 5 produtos mais e menos consumidos segundo a frequência de consumo e o local de compra e os 5 produtos não consumidos

## Quadro 9

### Principais produtos consumidos/utilizados nas comunidades segundo a frequência de consumo e local de aquisição

5 Principais produtos comprados na comunidade		5 Principais produtos comprados fora da comunidade		5 Principais produtos não consumidos
Consumidos diariamente	Consumidos pelo menos uma vez por semana	Consumidos diariamente	Consumidos pelo menos uma vez por semana	
<b>Arroz</b>	Frango	Café	Verduras	Fertilizantes
<b>Café</b>	Peixe	Arroz	Sucos de frutas	Pesticida/herbicida
<b>Farinha de mandioca</b>	Carne de vaca	Farinha de mandioca	Ração animal comprada	Ração animal comprada
<b>Feijão</b>	Leite	Leite	Queijos	Geléias e doces caseiros
<b>Ovos</b>	Sucos de fruta	Detergente	Pesticida/herbicida e Peixe	Batata doce

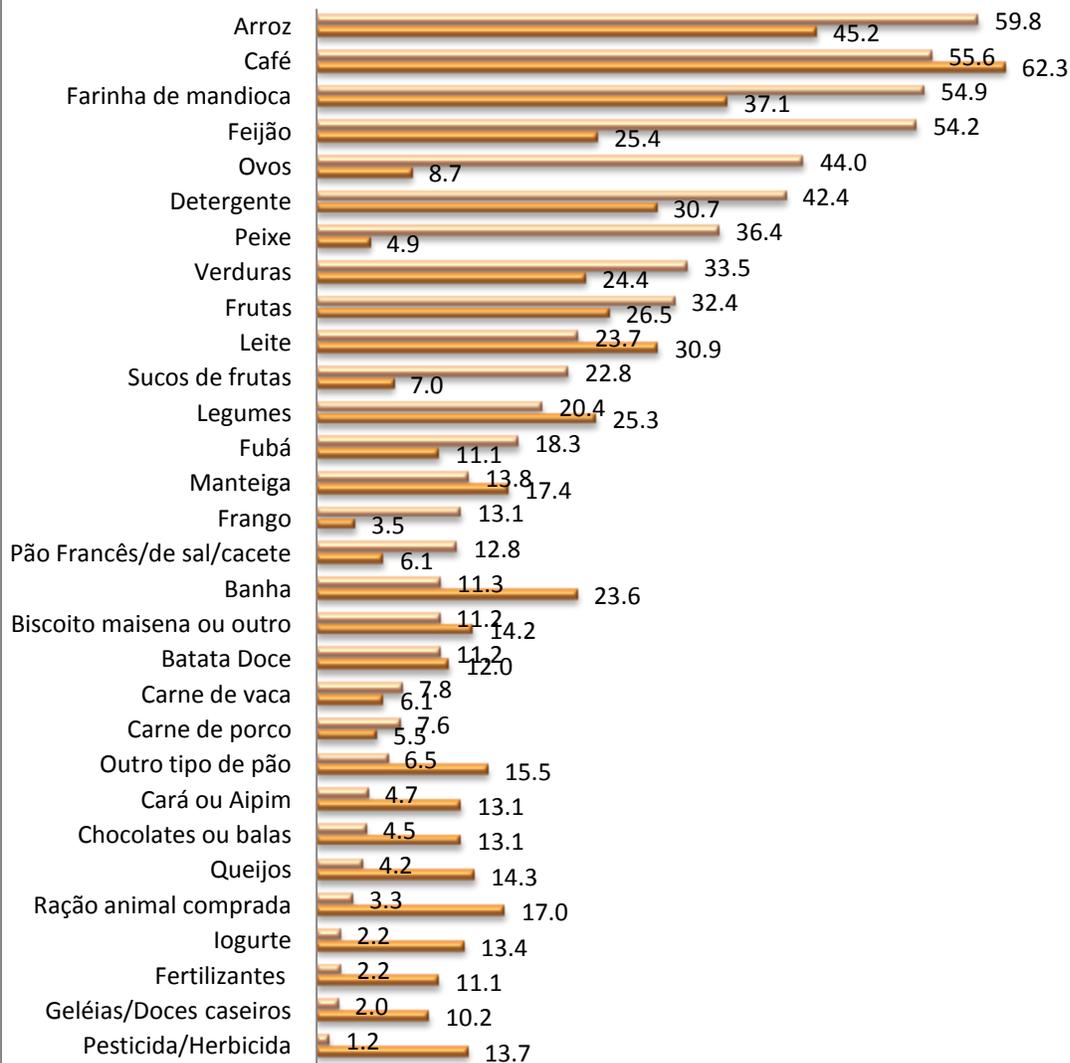
Fica evidente que os produtos comprados e ou produzidos na comunidade<sup>39</sup> são os alimentícios e que a alimentação semanal inclui proteínas como frango, peixe e carne de vaca que são mais difíceis de ser consumidos diariamente com recursos financeiros escassos.

<sup>39</sup> Acredita-se que os produtos produzidos para auto consumo tenham sido incluídos na alternativa compra na comunidade, já que não havia lugar específico para seu registro neste quadro do questionário.

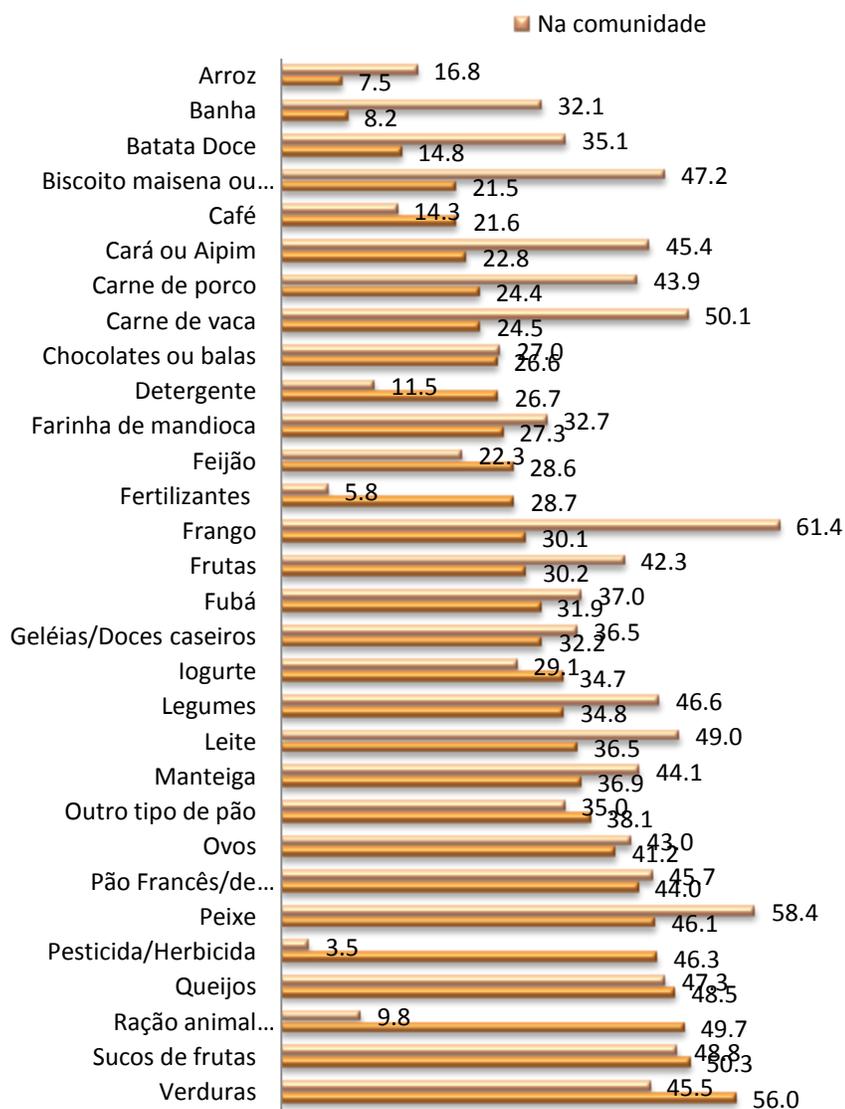


## 25A. Produtos consumidos diariamente segundo o local de compra

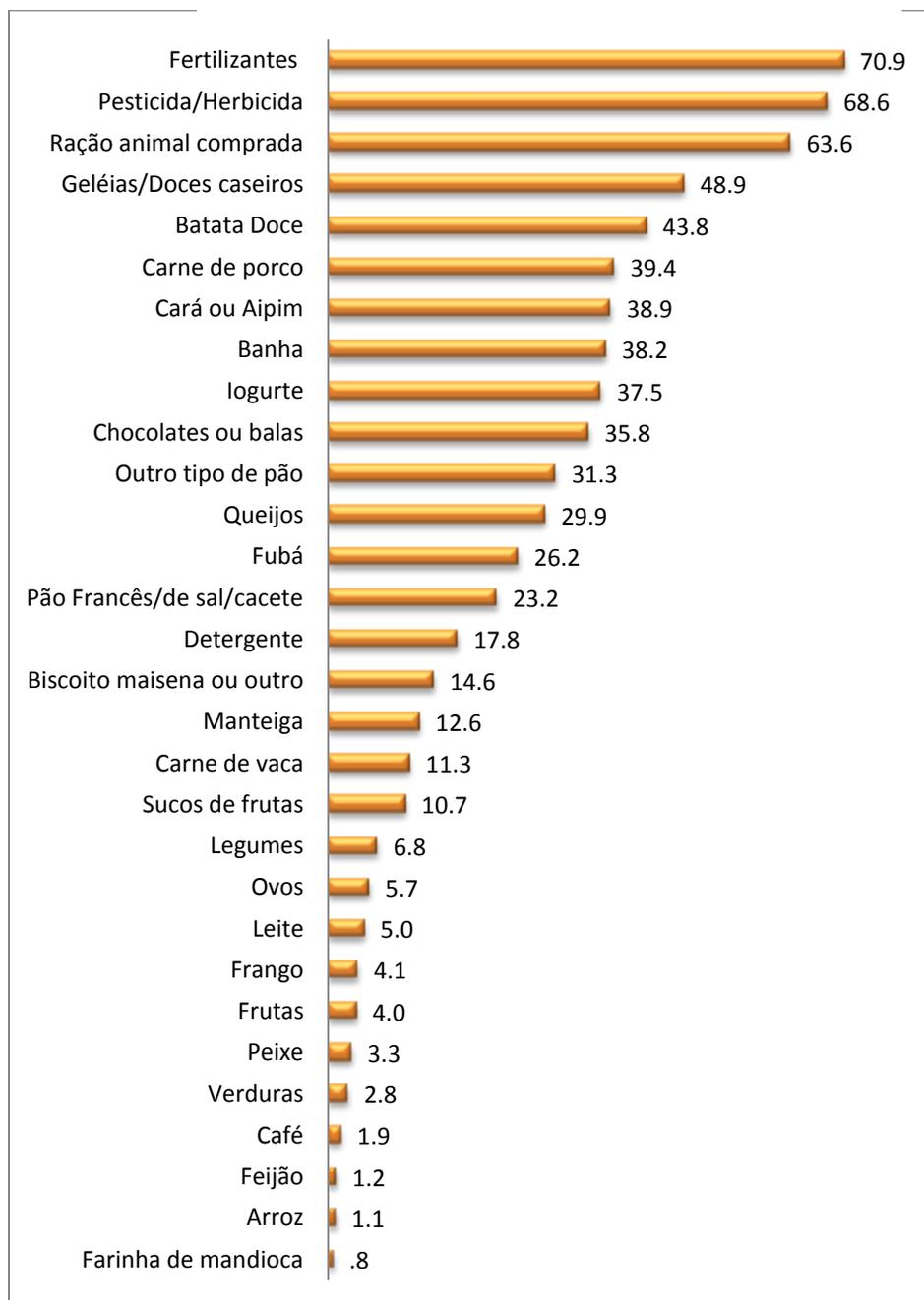
■ Na comunidade ■ Fora da comunidade



## 25 B. Produtos consumidos pelo menos uma vez por semana segundo o local de compra



## 25 C. Produtos não consumidos



## VI. ASPECTOS RELATIVOS À IDENTIDADE, À DISCRIMINAÇÃO E AOS CONFLITOS

As questões que compunham este bloco do questionário são mais frequentemente pesquisadas por meio de metodologias qualitativas, em função da sua delicadeza e intensa subjetividade. Contudo, é necessário também conhecer a sua dimensão quantitativa, com todas as limitações que isso possa ter. No caso deste projeto, todo baseado no uso combinado de metodologias, certamente os resultados serão satisfatórios. Feita esta ressalva, passa-se às informações colhidas junto aos informantes e reunidas no gráfico 26.

### Sentimento de pertencimento

O sentimento de pertencimento a um grupo social é fator decisivo para a construção das identidades pessoais e sociais. Seja qual for o sentido profundo que cada entrevistado empreste ao termo quilombola, para 97% deles o termo faz sentido como autodefinição de pertencimento a um grupo, com todas as consequências positivas e negativas que isso possa ter. Apesar da grande maioria (81%) dos entrevistados nunca ter se sentido discriminado por ser um quilombola, 19% declararam já ter vivido esta situação.

### Tolerância com a diferença

O indicador utilizado no questionário para aferir o grau de respeito e tolerância com a diferença foi o que os entrevistados avaliavam ter para com as pessoas que praticam uma religião diferente da sua. Os dados mostram que metade deles se percebe com total respeito e 40% com grande respeito.

### Relações de vizinhança e conflitos

O questionário indagava sobre a receptividade com que os quilombolas são acolhidos quando vão a outras comunidades quilombolas que não a sua. A percepção expressa na pesquisa pela quase totalidade dos entrevistados (99%) foi a de que sim, são muito bem recebidos. Feito o mesmo questionamento em



relação a outras comunidades não quilombolas, a avaliação continua positiva, mas a proporção dos que assim percebem cai para 88%.

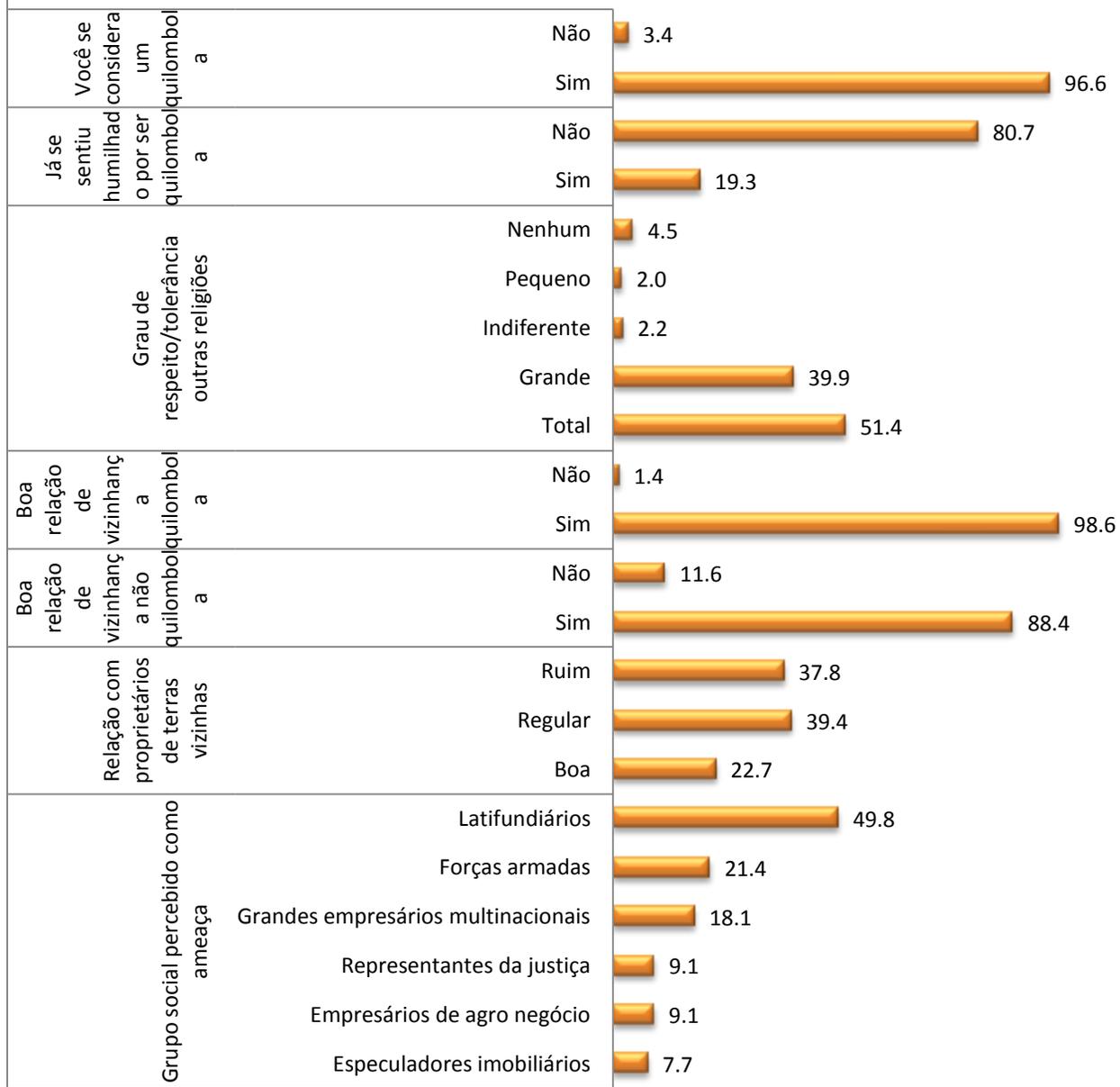
Convidados a avaliar a relação de sua comunidade com os proprietários de terras vizinhas em uma escala com as alternativas bom, regular e ruim ou não sabe, 6% optaram pela última podendo significar tanto desconhecimento como receio de expressar uma posição definida. Considerando o universo dos que responderam à pergunta e que se constituem na maioria, prevaleceu uma avaliação negativa: 39% escolheram a alternativa **regular**, 38% a **ruim** e somente 23% consideram que a relação é **boa**.

Finalmente, o questionário propunha que se respondesse a pergunta: “Na sua opinião, sua comunidade tem sido ameaçada por algum grupo social?” A resposta deveria ser dada marcando para cada um dos grupos sociais listados (latifundiários, forças armadas, grandes empresários, representantes da justiça, empresários de agro negócio e especuladores imobiliários) a alternativa “sim” ou “não” ou ainda a alternativa “não sabe”.

Os resultados mostram que parcelas significativas dos quilombolas percebem as ameaças concretas que muitas comunidades têm sofrido e que identificam os latifundiários, as forças armadas e os grandes empresários como os grupos sociais que mais protagonizam estas ameaças.



## 26. Identidade, discriminação e conflitos



## VII. COMENTÁRIOS ADICIONAIS DOS ENTREVISTADOS

O questionário oferecia ao final a oportunidade do entrevistado expressar livremente qualquer coisa que desejasse. Somente 10% dos entrevistados quiseram fazer uso deste espaço. Na impossibilidade de categorizar as respostas neste momento, construiu-se uma “nuvem” (ferramenta já explicada anteriormente) com os textos produzidos pelos entrevistados. A “nuvem” selecionou, mapeou e grafou 30 palavras que apareceram pelo menos 5 vezes em 400 possibilidades.

Lendo o conteúdo de todas as falas, a maioria delas retoma aspectos já destacados como problemas, pedindo solução e mesmo sugerindo algumas, com ênfase na responsabilidade dos governantes e na necessidade de união da comunidade para lutar por elas. Como na nuvem anterior, as palavras comunidade e comunidades são as que juntas foram mais referidas: 56 vezes. Tal fato torna oportuno finalizar com mais um trecho do projeto propositivo:

“No texto constitucional é “a comunidade” o sujeito da oração, pois dela derivam “os remanescentes”, denominados posteriormente quilombolas. “De todos os significados do quilombo, o mais recorrente é o que remete à ideia de nucleamento, de associação solidária em relação a uma experiência intra e intergrupos” (idem). Abdias do Nascimento chamou a atenção para a necessidade de medidas efetivas para a regulamentação do artigo 68 e enfatizou o aspecto coletivo do processo. Ou seja, *“sua leitura do artigo não deixa dúvida quanto ao fato de que é o grupo, e não o indivíduo, que norteia a identificação destes sujeitos do referido direito. O que viria a ser contemplado nas ações seria então o modo de vida coletivo, a participação de cada um no dia-a-dia da vida em comunidade”* (ibdem). Não é a terra, portanto, o elemento exclusivo que identificaria os sujeitos do direito, mas sim sua condição de membro do grupo. É o território usado como na concepção de Milton Santos”.



## 27. Nuvem com as palavras da fala livre ao final da entrevista



## CONCLUSÃO

### PREÂMBULO

Só para nos situarmos um pouco vamos examinar um extrato de um texto de Gabriel Kraychete<sup>40</sup> que por sua vez utilizou conceitos, ideias e opiniões de Fernand Braudel.

Segundo Braudel no texto citado por Kraychete

‘A visão convencional das ciências sociais, do discurso político e dos meios de comunicação de massa é que capitalismo e economia de mercado são mais ou menos a mesma coisa, e que o poder do Estado é oposto a ambos. Braudel, ao contrário, encara a emergência e a expansão do capitalismo como absolutamente dependentes do poder estatal, constituindo-se esse sistema na antítese da economia de mercado’.<sup>41</sup> ‘O entendimento entre capital e Estado atravessa os séculos da modernidade. O capital vive sem constrangimentos da complacência, isenções, auxílios e liberalidades do Estado. Para o capital, o Estado é uma fonte ressurgente de recursos da qual nunca se mantém muito longe’.<sup>42</sup>

“Para Braudel, economia de mercado e capitalismo não são a mesma coisa. O verdadeiro lar do capitalismo residiria numa camada superior da hierarquia do mundo dos negócios, onde reina o direito do mais forte, ‘circulam os grandes predadores e vigora a lei da selva’. Como indica Wallerstein (em Fernand Braudel e a história. Chaeauvallon/outubto 1985. Lisboa, Teorema, 1987, pg.124), Braudel reformula a relação entre mercado e monopólio, atribuindo aos monopólios o papel de elemento chave do sistema capitalista. Face ao poder de monopólio das grandes empresas que as permite imporem os preços e induzir o consumo, as chamadas leis do mercado seriam inócuas. O que caracterizaria o jogo superior da economia seria a possibilidade de transitar de um monopólio para outro. Segundo Braudel, o segredo da vitalidade do capitalismo estaria na sua flexibilidade, na sua capacidade de mudar de rumo, um privilégio que tem a ver com o peso dos seus capitais,

<sup>40</sup> Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Mimeo. Novembro de 1999.

<sup>41</sup> Citação de Wallerstein reproduzida por Arrigh, Giovann. O Longo Século XX, Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo Editora Unesp, 1996, p.10. :

<sup>42</sup> Braudel, Fernand. O Tempo do Mundo. São Paulo, Martins Fontes, 1996, p.579.



com as suas capacidades de empréstimo, com sua rede de informações e com os vínculos de regras e cumplicidades entre uma minoria poderosa, mesmo que dividida pelo jogo da concorrência. Desfrutando do privilégio de poder escolher volta-se, alternada ou simultaneamente, para os lucros do comércio, da indústria, da especulação financeira, dos empréstimos ao Estado etc. Para Braudel o Estado é um elemento constitutivo do sistema capitalista. Neste sentido, todo monopólio é político, tornando sem significado a controvérsia em torno da legitimidade da interferência do Estado na economia.

Por outro lado, ontem como hoje, haveria uma economia de mercado que gira por si própria numa margem inferior e extensa da economia, constituída por unidades independentes e responsáveis por um volume significativo de trocas de bens e serviços. A própria atividade produtiva pressupõe a divisão do trabalho e, portanto, a existência de trocas. O mercado, esse lugar das trocas dos resultados dos trabalhos humanos não seria, no sentido que Braudel lhe atribuiu, o signo do capitalismo. Sem o mercado não haveria economia no sentido corrente da palavra, mas uma vida fechada na autossuficiência. Esta matriz de observação relativiza a visão de um sistema capitalista de alto a baixo da sociedade, contribuindo para a percepção de atividades econômicas que se movimentam reste ao chão e que escapam às estatísticas.

Sem desconhecer os processos de submissão à reprodução do capital, pode-se afirmar que, face ao aprofundamento da insuficiência da economia capitalista em absorver parcelas crescentes da população como mão de obra assalariada, esse segmento da economia de que nos fala Braudel deve se constituir num refúgio de uma parte cada vez maior da população economicamente ativa. É nos interstícios dessa economia de mercado que vem ocorrendo a reprodução da vida de uma parcela crescente da população.”

Isto ficará mais claro ainda com a observação do que ocorre na Europa agora que os europeus estão imersos numa crise de grandes proporções e um desemprego batendo recordes em vários países. Aqui no Brasil o atual governo conseguiu fazer o emprego assalariado crescer mesmo com um baixo crescimento da economia, desmentindo os economistas de plantão que sempre afirmaram que sem crescimento não haveria como haver vagas de emprego formal. Aqui também parte dessa economia informal se legalizou com políticas que favoreciam o pequeno produtor individual ou familiar nas cidades como o registro do empreendedor individual por exemplo, e esta economia subterrânea passou a ser objeto das estatísticas.



Já no campo, há uma luta de David contra Goliás. É impressionante e, para nós, comovente, a perseverança dos quilombolas na luta por seus direitos. E como David, os quilombolas vão necessitar de muita estratégia, perspicácia, astúcia, conhecimentos, criatividade, articulação política e persuasão da sociedade para conseguirem ter seus direitos garantidos.

Como pudemos ver pelos dados do censo os principais problemas hoje que emperram o etnodesenvolvimento são:

**Quanto à Titulação do Território** – A Comissão Pastoral de Terra – CPT em seu Relatório Anual Conflitos do Campo Brasil de 2012 já anunciava que:

“Os conflitos por terra, nos últimos cinco anos, vêm apresentando uma tendência de crescimento. Em 2008 registrou-se o menor número de conflitos em uma década, 751. Em 2009, esse número saltou para 854, ficando praticamente estável em 2010, 853. Em 2011 foram registrados 1.035 conflitos pela terra e em 2012, 1.067. Isso significa que em cinco anos, o número de conflitos por terra cresceu 42%. Além disso, as famílias vítimas de pistolagem subiram de 15.456, em 2011, para 19.968, em 2012. Um crescimento de aproximadamente 30%, o maior índice desde 2004”.

O que está ocorrendo? O campo vive um novo ciclo de expansão do capital. A este fenômeno David Harvey chamou de “acumulação por expropriação” (HARVEY, 2004).

Esse processo recria e ressignifica lutas históricas por terra e territórios. Ao longo da história do Brasil podemos testemunhar uma persistente concentração fundiária. A novidade agora é que vêm aumentando as investidas de capitais estrangeiros, além dos capitais nacionais, para apropriação de mais terras para a expansão das fronteiras agrícolas principalmente a partir de 2008. Este modelo de desenvolvimento tem como base a exportação de commodities (carne, grãos, madeira, minérios, combustíveis de bio massa etc.), precarização do trabalho e exclusão política de vários segmentos da população. Esse é um fenômeno que tem ocorrido especialmente na América Latina e na África subsaariana onde ainda existe uma relativa abundância de terras.

“Parte significativa dos investimentos estrangeiros no Brasil, inclusive na compra de terras, é financiada com recursos públicos, especialmente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO). Esses empréstimos e os incentivos fiscais estão sendo alocados principalmente na



expansão do cultivo de cana para produção de etanol (no Cerrado de Goiás, Mato Grosso do Sul e Triângulo Mineiro), no cultivo da soja (região conhecida como “Mapitoba”<sup>43</sup>, mas também em partes da Região Amazônica) e na extração de minério e de madeira (especialmente na Região Amazônica)”. (Relatoria do Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação [www.dhesca.org.br](http://www.dhesca.org.br)).

Outro exemplo de investimento do BNDES ao arrepio da lei, da ética, do meio ambiente e do desenvolvimento humano é o realizado por este banco na cadeia produtiva da celulose através da Aracruz Fibria. Basta dizer que uma das empresas desta cadeia tem 900 processos contra ela na Bahia (ver o caderno do Relatório da Pesquisa Quantitativa do Espírito Santo desta coleção).

As ações de movimentos sociais e as lutas de resistência das comunidades tradicionais têm sido criminalizadas porque como já dissemos, realizam uma luta contra hegemônica e ao explicitarem a disputa pela terra e denunciarem a violação de direitos, conseguem pelo menos questionar esse modelo e tentar limitar os espaços da expansão das monoculturas.

Essa tem sido uma luta que se repete ao longo da nossa história com alteração na sua intensidade, mas sempre com um grau elevado de violência por parte do Estado e de seus aparelhos de coerção; tentativa sempre de cooptação das lideranças; manipulação judiciária em favor do capital e uso da tática do isolamento político onde o movimento fica sem voz, e que tem a grande mídia sempre se colocando a favor do capital em uma aliança estratégica.

Mais recentemente o capital tem se sofisticado no uso não só da grande mídia respaldando

“ideologicamente ações violentas e a perseguição política da bancada ruralista no Congresso, mas também através da crescente participação de setores de Estado, constituídos democraticamente para defender a população, mas que têm se apresentado como instrumentos de criminalização de ações e reivindicações populares, como foi o caso do Ministério Público envolvendo uma perseguição ao MST no estado do Rio Grande do Sul ou do Tribunal de Contas da União (TCU) que, claramente, utiliza “dois pesos e duas medidas” em seu trabalho de fiscalização”. (idem)

No Congresso Nacional, as ações parlamentares passam a ser mais proativas.

---

<sup>43</sup> Região de fronteira entre os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia apontada como a nova área em expansão do agronegócio.



“Parlamentares vêm utilizando mecanismos como, por exemplo, Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), Propostas de Fiscalização e Controle (PFC), Projeto de Decreto Legislativo (PDC) (projetos para cancelar decisões do Executivo que atendem reivindicações de grupos sociais), requerimentos de fiscalização pelo TCU, entre outros. Exemplos disso foram a CPMI do MST em 2010, e a tramitação do PDC 44/07, que suspende todos os atos praticados pelo Poder Executivo com base no Decreto nº. 4887/2003, que regulamenta os procedimentos relacionados à regularização dos territórios das comunidades quilombolas.

No último exemplo, ainda há uma atuação no Judiciário, decorrente de uma ADIn (Ação Direta de Inconstitucionalidade), proposta em 2004 pelo antigo partido da Frente Liberal (PFL), atualmente denominado Democratas (DEM). Esta ADIn questiona o conteúdo do Decreto nº. 4887/2003, que regula a atuação da administração pública na efetivação do direito territorial étnico das comunidades de remanescentes de quilombo no Brasil.

A lógica autoritária da política brasileira não se restringe ao Legislativo, pois amplos setores do Judiciário vêm atuando no sentido de caracterizar a luta pela terra e por direitos territoriais como ações criminosas. Há dezenas, se não centenas, de processos judiciais acusando lideranças populares e grupos sociais de formação de quadrilha, porte ilegal de armas e desvios de recursos públicos. De uma maneira geral, são ações legais que explicitam a intolerância às demandas populares e luta por direitos.

Em um regime democrático, no entanto, além dos mecanismos de participação e decisão estabelecidos na Constituição é fundamental abrir espaço político para a consolidação de outros mecanismos para tornar a soberania efetiva e a democracia uma realidade. É nessa perspectiva que esta Relatoria atua, buscando caminhos de fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais, o que significa reconhecer a legitimidade dos embates políticos e das mobilizações sociais” (ibidem).

## O CAMPO BRASILEIRO, AS COMUNIDADES RURAIS QUILOMBOLAS E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO



“A atuação em temáticas relacionadas à luta pela terra e por territórios requer contínua reflexão sobre os significados do campo, especialmente em consequência da prevalência e expansão de um modelo produtivo agroexportador que prioriza o mercado de *commodities*.

Em oposição a esse modelo e aos conflitos dele decorrentes, há resistências e lutas de comunidades e grupos sociais que, ao se oporem à expansão, reivindicam direitos, reconstróem identidades, expressam modos de vida e de apropriações da terra, diferentes do modelo hegemônico, com diversificação agrícola e valorização da floresta e da natureza, insistindo no direito de reprodução social e cultural”. (Relatoria do Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação [www.dhesca.org.br](http://www.dhesca.org.br))

No Brasil sempre mudamos para permanecer iguais em muitos aspectos e um destes é o da concentração de riqueza, terras e empresas nas mãos de poucos. No Brasil parece que o conceito marxista de “acumulação primitiva” tem um caráter de estratégia permanente e não apenas “originária” do capitalismo.

Aqui vão usurpando os direitos adquiridos, aumentando a exploração do trabalho, degradando o meio ambiente tudo ao arpejo das leis, porém, teoricamente de forma contraditória, com o apoio dos governos e de grande parte do Judiciário cujo papéis deveria ser o da garantia da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs do país.

A palavra de ordem é: crescer e consumir. A pergunta: crescer como? E, sobretudo, em benefício de quem e do quê? A se continuar a privilegiar o agronegócio, exportar commodities, isentar as grandes empresas nacionais e estrangeiras de tributos, degradar o meio ambiente, usar o dinheiro do BNDES com juros e prazos especiais para realizar este fins, facilitar a remessa dos lucros para o estrangeiro entre outras benesses, essa política não levará o Brasil a um desenvolvimento sustentável, democrático e participativo com plena cidadania dos(as) brasileiros e brasileiras e as violações de direitos só se aprofundarão e se estenderão pelo país. Os conflitos ambientais têm aumentado e os processos históricos de discriminação social e despossessão econômica se ampliam. E, com o auxílio militante da grande mídia, está ocorrendo uma criminalização dos povos tradicionais e crescendo a visão que trata, por exemplo, os quilombolas como um impedimento ao crescimento e ao desenvolvimento do país, ou seja, a luta dos quilombolas representa para esta visão o atraso.

Nesse contexto, ganha importância o trabalho das Relatorias Nacionais e, dentre estas, é especificamente interessante para nós aqui também a Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente:



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



“ao realizar missões nas localidades que sofrem com um processo de decisão local do qual não participaram, as Relatorias projetam publicamente as vozes dissonantes dos grupos sociais vulnerabilizados pelo modelo de crescimento adotado pelo país nas últimas décadas e chamam atenção dos operadores de justiça em âmbito nacional – e por vezes internacional – sobre as dinâmicas conflitivas e impactos potencial ou efetivamente vivenciados por esses grupos.

Desde 2008, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, com uma estimativa de arrecadação em torno de R\$ 7 bilhões com as vendas dos defensivos para 2011 (Segundo dados divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola - Sindag). Em termos de uso, já é mais de um bilhão de litros de agrotóxicos nas lavouras, o que significa 5,2 litros por brasileiro ao ano. Os impactos são tão pulverizados quanto o próprio veneno. Já são conhecidas as contaminações em rios, lavouras orgânicas e até mesmo de leite materno.

A experiência de trabalho da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente aponta para a concomitância e, em muitos casos, o entrelaçamento de violações aos direitos humanos relativos ao meio ambiente com violações à chamada “primeira geração de direitos humanos”, isto é, aos direitos civis e políticos. Como foi indicado em diversos relatórios, na maior parte dos casos as violações estão conjugadas: onde há violações ao direito à saúde, a um trabalho digno e ao meio ambiente, há também ameaças aos direitos civis e políticos das comunidades afetadas e suas lideranças.” ([www.dhesca.org.br](http://www.dhesca.org.br))

Portanto, no nosso entender, o maior problema é o da violação dos direitos constitucionais e dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais repetidamente infringidos pelos governos federal, estadual e municipal e pelo. E junto com esta repetida, recorrente, recursiva, circular enxurrada de violações a falta de indignação da sociedade brasileira, a sua pasmaceira e falta de ação ou, quem sabe, até a ausência do sentimento de indignação, só trazem a sensação de que vai demorar mais séculos para que o Brasil seja de fato um Estado de Direito Democrático e Justo onde todos os tenham seus direitos universais garantidos.

**A falta da titulação dos territórios quilombolas** acarreta insegurança e instabilidade às famílias quilombolas que nunca sabem o que pode acontecer no dia de amanhã e, entre outros problemas, acarreta a falta de terra para o plantio (para viver da agricultura, as famílias da comunidade deveriam ter acesso garantido pelo menos a 50 hectares de terra por família) trazendo insegurança



alimentar e impossibilita a expansão dos empreendimentos solidários; impede ou dificulta muito, por exemplo, os quilombolas tirarem a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP para acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

**Um fator terrível é a violência** imposta por grandes proprietários de terras que ocupam indevidamente o território quilombola, com o apoio da Polícia Militar, conforme denúncias apresentadas nas várias audiências públicas realizadas pelas Comissões de Direitos Humanos que realizaram missões nos territórios e pelas entrevistas que o projeto realizou para o CENSO. É fato que a polícia e as milícias tornaram-se um braço armado do latifúndio com apoio do judiciário.

O mesmo processo ocorre com as multinacionais nas invasões dos territórios quilombolas. O exemplo mais emblemático e trágico está no relatório da pesquisa sobre o território do Sapê do Norte no Espírito Santo e a luta contra a Aracruz – Fibria que tem como seus principais acionistas o grupo Votorantim e o BNDES.

Os quilombolas sofrem ainda a perseguição da especulação imobiliária de olho nas terras em áreas de grande beleza natural como a que consta no litoral do Rio de Janeiro e Norte de São Paulo; o território Kalunga em Goiás etc.

Há ainda as disputas com as Forças Armadas como com a Marinha em Marambaia no Rio de Janeiro e com a aeronáutica com a Base de Lançamento de Foguetes em Alcântara no Maranhão.

**Quanto ao acesso à água.** Em vários territórios encontramos um problema sério quanto a quantidade e/ou a qualidade da água, como, por exemplo, no território do Sapê do Norte no Espírito Santo onde o contínuo uso de agrotóxicos na plantação dos eucaliptos está contaminando o lençol freático além de ter secado vários rios e nascentes. E em vários territórios segundo laudo da própria FUNASA o acesso à água está distante do mínimo recomendado.

**A falta frequente na entrega das cestas básicas** trás um grande problema, pois hoje o que os quilombolas conseguem plantar e colher não é suficiente para se alimentarem já que a área de plantio esta pequena acarretando o problema da insegurança alimentar com todas as suas consequências malévolas à saúde. Além disso, as cestas básicas não contemplam a cultura alimentar dos quilombolas e introduzem vários produtos industrializados que não faziam parte dos seus hábitos alimentares quebrando várias tradições e introduzindo dependência a produtos que depois sem as cestas não terão como continuar a consumir, além de serem pouco saudáveis.

**Quanto à saúde.** A falta de atendimento às comunidades faz com que o acesso ao atendimento seja uma das suas principais reivindicações. Nas nossas visitas às comunidades, encontramos epidemia de lepra, doença de chagas, raquitismo, anemia falciforme etc. A falta



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



de coleta do lixo e de saneamento básico nos territórios é um dos vetores de doenças. Entra ano sai ano nada é feito. A FUNASA é inteiramente omissa nos territórios quilombolas.

**Quanto à geração de trabalho e renda.** Esta é a principal reivindicação dos quilombolas. Para conseguirem o sustento das famílias frequentemente os homens saem de casa, deixando suas esposas e filhos, e vão trabalhar nas cidades onde são submetidos às más condições de trabalho e recebem uma mixaria pelo tempo trabalhado já que usualmente não têm qualificação para o trabalho urbano já que são camponeses. Aqui a economia solidária é uma das principais alternativas para solucionar o problema.

**Quanto à educação** - A falta de oportunidade de acesso à escola, principalmente ao ensino médio é uma demanda recorrente nas comunidades, pois quem quiser continuar os estudos, na maior parte dos casos, tem que sair da comunidade, pois não há escola perto.

Outra reclamação em relação à educação é a da ambiguidade das políticas educacionais com relação à defesa explícita da laicidade do Estado e do insuficiente investimento na implantação da lei 10.639/2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira em toda a educação básica.

## **Algumas Recomendações aos Órgãos Públicos responsáveis e parceiros da sociedade civil os quais devem adotar medidas de caráter emergencial para a reparação das violações**

Estas recomendações a seguir têm por base as discussões que foram realizadas ao longo do projeto junto com os quilombolas das diferentes regiões. É claro que os planos territoriais discutidos na base de cada comunidade através das associações é que deverão fazer as suas recomendações, aqui estamos fazendo uma primeira síntese do que foi debatido no âmbito do projeto.

No entanto, caso não se obtenha avanços na realização das recomendações no período de seis meses deveriam ser adotadas medidas de cunho internacional bem como medidas junto ao Ministério Público que responsabilizem o Estado pelo não cumprimento dos seus deveres.

### **As Associações locais e às Federações Quilombolas**

Constituir um Conselho de Gestão de cada Território através de eleição em cada comunidade de representantes para depois do debate em cada comunidade, em assembléia junto com a equipe sociotécnica elaborar proposta de Uso e Ocupação das Terras do Quilombo – considerando a equidade no acesso às novas áreas (no caso aonde houver a desintrusão) e os seguintes critérios:

- Divisão em lotes por família ou por grupamento de famílias, parentesco e amizades;



- A divisão ser feita por comunidade, de forma que as famílias permaneçam preferencialmente próximas às comunidades de origem.
- Ocupar as áreas a partir da caracterização dos ambientes, de forma que todos os beneficiários tenham acesso a áreas de cultura e extrativismo dos diferentes segmentos e tipos de solos (brejo, carrasco, lagoas, floresta etc.).
- Áreas de reserva legal, lagoas e benfeitorias das fazendas (casa sede, currais, galpões etc.) serem coletivos – com regimento de uso e ocupação.
- Criar áreas de reserva extrativista coletiva para coleta de madeira, lenha, caça, pesca (só para consumo).
- Criação de peixes nas lagoas para pesca coletiva e controlada.
- Convocar lideranças da Pastoral da Criança e discutir como qualificar o trabalho com saúde nas localidades do Quilombo.
- Aumentar a participação das mulheres do Quilombo nos espaços de gestão
- Garantir equidade na participação das mulheres na associação e nos conselhos municipais;
- Criar condições para que as mulheres participem das reuniões e encontros promovidos pela Associação Quilombola, mantendo espaços de convivência de crianças e adolescentes nos diversos eventos.

#### **Ao Ministério de Desenvolvimento Agrário recomenda-se:**

- disponibilizar dotação orçamentária para contratação de equipe sociotécnica para junto com os quilombolas elaborar proposta de uso e ocupação do território e implantá-la
- que disponibilize dotação orçamentária ao INCRA compatível com as responsabilidades de realizar o reconhecimento e titulação definitiva das comunidades quilombolas bem como a desintrusão de todos que ocupam estes territórios e não são quilombolas;
- que garanta o sistema de saberes, técnicas e práticas das comunidades, através da recuperação da biodiversidade, do solo, da água e das condições sociais das regiões;
- que implante um programa de assistência técnica para a agroecologia nos quilombos rurais com urgência.
- Desenvolver e irradiar iniciativas agroecológicas junto às famílias rurais quilombolas: quintais, roças, hortas e pastagens agroecológicas; controle agroecológico de pragas e doenças – homeopatia agrícola e veterinária; identificação, armazenamento, produção e distribuição de sementes crioulas; criação de animais (aves, suínos e bovinos) e de peixes, beneficiamento e comercialização local e regional da produção agropecuária e extrativista.

**A Secretaria de Agricultura Familiar** – que procure resolver a dificuldade que os quilombolas têm em conseguir o DAP e que tem impedido que seus empreendimentos cresçam e consigam gerar renda para as famílias nos territórios.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## **Ao INCRA**

- identificação, reconhecimento, delimitação, titulação e registro dos territórios quilombolas com desintração dos grileiros. Da mesma forma, que seja garantida a efetivação dos Direitos Humanos como rege a Convenção 169 da OIT.
- participar do esforço

## **Às Superintendências Regionais do INCRA :**

- repasse com o máximo de urgência todas as informações sobre as tramitações e situação atual dos processos e informe sobre os procedimentos e metas adotadas para acelerar o processo de titulação dos territórios quilombolas bem como as informações relativas ao seu orçamento e planos de execução orçamentaria;
- que priorize o processo de homologação e titulação dos territórios quilombolas.

## **Ao Ministério do Desenvolvimento Social recomenda-se**

- que disponibilize, com o máximo de urgência, e com periodicidade mensal cestas básicas às famílias quilombolas. As cestas básicas devem ser mensais e entregues com regularidade e adequadas aos hábitos culturais das comunidades quilombolas até a regulamentação no acesso ao território.
- Verificar, com urgência, o acesso das famílias quilombolas a todos os outros programas sociais.

## **Ao Ministério da Saúde recomenda-se**

- que determine à FUNASA a implantação de saneamento básico nas comunidades quilombolas
- que exija a implantação Programa de Saúde da Família e que atenda de maneira efetiva às necessidades das famílias quilombolas em seus territórios garantindo acesso a remédios e atendimento médico;
- que garanta recursos para que a FUNASA possa executar de forma adequada o trabalho nas comunidades quilombolas

## **À FUNASA se recomenda:**

- o empenho em implantar saneamento ambiental básico nas comunidades quilombolas;
- exigir dos municípios a implantação da coleta seletiva nas comunidades.

## **Aos Governos Estaduais é recomendado:**

- abstenção da prática de ações violentas contra os moradores dos quilombos por parte de seus agentes militares e civis, devendo atuar no sentido de punir os atos desses que violarem os direitos das pessoas que lá vivem;



- assim, os Governos dos Estados devem assegurar a integridade física das famílias quilombolas. Qualquer situação que coloque em risco a segurança destas os Estados devem ser responsabilizados;
- levantamento através dos Institutos de Terras de cada estado para ver se há possibilidade de titulação dos quilombos através do estado;
- que seja elaborado um plano pedagógico nas escolas do território, considerando as diferenças culturais, que garanta ainda a implantação da lei 10.639/2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira em toda a educação básica.
- Que haja a contratação de professores quilombolas bem como a implantação de mais escolas voltadas ao ensino médio que é uma das reivindicações que aparece em todas as comunidades pesquisadas;
- que sejam incorporadas e garantidas as especificidades das comunidades quilombolas na execução da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

#### **Ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável**

- Que seja assegurada na composição dos CONSEAs estaduais a representatividade das comunidades quilombolas, inclusive com alocação de recursos para garantir a participação dos mesmos nas plenárias,
- que o CONSEA faça esforços junto aos órgãos de governo para que estes incorporem e garantam as especificidades das comunidades quilombolas na execução das Políticas Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.
- que o CONSEA articule para que seja feito com urgência um diagnóstico nutricional das comunidades
- que ajude a pressionar o MDA para que as famílias tenham acesso ao Plano de ATER do Brasil sem Miséria – mas atendendo às especificidades socioculturais do Quilombo – equipe contando com especialistas locais – fortalecimento das práticas socioculturais e produtivas tradicionais – priorização de atividades coletivas que considerem os grupos familiares extensos.

#### **Aos municípios recomenda-se que:**

- promovam a imediata regularização no atendimento à saúde das comunidades, através das equipes do Programa Saúde da Família que contemple a participação dos quilombolas com seus saberes e práticas tradicionais à saúde alternativa. Bem como a construção de postos de saúde, fornecimento de medicamentos necessários, transporte em caso de urgência/emergência, justificando-se tal medida no fato de que recebem um aporte em dobro do repasse de recursos federais destinados à saúde por terem comunidades quilombolas em seus territórios;



- que se organize a coleta seletiva do lixo das comunidades fazendo inclusive a educação ambiental da população.
- que, em conjunto com as Coordenações Regionais da FUNASA, promovam um sistema de saneamento básico;
- se faça a imediata regularização no fornecimento da alimentação escolar, considerando que a verba para compra da alimentação escolar de comunidades quilombolas é o dobro do valor destinado para os não quilombolas;
- haja, com urgência, a regularização no transporte escolar para as crianças dos quilombos e que sejam feitas melhorias nas estradas que ligam o quilombo aos municípios, para que se possa ter um sistema de escoamento da produção quilombola e um transporte mais eficaz;
- que seja elaborado um plano pedagógico nas escolas do território, considerando as diferenças culturais, inclusive contemplando a contratação de professores quilombolas.
- Ampliação da oferta de água, proteção e recuperação de áreas degradadas

**Ao Ministério da Comunicação** – Dos 1.650 domicílios pesquisados em 5 estados apenas 3% têm computador e 2% têm acesso a Internet. Os quilombos estão excluídos do acesso à informação e à comunicação. É necessário que seja instalada antenas GESAC e tele centros com urgência nos territórios. Não tem como os empreendimentos expandirem sem se conectarem em rede e sem que haja comunicação com os fornecedores e com os possíveis compradores. A internet hoje é um meio também de formação ainda mais para quem se encontra mais isolado em territórios rurais.

**Ao Ministério da Pesca e Aquicultura** – O censo em 40 comunidades quilombolas mostrou que a pesca é a segunda atividade praticada pelos quilombolas representando 12% do universo entrevistado de 1.650 domicílios. Seria muito interessante se o Ministério construísse um programa específico para os quilombolas e que mandasse suas equipes regionais *in loco* para conversar com os pescadores e verificar as suas necessidades e potencialidades no que diz respeito à pesca. Na várzea em Santarém, por exemplo, há muita pesca sendo feita por quilombolas pescadores artesanais, no entanto como lá não tem luz eles não podem ter uma fábrica de gelo nem frigorífico para os peixes. É muito interessante que o Ministério tome conhecimento de que o defeso é fisicamente defendido justamente pelos quilombolas em diferentes regiões como demonstra os relatos de vários quilombolas como pode ser lido neste trabalho sobre o censo realizado pelo projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária, por exemplo, no Caderno relativo ao Relatório da Pesquisa Quantitativa do Pará.

Como não têm acesso a computadores não ficam sabendo dos programas do Ministério. Têm muita dificuldade de tirar a DAP etc. É preciso uma visita presencial nesses quilombos.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



Há muitos quilombos onde existem lagoas que talvez permitissem a prática da aquicultura, mas para isso necessita-se que haja um estudo de viabilidade e os quilombolas precisam aprender a criar os peixes, ter os equipamentos adequados, formação, transporte da produção para o mercado mais próximo etc.

Ministério da Justiça através da Secretaria de Direitos Humanos – Como demonstramos ao longo deste trabalho em todos os quilombos pesquisados esta havendo violação de diversos direitos e o apoio do Ministério e, em especial, da Secretaria de Direitos Humanos é imprescindível para que esta situação seja superada.

Em última instância, o brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade, professor titular de direito internacional público da UnB desde 1978, que foi juiz do Tribunal Internacional de Justiça, hoje exerce o posto de juiz na Corte Internacional de Justiça, com mandato até 2018 e deveria ser acionado pelos quilombolas. Assim como este relatório com denúncia da violação dos direitos humanos deverá ser enviado para a Corte Internacional dos Direitos Humanos e para a Corte Interamericana dos Direitos Humanos também.

### **Às Universidades – Maior engajamento do ensino, pesquisa e da extensão nos problemas, programas e projetos voltados para as comunidades quilombolas.**

Elaboração de projeto para construção de unidades de embalagem (packing house) nos territórios com assessoria técnica na implantação da Unidade, na organização da produção e na comercialização dos produtos oriundos do Quilombo.

- Elaboração de pesquisa sobre demanda dos produtos da agricultura familiar quilombola nos mercados institucionais (PAA, PNAE, etc.) e nos mercados locais e regional.

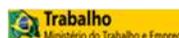
**A Secretaria SEPPPIR** – que haja uma maior articulação com a SENAES. Atualmente 11 ministérios compõem o comitê gestor, coordenado pela SEPPPIR.

O Decreto nº 6261, de 20 de novembro de 2007 dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola – PBQ. Integram o comitê gestor: 1. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR/PR); 2. Casa Civil da Presidência da República (CC/PR); 3. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); 4. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; 5. Ministério da Cultura - MinC e Fundação Cultural Palmares – FCP; 6. Ministério das Cidades; 7. Ministério da Educação – MEC; 8. Ministério da Saúde - MS e Fundação Nacional de Saúde – FUNASA; 9. Ministério do Trabalho e Emprego – TEM; 10. Ministério da Integração Nacional – MIN; 11. Ministério de Minas e Energia – MME.

Esperamos que todos tenham acesso a este relatório e que o relatório possa contribuir para a implantação de ações concretas nos quilombos pesquisados.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



**Ao BNDES** – que abra as portas para as associações quilombolas para financiamento de equipamentos a fundo perdido e para a construção de um centro de referência e de convívio (que sirva também para as festas e reuniões dos quilombolas) em cada território com espaço também para estocagem, beneficiamento e embalagem de alimentos e espaço para guardar os equipamentos de uso coletivo. A reivindicação por este centro apareceu em quase todas as comunidades que visitamos. Há território que possuem um espaço coletivo para uso da Associação local, mas dependendo do território as outras associações que não possuem um espaço não usam o que tem. pois as distâncias frequentemente são muito grandes e de difícil acesso. É necessário um estudo de logística por território para se verificar as melhores localizações para estes centros.

**Ao Ministério do Trabalho e Emprego** – As comunidades rurais quilombolas são compostas por 70% de agricultores e de 12% de pescadores. No entanto há a necessidade de formação em várias outras profissões e não há porta aberta para a formação desses profissionais, portanto recomendamos que o Ministério abra acesso à educação profissional no âmbito do Programa de Qualificação Profissional através do FAT com um viés específico para possibilitar a inclusão destas populações.

Recomendamos também que seja criada uma “bolsa trabalho”, pois uma escolaridade inferior a 9 anos de estudo é insuficiente para garantir uma formação mínima para depois conseguir garantir a reprodução da vida de forma digna. Essa bolsa visaria o pagamento de um salário mínimo por trabalhos a serem realizados na prestação de serviços à comunidade em regime de meio período com a obrigatoriedade de retorno ao ensino fundamental e uma formação técnica profissionalizante posteriormente. As possíveis fontes de recursos para a implantação desta bolsa seria o próprio FAT, o Orçamento dos estados e o BNDES.

Observação: Com as mudanças ocorridas recentemente no capitalismo mundial (novas tecnologias, a globalização, reestruturação produtiva e a crise internacional) qualquer plano de qualificação profissional deve se basear no desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que abram as possibilidades criativas, que ampliem a visão crítica sobre as conjunturas e o mundo e construa a habilidade de quebrar paradigmas e que, portanto, reforce a possibilidade de aprender a aprender a questionar e criar novas alternativas.

### **Implantar Programa de Formação de Monitores Etnoagroecológicos**

- Programa modular – 5 módulos – 24 horas / modulo - a ser realizado no Centro de Referência Quilombola ao longo do ano agrícola – Professores: técnicos da rede ASPTA e professores nativos especialistas da comunidade
- Temário: História da agricultura – A formação social do território específico e dos quilombos em geral – Agricultura Quilombola – Direitos étnicos e territoriais de povos e comunidades tradicionais - Uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade – Uso



manejo e conservação dos solos – Manejo e controle agroecológico de pragas e doenças na agropecuária – Criação de animais e peixes – beneficiamento e comercialização da produção

**A Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE** – O principal problema dos quilombolas apontado pela pesquisa é o da geração de trabalho e renda. Insistimos que a economia solidária seria a maneira mais eficaz de produção para os empreendimentos quilombolas e a mais adequada a sua história e cultura, no entanto vamos repetir aqui o que já dissemos ao longo deste relatório: a Economia Solidária necessita que haja o que Gabriel Kraychete chamou de **ambiência**, isto é,

“(...) ações convergentes e complementares de múltiplas instituições e iniciativas das organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais, sindicatos etc. comprometidas com um processo de transformação social. Não é uma questão técnica ou estritamente econômica, mas essencialmente política. Não são iniciativas pontuais, localizadas, compensatórias, dependentes de recursos residuais ou da benevolência empresarial tida como socialmente responsável que produzirão a sustentabilidade dos empreendimentos de ES, mas sim ações políticas **organizadas, amplas e concatenadas**<sup>44</sup> nos territórios”. (KRAYCHETE, 2009)

O Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária faz parte do Programa Brasil Local da SENAES e por isso mesmo esperamos que um dos papéis fundamentais da SENAES seja que seus quadros exerçam o papel de articuladores das políticas públicas necessárias para o etnodesenvolvimento dos territórios quilombolas. Como organizar empreendimentos sustentáveis aonde não chega água, saneamento, estradas, onde a terra não está garantida e a violência dos fazendeiros, da especulação imobiliária e das empresas multinacionais se expressa em conflito aberto a qualquer hora? São territórios rurais que não possuem assistência técnica, aonde não existem meios de produção minimamente capazes de gerar uma produção com excedente significativo para o mercado da agroecologia e sem transporte para escoar essa produção caso venha a acontecer. Os quilombolas precisam de formação técnica para melhorar a sua produção seja agrícola seja artesanal. A formação em gestão é fundamental ... Enfim, são muitos os pontos e se não houver um órgão que cumpra o papel de articulador das ações necessárias para desembocar em cadeias produtivas organizadas e nas redes necessárias ao etnodesenvolvimento, talvez até se consiga com apoios pontuais

---

<sup>44</sup> Grifo nosso.



melhorar um pouco as condições de vida atuais, mas não teremos empreendimentos sustentáveis e gerando uma renda que permita uma vida digna aos produtores quilombolas. A Economia solidária depende de aportes econômicos e sociais que ainda não são reproduzíveis no seu interior, portanto sua viabilidade só ocorrerá mediante uma ação convergente e complementar de diferentes atores e iniciativas que operam no campo político, econômico, social, tecnológico, educacional, cultural e também organizativo, ideológico e psicológico. Conseqüentemente, envolve os governos, as ONGs, as universidades, as igrejas, as redes sociais na internet, os sindicatos, a OAB, a CNBB etc.

Como disse Gabriel Kraychete em texto para o seminário *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*, (Mimeo, nov. 1999)

“(…) mesmo de forma ainda incipiente, a percepção do mercado pelos movimentos sociais como uma realidade simultaneamente econômica e social, contesta a visão liberal do mercado como um regulador sem reguladores e aponta para a resistência e proposições, desde o interior da *economia de mercado*, contra a exclusão imposta pela ordem capitalista, e instigam uma *redescoberta cidadã do trabalho*, com as conseqüentes implicações políticas, econômicas e sociais. Deve estar claro que não se trata de idealizar valores e práticas existentes no âmbito popular, nem da criação de uma ilusória economia alternativa, ou de coisa feita para pobre, pequeninha, precária ou compensatória, mas de intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores da economia”.

No mundo, a partir das mudanças provocadas pela globalização acelerada, pelas novas tecnologias (robótica, internet etc.) e pela reestruturação produtiva e agora com a crise internacional, “a reprodução da vida de parcelas crescentes da população mundial passou a depender em maior escala de uma economia que se alimenta de inúmeras atividades realizadas de forma individual, familiar ou associativa”. (idem)

As comunidades quilombolas ainda possuem um elevado índice interno de cooperação, solidariedade, produção familiar e um elevado poder de organização e a formação de cooperativas e associações populares é uma das alternativas mais poderosas e mais adequadas à cultura quilombola de desenvolvimento local. Porém, as comunidades quilombolas necessitam de incentivos e apoio de políticas públicas que as tornem detentores de mecanismos desenvolvidos de maneira endógena. Sem os recursos adequados esta tarefa de realização do etnodesenvolvimento se torna impossível.



Claro que um dos gargalos é o financeiro. Daí que é preciso sensibilizar o BNDES para apoiar as comunidades quilombolas e também, quando houver as condições internas necessárias, a implantação do BANCO COMUNITÁRIO<sup>45</sup> e/ou da cooperativa regional de crédito com a finalidade principal de fornecer aportes para capital de giro quando precisarem, é um instrumento interessante. Não deverá haver nenhum empréstimo sem que haja formação técnica gerencial e acompanhamento durante todo o período da operação de crédito. Os recursos deveriam vir do BNDES, de agências internacionais e do Banco do Brasil.

Outro gargalo é a falta de equipamentos e instalações coletivas para as cooperativas. Aqui o aporte financeiro é maior, portanto não seria através do Banco Comunitário ou da cooperativa regional. Para a superação deste gargalo deveria haver um financiamento específico para os territórios quilombolas a fundo perdido pelo BNDES que exigiria propostas dos empreendimentos solidários apresentando um plano de viabilidade econômica. O Banco deveria também fornecer quadros para auxiliar a construção dessas propostas.

Hoje os quilombolas destes territórios que realizaram o censo conhecem bem a sua realidade e debateram sobre seus problemas, tiraram prioridades e fizeram proposições.

**Todos os territórios através das suas associações devem elaborar um projeto de estruturação de um Centro de Formação e um Programa de Formação para o território que contemple o desenvolvimento de:** quintais, roças, hortas e pastagens agroecológicas; controle agroecológico de pragas e doenças – homeopatia agrícola e veterinária; identificação, armazenamento, produção e distribuição de sementes crioulas; criação de animais (aves, suínos e bovinos) beneficiamento e comercialização local e regional da produção agropecuária e extrativista.

---

<sup>45</sup> **Banco Comunitário** Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares.

#### **Principais Características**

A própria comunidade decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária; Atua sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante local; Suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território; Apoia os empreendimentos com estratégia de comercialização como: feiras, lojas solidárias, central de comercialização, etc.; Atua em territórios caracterizados pelo alto grau de exclusão e desigualdade social;

O Banco Comunitário é de propriedade da comunidade e é gerido por uma organização da sociedade civil (ex. Associação Quilombola ou a Federação Quilombola). Além da entidade gestora, é necessário que exista, ou que seja formado, um conselho local que faça a controladoria social do Banco. Esse conselho deverá ser constituído por representantes de diversas organizações/associações/ instituições da sociedade civil, formais ou informais. Gestores públicos também podem participar. No seminário de planejamento do Banco Comunitário são eleitas as entidades e instituições que devem compor o conselho local. Fundamental também é definir as atribuições do conselho, inclusive definir se ele é deliberativo ou consultivo. (Fonte: [www.bancopalmas.org.br](http://www.bancopalmas.org.br))



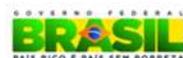
Elaboração de propostas de intensificação da produção e acesso aos mercados tendo em vista as demandas dos mercados locais e regional – priorizando grupos de mulheres e de jovens quilombolas.

Elaboração de design de embalagens e marca (selo) para produtos oriundos do Quilombo.

Em anexo publicamos dois Planos Territoriais de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas que certamente junto com este relatório poderão auxiliar a SENAES neste papel de articuladora das políticas para o etnodesenvolvimento dos territórios quilombolas, bem como para seus editais de implantação de seus projetos para este segmento.



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária

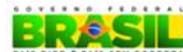


## ANEXO I

# Plano de Etnodesenvolvimento Quilombo de Brejo dos Crioulos



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## ANEXO II

# Plano de Etnodesenvolvimento do Pará - Santarém



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



## BIBLIOGRAFIA

**ANDALOUSSI, Khalid.** *Pesquisas-ações*. Santa Catarina : Editora EdufSCar, 2004.

**BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunca; VEIGA, Sandra Mayrink.** *Novo Vocabulário Político*. Petropolis : Vozes, 1995.

**BROSE, Markus** (org). *Metodologia participativa. Uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre : Tomo Editorial, 2001.

**BOURDET, Yvon.** *L'espace de l'autogestion*. Paris, Galilée, 1978. (Coll. Débats)  
\_\_\_\_\_ *Pour l'autogestion*. Paris, Éd. Anthropos, 1974.

**BURKE, Peter.** *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo : Editora UNESP, 1992.

**CASTRO, Eduardo Viveiros de.** *Coleção Encontros*. Rio de Janeiro : Beco do Azougue, 2008.

**CORAGGIO, José Luis.** “La Sostenibilidad de los Emprendimientos de la Economía Social y Solidaria”. in Outra Economia volume II nº 3, 2008.

\_\_\_\_\_ “Economia Popular e Construção da Cidade”, in *Proposta*, nº 62, set. 94.

\_\_\_\_\_ *Economia urbana. La perspectiva popular*. Quito, ILDES. FLACSO, 1998.

**DIONNE, Hugues.** *A Pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local*. Brasília : Editora Liber Livro, 2007.

**DOWBOR, Ladislau.** Vários artigos ver <http://dowbor.org/>

**FRANCK, R.** Recherche-action, ou connaissance pour l'action. In. *Revue Internationale d'Action Communautaire*, 5; 45, 1981.

**FREITAS, Sonia Maria de.** *História Oral. Possibilidades e Depoimentos*. 2ª edição. São Paulo : Associação Depoimentos, 2006.

**GAY, Peter.** *The Dilemma of Democratic Socialism: Eduard Bernstein's Challenge to Marx*. New York: Columbia University Press, 1952

**GOMES, Romeu.** *A análise de dados em pesquisa qualitativa*. In: MINAYO, M.C.S. (org.). *Teoria, método e criatividade*. Petrópolis : Editora Vozes, 2003.



**KRAYCHETE, Gabriel.** *Políticas de apoio aos empreendimentos da economia solidária.* Exposição realizada no II Congresso das ITCPs – USP, 14/dezembro/2008.

\_\_\_\_\_. *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia.* Rio de Janeiro : Eds. VOZES; CAPINA; CESE; UCSAL, 2000.

**LEROY, Jean Pierre.** *Territorios do Futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva.* Rio de Janeiro : Lamparina, 2010.

**LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.)** *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário.* Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2005.

**LISBOA, Armando.** *“Solidariedade”.* In A Outra Economia. Rio Grande do Sul, Veraz Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. *“A Atualidade de Karl Polanyi para a Reconstrução do Pensamento Econômico”.* In Outra Economia volume II nº 3, 2008.

**LUXEMBURGO, Rosa.** *Reforma ou Revolução?* Ed. Expressão Popular, 2009

\_\_\_\_\_. Textos Escolhidos. [www.rls.org.br/publicacoes](http://www.rls.org.br/publicacoes)

**MARX, Karl.** *O Capital.* Livro I e Livro III

**NASCIMENTO, Cláudio.** *“Socialismo Autogestionario”* in A outra Economia. Rio Grande do Sul, Veraz Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. *“Autogestão: Economia Solidária e Utopia”* in Outra Economia volume II nº 3, 2008.

<http://racismoambiental.net.br>

**REA, Louis e PARKER, Richard.** *Metodologia de pesquisa.* São Paulo : Thomson Learning, 2002.

**Relatórios das Missões** [www.dhescbrasil.org.br](http://www.dhescbrasil.org.br)

**RODRIGUEZ, Maria Helena** Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais: uma experiência de exigibilidade dos DhESCA. Rio de Janeiro: Plataforma DhESCA Brasil, 2007.

**SANTOS, Milton.** *Coleção Encontros.* Rio de Janeiro : Beco do Azougue, 2007.

**SINGER, Paul.** *Introdução à Economia Solidária.* São Paulo : Ed. Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Em defesa dos direitos dos trabalhadores.  
[www2.mte.gov.br/geral/publicacoes.asp](http://www2.mte.gov.br/geral/publicacoes.asp)



Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária



**STRAUSS e CORBIN. Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre : editora Artmed, 2009.

**STRINGER, Ernest. Action Research.** 2nd. ed. Thousand Oaks; Londres : Sage, 1999.

**TEIXEIRA, Marina Sidrim. Apostila da Oficina “Pesquisas Quantitativas na Prática.** Rio de Janeiro, Mimeo. 2010

**THIOLLENT, Michel. “Metodologia da Pesquisa-ação”** 17ª edição, São Paulo : Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche.* São Carlos, São Paulo : EdUFSCar, 2006.

\_\_\_\_\_. Construção do conhecimento e metodologia de extensão. Texto apresentado em mesa-redonda no I CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - João Pessoa – PB, em novembro de 2002. Site do SEMPE no seguinte endereço: <<http://www.itoi.ufrj.br/sempe/index.htm>>

**VEIGA, Mayrink Sandra. Guia dos Direitos Sociais.** Rio de Janeiro, FASE Nacional, apoio Caixa Econômica, 2005.





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





Secretaria Nacional  
de Economia  
Solidária





Ministério do  
Trabalho e Emprego – MTE

Secretaria Nacional de  
Economia Solidária - SENAES

